

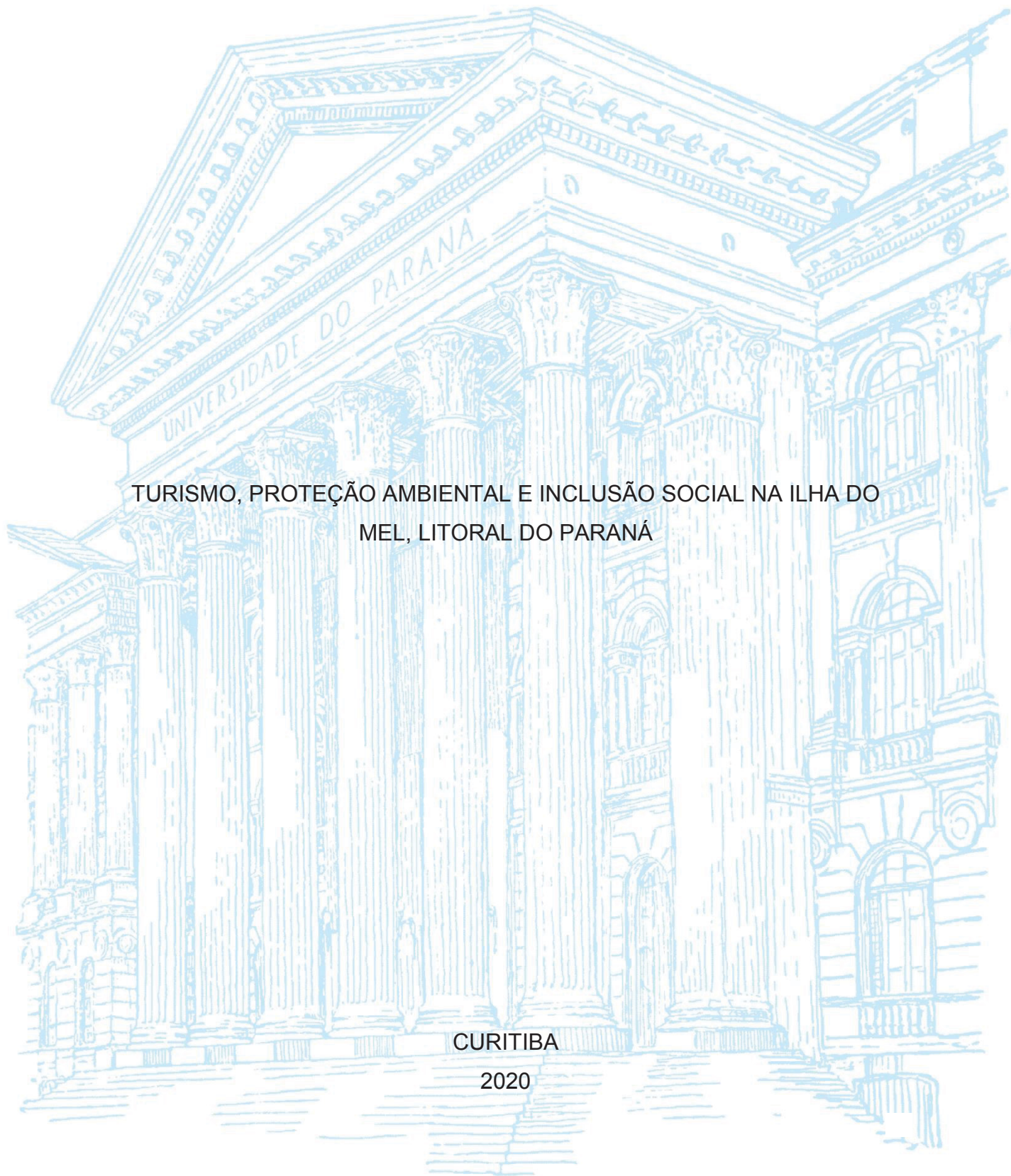
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRÍCIA DENKEWICZ

TURISMO, PROTEÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL NA ILHA DO
MEL, LITORAL DO PARANÁ

CURITIBA

2020



PATRÍCIA DENKEWICZ

TURISMO, PROTEÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL NA ILHA DO
MEL, LITORAL DO PARANÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Professora Dra. Cristina Frutuoso Teixeira.

Coorientador: Professor Dr. Thiago Zagonei Serafini.

Coorientador: Professora Dra. Yanina Micaela Sammarco.

CURITIBA

2020

Denkewicz, Patrícia

Turismo, proteção ambiental e inclusão social na Ilha do Mel, litoral do Paraná. / Patrícia Denkewicz. - Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Cristina Frutuoso Teixeira.

Coorientadoras: Thiago Zagonel Serafini; Yanina Micaela Sammarco.

1. Turismo - Litoral do Paraná. 2. Proteção ambiental. 3. Inclusão Social - Ilha do Mel (PR). I. Teixeira, Cristina Frutuoso. II. Serafini, Thiago Zagonel. III. Sammarco, Yanina Micaela. IV. Título. V. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO - 40001016029P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **PATRICIA DENKEWICZ** intitulada: **TURISMO, PROTEÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL NA ILHA DO MEL, LITORAL DO PARANÁ**, sob orientação da Profa. Dra. CRISTINA FRUTUOSO TEIXEIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Março de 2020.

Assinatura Eletrônica

06/04/2020 09:30:54.0

CRISTINA FRUTUOSO TEIXEIRA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 20:07:38.0

EDUARDO HARDER

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/04/2020 19:22:28.0

MARTA DE AZEVEDO IRVING

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica

06/04/2020 17:58:05.0

ISABEL JUREMA GRIMM

Avaliador Externo (INSTITUTO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE-FGV)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente minha família, a qual me apoiou com amor e palavras estimulantes e confortantes nas diversas situações vivenciadas durante esse processo. Ao meu pai Edmundo Denkewicz, pelo apoio financeiro durante os primeiros anos de doutorado, pelo amor e exemplo de dedicação e caráter. À minha avó Lilia da Luz Burnato, por suas palavras doces e por seu carinho. À minha madrinha Sueli Aparecida Burnato, por seu carinho. Aos meus irmãos Letícia Denkewicz e Lucas Denkewicz, pelo apoio, conversas e carinho durante essa caminhada. E à minha falecida mãe Eliane Burnato Denkewicz, pela inspiração e exemplo de perseverança.

Agradeço também ao meu companheiro Tiago Grespan, pelo apoio em todas as etapas dessa caminhada, pela compreensão, incentivo e, principalmente, pelo amor a mim dedicado. Obrigada por tudo, com certeza seu companheirismo e amor tornou esse trabalho menos árduo.

Agradeço à minha sogra Vaneza Calligaro Grespan, pelas palavras de incentivo e carinho oferecido. À minha cunhada Taiana Grespan, pela correção do texto e, principalmente, pelo carinho.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pela oportunidade, assim como ao Projeto Vulnerabilidades e respostas das populações locais às ameaças socioeconômicas e naturais na Baía de Paranaguá-PR, chamado carinhosamente de Projeto Baías, que financiou a coleta de dados e ao órgão financiador Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que subsidiou esta pesquisa.

Agradeço à minha orientadora Professora Dra. Cristina Frutuoso Teixeira, por todos os ensinamentos e pelo carinho e dedicação a mim concedidos. Ao meu coorientador Professora Dr. Thiago Zagonel Serafim e a minha coorientadora Professora Dra. Yanina Micaella Sammarco, por toda a dedicação, e paciência. Não tenho dúvidas que os ensinamentos que vocês me repassaram vão além do conhecimento científico. Obrigada por tudo, vocês foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e também para meu

crescimento profissional. Agradeço também a Professora Dra. Marta Irving, pela participação na banca de qualificação e pela disponibilidade para conversar em outros momentos e, principalmente, pela inspiração. Ao Professor Dr. Daniel Hauer Queiroz Telles, pela participação na banca de qualificação. Agradeço ao Giovane Fernandes Oliveira, pela correção do texto e pelas palavras de incentivo.

Algumas pessoas não devem ser esquecidas devido ao fato de carregarem junto comigo o esforço envolvido no desenvolvimento da tese, a minha querida amiga Sandra Dalila Corbari que foi essencial para o desenvolvimento desta tese. Obrigada, amiga, pelo carinho e principalmente por sua amizade. Agradeço também a Mitchela Leucira Pedrussi, uma querida amiga que não mediu esforços para me auxiliar na coleta de dados. À Renata Brasileiro Franco, que por meio de longas conversas me auxiliou no direcionamento da pesquisa. À Yasmin Xavier Guimarães Nasri, por ter intermediado o contato com Prof Marta Irving e pelas conversas inspiradoras sobre o tema pesquisado. À Amanda Frommherz, por me ceder a chave do programa utilizado nas análises dos resultados e, principalmente, pelo carinho e amizade. Ao Florian Barth, pelo apoio e momentos de distração. Agradeço também ao Asauri Santana da Silva, por ter me auxiliado na coleta de dados disponibilizando seu tempo e sua lancha e ao Alcione Valentim, pelo carinho e auxílio na coleta de dados.

Alguns amigos a quem devo agradecer por terem convivido comigo ao longo dessa fase e contribuído de alguma forma em minha vida: Pamela Cristine Barbosa, Karem Priscilla Barbosa, Raquel dos Santos, Bruna Lacerda Morante, Victor Hugo Ferreira Andrade, Renata Carvalho e Paulo Henrique Bueno Chaves.

RESUMO

Esta tese objetiva analisar de que maneira o desenvolvimento do turismo contribui com o processo de inclusão social das comunidades nativas das Unidades de Conservação (UCs) da Ilha do Mel, litoral paranaense. A análise partiu do enfoque dos estudos sobre turismo e inclusão social. O turismo vem sendo frequentemente apontado por órgãos governamentais e não-governamentais como uma estratégia capaz de viabilizar a inclusão social das comunidades residentes em UCs, considerando as suas limitações do desenvolvimento de suas atividades socioaprodutivas, decorrentes do processo de gestão dessas UCs. Contudo, esses discursos podem desconsiderar questões políticas, socioculturais e ambientais, destacando sobretudo os benefícios econômicos da atividade turística. A pesquisa realizada, analisou como o desenvolvimento do turismo tem contribuído para formação de um contexto includente das comunidades que ocupam a Ilha do Mel, território composto por duas UCs de proteção integral: a Estação Ecológica da Ilha do Mel e o Parque Estadual da Ilha do Mel. Na tese, elas são denominadas como “comunidades nativas”, nomenclatura instituída pelas próprias comunidades em referência às suas origens. A pesquisa se desenvolveu, sobretudo, considerando os discursos das comunidades nativas e dos gestores da conservação e do turismo da Ilha do Mel, obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas baseadas em dimensões de análise da inclusão social. Atualmente, o turismo é a principal atividade produtiva dessas comunidades. Seu desenvolvimento intensificou-se quando o marco regulatório das UCs limitou a pesca e a agricultura realizadas pelas comunidades nativas. Conclui-se que o turismo na Ilha do Mel tem contribuído para a inclusão social a partir do estímulo à participação social, da geração de renda, da valorização cultural e da concordância com a necessidade das áreas protegidas e outras medidas de proteção ambiental. Entretanto, a negação de direitos territoriais, a ausência de um planejamento turístico sustentável, dentre outros fatores relacionados a articulação política entre as comunidades e os demais atores da conservação e do turismo foram apontados como fatores limitantes à contribuição do turismo para o processo de inclusão social das comunidades nativas da Ilha do Mel.

Palavras-chaves: Inclusão Social. Turismo. Ilha do Mel. Comunidades Nativas. Unidades de Conservação.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze how the development of tourism contributes to the process of social inclusion of the native communities of the Conservation Units (UCs) of Ilha do Mel, on the coast of Paraná. The analysis started from the focus of studies on tourism and social inclusion. Tourism has been frequently pointed out by governmental and non-governmental bodies as a strategy capable of enabling the social inclusion of communities living in UCs, considering their limitations in the development of their socio-productive activities, resulting from the management process of these UCs. However, these speeches can disregard political, socio-cultural and environmental issues, highlighting above all the economic benefits of tourism. The research carried out, analyzed how the development of tourism has contributed to the formation of an inclusive context of the communities that occupy Ilha do Mel, a territory composed of two fully protected UCs: the Ilha do Mel Ecological Station and the Ilha do Mel State Park Honey. In theory, they are called “native communities”, a nomenclature instituted by the communities themselves in reference to their origins. The research was developed, above all, considering the speeches of the native communities and the conservation and tourism managers of Ilha do Mel, obtained through semi-structured interviews based on dimensions of analysis of social inclusion. Currently, tourism is the main productive activity of these communities. Its development intensified when the regulatory framework of the UCs limited the fishing and agriculture carried out by the native communities. It is concluded that tourism in Ilha do Mel has contributed to social inclusion by encouraging social participation, income generation, cultural appreciation and agreement with the need for protected areas and other environmental protection measures. However, the denial of territorial rights, the absence of sustainable tourism planning, among other factors related to the political articulation between communities and other actors of conservation and tourism were pointed out as limiting factors to the contribution of tourism to the process of social inclusion native communities of Ilha do Mel.

Keywords: Social Inclusion. Tourism. Honey Island. Native Communities. Conservation Units.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fatores de exclusão social.....	39
Figura 2 - Segmentos de turismo no litoral do Paraná	77
Figura 3 - Representação das categorias das UCs do litoral do Paraná.	81
Figura 4 - Ilha do Mel, Paraná.	88
Figura 5 - Localização da Ilha do Mel - PR.	89
Figura 6 - Farol das Conchas.	91
Figura 7 - Fortaleza da Barra	92
Figura 8 - Farol, Ilha do Mel - PR.	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desenvolvimento Sustentável do Turismo	54
Quadro 2 - Uso Público em Unidades de Conservação	56
Quadro 3 - Porcentagem do território coberto por UCs dos municípios litorâneos do Paraná.....	80
Quadro 4 -Alterações das dimensões da inclusão social.	119
Quadro 5 - Adaptações das categorias das dimensões da inclusão social....	119
Quadro 6 - Síntese das técnicas utilizadas para a pesquisa de campo.	123
Quadro 7 - Perfil dos entrevistados	125
Quadro 8 - Dados referentes à dimensão política.	130
Quadro 9 - Dados referentes à dimensão econômica e do trabalho.	141
Quadro 10 - Dados referentes à dimensão sociocultural e simbólica.....	158
Quadro 11 - Dados referentes à dimensão ambiental.....	165
Quadro 12 - Grupos de proteção ambiental	208
Quadro 13 - Atividades de turismo desenvolvidas no litoral paranaense.	210
Quadro 14 - Entrevistas direcionadas aos gestores ambientais e do turismo	217
Quadro 15 - Dimensões, categorias de análise, técnicas de pesquisa de campo e perguntas.	219

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Comunidades da Ilha do Mel -PR.	107
---	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Área de Costa
ACA	Área de Controle Ambiental
AEE	Área da Estação Ecológica
AEIT	Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico
AP	Área de Praia
APA	Área de Proteção Ambiental
APE	Área do Parque Estadual
APP	Áreas de Proteção Permanente
AOPT	Área de Ocupação de População Tradicional Local
AR	Área de Reversão
AVL	Área de Vilas
AV	Área Verde
BR	Brasil
Cfa	Clima Subtropical
COM	Comissão das Comunidades Europeias
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
Cr\$	Cruzeiro
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
ESEC	Estação Ecológica
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
ISA	Instituto Socioambiental
ITB	Bolsa Internacional de Turismo

ITCF	Instituto de Terras, Cartografia e Florestas
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e geologia do Paraná
IUCN	União Internacional para a Conservação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PARANATUR	Empresa Paranaense de Turismo
PARNA	Parque Nacional
PE	Parque Estadual
PM	Parque Municipal
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPG-MADE	Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
PR	Paraná
REBIO	Reserva Biológica
RJ	Rio de Janeiro
RPPNs	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SC	Santa Catarina
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SETU	Secretaria de Turismo
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP	São Paulo
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
TBC	Turismo de Base Comunitária
UCs	Unidades de Conservação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	19
2.	TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL NAS ÁREAS PROTEGIDAS	26
2.1.	CONSERVAÇÃO NAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS.....	26
2.2.	INCLUSÃO SOCIAL E EXCLUSÃO SOCIAL: CONCEITOS POLISSÊMICOS.....	35
2.3.	TURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS	47
2.4.	A INCLUSÃO SOCIAL NAS ÁREAS PROTEGIDAS POR MEIO DO TURISMO	61
3.	CARACTERIZAÇÃO DO LITORAL PARANAENSE	70
3.1.	LITORAL DO PARANÁ: TURISMO E PROTEÇÃO DA NATUREZA...	70
3.2.	ILHA DO MEL: PROTEÇÃO AMBIENTAL E TURISMO	88
3.2.1.	A Gestão na Ilha do Mel	108
3.2.2.	Proposições para a gestão e organização política da Ilha do Mel	111
3.2.3.	O Porto de Pontal do Paraná.....	115
4	METODOLOGIA.....	117
4.1	CAMINHO METODOLÓGICO	117
4.2	PESQUISA DE CAMPO	121
4.3	CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	123
4.4	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	127
5.	ILHA DO MEL: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO À LUZ DA INCLUSÃO SOCIAL	129
5.1.	DIMENSÃO POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS ESPAÇOS DE TOMADAS DE DECISÃO.....	129
5.2.	DIMENSÃO ECONÔMICA E DO TRABALHO: TURISMO COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA?	140
5.3.	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E SIMBÓLICA: SOMOS NATIVOS!	156
5.4.	DIMENSÃO AMBIENTAL: USO SOCIAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA ILHA DO MEL	164
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO PARA A INCLUSÃO SOCIAL	179
7	REFERÊNCIAS	184
	APÊNDICES	207
	ANEXOS	234

PREÂMBULO: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

O curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento / PPGMADE objetiva a formação interdisciplinar de doutores para abordarem problemas socioambientais decorrentes da relação entre meio ambiente e desenvolvimento.

A formação interdisciplinar no Programa tem como fundamento a colaboração entre áreas de conhecimento distintas em torno de um objeto híbrido (FLORIANI, 2011) a ser constituído na prática de pesquisa da qual se originam as teses de doutorado. Os doutorandos ingressam no Programa sem um projeto de pesquisa definido, sendo consideradas as suas intenções e sua receptividade à prática interdisciplinar.

No caso da Turma XII, iniciada em 2016, os doutorandos ingressaram nas linhas de pesquisa do Programa (Usos e Conflitos nos Ambientes Costeiros; Ruralidade, Ambiente e Sociedade; Epistemologia Ambiental e Urbanização, Cidade e Ambiente Urbano. O tema geral proposto para a turma XII, foi “Conflitos Socioambientais e (in)Justiça Socioambiental, Resistências, Estratégias e Alternatividades de Desenvolvimento”.

A primeira etapa do processo de formação doutoral, correspondente ao primeiro ano de curso. Desenvolveu-se conjuntamente com todos os alunos do curso, consistindo na apresentação e discussão teórica de assuntos ligados à interface meio ambiente e desenvolvimento, desenvolvidos nas disciplinas Fundamentos e teorias das Ciências Humanas e Sociais; Fundamentos e teorias das Ciências da Natureza; e Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

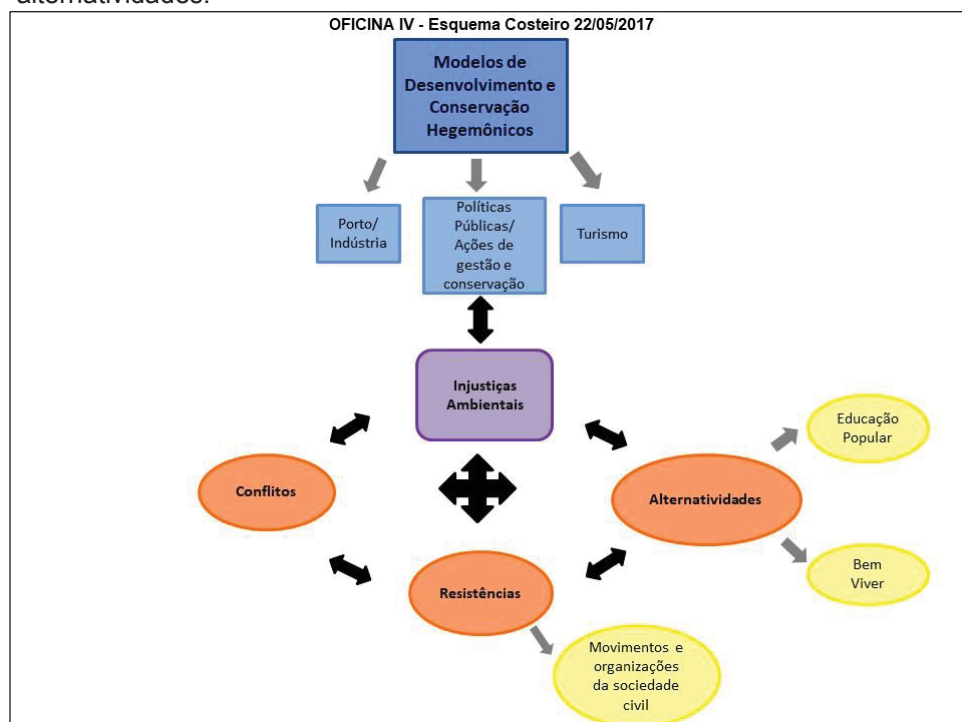
Posteriormente, o trabalho interdisciplinar com os doutorandos da turma XII do programa se iniciou na Oficina IV – Oficina de Construção da Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento e foi dividido em duas etapas de produção coletiva. A primeira etapa desta oficina constituiu, em um primeiro momento, de um trabalho de cunho mais teórico, onde diversos seminários sobre temas da interface entre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o tema geral da turma foram realizados. Posteriormente, foi produzido um documento baseado na busca de dados secundários para compreensão acerca

dos conflitos socioambientais no Brasil. Além disso, foi realizado um levantamento sobre os principais responsáveis pelo cenário de injustiças socioambientais, os espaços onde essas ocorrem, as populações mais vulneráveis e os tipos de impactos concretos e potenciais. Os dados foram obtidos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) através do Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil (FIOCRUZ, 2017), que possibilitou uma avaliação qualitativa e quantitativa do atual quadro geral de conflitos e injustiças socioambientais no Brasil.

A construção efetiva dos projetos de pesquisa coletivos e individuais aconteceram na segunda etapa da Oficina IV, a qual ocorreu dentro das linhas de pesquisas de cada doutorando, neste caso, na linha “Usos e conflitos nos Ambientes Costeiros”, carinhosamente chamado de “Linha do Costeiro”.

Nesta linha, foi proposto a realização do diagnóstico do Litoral do Paraná, o qual foi baseado em três vetores principais: porto/indústria, turismo e políticas e ações de conservação dos recursos naturais. Outro tema determinado como pertinente nesse processo foram as questões fundiárias, pois `concluiu-se que estas perpassam os demais vetores, no entanto, este tema foi trabalho ao longo dos eixos temáticos, ao invés de ser tratado isoladamente. Os vetores foram correlacionados entre si e com os potenciais conflitos socioambientais, processos de resistência e alternativas que produzidas no litoral paranaense, como elucida o esquema (FIGURA 1) a seguir.

FIGURA 1 - Esquema de elaboração do diagnóstico do litoral do Paraná com os sistemas de produção socioeconômica, seus principais vetores e os processos de conflitos, resistências e alternativas.



Fonte: Projeto Coletivo – Turma XII, 2017.

Partindo da problemática geral do PPGMADE, meio ambiente e desenvolvimento, ou como colocado no esquema “Modelos de Desenvolvimento e Conservação Hegemônicos”, seguiu-se para os vetores que representam estes modelos hegemônicos vigentes no litoral paranaense, entendendo que estes se correlacionam aos casos de Injustiça Ambiental e, por conseguinte, podem desencadear conflitos socioambientais e, potencialmente, processos de resistências e modelos alternativos, tanto de relações homem-natureza, quanto econômicas. Para os processos de resistências optou-se por trabalhar com os movimentos e organizações da sociedade civil que se utilizam de diversas estratégias e práticas diante das injustiças que enfrentam em suas realidades socioespaciais. E para as alternativas foi trabalhado com dois conceitos que poderiam ser verificados empiricamente: educação popular e bem viver. Com estas questões definidas foi possível, de maneira coletiva, iniciar a construção do diagnóstico, intitulado “Diagnóstico do litoral do Paraná: vetores de produção socioespacial - porto e indústria, turismo e políticas e ações de conservação e gestão ambiental - e conflitos, resistências e alternativas”.

Após a realização do diagnóstico, a Turma XII constituiu um dos componentes (Produção socioespacial, conflitos, resistências e alternativas no Complexo Estuarino de Paranaguá) do Projeto “Vulnerabilidades e respostas das populações locais às ameaças socioeconômicas e naturais na Baía de Paranaguá – PR”, iniciado em 2017 (em andamento) e financiado pelo CNPq. Esta avaliação objetiva subsidiar a elaboração de estratégias de empoderamento local e de formulação de práticas e políticas de gestão socioambiental.

A finalidade do diagnóstico era compilar informações sobre o litoral paranaense, buscando compreender, de forma mais clara, as interações que ocorriam nesse espaço, e, por conseguinte, formular perguntas que norteassem as pesquisas individuais. As problemáticas levantadas foram: como os processos de globalização mercantil, desenvolvimento nacional e regional, e de recodificação recente que regulamentam o acesso e o controle sobre espaços e bens naturais afetam as comunidades tradicionais costeiras do litoral do Paraná e quais são os conflitos e resistências que derivam disso? Como o turismo se relaciona com a produção do espaço, com os conflitos socioambientais e com as alternativas, considerando as tipologias e modelos de gestão do turismo no litoral do Paraná e quais as potencialidades e limites da atividade? Para o desenvolvimento desta tese doutoral foi adotada como ponto de partida a segunda problemática, relativa ao turismo, considerando-se o recorte geográfico das Unidades de Conservação do litoral do Paraná.

Durante o levantamento da produção científica acerca dos conflitos socioambientais relacionados ao turismo em UCs chegou-se ao tema da inclusão social. Verificou-se que os órgãos ambientais (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Instituto Ambiental do Paraná) e o Ministério do Turismo, apresentavam o turismo como uma alternativa econômica viável – em relação à compatibilidade dos objetivos de proteção ambiental e do desenvolvimento socioeconômico local – para as comunidades locais e para as próprias UCs, considerando-o uma via potencial para a inclusão social destas comunidades. Em consequência desta percepção, estes órgãos desenvolveram diversas ações para estimular o turismo nas áreas protegidas.

Buscando analisar esse contexto percebeu-se que esses órgãos interpretavam a inclusão social, sobretudo, pelo viés econômico. Tais percepções levaram a questionar se o turismo desenvolvido nas UCs do litoral paranaense contribuía efetivamente para a inclusão social das comunidades locais, originando assim o tema desta pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Plano de Ação da Convenção da Diversidade Biológica (CDB, 2002) e os Objetivos do Milênio (2000), as áreas protegidas foram consideradas como estratégia importante para a conservação da biodiversidade. Contudo, a gestão da conservação nessas áreas entra em conflito com a apropriação e uso dos recursos naturais e simbólicos da ocupação antrópica pregressa desses territórios (SPÍNOLA, 2012; TEIXEIRA, 2004; DIEGUES, 2005).

No Brasil, simultaneamente à politização do movimento ambientalista, à crise econômica, à abertura política ocorrida na década de 1980, e a criação de políticas e órgãos ambientais, como a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), além da criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), dentre outros fatores, intensificaram-se os movimentos socioambientais que buscavam garantir a reprodução socioeconômica e cultural das populações que habitam as áreas protegidas e seus entornos, mediante as determinações de remoção das comunidades¹ em áreas protegidas que não permitiam qualquer tipo de ocupação antrópica, ou regulamentação restritiva da ocupação e uso dos recursos naturais, no caso de áreas protegidas que permitiam a ocupação antrópica. No decorrer da década de 1990, intensificaram-se as questões relacionadas à exclusão da participação social das comunidades locais nos espaços de decisão voltados à gestão de áreas protegidas, acompanhadas da perspectiva na qual os problemas ambientais devem ser interpretados como resultado da cisão entre a natureza e sociedade (SPÍNOLA, 2012; TEIXEIRA 2004). O debate e em torno das áreas protegidas distanciou-se, aos poucos, do mito da natureza intocada (DIEGUES, 1996) e incorporou, ao seu escopo de discussão, a presença das comunidades locais nestas áreas, buscando traçar

¹Não cabe discutir aqui o conceito polissêmico de comunidades, entretanto, evidencia-se o conceito empregado para a utilização deste termo, o qual é inspirado na autora Heller: “ a comunidade é uma unidade estruturada, organizada, de grupos, dispondo de uma hierarquia homogênea de valores” (HELLER, 2000, p. 70).

estratégias que promovessem a inclusão social das comunidades locais, que contribuíssem para a conservação da biodiversidade e que fomentassem a cogestão de áreas protegidas. Entretanto, as áreas protegidas não se desvincularam dos conflitos relativos à apropriação e do uso dos recursos naturais, ações que ainda são consideradas incompatíveis, em alguns casos, com as estratégias estabelecidas para a promoção da proteção da natureza.

As políticas de gestão e conservação dos recursos naturais restringem a ocupação de determinadas áreas ou limitam a utilização dos recursos naturais (DIEGUES, 2005), impactando diretamente na organização sociocultural e econômica das comunidades que habitam as áreas destinadas à proteção ambiental. Um dos principais desafios para a gestão dessas áreas reside na articulação da conservação da biodiversidade e da ocupação antrópica com atividades produtivas que permitam a reprodução sociocultural das comunidades locais (SPÍNOLA, 2011; PRETTO; MARIMON, 2017).

O turismo em áreas protegidas tem sido considerado pelos gestores de tais áreas como uma atividade capaz de articular atividades econômicas à conservação da biodiversidade (ICMBio, 2017). Considera-se que as atividades realizadas pelo turismo com base no planejamento sustentável e participativo proporcionam a amenização dos conflitos socioambientais instaurados em torno das políticas de proteção ambiental e promovem a inclusão social dos excluídos do processo de conservação (MMA, 2006; IRVING, 2015).

Diante do exposto acima, a Ilha do Mel torna-se um campo interessante para ser pesquisado, já que é considerada uma área importante para a conservação da biodiversidade (IAP, 2012) e um importante atrativo turístico para o estado do Paraná.

A Ilha do Mel é composta por duas UCs: a Estação Ecológica da Ilha do Mel e o Parque Estadual da Ilha do Mel. Ambas são ocupadas por comunidades caiçaras², empresários do comércio e do setor de serviços, além de atores externos à Ilha, os quais têm o turismo como principal atividade econômica (TELLES, 2007; SPERB, 2009; GONZAGA et al., 2014; HARDER, 2014).

² As comunidades caiçaras também se autodenominam como comunidades nativas, fazendo referência a suas origens territoriais (WESTPHAL, 2014).

Observa-se que na Ilha do Mel o desenvolvimento do turismo e as políticas para a gestão e proteção ambiental sempre estiveram interligados. Entre os anos de 1970 e 1975, audaciosos planos turísticos foram apresentados ao governo do Paraná com o intuito de transformar a Ilha do Mel em um grande complexo turístico. Tais planos vislumbravam o desenvolvimento de um turismo massificado e predatório, desconsiderando totalmente a existência das comunidades nativas e a importância ecológica da área (HARDER, 2014).

Para barrar o avanço desse turismo predatório, algumas estratégias foram adotadas: primeiramente, a Ilha foi tombada como Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, e, posteriormente, houve a criação da Estação Ecológica. Tais estratégias impediram o desenvolvimento dos planos turísticos propostos, mas, devido às limitações ambientais que as acompanharam, também intensificaram o desenvolvimento do turismo em pequena escala que as comunidades nativas já desenvolviam, ou seja, as propostas acerca do turismo massificado e predatório foram contidas pela criação das áreas protegidas. O turismo de baixa escala foi intensificado, uma vez que as comunidades nativas tiveram suas atividades econômicas – representadas pela pesca e pela agricultura – limitadas pela instituição gestora da ESEC (HARDER, 2014).

Na atualidade, o desenvolvimento do turismo é considerado a principal atividade econômica da localidade e, também, é interpretado pelo órgão gestor estadual, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), como uma ferramenta para a promoção da sensibilização ambiental (IAP, 2012). Isso porque tal desenvolvimento teria ressignificado as UCs para as comunidades nativas. Áreas que anteriormente eram interpretadas como empecilhos ao desenvolvimento local, atualmente, são consideradas propulsoras da atratividade turística, que demanda a necessidade da proteção ambiental local. Com isso, alcançamos a retórica do turismo como “salvador” econômico e “promotor” da sensibilização ambiental e da inclusão social das comunidades vulneráveis.

Em um contexto de fragilidade ambiental e econômica das próprias UCs e de exclusão social em torno da gestão dessas áreas, configura-se o desenvolvimento sustentável do turismo como estratégia capaz de promover

diversos benefícios para as comunidades locais e de gerar renda para as próprias UCs, que normalmente dispõem de um financiamento público reduzido (ICMBio, 2017). Ainda, o turismo contribuiria com a valorização cultural e estimularia a proteção da natureza por meio da sensibilização ambiental dos turistas e dos moradores locais. Assim, constituir-se-ia como “uma alternativa real de desenvolvimento local” (PEREZ; CARRILLO, 2000; CARESTIATO, 2000; IRVING et al., 2003, 2015, 2018).

Observa-se que o desenvolvimento do turismo é uma prática que transcende as motivações e as expectativas econômicas, na medida que envolve o cotidiano, as emoções e as vivências das comunidades receptoras, como também dos indivíduos que chegam. Esse processo de desenvolvimento pode “representar uma via potencial para a transformação social e para a reflexão ética sobre valores, no contexto de uma sociedade em crise” (IRVING, 2015, p. 51). Entretanto, tal processo também trabalha com a imaginação da demanda e com a estruturação ou a desestruturação econômica, sociocultural e ambiental das comunidades receptoras, o que significa que é capaz de promover profundas transformações.

Apesar das potencialidades do turismo para a inclusão social e para a sensibilização ambiental, não é possível afirmar que o turismo seja sempre inclusivo ou que irá “solucionar” os conflitos estabelecidos em áreas protegidas em torno da apropriação e do uso dos recursos naturais, sobretudo se for levado em conta que o desenvolvimento do turismo pode apresentar diversos impactos negativos, como a degradação ambiental, a desvalorização cultural, a promoção da desigualdade social, dentre outros (IRVING, 2015; BRANDÃO; CORIOLANO, 2016).

Assim, é preciso refletir sobre a apologia ao turismo como estratégia de “salvação” para compatibilizar a proteção dos recursos naturais e a reprodução socioeconômica das comunidades locais. Interesses econômicos, por exemplo, podem transformar o desenvolvimento do turismo em um canal para a “colonização” das áreas protegidas e para a utilização indiscriminada de seus recursos naturais (RODRIGUES, 2009). É o caso de áreas nas quais se instala o turismo hegemônico, o qual refere-se ao turismo convencional, compreendidos

“como atividades produtivas modernas, com foco no mercado e concentração de lucros, reproduzindo organizações territoriais em espaços do capital propícios ao lazer” (BRANDÃO, CORIOLANO, 2016, p. 102).

Evidencia-se a importância de pensar o turismo e sua relação com a inclusão social em áreas protegidas no contexto brasileiro onde as ações de conservação ambiental (ABESSA et al. 2019; FERRANTE; FEARNSIDE, 2019) e os direitos de populações tradicionais são ameaçados e o turismo sustentável ambientalmente e socioeconomicamente encontra obstáculos para avançar (SANCHO, 2007; IRVING, 2015). Nessa perspectiva, se apresenta o interesse sobre a temática desta pesquisa - turismo, áreas protegidas e inclusão social. Ainda, no Brasil a importância do turismo afirma-se diante dos compromissos de inclusão social nas políticas públicas, em decorrência das Metas do Milênio (2000) e de documentos norteadores vinculados à Convenção da Biodiversidade Biológica (1992), à Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões culturais (2005), às diretrizes da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e às da Organização Mundial do Turismo, reforçados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (IRVING, 2015).

Considerando o contexto acima e tendo em vista as especificidades da Ilha do Mel e a problemática em torno da inclusão social das comunidades afetadas por áreas protegidas, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: *qual a contribuição do desenvolvimento do turismo no processo de inclusão social das comunidades nativas da Ilha do Mel?*

A presente investigação partiu da proposta de análise da inclusão social de Irving (2015) que apresenta sete dimensões: Política, Econômica, Trabalho, Cultural, Simbólica/ Imaterial, Social e Ambiental. Em função do contexto a ser pesquisado, foi realizada a adaptação dessas dimensões que resultou em quatro dimensões para analisar a inclusão social das comunidades nativas da Ilha do Mel: a dimensão política; a dimensão econômica e do trabalho; a dimensão sociocultural e simbólica; e a dimensão ambiental (IRVING, 2015).

Para alcançar o objetivo geral deste estudo de analisar a contribuição do desenvolvimento do turismo para o processo de inclusão social das

comunidades nativas da Ilha do Mel, as quatro dimensões acima orientaram os seguintes objetivos específicos:

- analisar como se desenvolve e se há efetividade no processo de participação social das comunidades nativas da Ilha do Mel;
- investigar se o desenvolvimento do turismo oportuniza a inserção das comunidades nativas na dinâmica econômica local;
- pesquisar se, em meio ao avanço do turismo, há o reconhecimento, a valorização, a proteção e o intercâmbio cultural;
- verificar as influências do desenvolvimento do turismo sobre o uso social do ambiente natural pelas comunidades nativas.

Para atingir-se esses objetivos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores nativos da Ilha do Mel e com gestores ambientais e do turismo. É importante salientar que as informações coletadas por meio de tais entrevistas permeiam o texto inteiro desde a caracterização do local de estudo até as análises dos resultados.

A presente tese está estruturada em seis seções principais: na seção 1 apresenta-se a introdução. Na seção 2, intitulada *Turismo e inclusão social nas áreas protegidas*, apresenta-se a revisão bibliográfica que embasa esta pesquisa, sendo esta seção dividida em quatro subseções: *Conservação nas áreas naturais protegidas; Inclusão social e exclusão social: conceitos polissêmicos; Turismo em áreas naturais protegidas; A inclusão social nas áreas protegidas por meio do turismo*. Na seção 3, são delineadas algumas características acerca da área de estudo em cinco subseções intituladas *Litoral do Paraná: turismo e proteção da natureza; Ilha do Mel: proteção ambiental e turismo; A gestão na Ilha do Mel; Proposições para a gestão e organização política da Ilha do Mel e O Porto de Pontal do Paraná*. Na seção 4, são descritos os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa. Na seção 5, são reportados os resultados e as discussões em torno da inclusão social a partir das categorias analíticas estipuladas, contendo esta quinta seção quatro subseções intituladas: *Dimensão política: participação social nos espaços de tomadas de decisão; Dimensão econômica e do trabalho: turismo como alternativa*

econômica?; Dimensão sociocultural e simbólica: somos nativos!; Dimensão ambiental: uso social das unidades de conservação da Ilha do Mel. Por fim, na seção 6, são informadas as principais conclusões desta pesquisa.

2. TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL NAS ÁREAS PROTEGIDAS

2.1. Conservação nas Áreas Naturais Protegidas

A apresentação desse texto sobre as áreas protegidas leva-nos a entender, em síntese, que a ideologia da “natureza intocada/neomito” resultante da reflexão sobre a crise ambiental deu o “*start*” para as concepções de áreas protegidas no mundo, no modelo que separava o homem da natureza. Esse padrão foi copiado, em especial, pelos países do Terceiro Mundo que aplicavam uma teoria que não condizia com sua realidade.

As áreas protegidas, segundo a IUCN (União Mundial para a Conservação da Natureza), são definidas como “uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (IUCN, 1994). Junto a esse conceito foi instituído um sistema internacional de classificação das áreas naturais protegidas. Essa classificação surgiu com o intuito de padronizar e organizar as criações das áreas protegidas em âmbito internacional e para isso foram instituídas seis categorias de manejo: Reserva Natural Estrita, Área Silvestre, Parque Nacional, Monumento Natural, Santuário de Vida Silvestre, Paisagem Terrestre/Marinha Protegida e Área Protegida com Recursos Manejados (IUCN, 1994).

Apesar da instituição dessas categorias de manejos, os países membros da IUCN têm a possibilidade de criar suas próprias categorias a partir de suas particularidades, entretanto, devem considerar as orientações estipuladas pela IUCN (IUCN, 1994). Sendo assim, o Brasil organizou suas áreas protegidas da seguinte maneira: Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais, Terras Indígenas, Territórios Remanescentes de Comunidade de Quilombos, Unidades de Conservação, Reserva da Biosfera, Sítios Ramsar, Sítios do Patrimônio Natural (PELLIZZARO et al., 2015).

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a conservação começaram a ser desenvolvidas, paulatinamente, a partir da década 1930, quando iniciaram intervenções de regulamentação dos recursos naturais relevantes ao processo de industrialização. Apesar disso, é possível observar acontecimentos de escala internacional que induziram as políticas públicas mundiais (PECCATIELLO, 2011).

Esses avanços em torno da proteção da natureza nesse período “ocorreram precisamente em função de um cenário favorável, marcado por uma importante mudança no quadro político e social brasileiro, até então dominado pelas elites rurais” (MEDEIROS, *et al.*, 2006, p. 17). Nesse momento, ocorria a denominada “Revolução de 30”, que deu início ao processo de mudança do país para uma conjuntura dominada pela urbanização e industrialização (CUNHA e COELHO, 2003). E nesse contexto de mudanças, “a questão ambiental se impôs na agenda de reformas do país, que visaram o fortalecimento do Estado e de suas instituições, sendo incorporada no aparato jurídico e institucional brasileiro” (MEDEIROS *et al.*, 2006, p. 17).

A estabilização desse novo cenário de desenvolvimento para o Brasil foi registrada na segunda Constituição Republicana Brasileira de 1934. Pela primeira vez, nesse documento, a proteção da natureza aparecia como um princípio básico, sendo a União a responsável por “proteger as belezas naturais e monumentos de valor históricos e artísticos” (MEDEIROS *et al.*, 2006, p. 16).

Com isso, a natureza começou a ser interpretada de uma nova maneira, ela “passa a ser considerada como patrimônio nacional a ser preservado, sua proteção ganha um novo *status* na política nacional, consistindo em tarefa ou dever a ser cumprido e fiscalizado pelo poder público”. Dessa maneira, “a proteção da natureza passa a compor definitivamente a agenda governamental brasileira, caracterizando-se como um objetivo complementar da política de desenvolvimento nacional” (MEDEIROS, *et al.*, 2006, p.17).

Nesse sentido, em uma perspectiva histórica, no Brasil a primeira área protegida criada foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937. Antes disso, de acordo com Pádua (2004), a interação sociedade/natureza, no Brasil, foi baseada na utilização do território para fins econômicos, na exclusão da

biodiversidade nos planejamentos de ocupação do território e no investimento no cultivo de monoculturas, podendo ser baseados em espécies exóticas.

A criação desse Parque Nacional foi viabilizada pelo Código Florestal, que em 1934 promoveu o início da criação de instrumentos que recomendavam a proteção da natureza com ênfase na definição de tipologias de áreas a serem protegidas. Essas criações de Parques Nacionais estenderam-se até 1939, os quais eram gerenciados pelo Serviço de Floresta Nacional – Seção de Parques e Florestas Nacionais, o qual era vinculado ao Ministério da Agricultura. Nesse período (1934), havia também a influência do Código de Caça e Pesca para a criação de áreas protegidas, já que em um de seus capítulos recomendava-se a destinação de terras públicas para o estabelecimento de parques de criação e refúgio (PECCATIELLO, 2011).

Todavia, foi na década de 1960 que as políticas ambientais no Brasil passaram a se desenvolver com mais ênfase. Sendo assim, “a criação das instituições e legislações, designadas especificamente a conservação da natureza, concentra-se nas quatro últimas décadas do século XX” (PECCATIELLO, 2011, p.73).

Entre os anos de 1980 e 1990, vários acontecimentos ambientais influenciaram as políticas ambientais no Brasil, como por exemplo: a elaboração, em escala internacional do Relatório Brutland; a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – UNCED (a qual resultou em vários acordos importantes como as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para as Florestas, esses exercem influência nas questões ambientais até hoje); e a Conferência Rio +10 (PECCATIELLO, 2011).

Além disso, a instituição de áreas protegidas no Brasil foi influenciada por diversas políticas públicas ambientais, como por exemplo: Código Florestal (Dec. 23793/1934); Código de Caça e Pesca (Dec. 23793/1934); Novo Código Florestal (Lei 4771/1965); Lei de Proteção aos Animais (Lei 5197/1967); Programa MaB, 1970 (Dec. 74685/74 e Dec. Pres. 21/09/99); Convenção sobre Zonas Úmidas, 1971 (promulgada pelo Dec. 1905/96); Conv. Patrimônio Mundial, 1972 (promulgada pelo Dec. 80978/1977); Estatuto do Índio (Lei nº

6001 de 19/12/1973); Lei de Criação das Estações Ecológicas (Lei 6902/1981); Lei de Criação das Áreas de Proteção Ambiental (Lei 6902/1981); Decreto de Criação das Reservas Ecológicas (Dec. 89336/1984); Lei de Criação das ARIEs (Dec. 89336/ 1984); Lei de Criação das RPPNs (Lei 1922/1996); Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9985/2000); Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (Dec. 5.758/2006); Lei Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006 e Decreto 6.660/2008); Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) (MEDEIROS, 2006). Essas políticas públicas ambientais mostram uma ênfase na questão territorial, o que resultou em uma espacialização dos programas e projetos desenvolvidos para a proteção ambiental, além de instituir no país, até o início de 1990, um sistema de criação complexo e desarticulado de áreas protegidas.

Atualmente, as áreas protegidas são regulamentadas, principalmente, por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - Lei nº 9.985 de 2000 e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), ambos foram elaborados para atender às necessidades de criação e gestão das áreas protegidas (PECCATIELLO, 2011).

O SNUC é um sistema baseado em categorização e tipologias que permite - pelo menos conceitualmente – a conservação e a preservação por meio do controle na utilização dos recursos naturais (MEDEIROS, 2006). Isso decorre da racionalização do espaço, baseada nos conhecimentos salientados pela ciência (DERANI, 2001), caracterizando o conhecimento científico como seu poder estruturante. A criação desse instrumento de proteção e, conseqüentemente, de novas tipologias de áreas protegidas, reflete tanto as expectativas sociais de grupos interessados, quanto os arranjos políticos e institucionais que exercem pressão ou influência sobre o Estado (MEDEIROS, 2006).

Esse sistema não aborda todas as categorias de áreas protegidas existentes no Brasil, direciona-se, exclusivamente, para a implantação e a gestão das UCs, as definindo como:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, (BRASIL, 2000, lei 9.985 art. N°02).

As UCs são organizadas por meio do SNUC em 12 categorias de proteção, sendo divididas em dois grandes grupos: as Unidades de Proteção Integral, que têm como objetivo "preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei"; e as Unidades de Uso Sustentável, as quais têm o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

O grupo de Unidades de Proteção Integral é composto pelas categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Nacional e Refugio de Vida Silvestre. Já o grupo de Uso Sustentável, por: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000). Cada categoria busca preservar as características relevantes existentes nas áreas e utilizar de maneira sustentável, quando for o caso, os recursos disponibilizados.

Apesar do inegável avanço que o SNUC proporcionou à questão das áreas protegidas no Brasil, não se atingiu plenamente a pretensão inicial de criação de um sistema que pudesse integrar, por meio de um único instrumento, a criação e a gestão das distintas tipologias de áreas protegidas do país. Percebe-se que na categorização estipulada pelo sistema há o ordenamento e a regulamentação de um grupo de categorias. Entretanto há também o aprofundamento da divisão já existente entre outras tipologias de áreas protegidas, que não foram incluídas no sistema, porém que ainda existem, como por exemplo: as Áreas de Preservação Permanente, as Reservas Legais e as Terras Indígenas, enquadradas no Código Florestal de 1965 (MEDEIROS, 2006).

Desse modo, tentando sanar a divisão promovida pelo SNUC entre as áreas protegidas, cria-se o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

(PNAP), no qual é enfatizada a necessidade de se aprimorar a comunicação para a construção de estratégias de gestão integrada entre UCs e demais áreas protegidas (COZZOLINO *et al*, 2015).

O PNAP foi instituído em 2006, como resultado do compromisso assumido pelo país em 2004, na Sétima Conferências Partes – COP VII - de instituir o Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). O processo de elaboração iniciou-se em 2004, por meio da assinatura do Protocolo de Intenções entre o Ministério do Meio Ambiente e 36 instituições ente ONGs e movimentos e sociais (COZZOLINO *et al*, 2015).

O PNAP reconhece nas áreas protegidas o uso sustentável como um potencial intrínseco e considera, para o desenvolvimento nacional, a sustentabilidade ambiental como uma ideia central, elencando entre seus princípios a equidade e firmando o compromisso de participação social e o exercício da cidadania como princípios e estratégias para alcançar suas metas (COZZOLINO *et al*, 2015). O PNAP está estruturado em quatro eixos: 1) Planejamento, Fortalecimento e Gestão; 2) Governança, Participação, Equidade e Repartição de Custos e Benefícios; 3) Capacidade Institucional; e 4) Avaliação e Monitoramento, ambos seguem a lógica da CDB (BRASIL, 2006). Em geral, o PNAP “expressa especial atenção às questões relativas ao fomento à participação social para acompanhar, influir e exercer controle social nos processos de gestão” (COZZOLINO *et al*, 2015, p. 149-150).

Entretanto, sem negar os esforços direcionados à concepção de um sistema mais integrado para a criação e o gerenciamento das áreas protegidas e a importância dessas áreas como política de contenção da perda de diversidade biológica, a criação e gestão das áreas protegidas, em especial das UCs, é colocada em debate. A instituição dessas, por vezes, promove a exclusão social das populações locais, seja por questões econômicas, sociais, ambientais, culturais ou simbólicas, visto que a ausência de estratégias que busquem integrar as UCs à dinâmica local tem resultado em diversos conflitos socioambientais, os quais geralmente são decorrentes da implantação autoritária dessas áreas (MEDEIROS *et al.*, 2006),

Diegues (2008) afirma que o contexto das UCs está imerso em inúmeros conflitos socioambientais, e nesse sentido, o autor destaca três grupos de conflitos. O primeiro refere-se as suas tipologias e características, uma vez que as áreas consideradas prioritárias são de proteção integral, categoria que não permite a ocupação humana dentro dessas áreas. O segundo grupo relaciona-se ao impacto político-territorial e fundiário gerado pela criação dessas áreas, grandes porções de terra são transformadas em áreas protegidas sem uma avaliação eficiente sobre os impactos sociais e ambientais gerados por essa implantação. E o terceiro grupo está associado aos problemas sociais e étnicos relativos à expulsão de populações tradicionais ou não de seus territórios ancestrais, “com esse tipo de ação autoritária o Estado colabora com a perda de um vasto conjunto de etnoconhecimento e etnociência, de sistemas engenhosos de manejo de recursos naturais e da própria diversidade cultural” (DIEGUES, 2008, p. 22).

No conflito estabelecido entre as UCs e as populações locais, instaura-se o confronto entre dois saberes: o tradicional e o científico-moderno. De um lado, está o conhecimento acumulado das populações tradicionais sobre a natureza em geral. Do outro lado, tem-se o conhecimento científico oriundo, muitas vezes, das ciências naturais. E nesse cenário, no lugar da etnociência, instaura-se o poder da ciência moderna, o qual ignora o conhecimento tradicional, refutando a ideia que esse conhecimento vem promovendo a conservação da natureza (DIEGUES, 2008).

Além do conflito de saberes há também os conflitos de uso e apropriação dos territórios, o qual relaciona-se à expulsão das comunidades locais de seus espaços. Esse conflito ocorre, geralmente, em UCs de Proteção Integral, onde as comunidades são realocadas para outros espaços ou então permanecem na invisibilidade, vivendo as margens dessas áreas. Usualmente, os governos “transferem as populações das regiões onde viveram seus antepassados e onde está presente sua organização social e cultural, para regiões ecologicamente e culturalmente diferentes”, fato que muitas vezes inviabiliza sua sobrevivência (GHIMIRE, 1993; DIEGUES, 2008). Essa transferência é encarada por essas populações como uma usurpação de seus direitos à terra. E isso torna-se mais

grave quando a “operacionalização de um neomito se faz com a justificativa da necessidade da criação de espaços públicos, em benefício da nação, na verdade, das populações urbano-industriais” (DIEGUES, 2008, p. 67).

A realocação das comunidades locais está ligada ao estabelecimento de novas perspectivas de uso sobre os territórios. Locais que historicamente eram interpretados como espaços de moradias e desenvolvimento passam a ser compreendidos como áreas de proteção ambiental, constituindo assim uma nova perspectiva de uso sobre o território.

Em relação a isso, Silva (2012) afirma que neste jogo de poderes, geralmente os mais prejudicados são os que detêm menor poder de barganha, as comunidades locais e tradicionais, que têm sua base de sustento afetada, e comumente são espoliadas e/ou expropriadas desses territórios que ajudaram a proteger (SILVA, 2012).

Na contramão desse conflito, por volta de 1960, a contribuição das populações locais para a proteção ambiental é reconhecida pela IUCN, que passa a questionar a expulsão dessas populações (DIEGUES, 2008). Por conseguinte, diversos documentos e reuniões sobre questões ambientais passam a discutir de alguma forma a presença humana dentro das áreas protegidas e ponderaram sobre a necessidade de respeitar sua cultura e seus direitos. Entretanto, foi no IV Congresso Mundial de Parques, em Caracas, no ano de 1992, que essa preocupação foi reforçada, pois nesse evento a IUCN relatou que 86% dos parques da América do Sul possuem populações permanentes (DIEGUES, 2008). Tal dado demonstrou que há de fato um grande conflito a ser considerado.

A minimização desse conflito socioambiental passa a ser analisada à luz da participação social na implantação e gestão das UCs. No Brasil, em contexto geral, a participação nos processos de elaboração de estratégias e tomada de decisão se fortaleceu após 1988 com a promulgação da Constituição Federal, a qual previa a necessidade de construção de espaços públicos para definição e execução de políticas públicas em diversos setores, inclusive da natureza, que passa a ter a participação popular garantida. Diante disso, diversas alternativas foram criadas, ao longo do tempo, para garantir essa participação popular, como

por exemplo: a Política Nacional de Meio Ambiente, Conselhos, Comitês de Bacias Hidrográficas, Agenda 21, Declaração do Rio de Janeiro de 1992, o SNUC e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, entre outros (JACOBI, 2003; LOUREIRO e CUNHA, 2008; AVRITZER, 2012; QUADROS *et al*, 2015).

O SNUC e o PNAP instituem a participação popular na implementação e gestão das áreas protegidas. O SNUC prevê conselhos (espaços de consultas ou de deliberações) e audiências públicas como instâncias formais de participação. O PNAP institui o compromisso de ampliação dos processos de governança participativa como estratégia para a gestão das áreas protegidas, por meio do estabelecimento de políticas públicas integradas e do compromisso com a participação popular (COZZOLINO *et al*, 2015).

Entretanto, por mais que essas ferramentas representem uma importante inovação na legislação da gestão das áreas protegidas, garantindo uma maior fiscalização e transparência sobre as áreas e viabilizando a participação popular (RODRIGUES, 2005), “tais espaços dialógicos não devem ser vistos como garantia da participação e de democracia” (QUADROS *et al*, 2015, p. 39). As formas de participação oferecidas, em muitos casos, são ineficazes, pois as maneiras de integrar essas populações no planejamento e na implantação das áreas protegidas, na maioria das vezes, buscam apenas minimizar os conflitos potenciais ou existentes e não verdadeiramente oferecer alternativas viáveis de subsistência a essas populações (DIEGUES, 2001). Então, “a chamada participação das populações no estabelecimento das UCs, muitas vezes, não passa de cortina de fumaça para responder a certas demandas internacionais” (DIEGUES, 2008, p. 22).

Contudo, em meio ao cenário conflituoso das UCs tem-se criado estratégias para a minimização desses conflitos. Nessa perspectiva, atualmente, discute-se o turismo sustentável como uma atividade conciliadora do desenvolvimento e da proteção ambiental, uma vez que atividade planejada, a partir dos preceitos da proteção da natureza, trará recursos financeiros para comunidades locais, como também, auxiliará na proteção ambiental por meio da conscientização (IRVING, 2003, 2015).

2.2. Inclusão Social e Exclusão Social: conceitos polissêmicos

O discurso em torno da inclusão social deriva-se da ideia de exclusão social. É necessário enfatizar que a inclusão não se resume ao simples binômio “de quem não está incluído está excluído”, pois embora o excluído seja apontado como “aquele que está fora”, o processo da exclusão não pode ser analisado apenas por essa perspectiva de estar fora/estar dentro ou *inside/outside*. Ambas as situações são sempre relativas e instáveis, pois as fronteiras sociais que limitam a exclusão e a inclusão não são fixas, elas se movimentam, possuem formas distintas e dimensões inimagináveis (NASCIMENTO; COSTA, 2015), tornando a exclusão social algo complexo e de difícil definição.

O início da discussão conceitual da exclusão é atribuído a René Lenoir, por meio de sua obra de 1974, *Les exclus. Um français sur dix* (Os excluídos: um entre dez franceses). Esse texto chamou a atenção para a exclusão de certas categorias sociais na economia expansiva na França, que se aproximara do pleno emprego. Nesse contexto, os idosos, deficientes físicos e os “inadaptados” socialmente eram os excluídos de uma sociedade que havia conseguido superar a pobreza, em seus critérios econômicos (ESTIVIL, 2003; TEIXEIRA, 2007).

Sendo assim, a exclusão social teve como referencial a sociedade europeia, especialmente a francesa, com o desenvolvimento do Estado do Bem-Estar Social, na qual o Estado torna-se responsável pelas necessidades de reprodução social, a qual era considerada como responsabilidade individual. Contudo, essa nova perspectiva não significou a redistribuição da riqueza social, mas a possibilidade de elevação de um nível social. Essa responsabilização do Estado foi a principal contribuição da social democracia no primeiro mundo e resultou na construção da legitimidade de luta dos movimentos sociais (SPOSATI, 1998). Eram consideradas excluídas as pessoas que não alcançavam condição de cidadania de direitos (civil, político e social) universalizado. A origem da exclusão social está no crescimento dos sem-teto, no crescimento da pobreza, nas condições precárias de trabalho, no

desemprego e na dificuldade de os jovens ingressarem no mercado de trabalho (ROGERS, 1995; SPOSATI, 1998; TEIXEIRA, 2007).

Entretanto, a busca pela igualdade social foi incapaz de acabar com a exclusão intrínseca ao modo de produção capitalista “já que é cada vez mais evidente que o pleno emprego é incompatível com o processo de acumulação”. Dessa forma, “a impossibilidade da universalização do emprego é a primeira grande e universal manifestação de exclusão social sob o capitalismo” (SPOSATI, 1998, p. 02).

Nesse sentido, Serge Paugam, na década de 1990, propôs o conceito de desqualificação social para a análise da exclusão. Segundo o autor a desqualificação social é um processo que “caracteriza o movimento de expulsão gradativa do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população – e as experiências vividas na relação de assistência ocorridas durante as diferentes fases desse processo” (PAUGAM, 2001, p. 68).

Esse processo é constituído por três etapas: a fragilidade, a dependência e a ruptura dos laços sociais. A fragilidade deriva das dificuldades de inserção profissional dos indivíduos que não recebem assistência do Estado. Esta pode evoluir para a dependência, a segunda etapa. Por sua vez, esta caracteriza-se pela insegurança profissional, que resulta na redução dos recursos econômicos e, em consequência, gera a degradação das condições de vida, obrigando os indivíduos a buscarem a assistência social do Estado. Essas duas etapas do processo resultam no enfraquecimento dos laços sociais. Os indivíduos, tomados por um sentimento de humilhação e de vergonha, acabam restringindo sua convivência social. Essa situação nos leva à terceira etapa do processo, a ruptura dos laços sociais. Nesse momento a assistência do Estado é cessada e ocorre um acúmulo de dificuldades resultantes da crescente marginalização, impedindo assim, a integração social. É nessa etapa que se pode aumentar o sentimento de inutilidade para a sociedade e perder as esperanças, promovendo situações de escapes, como, por exemplo, o alcoolismo (PAUGAM, 2001).

Robert Castel inicia esse debate a partir da precarização do trabalho na sociedade contemporânea e define o conceito da exclusão como desafiliação social (TEIXEIRA, 2007, p. 79). A “desafiliação social não é o equivalente

necessariamente a uma ausência completa de vínculos, mas a ausência de inscrição do sujeito em estruturas que têm um sentido” (CASTEL, 1995, p. 416 apud WANDERLEY, 2001, p.50). Segundo Castel “na sociedade contemporânea, caracterizada pela crise do Estado do Bem-Estar Social, o foco nas relações de exploração foi substituído pelo foco na exclusão, que define a distância em relação ao centro da sociedade” (TEDESCO, s/d, p.5).

Além disso, é importante ressaltar que foi durante o período em que a sociedade vivia uma recessão econômica e social, por meio da regulação neoliberal de 1975, que a exclusão social, enquanto conceito, afirma-se, caracterizando-se “como um conceito/denúncia da ruptura da noção de responsabilidade social e pública construída a partir da Segunda Guerra, como também, da quebra da universalidade da cidadania conquistada no Primeiro Mundo” (SPOSATI, 1998, p. 02).

Nessa conjuntura de rupturas, na década de 1980, houve uma redução do conceito de exclusão à inserção social e à proteção, contudo nos anos seguintes retoma-se a noção de exclusão relacionada à pobreza. Nessa oscilação de interpretações, em 1991, no Relatório do Observatório Europeu sobre a Luta contra a Exclusão Social, esse termo apareceu relacionado à “...ideia do não acesso aos direitos sociais (...) e das políticas setoriais (habitação, saúde, emprego, educação, etc.), uma noção mais próxima da utilizada atualmente” (ESTIVIL, 2003; PICRATE, 2004).

Embora existam diversas interpretações e definições da exclusão social, Estivil (2003, p. 39) considera que o ponto em comum nas diversas abordagens sobre a exclusão é que esta é um

[...] processo acumulativo e pluridimensional que afasta e inferioriza, com rupturas sucessivas, pessoas, grupos, comunidades e territórios dos centros de poder, dos recursos e dos valores dominantes (...). As manifestações de exclusão estão relacionadas, portanto, com a ideia de processo.

Esse processo é resultado de uma desarticulação entre as distintas partes da sociedade, ocasionando uma não-participação no conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade – o

indivíduo excluído (CIES/CESO I&D, 1998; CAPUCHA, 1998; RODRIGUES *et al*, 1999). Sposati (1998, p. 03) considera que a exclusão social confronta diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania, sendo a exclusão a negação da cidadania.

A exclusão social pode ser de caráter religioso, cultural, econômico e político. E essas esferas devem ser interpretadas como articuladas, comunicantes e, em alguns casos, imbricadas. Por exemplo, a esfera da exclusão econômica apropria-se, inevitavelmente, de questões sociais, culturais, políticas, entre outras (NASCIMENTO; COSTA, 2015).

Atualmente, há uma leitura mais ampla sobre a interpretação da exclusão social, que abrange o campo simbólico ultrapassando a ideia de que a exclusão resulta exclusivamente dos problemas da desigualdade socioeconômica (a pobreza, a exploração e a marginalização). Assim, essa esfera simbólica apresenta-se a partir da hostilidade, da invisibilidade social e do desrespeito que os estereótipos sociais reproduzem na vida cotidiana (HONNETH, 1992; LOPES, 2006).

Nesse caso, é considerado excluído o indivíduo que teve os laços que o conectavam com os outros rompido e que foi, assim, repelido às margens, onde os indivíduos perdem a visibilidade, a necessidade e, praticamente, quase toda sua existência, ou seja, os “excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores” (XIBERRAS, 1993, p. 21 *apud* WANDERLEY, 1997, p. 17).

A exclusão social pode ser consequência da ação de um grupo específico, que busca afirmar sua identidade, resultando, eventualmente, na negação de outras identidades ou a partir da negação ao reconhecimento da igualdade, dos direitos e até dos próprios bens materiais (WANDERLEY, 1997; ELIAS E SCOTSON, 1997; NASCIMENTO E COSTA, 2015).

As “inúmeras formas de exclusão social convivem com uma forma latente de exclusão mais radical, de difícil expressão no caso brasileiro, mas que persiste residualmente como uma espécie de buraco negro societal” (NASCIMENTO; COSTA, 2015, p. 93). Autores como Nascimento (1998) e

Buarque (1993) interpretam essa exclusão mais radical como uma nova forma de exclusão social, que surge no sentido de uma “apartação”.

De acordo com Nascimento e Costa (2015, p. 93), “quando um grupo social está sujeito a ser interpretado com base nessas três características, torna-se passível de eliminação”. No Brasil, esse cenário é caracterizado, por exemplo, a partir das ações de “jovens que maltratam um índio porque pensam ser esse um pedinte ou criminoso ou quando policiais matam, friamente, adolescentes supostamente criminosos”. (NASCIMENTO; COSTA, 2015, p. 94). Essas características citadas mostram que a exclusão social é composta por fatores que são determinados através da negação da chance de igualdade de oportunidades. São eles: desemprego, desvalorização, precarização do trabalho, pobreza, violência, insegurança, injustiça social, desqualificação social, desigualdade educacional e a falta de acesso a bens e serviços (ALMEIDA, 1993; WIXEY *et al*, 2005; BORBA *et al*, 2011), conforme ilustrado na Figura 01.

Figura 1 - Fatores de exclusão social



Fonte: BORBA E LIMA, 2011.

Esses diversos fatores de exclusão social “conectam-se uns com os outros gerando um efeito acumulativo, como por exemplo, o desemprego vincula-se à perda da liberdade e à pobreza” (WIXEY *et al*, 2005, p. 16). Esse

processo torna-se perverso, pois condiciona os excluídos a criarem situações que garantam a sua própria sobrevivência através do mercado de trabalho informal ou da ilegalidade, por exemplo (TSUGUMI, 2006, p. 21).

Além disso, na discussão da exclusão social, é possível identificar categorias sociais desfavorecidas tradicionalmente, que são compostas por: idosos, camponeses, desempregados, grupos étnicos e culturais minoritários, famílias monoparentais pobres, pessoas com deficiência, jovens em risco (toxicodependentes, ex-reclusos, etc.), moradores de rua, trabalhadores informais, mulheres, jovens e indivíduos com doenças crônicas. Tais categorias apresentam graus de exclusão diferentes que condicionam sua vulnerabilidade (CIES/CESO I&D, 1998; RODRIGUES, 1999).

Essas categorias sociais desfavorecidas nos apresentam a exclusão social com “uma amplitude multidimensional que impulsiona uma nova dinâmica de problemas sociais” (BORBA E LIMA, 2011, p. 226), os quais, comumente, são combatidos por programas assistencialistas que têm como foco manter os mais vulneráveis com determinado nível de satisfação, evitando, assim, a rebeldia e os riscos políticos (TSUGUMI, 2006, p. 21).

Essa solução, por meio de programas assistencialistas, é considerada um equívoco para o autor Carreira (1996), o qual afirma que “devem ser desenvolvidas medidas de minimização da exclusão social através da abordagem holística dos fatores imposta pela interdependência que os caracteriza, em detrimento da resolução pontual de cada problema” (BORBA; LIMA, 2011, p. 227). Para Teixeira (2007) a exclusão social não pode ser analisada enquanto um processo decorrente da diferenciação social e, conseqüentemente, um processo natural, passível de resolução através de soluções assistenciais. Conforme o autor, “o processo de exclusão é decorrente de fatores estruturais da sociedade contemporânea, exigindo o conhecimento do contexto social, político e econômico que o determina” (TEIXEIRA, 2007, p. 81).

Para a Comissão Europeia (COM), as soluções capazes de minimizar as exclusões sociais estão na estruturação geral da sociedade. Está na garantia do básico e fundamental, ou seja, na promoção do emprego, da educação, da saúde e na proteção de idosos (COM, 2003).

Para Sposati (1999) as propostas para minimização dos processos exclusivos só parecem ter sentido se voltadas para a reivindicação de direitos sociais e políticos. Entretanto, como já visto, os processos exclusivos não reconhecem a cidadania para todos. Impede, mesmo que temporariamente, que determinado grupo ou indivíduo participe das relações sociais, de atuar e ser reconhecido como cidadão de direitos e de deveres (SANCHO, 2007). E essa situação poderá ser resolvida quando se considerar que a inclusão social se materializa a partir do conhecimento compartilhado, da participação social, da igualdade social e do bem-estar para todos (SEN, 1999).

A inclusão social revela uma aproximação ativa ao bem-estar (SANDELL, 1998), ultrapassando a quebra das barreiras, uma vez que esse processo solicita esforços abrangentes, provenientes dos indivíduos ou grupos sociais, para potencializar e delinear as condições para a inclusão social (GUERRA, 2012). Essa temática, assim como a exclusão, também é polissêmica e geralmente é associada a três correntes teóricas: a integração social, a inserção econômica e a participação social (NASCIMENTO; COSTA, 2015). Essas três correntes discutem a inserção social, o direito ao trabalho decente e a participação social nos espaços decisórios. Tais discussões contribuíram para a construção do debate sobre a inclusão social.

Na presente pesquisa a inclusão social será interpretada como o processo que busca garantir que indivíduos acometidos por (in) justiças socioambientais desfrutem do direito ao acesso à economia, ao trabalho, à cultura, aos recursos naturais, à participação política e ao direito de perpetuar sua simbologia por meio do reconhecimento e da distribuição justa dos benefícios.

Essa interpretação da inclusão social baseia-se na autora Marta Irving, a qual utiliza a reflexão proposta por Nancy Fraser sobre justiça social para cunhar um debate mais aprofundado sobre a inclusão social. Fraser (2002) discute a justiça social por meio de dois vieses: a reafirmação do sentido de reconhecimento e a busca por uma distribuição justa dos benefícios do desenvolvimento. De acordo com a autora, o reconhecimento refere-se ao rompimento dos padrões culturais e simbólicos que oprimem e impedem uma

cidadania igualitária e íntegra, já a distribuição refere-se à estrutura econômica e às diferenças sociais.

A autora ainda defende que: “No sentido de reconhecimento, a injustiça surge na forma de subordinação ou do falso reconhecimento, o que se traduz na dominação cultural, no não reconhecimento de direitos e também no desrespeito à dignidade humana” (IRVING, 2015, p. 57). E na perspectiva da distribuição, a injustiça ocorre “na forma das desigualdades por meio da má distribuição, não só pela perspectiva material, mas pela exploração, privação e marginalização” (IRVING, 2015, p. 57). A reflexão sobre esses vieses nos levam a tecer ligações entre a injustiça social e a exclusão social e entre a justiça social e a inclusão social, uma vez que para idealizar a inclusão é necessário compreender que a justiça social deve anteceder-la, pois sem o reconhecimento e a distribuição justa dos benefícios, discutida por Fraser (2002), a inclusão social não se desenvolverá amplamente.

Nessa perspectiva, sugere-se somar a estas reflexões a discussão da (in)justiça socioambiental, uma vez que os processos exclusivos e inclusivos também relacionam-se às questões ambientais. Em geral, a (in) justiça socioambiental é compreendida como mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD, 2010; PROJETO COLETIVO, 2017). O termo (in) justiça socioambiental nasce de fato a partir da superação dos limites da discussão da (in) justiça ambiental, em que transcende-se o debate entorno dos resíduos perigosos, ampliando-o para questões relativas à saúde, saneamento, uso do solo, segurança do trabalho, transporte, moradias além da participação das comunidades nas decisões relacionadas às políticas públicas (PROJETO COLETIVO, 2017).

Compreende-se que a exclusão social, além das questões socioeconômicas supracitadas, também manifesta-se por meio do impedimento de grupos sociais acometidos por (in)justiças socioambientais de acessar ambientes naturais conservados. Tal circunstância poderá restringir as

atividades produtivas desenvolvidas por esses grupos, uma vez que estes podem depender exclusivamente dos recursos naturais. Dessa forma, buscando ampliar a noção da inclusão social, sugere-se somar a perspectiva de Fraser (2002) às questões ambientais a partir da noção de (in) justiça socioambiental.

A partir desse entendimento, olha-se para a inclusão social “como a luta pelo direito de se autorrepresentar, participar de espaços públicos, ser contabilizado, acessar ambientes naturais conservados e de ser atingido pelas políticas de Estado” (VEIGA; LOPES, 2011, p.36). Ainda, procura basear-se na aceitação e na valorização da diversidade, na cooperação e na aprendizagem coletiva, em um processo que a sociedade, em suas mais distintas dimensões, adapta-se de uma maneira onde seja possível incluir todos os indivíduos, os quais preparam-se para exercer múltiplos papéis sociais (GUERRA, 2012). A inclusão social os influencia “a olhar para si e para o outro a partir de uma divisão platônica das relações” (VEIGA; LOPES, 2011, p. 126).

Entretanto ressalvas sobre esse debate são importantes, já que de acordo com Veiga e Lopes (2011) costuma-se compreender a inclusão social como um imperativo que a todos se impõe devido à naturalidade que lhe é atribuída, pois comumente é reconhecida como um princípio inquestionável. De acordo com Veiga e Lopes (2011) isso ocorre devido à inclusão ser interpretada através da noção de um mundo isotrópico, onde tudo se encontra em equilíbrio estático e qualquer alteração é analisada como uma disfunção, uma situação que contraria a natureza do mundo. Dessa forma, acredita-se que “o natural seria que todos ocupassem igualmente os espaços sociais e, se assim não ocorre, é porque alguns, em seu próprio benefício, operaram uma intervenção espúria, uma distribuição anômala” (VEIGA; LOPES, 2011, p. 128). Portanto, incluir para alguns autores “significa restaurar uma ordem natural perdida, isto é, voltar a um estado original que seria próprio do mundo e, bem por isso, da própria natureza dos seres humanos” (VEIGA; LOPES, 2011, p. 128).

O problema desse tipo de interpretação é a generalização por completo dos indivíduos excluídos, os quais comumente são submetidos aos mesmos processos de inclusão social, sem a compreensão de suas características individuais (VEIGA; LOPES, 2011). Desconstruir e problematizar a inclusão social

é necessário e um dos caminhos para essa análise crítica é por meio da teoria de Friedrich Nietzsche, a qual sugere assumir *a priori* o histórico, o que implicará em abandonar *a priori* naturalística, ou seja, ao invés de recorrer a uma suposta natureza humana naturalmente inclusiva e baseada em um igualitarismo isotrópico, é necessário analisar tudo isso como resultado de construções sociais, que, justamente por serem sociais, são históricas, contingentes, culturais, políticas e, portanto, modificáveis (VEIGA; LOPES, 2011).

Outro ponto importante no debate da inclusão social são as ações assistencialistas do Estado que procuram alcançar a inclusão social por meio de programas sociais. De acordo com Borba e Lima (2011) a sociedade contemporânea distanciou-se das proposições políticas de bem-estar social, com isso situações de injustiça socioambiental e vulnerabilidade social estão fragilizando a sociedade e promovendo a exclusão social (CASTELLS, 1998; LOPES, 2006; PROENÇA, 2005). E a partir dessas situações o Estado, o qual possui a função de combatê-las, tem apresentado programas assistencialistas intitulados como programas de inclusão social (KOWARICK, 2003, p. 69 *apud* BORBA; LIMA, 2011, p. 220).

No Brasil, durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2002, a palavra “inclusão” foi utilizada intensamente no vocabulário político e educacional (VEIGA; LOPES, 2011). Inicialmente, em seu primeiro mandato, a inclusão social caracterizou-se como uma alternativa capaz de resolver diversos problemas educacionais, como por exemplo, as dificuldades de participação de alunos com deficiência na escola. Já em seu segundo mandato a inclusão social ganhou novas proporções, passando a englobar um conjunto amplo de ações voltadas para todos os indivíduos que historicamente sofriam discriminações. Os governos seguintes, Luís Inácio Lula da Silva (2003/2010) e Dilma Rousseff (2011/2016), mantiveram e ampliaram as políticas públicas inclusivas criadas no governo FHC (VEIGA; LOPES, 2011).

De acordo com Veiga e Lopes (2011), os discursos desse período, entre os anos de 1995 a 2011, atribuem um caráter natural à inclusão social e estão sintonizados com a interpretação do binário inclusão x exclusão. Tal contexto

gera algumas críticas ao uso generalizado e, às vezes, inadequado do termo “inclusão social”.

Autores como Irving (2007, 2015), Sancho (2007) e Nascimento e Costa (2015) afirmam que interpretações e análises que transcendam esse binário são fundamentais para o desenvolvimento da inclusão social. Nessa perspectiva, Irving (2015, p.58) apresenta algumas categorias de análise, que resultam dessa interpretação mais ampla da inclusão social:

a) Dimensão política:

- Formação cidadã, no sentido de participação e representação na esfera pública de tomada de decisão;
- Exercício de direitos e deveres de cidadão;
- Descentralização de poder e ações por parte dos órgãos governamentais em um sistema de corresponsabilidade e governança democrática;
- Capacidade de organização e/ou engajamento político através de redes sociais;
- Acesso à informação de qualidade para orientar o processo de tomada de decisões.

b) Dimensão econômica

- Oportunidades de renda digna e inserção na dinâmica econômica local, nacional e regional, na lógica da articulação local-global;
- Padrões dignos de qualidade de vida e inserção econômica pelo *mainstream*;
- Acesso a benefícios econômicos compartilhados a partir de ações coletivas;
- Valorização das prioridades locais nas estratégias de desenvolvimento;
- Acesso aos meios de crédito via renda.

c) Dimensões do trabalho

- Acesso a postos de trabalhos reconhecidos pela legislação;
- Estabilidade nos postos de trabalhos;
- Direito à educação como meio de inserção no mercado de trabalho;
- Acesso aos meios de crédito via trabalho;
- Satisfação no trabalho;
- Garantia de qualidade do ambiente de trabalho;
- Garantia de segurança no trabalho;
- Sentido de remuneração justa pelo trabalho realizado.

d) Dimensão cultural

- Garantia de reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, valores e costumes locais;
- Garantias de proteção e conservação das referências histórico-artísticas e culturais;
- Oportunidades de intercâmbio com outras culturas;
- Reconhecimento e afirmação da diversidade cultural como premissa de uma sociedade aberta;
- Acesso à oportunidade de lazer de qualidade;
- Direito à expressão de religiosidade e espiritualidade em todas as suas formas;
- Garantia de reconhecimento e respeito às diferenças;

e) Dimensão ambiental

- Garantia de acesso a um ambiente saudável;
- Garantia de compartilhamento e usufruto de patrimônio natural conservado e de valor coletivo;
- Garantia de acesso à informação qualificada sobre práticas sustentáveis e uso responsável dos recursos naturais não renováveis;
- Direito cidadão a uma ação responsável ou aos meios para se exercer esse direito;

f) Dimensão social

- Direito à qualidade nas relações sociais;
- Direitos assegurados na prevenção/combate aos problemas sociais críticos;
- Garantia de prevenção contra a exploração e discriminação de qualquer tipo;
- Acesso à oportunidade de educação e saúde de qualidade;
- Sentido de coesão e fortalecimento de laços sociais do grupo;

g) Dimensão simbólica/imaterial

- Sentido de pertencimento ao grupo social;
- Sentido de bem-estar e felicidade;
- Sentido de valor de ancestralidade e cosmologias do grupo;
- Sentimento de cidadania planetária (comunidade de destino) e sentido compartilhado de existência.

A partir dessas dimensões, é possível pensar a inclusão social a partir de uma análise ampla, possibilitando compreender como o processo de inclusão social está desenvolvendo-se. A partir dessas categorias, Irving (2015) demonstra que a promoção da inclusão social está ligada à formação de um senso crítico na sociedade, à promoção dos direitos à cidadania, à solidariedade, à corresponsabilidade nas transformações e à garantia de participação, possibilitando que os indivíduos assumam um papel central e decisivo no processo de desenvolvimento. E é por meio desse entendimento que se analisará como o turismo contribui para a inclusão social na Ilha do Mel.

2.3. Turismo em áreas naturais protegidas

O debate sobre o turismo compreende uma gama de conceitos que variam entre interpretações econômicas e sociais. Entretanto, para a presente pesquisa, o turismo será considerado um processo socioeconômico complexo e plural que reproduz as filosofias de vida por meio das interações sociais. Será interpretado

como uma atividade, primeiramente social, que além de promover o deslocamento e consumo da oferta promove o conhecimento cultural, ambiental e social, possibilitando a interculturalidade e reflexão sobre o mundo que habitamos (IRVING, 2015).

O turismo, em sua acepção, extrapola as definições que se limitam ao mercado, uma vez que é um processo complexo que “representa uma via potencial para a transformação social e para a reflexão ética sobre os valores, no contexto de uma sociedade em crise” (IRVING, 2015, p. 51). Isso porque quando viajamos e conhecemos lugares e pessoas diferentes com culturas distintas, com outras filosofias de vida e outras realidades cotidianas, temos a possibilidade de entender que a vida vai além das nossas percepções. E esse novo entendimento pode resultar em uma reflexão ética sobre o que já vivemos, sobre o que viveremos e sobre a sociedade em geral. Reflexões nesse sentido promovem mudanças individuais que, posteriormente, refletirão na coletividade, proporcionando a transformação social mencionada por Irving (2015).

Portanto, “a viagem se traduz na descoberta ou na afirmação da diferença, no encontro com a diversidade ou na sua negação, no exercício da alteridade, no confronto com o novo, com o outro e consigo mesmo” e, dessa forma, entende-se que “reduzir o turismo a uma atividade de mercado, mais do que um equívoco conceitual, traduz uma visão alienada e alienante de um mundo em crise” (IRVING, 2015, p. 52-53).

A história do turismo, a partir da perspectiva econômica, inicia-se pouco antes da Primeira Guerra Mundial, no fim do século XIX, na Grã-Bretanha, como consequência da racionalização do trabalho e dos benefícios percebidos no ato de sair de férias, o qual passou a representar um “indicador” de cidadania, um direito ao relaxamento e ao prazer (ACERENZA, 2006). Isso possibilitou que um número maior de pessoas viajasse (SHARPLEY, 2002).

A racionalização do tempo livre, a comercialização de viagens organizadas por Thomas Cook em 1841, a democratização das viagens, a evolução dos transportes e da comunicação e a introdução do *marketing* possibilitaram o crescimento da atividade, o qual foi vivenciado, fortemente, por volta de 1950 (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2014; ACERENZA, 2006;

GASCÓN, 2012). Entretanto, embora o crescimento e a democratização do turismo tenham beneficiado “a massa”, não é possível afirmar que maioria da população mundial usufrua desse benefício. O que de fato ocorreu foi que o turismo deixou de ser um privilégio exclusivo da classe alta e passou a ser praticado por outras classes, entretanto ainda é praticado por uma minoria privilegiada (GASCÓN, 2012).

A intensificação do turismo foi marcada pelo seu crescimento massivo, o qual é interpretado como uma condição ou característica do turismo, onde há a suposição que determinadas áreas suportam elevados números de turistas, condicionando-as à aglomeração (MARTINS, 1994). Essa condição é evidenciada na maior parte do mundo e, no Brasil, de forma expressiva, por meio do turismo de sol e praia. Essa massificação ocorreu no Brasil, principalmente entre 1950 e 1970, tendo seu ápice na década de 1980, quando as zonas litorâneas passaram a ficar saturadas com o número exorbitante de visitantes. Esse período foi marcado pelo crescimento desordenado da atividade, pela falta de controle sobre efluentes e esgotos, pela criação de marinas e portos, entre outros feitos que fizeram com que esse período se tornasse “catastrófico” para a proteção da natureza (RUSCHMANN, 1997; SAMPAIO, 2005; 2007; MARION, 2007). No entanto, cabe destacar que o aumento crescente dos domicílios nas áreas litorâneas é resultado das atividades de lazer e turismo, mas também do capital imobiliário, por vezes, inter-relacionados, ou seja, a lógica da segunda residência não está restrita ao domicílio para lazer e turismo, mas também representa um negócio com alta rentabilidade.

Ademais, é importante ressaltar que a massificação do turismo pode ocorrer em qualquer destino turístico, como em qualquer segmento da atividade. Seus efeitos atingem as populações locais, as quais passam a ter problemas com água, esgoto, preços de mercadorias, acesso aos recursos naturais etc., como afetam também os turistas que não conseguem desenvolver as atividades planejadas com êxito, como, por exemplo, demora no atendimento, capacidade de carga excedida rapidamente nos atrativos, destinos sujos, falta de água ou água imprópria para consumo, entre outros.

Quando se associa a massificação e a falta de planejamento turístico,

promove-se uma atividade degradante, pois nesses casos o desenvolvimento do turismo torna-se um “veículo de impactos negativos sobre os destinos nos quais se desenvolve, contribuindo para o agravamento do processo de exclusão social e para a degradação do patrimônio natural e cultural” (SANCHO, 2007, p. 44). Por essa razão, o desenvolvimento do turismo deve embasar-se no planejamento, o qual deve apoiar-se nos princípios da sustentabilidade, uma vez que a introdução do turismo é considerada uma importante intervenção no cotidiano das localidades receptoras.

Dessa forma, é importante refletir sobre qual modelo, segmento e princípios serão adotados no planejamento turístico para possibilitar, de fato, o alcance dos benefícios da atividade, tais como “econômicos, sociais, culturais, políticos, institucionais e ambientais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade residente” (PESSOA; RABINOVICI, 2010, p.106).

Segundo Santos (2004) e Giraldezza *et al* (2010) planejamento turístico é essencial para desenvolver o turismo sustentável, uma vez que o planejamento turístico é um processo permanente que compreende a obtenção, a organização e a sistematização de informações, através de metodologias, para definir as melhores alternativas de uso dos recursos naturais e culturais. Silva e Silva (2014, p. 172) afirmam que o desenvolvimento do turismo sem “controle e planejamento, passa a explorar o local, causando degradação em suas características intrínsecas”, como também, viabiliza a sazonalidade turística³, resultados desfavoráveis para o desenvolvimento e continuidade da atividade (BUUL,1994; PESSOA E RABINOVICI, 2010).

Na realização do planejamento turístico estão envolvidos diversos agentes do turismo, as quais possuem funções específicas. De acordo com Fernandes, Souza e Dantas (2009), OMT (2003), Swarbrooke (2000), Dias (2003, 2005), Lage e Milone (1996, 2004), Soares (2005) e Fonseca (2005) a

³ A sazonalidade é a concentração e a evasão do fluxo turístico em determinado período do ano, podendo ocorrer por causas naturais (clima, recursos naturais disponíveis, etc.) e institucionais (calendário anual, legislações, elementos culturais, ausência de planejamento turístico, etc.). A sazonalidade é considerada um dos principais problemas do desenvolvimento turístico e tem o planejamento turístico como principal ferramenta para amenizar seus impactos negativos (BULL, 1994; BUTLER, 200; KOENIG E BISCHOFF, 2005).

função do Estado dentro do desenvolvimento do turismo é de elaborar e coordenar políticas públicas do turismo objetivando transformar os interesses individuais dos agentes do turismo em coletivos; planejar o desenvolvimento da atividade; determinar leis, decretos e resoluções normativas; empreender quando a iniciativa privada não exerce essa função; incentivar a iniciativa privada por meio de financiamentos; promover o turismo sustentável; divulgar os localidades turísticas; disponibilizar a infraestrutura básica; qualificar os agentes do turismo (capacitação técnica); envolver as comunidades locais no planejamento da atividade; promover que o turismo relacione-se com outros setores da economia; disponibilizar o serviço de informações turísticas; buscar fomentar o turismo por meio das relações exteriores e promover com os demais agentes o desenvolvimento da infraestrutura turística.

Além do Estado existem mais três agentes do turismo: a iniciativa privada, o terceiro setor e as comunidades locais. A iniciativa privada é responsável pelo desenvolvimento sustentável da oferta turística. O terceiro setor, representado pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) presta serviço aos interesses das comunidades locais sem fins lucrativos. E as comunidades locais são responsáveis pelo desenvolvimento em geral da atividade, pois estarão cotidianamente envolvidos em todas as atividades desenvolvidas pelos outros agentes. É importante que as comunidades entendam, aceitem e queiram o turismo em suas localidades e que participem do planejamento e do desenvolvimento turístico de maneira efetiva (DIAS, 2003; RUSCHMANN, 2001), como também, é importante que cada agente desenvolva suas atividades corretamente, para que assim os impactos do turismo sejam minimizados (SALVATI, 2003).

No planejamento, momento onde serão decididos os segmentos, modelo e ações a serem desenvolvidas, é necessário refletir que o turismo, independente da sua forma, modificará intensamente o cotidiano e futuro de um grupo social. Isso porque utiliza o imaginário como matéria-prima, e resulta, inevitavelmente, em interações culturais. (ROULLET-CAIRE E CAIRE, 2003). Sendo assim, de acordo com Irving (2015), uma premissa fundamental no planejamento, em especial de áreas naturais, é que o turismo desenvolva-se em

pequena escala, seja definido a partir das expectativas locais, das diretrizes dos instrumentos de manejo e gestão, da capacidade dos recursos locais (ambientais e culturais) e da identificação das potencialidades e limitações locais, as quais devem ser levantadas junto com a comunidade local.

Segundo Sancho (2007), o desenvolvimento do turismo possui potencial para gerar expressivas transformações na sociedade e por esse fato evidencia o planejamento turístico e a adesão das premissas da sustentabilidade como elementos essenciais para minimizar os impactos gerados e para contribuir para a redução dos processos exclusivos, comumente, observados nas comunidades receptoras.

As transformações, positivas ou negativas, promovidas pelo turismo são ainda mais evidentes quando a atividade se desenvolve em ecossistemas frágeis, como as UCs por exemplo. Essas áreas possuem características ambientais e socioculturais muito específicas e, em alguns casos, apresentam um contexto conflituoso, o que dificulta a indicação de atividades produtivas para as comunidades que residem no interior ou no entorno dessas áreas. Nessa conjuntura, o turismo, muitas vezes, é interpretado como uma atividade econômica compatível com os objetivos delineados para esses locais de proteção ambiental. Entretanto, considerando a fragilidade socioambiental dessas áreas e as significativas transformações promovidas pelo turismo evidencia-se ainda mais a necessidade de planejamento para o desenvolvimento do turismo em áreas naturais protegidas.

O turismo em áreas protegidas abriga-se no guarda-chuva do turismo alternativo, o qual defende o desenvolvimento turístico em menor escala, ressalta a participação da comunidade local e busca minimizar impactos sobre a natureza e a cultura local. Essa forma de turismo surgiu “enquanto o turismo de massa explodia no século XX e em paralelo, com o crescimento da preocupação ambiental nos anos de 1960” (IRVING, 2018, p. 219). Essa nova forma de turismo motivada pelo contato com a natureza tem representado uma tendência crescente, desde a década de 1990 (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996), momento que se intensificava a preocupação ambiental (BRANDON, 1996). Desde então, tem-se notado mudanças nas dinâmicas do lazer e do turismo vinculadas a uma

maior consciência ambiental e ao enaltecimento da atividade física. São essas mudanças combinadas à comercialização da natureza que têm proporcionado a expansão do turismo em áreas naturais (SILVA, 2013).

Nesses locais, a atividade “é constituída por qualquer tipo de turismo que consista na visitação de territórios predominantemente naturais com objetivo de apreciar a natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais” (SILVA, 2013, p. 164). E dentro dessa forma de turismo existem vários segmentos como: o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo rural, o turismo histórico-cultural etc.

O desenvolvimento dessa forma de atividade tem sido discutido sob dois enfoques centrais: como geradora da degradação socioambiental e como alternativa econômica e social sustentável (RIBEIRO E STIGLIANO, 2010). Isso devido ao dualismo do turismo, que por um lado pode gerar impactos positivos e por outros impactos negativos sobre os recursos naturais e culturais (CORIOLANO *et al*, 2014).

A partir da perspectiva de alternativa econômica e social, o turismo, em geral, é colocado como uma alternativa de desenvolvimento para as áreas protegidas, seja para sua própria manutenção econômica ou para a geração de renda para as populações ao seu entorno que, por vezes, são consideradas como populações vulneráveis. O contexto organizacional das UCs apresenta uma série de estratégias para a conservação dos recursos naturais, como por exemplo, as restrições das atividades extrativistas praticadas pelas comunidades. Nessa conjuntura o desenvolvimento do turismo torna-se atraente em função do “baixo impacto” sobre os recursos naturais, pela possibilidade de geração de renda para aqueles que tiveram suas atividades produtivas limitadas pelas restrições estabelecidas e pela geração de renda para a própria manutenção dessas áreas (RODRIGUES, 2009). Além disso, considera-se que o desenvolvimento do turismo pode ser uma estratégia de sensibilização ambiental, uma vez que para a continuidade da exploração turística, o atrativo deve estar em seu perfeito estado de conservação, caso contrário, o local perderá sua atratividade. Nessa perspectiva, o desenvolvimento do turismo poderá contribuir com a sensibilização ambiental, por meio de ações específicas

ou através da interação promovida entre o atrativo, o turista e a comunidade receptora (RODRIGUES, 2009; IRVING, 2015; ICMBio, 2017).

É importante mencionar que se estima no documento da UNEP (2016) que 8 bilhões de turistas visitem as áreas de preservação terrestre, gerando cerca de 600 bilhões de dólares por ano (IRVING, 2018). Tais dados intensificam o interesse do desenvolvimento do turismo nessas áreas, já que o mostram como uma atividade promissora. Entretanto, é importante enfatizar, também, que não há uma política nacional específica que regulamente o uso público dessas áreas, existem apenas conjuntos de normativas, diretrizes e projetos que apresentam orientações para o desenvolvimento da atividade. Todavia, há uma série de documentos, no âmbito global, que buscam orientar o desenvolvimento sustentável do turismo dentro das áreas protegidas. Alguns desses documentos estão organizados no Quadro 01 abaixo.

Quadro 1 - Desenvolvimento Sustentável do Turismo

DOCUMENTOS	SÍNTESE/ OBJETIVOS
Convenção da Diversidade Biológica (UM, 1992)	Principal marco global das políticas públicas de proteção da natureza, com os objetivos de conservação da diversidade biológica, utilização sustentável de seus componentes e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.
Diversidade Biológica e o Turismo (CBD, 2002)	O documento destaca o valor da biodiversidade para a atividade turística e as vias pelas quais o desenvolvimento do turismo pode contribuir para a conservação da biodiversidade. Especial atenção é dirigida ao valor do sentido de contemplação a observação da natureza como uma via de reconexão entre natureza e sociedade.
Diretrizes para a Biodiversidade e Desenvolvimento Turístico (CBD, 2004)	Esse documento aborda, de maneira ampla, as relações entre o turismo e a proteção da natureza, uma vez que traz recomendações para que as iniciativas turísticas sejam desenvolvidas de maneira a gerar menos impactos indesejáveis, considerando também o papel do turismo para a conservação da biodiversidade. O documento consolida ainda algumas das diretrizes dirigidas ao turismo sustentável, delineadas por meio de diferentes Conferências das Partes da Convenção da Diversidade Biológica.
Guia Prático para o Desenvolvimento de Produtos Turísticos relacionados à Biodiversidade (UNWTO, 2011)	Esse representa um documento para o assessoramento técnico destinado a um público amplo de provedores de serviços

	turísticos e turistas. Tem como finalidade delinear ações para o desenvolvimento de “produtos turísticos duráveis”, em consonância com a conservação da biodiversidade. Esse compilado de “boas práticas” tem como prioridade de aplicação áreas com elementos naturais significativos, podendo se situar ou não no interior ou entorno das áreas protegidas.
Turismo apoiando a biodiversidade (CDB, 2015)	Esse manual é baseado nas Diretrizes para a Biodiversidade e Desenvolvimento Turístico e tem como foco o manejo e as questões de governança. Representa, também, um complemento a um documento técnico anterior, intitulado Manual de Usuários sobre as Diretrizes para a Biodiversidade e Planejamento Turístico da CDB, publicado em 2007.

Fonte: Irving *et al*, 2016.

Esses documentos somados a outros documentos internacionais, nacionais e regionais procuram nortear o cumprimento de objetivos comuns quanto à conservação da biodiversidade mundial (IRVING, 2018, p. 92). Mas em escala local, os planos de manejos são os documentos que mais orientam o desenvolvimento do turismo nas áreas protegidas, em especial nas UCs. Segundo o SNUC, os planos de manejo são documentos técnicos que de acordo com os objetivos das UCs estabelecem o zoneamento e as normas que orientarão o uso da área e o manejo dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Comumente, o uso público das UCs só é admissível se estiver previsto dentro dos Planos de Manejo. Entretanto, vale mencionar que existem outros instrumentos que podem possibilitar a prática do turismo dentro dessas áreas, como por exemplo: o Plano Emergencial de Uso (de caráter provisório) e o Plano de Manejo Espeleológico (previsto pelo CONAMA para UCs com cavernas).

Para uma melhor visualização das possibilidades de uso das UCs, apresenta-se abaixo o Quadro 2 com as categorias que permitem o uso público e as formas de visitação previstas.

Quadro 2 - Uso Público em Unidades de Conservação

GRUPO	CATEGORIA	FORMAS DE VISITAÇÃO PÚBLICA
Proteção Integral	Estação Ecológica	Permitida visitação apenas com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico;
	Monumento Natural	Visitação permitida, sujeita às condições e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas do órgão responsável por sua administração e às normas previstas em regulamento;
	Parque Nacional	Visitação pública permitida, sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo, às normas do órgão responsável por sua administração e às normas previstas em regulamento;
	Refúgio de Vida Silvestre	Visitação permitida sujeita às condições e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas do órgão responsável por sua administração e às normas previstas em regulamento;
	Reserva Biológica	Permitida a visita com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico;
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	A visitação pública nas áreas de domínio público será definida pelo órgão gestor da unidade;
	Áreas de Relevante Interesse Ecológico	Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada nesta categoria e a visitação pública;
	Floresta Nacional	A visitação é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade;
	Reserva Extrativista	Visitação pública permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo;

	Reservas de Fauna	A visitação pode ser permitida desde que compatível com o manejo e de acordo com as normas definidas pelo órgão responsável por sua administração;
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	É permitida a visitação desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo da área;
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	É permitida a visitação com objetivos educacionais, recreativos e turísticos, conforme disposto no regulamento;

FONTE: BRASIL (2000); TAKAHASHI (2004) apud BETTI (2014).

A partir do Quadro 2, pode-se observar que apenas a categoria de Estação Ecológica não permite, especificamente, a visitação turística, porém permite a visitação para fins educacionais e de pesquisa. As demais categorias permitem a visitação, mas impõem restrições em seus planos de manejos para esse uso. Embora existam restrições para o desenvolvimento do turismo nessas áreas, observa-se, a partir dos dados do ICMBio (2015), um crescimento de 61% das visitas entre os anos de 2007 e 2015, o que nos leva a interpretar que essas restrições não impedem a realização da atividade turística, apenas a regulam.

Entretanto, apesar do crescente interesse no desenvolvimento do turismo nessas áreas, o Ministério do Meio Ambiente afirma que esta atividade deve ser planejada de maneira que cumpra os objetivos de criação das UCs, para que assim “funcione como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e regional” (MMA, 2006, p. 7).

Para isso, é importante observar o planejamento dos modelos e segmentos turísticos que serão implantados, visto que não são todas as formas de turismo que são compatíveis com a proteção ambiental dessas áreas. As discussões entorno dessa questão estão relacionadas a alguns segmentos e modelos de desenvolvimento que estejam mais próximos dos objetivos de proteção ambiental, como por exemplo: o Ecoturismo, o Turismo de Base

Comunitária e o Turismo Sustentável. Em geral, esses segmentos e modelos de gestão, surgem como formas alternativas de rendimentos econômicos, estratégias de proteção do modo de vida das comunidades locais, bem como ferramentas de promoção da conservação.

Entretanto, o planejamento turístico nessas áreas é complexo, pois de acordo com Irving (2009), “ainda hoje o modo de vida, os patrimônios naturais, históricos e culturais das comunidades tradicionais são pouco conhecidos para efeito de planejamento”. Nesse sentido, a falta de compreensão, sobre as diferentes realidades vividas pode gerar divergências entre os interesses de desenvolvimento do turismo nessas áreas, criando, assim, impasses que posteriormente podem configurar-se em conflitos socioambientais.

Sendo assim, é enfatizada a necessidade de um planejamento turístico para essas localidades, que busque a articulação entre os órgãos gestores, as comunidades locais e, se for o caso, as entidades privadas, visto que somente a partir dessa interação se alcançaria os benefícios do desenvolvimento do turismo para essas áreas (IRVING, 2009). Na realidade, toda forma de gestão e de planejamento do turismo deve basear-se na participação, dialogando com as comunidades, esclarecendo as dúvidas, as formas de organização que serão adotadas, valorizando o conhecimento pré-existente, a identidade cultural e territorial, permitindo que as comunidades locais possam decidir e consigam ser, efetivamente, donas do próprio destino (FARIA, 2009).

Entretanto, o turismo não surge apenas como uma estratégia de desenvolvimento para essas áreas e para as comunidades locais, manifesta-se também como gerador da degradação socioambiental, a partir da exploração dos recursos naturais e culturais. Isso porque o desenvolvimento do turismo tem a “capacidade de produzir espaços delimitados e espacialmente destinados a um determinado tipo de consumo” (RODRIGUES, 1996, p. 55), caracterizando-se como uma atividade complexa que compreende tanto a produção como o consumo, tanto as atividades secundárias (produção do espaço) como terciárias (serviços) que agem articuladamente apropriando-se de lugares “exóticos”, de “paisagens naturais” e de “paisagens históricas”, “transformando-as em lugares que deverão ser observados para se obter conhecimentos culturais/históricos,

para possibilitar o descanso e vários outros motivos simbólicos ou reais” (RODRIGUES, 2002, p. 48).

Essa transformação ocorre por meio do processo de turistificação, a atividade turística apropria-se de um espaço e altera suas configurações em função de interesses mercadológicos, ou seja, consiste no (re)ordenamento ou na (re)adequação espacial em função do interesse turístico. É uma interação entre fixos (território, paisagens etc.) e fluxos (capital, pessoas, padrões e valores culturais) que influenciam as diferentes esferas da organização socioespacial (VASCONCELOS, 2005). Dessa forma, enquanto atividade socioeconômica, o desenvolvimento do turismo utiliza os elementos naturais do espaço, apropriando-se das culturas locais e das chamadas belezas da natureza, transformando-as em atrativos turísticos e demonstrando em primeiro lugar a prestação de um serviço, que objetiva o lucro (MENDES et al., 2004; TAVARES, 2009).

Entretanto, por mais que a turistificação dos espaços seja contínua, a conservação dessas áreas é de extrema importância para o desenvolvimento do turismo, já que esses espaços e seus recursos são utilizados como atrativos. Sendo assim, a deterioração ambiental e cultural dessas áreas significa prejuízo, já que resultariam na diminuição de atratividade do local. Assim, dentro da lógica de mercado, a sustentação da atividade turística está baseada na manutenção e na contínua descoberta de novas paisagens naturais e históricas, as quais serão brevemente turistificadas (RODRIGUES, 2002).

Outro aspecto importante sobre o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas é a discussão das concessões dessas áreas para o desenvolvimento da atividade, visto que, na maioria dos casos, o Estado não tem condições de disponibilizar a infraestrutura necessária para a operacionalização do turismo. Nesse sentido, Rodrigues (2009) esclarece que as permissões, concessões, autorizações e a gestão compartilhada são ferramentas de gestão que permitem ao Estado possibilitar o uso público nas UCs, concedendo a terceiros a prestação de serviço de apoio à visitação. Entretanto, esses processos de concessões podem acarretar na exclusão das comunidades locais do planejamento e da

participação na atividade turística, já que o interesse do desenvolvimento do turismo torna-se privado.

Considerando o histórico e a dinâmica da economia brasileira, onde se sobressai a lógica rentista, imediatista e patrimonialista das principais atividades econômicas a partir da apropriação privada dos espaços e recursos naturais, observa-se a participação do Estado como garantidor da rentabilidade de projetos ligados ao mercado de commodities e da exploração de recursos naturais, o que mostra a capacidade do capitalismo em renovar seus instrumentos de acumulação por meio da apropriação privada (BRANDÃO, 2010; CBPDA, 2012).

Dessa forma, entende-se que este modelo de governança aliado aos processos de acumulação de capital reproduzem a exploração, a marginalização socioeconômica e a exploração da sociedade como um todo. Ademais, promove-se a mercantilização dos recursos naturais, situação que afeta diretamente as comunidades locais que enfrentam restrições ou proibições acerca de seus direitos, como também ocorre, ao longo dos territórios, uma ampla degradação ambiental (BRANDÃO, 2010; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; CBPDA, 2012).

Acselrad (2010) afirma que as concessões/privatizações podem relacionar-se aos conflitos socioambientais, visto que será instituído um campo de disputa entre os que se propõem explorar os recursos naturais a serviço do crescimento econômico (representados pelos grandes empresários que disputam as licitações) e as comunidades locais que usufruíram do controle sobre esses recursos, com uma utilização que precedia de outros motivos menos intensivos em gastos energéticos e de capitais. Além do mais, as licitações são restritivas e não oferecem oportunidades aos comerciantes locais, que muitas vezes não possuem estrutura para concorrer. Rodrigues (2009) ainda afirma que a prestação de serviços por terceiros impulsiona a apropriação mercadológica em diversas escalas a partir da valoração econômica das UCs. Dessa forma, o desenvolvimento do turismo, além de apresentar benefícios socioeconômicos, pode também gerar impactos negativos sobre as comunidades locais e recursos naturais por meio da apropriação e turistificação.

2.4. A inclusão social nas áreas protegidas por meio do turismo

Nos últimos anos o desenvolvimento do turismo destacou-se na economia de vários países, devido ao seu potencial de gerar emprego, renda, de movimentar pessoas e recursos financeiros, sendo indicado pelos órgãos oficiais e por especialistas da área, como uma das atividades econômicas que mais desenvolve-se no mundo. Dessa forma, o turismo tem assumido um papel de destaque nas políticas públicas, por ser considerado uma estratégia importante para a minimização dos problemas sociais (SANCHO, 2007). Nas pautas dos atuais debates, discutem-se novos caminhos para a redução dos problemas da sociedade contemporânea, como o progressivo cenário de pobreza, as desigualdades sociais e a degradação ambiental. E é na busca dessa solução que o turismo aparece nos discursos das políticas públicas como uma alternativa potencial para a minimização desses problemas sociais e para a promoção de inclusão social (SANCHO, 2010). É “considerado uma das melhores alternativas para as populações que se encontram em ambientes e ecossistemas frágeis, como as áreas protegidas e seu entorno” (PESSOA; RABINOVICI, 2010, p.106).

Um dos principais desafios na criação e gestão das áreas protegidas é tornar possível a coexistência da proteção ambiental e da reprodução socioeconômica das comunidades que residem no interior ou ao entorno dessas áreas. Nesse contexto, o turismo mostra-se como uma estratégia capaz de promover essa coexistência. Neiman e Patricio (2010) afirmam que formas sustentáveis de turismo, como o Ecoturismo, precisam ser estimuladas nas áreas protegidas, de modo que revertam o quadro de exclusão social comumente desenvolvido durante a criação e gestão dessas áreas.

Desenvolver o turismo nessas áreas, em um país multicultural e com dimensões continentais, não consiste em uma tarefa simples, ainda mais quando associam-se essas questões ao contexto de fragilidade ambiental e socioeconômica dessas áreas. Dessa forma, pensar a inclusão social por meio do turismo nas áreas protegidas “requer a ousadia da inovação e uma nova forma de geração do conhecimento entre a teoria e a prática, o que implica no

diálogo entre os diferentes atores envolvidos, desde a academia e a gestão pública até o movimento social e o próprio *trade* turístico” (IRVING, 2015, p.55).

A inclusão social nas áreas protegidas ganha efetividade no turismo por meio das reflexões sobre a sustentabilidade (SANCHO, 2007), uma vez que tais ponderações apresentam alternativas às formas de planejamento e desenvolvimento massificado do turismo até então realizadas.

Essa forma de pensar o turismo caracteriza-se pela preocupação com a proteção da biodiversidade e da integridade cultural, com o planejamento holístico, com o equilíbrio, a harmonia, a eficiência e a integração. Há quatro formas distintas de interpretar o turismo no contexto do desenvolvimento sustentável: por um ponto de vista setorial, como a sustentabilidade econômica; por uma perspectiva ecológica, enfatizando a necessidade de um turismo ecologicamente sustentável; pelo enfoque da preocupação com a viabilidade do turismo a longo prazo, reconhecendo a competitividade dos destinos; e por uma perspectiva que reconhece o turismo como parte estratégica para o desenvolvimento sustentável (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987; RUSCHMANN, 1997; BUTLER, 1999; ACERENZA, 2006).

É importante salientar que desenvolvimento sustentável do turismo não é o mesmo que turismo sustentável, são termos distintos que muitas vezes são interpretados como sinônimos. O autor Hanai (2012) desenvolve uma pesquisa voltada à discussão do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo e nos apresenta uma clara e objetiva distinção entre os termos, apresentando-os como partes distintas de um planejamento macro do turismo. Sendo assim, o autor afirma que “o turismo sustentável é o objetivo a ser alcançado e o desenvolvimento sustentável do turismo é o processo” (HANAI, 2012, p. 217).

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 1993) define turismo sustentável como

Aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 1993 *apud* Brasil, 2005).

O turismo sustentável é interpretado como aquele que privilegia, em seu planejamento, a conservação de recursos naturais, o resgate e valorização de patrimônio cultural e a geração de benefícios diretos à população do destino turístico, como alternativa para a promoção da inclusão social (SANCHO, 2007, p. 46).

Para Butcher (2003, p. 27) não é um modelo ou segmento de turismo, é, assim como o termo desenvolvimento sustentável⁴, mais um slogan político do que um parâmetro de análise da sustentabilidade e devido a essa circunstância transforma-se em “um termo vago, que pode ser usado em várias circunstâncias por várias pessoas para transmitir uma variedade de significados”. No entanto, mesmo sendo um slogan político, na prática todos os modelos e segmentos de turismo deveriam ser sustentáveis, sendo a sustentabilidade a principal responsabilidade do planejamento da atividade, uma vez que o desenvolvimento do turismo promove transformações significativas nas localidades em que se desenvolve.

O turismo sustentável, assim como o termo desenvolvimento sustentável, sofre críticas relacionadas à sua operacionalização, devido à dificuldade de executar os objetivos propostos por estes conceitos (CANDIOTTO; CORRÊA, 2004). Buscando nortear os esforços em prol da operacionalização do termo

⁴ A concepção de desenvolvimento sustentável implica um novo paradigma do pensar as sociedades humanas segundo uma nova ética de democratização de oportunidades e justiça social, percepção das diferenças como elemento norteador do planejamento, compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e compromisso global com a conservação de recursos naturais (IRVING, 2002, p. 35). Existem inúmeras críticas à aplicabilidade e operacionalização do desenvolvimento sustentável, o que o levou a ser considerado por diversos autores como uma utopia contemporânea. No entanto, de acordo com Ranauro (2004), sendo ou não uma utopia devemos encontrar instrumentos que viabilizem sua implantação, pois “a lógica da transformação não pode ser baseada na lógica da situação, senão será a sua reprodução” (RANAURO, 2004, p.21).

turismo sustentável, os autores Medina Muñoz e Medina Muñoz (2003) estabelecem um conjunto de princípios a serem seguidos:

- O turismo sustentável deve entender-se como uma forma de turismo que é capaz de manter sua viabilidade em um local durante um tempo indefinido;
- Um local ou território unicamente pode conseguir um turismo sustentável quando todos os agentes (organismos públicos, empresas e residentes) têm um comportamento sustentável;
- A magnitude e o tipo de desenvolvimento turístico deveriam variar em cada local ou território de acordo com suas próprias características ambientais e socioculturais, e o próprio papel que o setor turístico e outros setores econômicos podem exercer;
- O desenvolvimento turístico deve ser planejado e gerido de forma que não provoque sérios problemas ambientais e socioculturais na localidade turística;
- A qualidade ambiental global da região turística deve ser mantida e melhorada onde seja necessário;
- Os recursos naturais, históricos, culturais e de outro tipo que possam formar parte da oferta turística de um destino devem ser conservados para seu uso contínuo no futuro, além de trazer benefícios para a sociedade atual. Neste sentido, a proteção de patrimônio, tanto cultural como natural, e o histórico-artístico, devem guardar um equilíbrio entre rentabilizar seu aproveitamento e a manutenção que requer grande parte deste patrimônio;
- A adequada ordenação dos recursos territoriais, planejando o espaço e considerando a compatibilidade dos usos e aproveitamento racional dos recursos;
- Deve manter-se um alto nível de satisfação do turista, de forma que os destinos turísticos retenham sua possibilidade de serem comercializados e sua popularidade;

- As novas expectativas e exigências dos turistas requerem uma renovação constante da oferta. Além disso, é necessário adaptar-se à tendência dos destinos turísticos ecológicos e buscar a qualidade ambiental;
- Com relação à promoção e comercialização, a maior sensibilidade ecológica dos turistas exige uma adaptação na promoção que se emprega a região turística; e
- Os benefícios do turismo devem ser amplamente estendidos na sociedade e os distintos agentes que a integram (MUÑOS, 2003 *apud* HANAI, 2012, p. 221-222)

A percepção do desenvolvimento turístico como alternativa para a inclusão social se fortalece com o crescimento de fóruns, publicações e políticas públicas, realizados, principalmente, pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que a partir dessas ações pretenderia “identificar diretrizes e caminhos que possibilitariam apoiar o turismo como uma alternativa para a redução e combate dos processos exclusivos” (SANCHO, 2007, p. 47).

Como resultados dessas ações, os principais documentos criados foram a Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável, elaborada em 1996; o Código Mundial de Ética do Turismo, criado em 1999 e o documento Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza no Brasil. Esses documentos delinearam diretrizes e caminhos que viabilizassem o planejamento do turismo direcionado à inclusão social (SANCHO, 2010).

As considerações e diretrizes apresentadas na Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável buscaram incentivar a aderência de práticas e ações que priorizem a redução dos impactos negativos gerados pelo turismo e o desenvolvimento sustentável da atividade (SANCHO, 2007). Em relação ao Código Mundial de Ética do Turismo, esse é constituído

“por dez artigos, dos quais, os nove primeiros visam estabelecer um ‘manual de conduta’ para os destinos, governos, turistas, empregadores e trabalhadores do turismo, a partir do reconhecimento da importância da adoção de práticas responsáveis e sustentáveis” (SANCHO, 2007, p. 50).

E por fim, o documento Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza no Brasil salienta que reverter o quadro de desigualdade social e promover a inclusão social por meio do turismo são propostas atreladas à implantação de políticas públicas alternativas e que só a partir dessa fusão que se possibilitaria alcançar esse propósito com êxito (BRASIL, 2005).

Após esses documentos, a Organização Mundial do Turismo (OMT) lança um desafio aos padrões adotados pelo setor turístico quando apresenta o Turismo Sustentável como contraponto ao modelo atual de desenvolvimento do turismo e como alternativa para a promoção da inclusão social (SANCHO, 2010). Essa proposta favorece em seu planejamento a “conservação dos recursos naturais, o resgate e valorização do patrimônio cultural e a geração de benefícios diretos à população do destino turístico” (SANCHO, 2010, p. 108).

Para tanto, as reflexões direcionadas à proposta de métodos que possibilitem designar o ‘turismo como uma alternativa efetiva para a promoção da inclusão social envolvem, primeiramente, a centralidade da incorporação dos princípios de sustentabilidade à práxis turística, no âmbito das políticas públicas” (SANCHO, 2010, p. 108), ainda mais quando se pensa o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, locais que comumente apresentam-se como cenários conflituosos e ambientalmente frágeis.

O desenvolvimento do turismo nas áreas protegidas pode apresentar uma série de impactos socioambientais devido à utilização excessiva dos espaços e de seus recursos. Esses impactos incidem diretamente sobre os territórios e suas comunidades, o que torna imprescindíveis as discussões de um desenvolvimento mais sustentável do setor. E é nesse sentido que a discussão do Turismo Sustentável torna-se, além de um desafio para os padrões já estabelecidos pela atividade, um pressuposto aos projetos que objetivam fomentar o desenvolvimento local através do turismo (SANCHO, 2010).

Além disso, Sancho (2007) relembra que os propósitos de sustentabilidade precisam ser tratados na esfera das políticas públicas de turismo, visto que essas irão determinar as diretrizes e as estratégias para a gestão de todo o processo de desenvolvimento turístico de determinado local. O autor ainda afirma que

a incorporação de compromissos de sustentabilidade ao conteúdo das políticas públicas pode representar um caminho alternativo aos modelos dominantes de turismo globalizado, orientados pela lógica da produção, do consumo e do mercado (SANCHO, 2010, p. 109).

Sendo assim, inclusão social no turismo deve estar:

[...]diretamente ligada à formação de uma consciência crítica e cidadã na sociedade e está vinculada aos aspectos éticos do processo, à solidariedade, ao princípio de corresponsabilidade nas transformações cotidianas e à afirmação do compromisso com relação aos direitos e interesses coletivos, de forma que o cidadão passe a assumir um papel central e decisivo no processo de desenvolvimento. (IRVING, 2015, p. 60).

A inclusão social por meio dessas premissas representa um movimento de contracultura diante do modelo hegemônico de turismo consolidado (IRVING, 2015). Entretanto, no turismo, a inclusão social, muitas vezes, vem associada à inserção econômica, sendo possível observar essa associação tanto em publicações acadêmicas como em relatórios oficiais (NASCIMENTO; COSTA, 2015). Recorrentemente, são encontradas afirmações “de que o turismo teria o potencial de gerar e distribuir renda e promover o desenvolvimento regional, além de favorecer um alto nível de consumo de produtos e serviços do local” (NASCIMENTO; COSTA, 2015, p. 102). Esse tipo de afirmação refere-se à inserção econômica das comunidades.

Em uma análise dos Planos de Turismo, é possível observar que no plano de 2007-2010, denominado como “ Uma viagem à inclusão”, o planejamento turístico está voltado para o crescimento do mercado doméstico, e a interpretação da inclusão social é simplificada à inserção econômica (SANCHO; IRVING, 2011; NASCIMENTO; COSTA, 2015), contexto que inviabiliza a transformação do turismo em uma alternativa de inclusão social efetiva, se forem consideradas, por exemplo, as dimensões da inclusão social apresentadas por Irving (2015).

Planejar o desenvolvimento turístico baseado estritamente em interesses econômicos, possivelmente, não garante a minimização das desigualdades

sociais, a preservação ambiental e cultural e não proporcionará a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, no máximo auxiliará na inserção econômica de alguns atores sociais envolvidos com o setor.

Para se pensar no turismo como uma estratégia para a inclusão social efetiva nas UCs, é necessário fugir dessas simplificações econômicas. Nesse sentido, Nascimento e Costa (2015, p. 106) apontam alguns fatores que potencializam a caminhada do turismo à inclusão social, sendo eles:

- O surgimento de iniciativas de turismo de base comunitária, por meio da articulação colaborativa e autogestionada, envolvendo as comunidades locais;
- A oferta de postos de trabalhos de qualidade, aliada à educação para o trabalho ou para o empreendedorismo;
- O surgimento/empoderamento de novos atores sociais que representam segmentos específicos nem sempre favorecidos (mulheres, artesãos, barqueiros, pequenos empreendimentos, entre outros);
- As configurações alternativas de espaços de governança democrática (conselhos, comitês, consórcios, redes etc.) para a gestão do turismo e de outros temas correlatos;
- O fortalecimento de observatórios dos impactos do turismo, que permitem conhecer e mitigar impactos indesejáveis;
- O fomento à criação de cooperativas que reúnem trabalhadores autônomo, antes marginalizados da estrutura produtiva e social nos destinos turísticos;
- A valorização real de traços histórico-culturais das populações locais nos produtos e serviços turísticos ofertados;
- A expansão dos benefícios socioeconômicos do turismo para as localidades vizinhas, por meio da geração de trabalho e renda, das trocas culturais e das melhorias dos serviços públicos;
- A tendência à melhoria na infraestrutura disponível aos turistas e à população local, tais como hospitais, sistemas viários e sanitários etc.;

- A aproximação entre os atores sociais ligados ao turismo e desses com outros atores relevantes para o desenvolvimento local;
- A promoção de ações de qualificação para facilitar a inserção no mercado e para assegurar a conquista de novas oportunidades profissionais;
- A oferta de microcrédito e de orientação para o empreendedorismo. (NASCIMENTO; COSTA, 2015, p. 106).

Para o desenvolvimento do turismo se aproximar da inclusão social nas UCs

Deve-se existir um processo de mudança de mentalidade com relação ao planejamento turístico, que se expressa na necessidade de busca de soluções criativas e na construção de um modelo endógeno de desenvolvimento, capaz de ousar na inovação e de assimilar o compromisso de engajamento do ator social local como ponto focal de sustentabilidade. Isso requer o desenvolvimento de novas metodologias, capazes de lidar com a subjetividade e não apenas centradas na racionalidade (IRVING, 2003, p. 181).

Pois, “apesar de suas potencialidades, não seria possível afirmar que o turismo seria capaz de eliminar as diferenças responsáveis pela clivagem social, já que algumas delas (modos de vida, por exemplo) são responsáveis pela atratividade do destino” (NASCIMENTO; COSTA, 2015, p. 107).

Considerando os fatores, Irving (2003) entende que a maneira mais eficaz de compatibilizar o desenvolvimento do turismo nas UCs com as premissas da inclusão social é através do Turismo de Base Comunitária (TBC). Um modelo de turismo que além de proteger os recursos naturais e valorizar a cultura local, promove a descentralização da gestão turística, transformando os atores locais em protagonistas na organização da atividade. Nesse modelo de turismo, “o processo de participação social e diálogo se concretiza a partir da identificação e engajamento das lideranças e representatividades locais no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo, pois estas conhecem e vivenciam a realidade local” (SANCHO, 2010, p. 109).

O TBC caracteriza-se como um modelo sustentável de turismo, que além de empoderar as comunidades locais, busca proteger a natureza, viabilizando a promoção da inclusão social. Seguindo esse raciocínio, o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas poderá representar uma estratégia importante para a proteção da biodiversidade e para a promoção da inclusão social das comunidades locais. Além disso, essas áreas poderiam ser valoradas e não mais interpretadas como obstáculos ao desenvolvimento. Contudo, essa compreensão ainda é incipiente, tanto para o campo do turismo como para o da proteção ambiental (IRVING, 2015).

3. CARACTERIZAÇÃO DO LITORAL PARANAENSE

A proposta desse capítulo é apresentar um resgate histórico dos principais acontecimentos relacionados ao turismo e às questões ambientais no litoral do Paraná e, por conseguinte, na Ilha do Mel. Estes textos, especialmente o referente à Ilha, apresentam pontos fundamentais para as reflexões acerca do contexto contemporâneo das comunidades nativas da Ilha do Mel, no âmbito da inclusão social.

3.1. LITORAL DO PARANÁ: TURISMO E PROTEÇÃO DA NATUREZA

Durante toda a primeira metade do século XX, o turismo no Brasil foi incipiente, resumindo-se praticamente às temporadas de veraneio em segundas residências ou casas alugadas, em locais próximos aos grandes centros (ALBAN, 2006). No litoral do Paraná não foi diferente, embora essa situação perdure até os dias atuais. A ocupação dessa região para fins recreativos e de lazer teve início em 1920, década em que se vivenciou a democratização do desejo ao lazer e, em especial, do desejo pelo lazer nos balneários (SAMPAIO, 2006a).

Entretanto, o turismo no litoral passou a crescer efetivamente após o desenvolvimento das vias de transportes, que são marcos importantes quando

posto em pauta a atividade turística em qualquer região. Até a década de 1920, a ligação com o planalto se dava apenas pelas cidades portuárias – Paranaguá e Antonina (SAMPAIO, 2006a). Contudo, a partir de 1926, o litoral passou a receber investimentos na infraestrutura de transporte com a abertura da Estrada do Mar, que facilitou o acesso à Guaratuba e favoreceu a fundação e desenvolvimento das vilas balneárias de Matinhos e Caiobá. Na mesma época, ocorreu a construção da estrada ligando Caiobá à Prainha (BIGARELLA, 2006).

Anos mais tarde, em 1963, foi anunciada a construção da estrada Cacatu-Guaraqueçaba (atual PR-405) que, embora tenha sido aberta tendo como justificativa a fertilidade das terras da região (DER, 2017), a estrada possibilitou a chegada de visitantes a Guaraqueçaba também pelo meio terrestre. Três anos mais tarde, foi inaugurada a Estrada das Praias (PR-407), agora contando com melhores condições de acesso, sendo totalmente asfaltada, o que representou a “coqueluche dos paranaenses” (DER, 2017). Também foi nessa década, 1960, que ocorreu a construção das rodovias BR 277, ligando Paranaguá a Curitiba e ao norte e oeste do estado, bem como construção da BR 116, ligando São Paulo, Paraná e Santa Catarina, além da PR 508 (Alexandra-Matinhos) (MACHADO, 2012; BORSATTO *et al.*, 2007). Já na década de 1970, mais especificamente em 1977, foi inaugurada a PR-402, trecho asfaltado que liga Praia de Leste a Pontal do Sul (SAMPAIO, 2006b).

A ocupação por meio de loteamentos também promoveu a intensificação do turismo no litoral paranaense. Em 1925, foi criado o primeiro loteamento em Matinhos; em 1926 a primeira casa; em 1928 a construção da Vila Balneária de Praia de Leste; e em 1929 deu-se início aos preparativos para a instalação do balneário do Morro de Cayobá (BIGARELLA, 2006), demonstrando o interesse na rápida ocupação do espaço. Até a década de 1950 a extensão entre Matinhos e Caiobá encontrava-se totalmente loteada (BIGARELLA, 2006). Desse modo, os olhares voltaram-se às construções dos balneários Praia de Leste (SAMPAIO, 2006a) e também para o lançamento da Cidade Balneária Pontal do Sul, em 1951, caracterizando-se como o maior empreendimento balneário do Paraná até o presente (SAMPAIO, 2006b).

Esse loteamento intensivo ao longo da orla seguiu até a década de 1980,

quando a orla paranaense, ao sul da baía de Paranaguá, encontrou-se praticamente inteiramente loteada (SAMPAIO, 2006a). Isso totalizou, em 1983, uma cifra de 110 mil lotes urbanos cadastrados nas prefeituras, mas com ocupação de menos de 18% destes, conforme ressalta o autor citado.

Ainda antes do início das criações dos loteamentos e dos balneários, em 1930, ocorreu uma onda de ocupação para fins turísticos na Ilha do Mel, por parte de famílias de classe alta de Curitiba, que adquiriram terrenos e construíram suas casas (ATHAYDE; BRITEZ, 2005; PIERRI, 2006). Nesse período, também iniciou-se a procura pelo Ecoturismo e pelo turismo de aventura por meio das explorações turísticas, por montanhistas, na Serra do Mar. Formou-se um grupo de pessoas interessadas em escalar o Maciço do Marumbi. Esse grupo era formado por membros da Bandeira Paranaense de Turismo (DESTEFANI, 2011).

Outra questão que impactou o desenvolvimento do turismo no litoral do Paraná foi a II Guerra Mundial, já que toda costa brasileira neste período foi considerada área de segurança nacional, ficando sujeita a uma série de condicionantes, como a ocupação de alguns imóveis e pontos estratégicos para vigilância militar, a exigência de salvo-conduto para viagens ao litoral, o impedimento da presença de estrangeiros da Itália e Alemanha e descendentes na área (BIGARELLA, 2006). Além disso, o quadro de instabilidade política, econômica e social que o país e o mundo apresentavam desde o final dos anos 1920 até o término da II Guerra Mundial não permitiu o investimento em lazer, exceto em medidas pontuais. Com o fim da II Guerra, as atividades econômicas foram restabelecidas e, com elas, as atividades de lazer e o turismo (SAMPAIO, 2006a).

Uma característica do turismo no litoral do Paraná são as segundas residências. Verificou-se que em 1950, o fenômeno da segunda residência das “camadas médias urbanas” de aglomerações próximas à costa passou a ser extensivo – o espaço da orla paranaense começou a adquirir sua conformação atual, ou seja, ocupação linear junto à praia (SAMPAIO, 2006a; ESTEVES, 2011). A raiz dessa situação remete ao contexto econômico da época, onde as classes com menor poder aquisitivo estavam com certo poder de compra de bens

duráveis e de financiamento de atividades de lazer (PIERRI *et al.*, 2006).

O desenvolvimento da infraestrutura turística também impulsionou o crescimento do turismo na região. Na década de 1960, por exemplo, ocorreu a inauguração do serviço de ferry-boats entre a ponte ao norte da baía de Guaratuba e o centro urbano do município de Matinhos (SAMPAIO, 2006a). Esse serviço facilitou o deslocamento dos moradores, mas também facilitou e promoveu a intensificação do deslocamento dos turistas. Além disso, em Pontal do Sul, foram implantadas diversas marinas ao longo das margens dos canais escavados pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) (PIERRI *et al.*, 2006). Isso vem ao encontro do fato de que, após 1950, ocorreu a construção de hotéis, resorts, restaurantes e marinas, destinados a atender as camadas mais privilegiadas da população brasileira (ESTEVES, 2011).

Cabe ressaltar que o ano de 1966 foi um marco para a atividade turística no Brasil, com a criação da Embratur, que passou a dar apoio e incentivos governamentais para o desenvolvimento de infraestrutura turística (ALBAN, 2006). A partir de 1964, o governo militar investiu cada vez mais no desenvolvimento urbano-industrial, contribuindo, no setor do turismo, com infraestrutura de transporte, além de subsídios fiscais e creditícios ao setor privado (BRANDÃO, 2010). No entanto, no que se refere às políticas públicas do turismo pouco avanço se observou nessa época além da criação da Embratur (ALBAN, 2006).

No âmbito da legislação, em 1977 criaram-se, por meio da Lei Federal nº 6.513, as Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico (AEIT), sendo que

Áreas Especiais de Interesse Turístico são trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico (BRASIL, 1977, s.p.)

Além disso, são “Locais de Interesse Turístico são trechos do território nacional, compreendidos ou não em Áreas Especiais, destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas, e à realização de projetos específicos” (BRASIL, 1977, s.p.). Ambas tinham por objetivo a

preservação do patrimônio natural e cultural e regulação da atividade turística nesses locais. Essa legislação proporcionou que na década seguinte, em 1984, fosse criada a AEIT Marumbi, por meio da Lei Estadual nº 1.895, congregando áreas e locais situados nos municípios litorâneos Antonina e Morretes e nos municípios não litorâneos de Campina Grande do Sul, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras (IAP, 2017). E em 1998, por meio da Lei Estadual nº 5.305, foram declaradas áreas e localidades de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná como AEITs e Locais de Interesse Turístico (IAP, 2017).

A partir da década de 1970, passou a existir no litoral uma estrutura turística destinada à população de menor renda, que se configurava como associações de trabalhadores, colônias de férias, campings e outros meios de hospedagem coletivos e de baixo custo (ESTEVES, 2011). Ao mesmo tempo, foram construídos equipamentos turísticos para as classes mais abastadas, conforme informa o autor citado. Uma ação pontual em relação à estrutura para turistas com menor poder aquisitivo foi a inauguração do Terminal Turístico de Massas, em Matinhos, em 1977, administrado pela extinta Paranatur (DIÁRIO DO PARANÁ, 1977). Segundo o periódico citado, o Terminal contava com área de camping e estacionamento para trailer, vestiário, guarda-volumes e instalações com churrasqueiras.

O aumento da demanda turística começou a ser percebido a partir de 1980, quando ocorreu a intensificação do fluxo de visitantes na Ilha do Mel, acarretando a criação de infraestrutura para a atividade de lazer e turismo, como a oferta de transporte marítimo regular (FONSECA NETO, 2007; PIERRI *et al.*, 2006), além da instalação de energia elétrica, em 1988 (PIERRI, *et al.*, 2006). Esteves (2011) destaca que também as ilhas das Peças e Superagui tiveram o início da ocupação para fins turísticos de forma mais ampla nesta década.

Em 1980, com a intensificação da demanda e com o desenvolvimento da oferta turística, os moradores passaram a se interessar pelo turismo. Os habitantes de Morretes, por exemplo, passaram a ver no turismo uma oportunidade de melhoria nas condições de vida e então passaram a organizar e promover a atividade, principalmente no segmento do ecoturismo (FONSECA

NETO, 2007). Para corroborar com esse interesse, em 1986, a então Secretaria de Cultura e do Esporte do Paraná firmou convênio com o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, com objetivo de concretizar um projeto de educação ambiental, que dentre suas ações teve a reconstituição de caminhos históricos como a Estrada da Graciosa e o Caminho de Itupava, além de outros locais como o Salto dos Macacos, em Morretes e o Pico do Marumbi (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1986), que posteriormente passaram a ser considerados importantes atrativos para o Ecoturismo que vinha sendo desenvolvido na região.

Essa expansão das atividades e serviços associados ao turismo e lazer que se desenvolvia no litoral do Paraná gerou o crescimento populacional da região, por volta de 1990. Tais fluxos migratórios eram originários, principalmente dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (DESCHAMPS; KLEINKE, 2000).

Com o fluxo turístico já alto, no século XXI, as medidas mais proeminentes para o turismo no litoral do Paraná foram de caráter normativo. Em 2003 foi criado o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, pelo recém-criado Ministério do Turismo (MTUR, 2007), o qual elevaria, em 2008, na definição das regiões turísticas a nível nacional (MTUR, 2008). Para gerir as regiões turísticas, foram criadas e destinadas instâncias de governança, sendo a da região turística do litoral, a Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Litoral do Paraná (ADETUR), criada em 2007 (SETU, 2010). Também em 2008 foi criada a Lei Federal nº 11.771, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo (MTUR, 2008) e a nível estadual a Lei nº 15.973 que dispõe sobre a Política Estadual de Turismo (SETU, 2010). Ainda no âmbito estadual, destaca-se o projeto “Turismo no Litoral do Paraná - Emoções o Ano Inteiro”, que teve início em 2005, por meio da articulação da extinta Secretaria de Estado do Turismo (SETU) e os organismos oficiais de turismo dos municípios do Litoral e o Sebrae- PR, que posteriormente, foi englobado no projeto as Associações Comerciais (UFPR, 2007).

Com o objetivo de gerar fluxo turístico no ano inteiro e diminuir a sazonalidade da região, além de aumentar a competitividade empresarial dos sete municípios, o projeto atuou na capacitação, qualificação, articulação,

infraestrutura e marketing. Outra ação de divulgação do litoral foi a campanha Viva o Litoral do Paraná, lançada pela ADETUR, em parceria com a extinta Setu, o Sebrae e a Ecovia, concessionária que administra o trecho da BR-277 que dá acesso ao Litoral (AEN, 2011). Tal campanha, criada em 2011, teve por objetivo atrair turistas a Morretes, Antonina e Paranaguá, municípios que na época foram atingidos por fortes chuvas, que ocasionaram tragédias ambientais, sociais e econômicas (AEN, 2011). Tal projeto visava, a partir do aumento da visitação, auxiliar esses municípios em sua recuperação.

Em relação à ocupação do litoral paranaense, atualmente a região conta com alta população flutuante durante a temporada, chegando a cerca de 95.000 em Guaratuba, 104.000 pessoas em Pontal do Paraná e 157.000 em Matinhos e, entre dezembro e fevereiro, mais de 1 milhão de visitantes em todo litoral (ITCG, 2016), atraídos pelo turismo massivo de sol e praia. Estima-se que em 2014 o litoral tenha alcançado 2,9 milhões de visitantes (PARANÁ, 2018).

De acordo o ITCG (2016), o município que mais recebe turistas é Guaratuba, seguido por Matinhos, Pontal do Paraná, Ilha do Mel, Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba. Nessa caracterização, tem-se o turismo convencional se sobressaindo a outras formas, por exemplo, ao turismo de base comunitária, bem como a característica de turismo massificado se sobressaiu a característica do turismo alternativo. Sendo assim, entende-se que o turismo em desenvolvimento no Litoral do Paraná, predominantemente, segue o modelo hegemônico (convencional) e massificado. Apresentam-se no Apêndice II, em forma de tabela, as atividades turísticas praticadas com seus respectivos locais, promotores e segmento de turismo que a atividade se encontra.

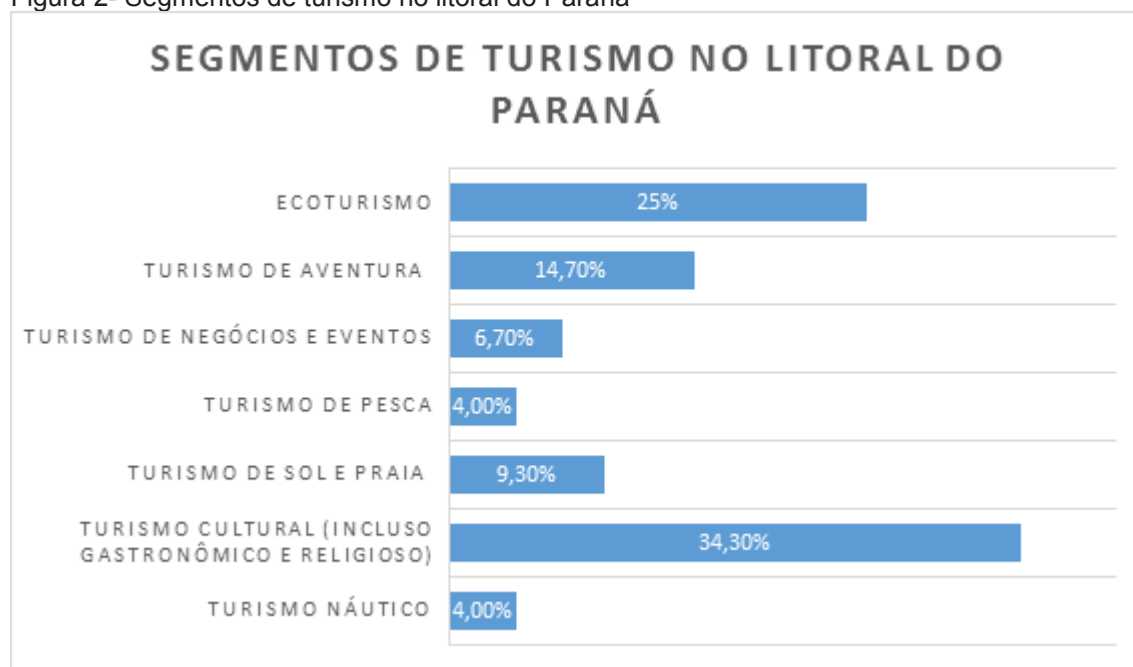
Nos municípios balneários de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, destaca-se o turismo de sol e praia e a realização de eventos, principalmente os culturais e religiosos. Já nos municípios portuários de Paranaguá e Antonina, destacam-se os centros históricos que possibilitam a prática dos turismos cultural e histórico. Observou-se que nesses municípios, a realização de eventos se apresenta como um segmento amplamente praticado.

Em Paranaguá, destaca-se ainda a Ilha do Mel, destino turístico consolidado desde a década de 1980, com a visitação voltada, principalmente,

ao turismo de sol e praia e ao ecoturismo. Nos municípios com características rurais, Morretes e Guaraqueçaba, o destaque é dado principalmente ao turismo cultural e ao turismo de sol e praia nas Ilhas de Guaraqueçaba. O município que lidera as práticas do turismo na natureza é Morretes, seguido por Paranaguá, Guaraqueçaba, Antonina, Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos. De maneira geral, os municípios apresentam, praticamente, os mesmos segmentos sendo eles: o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo rural, o turismo de pesca, o turismo náutico e o turismo gastronômico.

O Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) do Litoral do Paraná⁵ aponta que o turismo na região é voltado para o segmento de sol e praia e, em escala menor, para o turismo cultural, principalmente nos centros urbanos de ocupação colonial ou portuária. Mas destaca que, por conta da conservação, possibilitou-se o desenvolvimento de outras formas de turismo (ITCG, 2016), que acabaram superando o segmento de sol e praia, como demonstra a Figura 2.

Figura 2- Segmentos de turismo no litoral do Paraná



FONTE: Adaptado de ITCG (2016).

⁵ Programa do Estado do Paraná, coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, com o objetivo de subsidiar a gestão de políticas públicas, como um instrumento político e técnico que possibilite a incorporação das questões ambientais ao planejamento estratégico do governo (ITCG, 2016).

Embora grande parte dos municípios litorâneos brasileiros sejam procurados por suas praias, percebe-se que no litoral do Paraná, são os segmentos do Turismo Cultural e do Ecoturismo que se destacam. O segmento de Turismo Cultural apresenta o índice de 34,30% da procura devido à unificação do segmento ao turismo gastronômico e ao religioso. Já o Ecoturismo apresenta um índice de 25% devido às características ambientais da região. As criações de UCs também auxiliaram na promoção desse segmento. Em 2001, por exemplo, foi criado o Parna Saint-Hilaire/Lange (ICMBIO, 2017b) e, em 2002, os PE da Ilha do Mel e do Pico do Paraná (IAP, 2017). Recentemente, em âmbito municipal, foi criado, em Pontal do Paraná, o Parque Natural Municipal do Manguezal do Rio Perequê (IAP, 2017).

De acordo com o ICMBio (2019) e o IAP (2019) as UCs no litoral paranaense aptas a receber turistas totalizam 10 (dez) áreas, sendo elas: o Parque Estadual Pico do Marumbi, a Floresta Estadual do Palmito, o Parque Estadual Rio da Onça, o Parque Estadual da Ilha do Mel, Parque Estadual Serra da Baitaca, a APA de Guaratuba, a APA de Guaraqueçaba, o Parque Nacional do Superagui, a RPPN Salto Morato e a RPPN do Sebuí. Nessas UCs que recebem visitação seis (6) áreas trabalham com o TBC, sendo elas: a APA de Guaratuba, a APA de Guaraqueçaba, o Parque Nacional do Superagui, a RPPN Salto Morato e a RPPN do Sebuí. As outras 4 (quatro) áreas citadas acima trabalham com o turismo convencional. Sendo assim, 60% das UCs do litoral paranaense que estão abertas à visitação promovem o Turismo de Base Comunitária.

As UCs criadas no litoral do Paraná, além de contribuírem para a proteção da biodiversidade, têm auxiliado na atração da demanda turística, uma vez que possibilita a manutenção de importantes atrativos turísticos naturais, como as cachoeiras, praias, montanhas, entre outros (ICMBio, 2018). No litoral paranaense existem 49 UCs, as quais foram criadas ao longo do tempo nas esferas públicas (municipal, estadual e federal) e privada. O Parque Estadual Rio da Onça, no município de Matinhos, foi a primeira UC a ser criada no estado em 1981 (BRASIL, 2000c).

As políticas mais efetivas de proteção ambiental nessa região foram implantadas a partir de 1981 através da criação de UCs, as quais totalizaram seis criações. Entretanto, além dessas criações, outras políticas de proteção ambiental passaram a agir sobre o litoral paranaense nesse período, como, por exemplo, os tombamentos de áreas como patrimônios naturais e as instituições de EIA e RIMAS (SAMPAIO, 2006a; TEIXEIRA, 2006).

Na década seguinte, 1990, a proteção ambiental no litoral paranaense se intensificou, foram criadas mais 12 UCs, além da instituição de áreas litorâneas que não pertenciam aos perímetros das UCs, mas eram regidas pelo Decreto da Mata Atlântica (nº 750/1993), também elaborado na década de 90. Esse decreto foi atualizado em 2008 (nº 6.660/2008), e tem como finalidade regulamentar os dispositivos da Lei Mata Atlântica (nº 11.428/2006) criada em 2006. Além disso, a fiscalização ambiental também passou a ser mais atuante, principalmente com a criação, em 1992, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Já nos anos 2000, foram criadas 19 UCs no litoral paranaense. Vale destacar que a maioria dessas áreas (12) são privadas, classificadas como RPPNs. Nesse período, assim como nas décadas de 1980 e 1990, outras políticas ambientais passaram a atuar sobre o litoral paranaense, políticas como o Projeto Orla (ação conjunta entre MMA e a Secretaria do Patrimônio da União) que vêm atuando no Brasil com o objetivo de articular uma gestão integrada dos espaços litorâneos. No litoral do Paraná, o projeto vem atuando em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba (MMA, 2017). Outra política ambiental que passou a incidir sobre o litoral paranaense, a partir de 2006 como já mencionado anteriormente, é a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428). Nela, a região do litoral é demarcada como área de proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica (ITCG, 2016) e é considerada um importante instrumento de proteção ambiental para a região. Entretanto, além dessa política ambiental, há o Código Florestal de 2012 (Lei nº 12.651) que também incide sobre a proteção ambiental da região, caracterizando os manguezais e as restingas como Áreas de Proteção Permanente (APP) (ITCG, 2016).

Especificamente, as UCs representam no litoral do Paraná uma importante ferramenta de proteção ambiental e são responsáveis, em grande parte, pela caracterização paisagística dos municípios litorâneos. Atualmente, 80% do território total do litoral é coberto por UCs, possuindo cerca de 490.964,05 hectares direcionados à proteção ambiental (IAP, 2017)

Tal porcentagem é distribuída entre os sete municípios litorâneos, entretanto, destaca-se Guaratuba com 99% de seu território coberto por UCs e Guaraqueçaba com 93%, conforme é demonstrado no Quadro 3:

Quadro 3 - Porcentagem do território coberto por UCs dos municípios litorâneos do Paraná.

<i>Município</i>	<i>Unidades de Conservação (ha)</i>	<i>Áreas dos municípios (ha)</i>	<i>% dos municípios cobertos por UCs</i>
Antonina	70.717,57	96.897,71	72%
Guaraqueçaba	202.361,21	215.933,74	93%
Guaratuba	131.650,00	132.688,11	99%
Matinhos	3.953,20	11.156,37	35%
Morretes	36.523,96	68.659,42	53%
Paranaguá	43.492,40	66.583,09	65%
Pontal do Paraná	2.265,71	21.629,45	10%

Fonte: IAP, 2017 (Cálculos realizados pela autora).

Esta cobertura estrutura-se em 49 UCs, as quais são divididas em dois grupos de proteção, sendo o de Uso Sustentável, com 19 UCs, e o de Proteção Integral, com 30 UCs (a lista com a categorização de cada UCs está disponível no Apêndice I). Esses grupos estão divididos em 39% de UCs de Uso Sustentável e 61% de Proteção Integral. Além disso, ainda estão subdivididas em sete categorias estabelecidas pelo SNUC, sendo elas: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Parque Estadual (PE), Parque Municipal (PM), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e Áreas de Proteção Ambiental (APA). Essas categorias estão organizadas no modelo de gestão de Mosaico de Unidades de Conservação.

A distribuição dessas categorias de UCs mostra que as RPPNs são predominantes, representando cerca de 32,65% do total das UCs. A representação das demais categorias são apresentadas na Figura 3:

Figura 3 - Representação das categorias das UCs do litoral do Paraná.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A representação dessas categorias dentro do grupo de Uso Sustentável também demonstra a predominância das RPPNs, já que esse grupo é composto por apenas duas categorias, as APAS com 3 UCs, representando 17% do grupo, e as RPPNs, com 16 UCs, representando 83% do grupo (ICMBio, 2019; IAP, 2019).

Ademais, 61% das UCs do litoral paranaense pertencem ao grupo de Proteção Integral e 39% correspondem as UCs de Uso Sustentável. Embora a diferença entre esses grupos seja relativamente pequena, de 22%, é possível observar a predominância do grupo de Proteção Integral. Todavia, a questão emblemática disso é que o grupo de Uso Sustentável, formado por 19 UCs, é estruturado basicamente por RPPNs, que são distribuídas em 16 UCs criadas a partir da iniciativa privada. O poder público implantou 3 UCs de Uso Sustentável no litoral do Paraná, sendo 3 APAs.

Nessa conjuntura é necessário refletir que o litoral paranaense está

Envolto por uma aparente proteção ambiental e revela-se como área de elevada tensão ecossistêmica e social, percebida sobretudo pelas suas características naturais, mas especialmente pelo seu crescimento populacional, desigualdades sociais e pelas rápidas transformações nas dinâmicas de uso e ocupação do solo, o que configura uma região de grande vulnerabilidade socioambiental, especialmente no que diz respeito às consequências severas de eventos climáticos, como

tempestades, vendavais, inundações e alagamentos sobre as populações humanas e seus meios de produção nas zonas urbanas e rurais (TIEPOLO, 2015, p. 101).

Dessa forma, esse contexto nos leva a refletir sobre conflitos socioambientais relacionados às categorias de UC, os quais são entendidos como “disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural” (LITTLE, 2001, p. 107). São desencadeados a partir do questionamento sobre a legalidade de algumas formas de apropriação, as quais projetam resultados indesejados de uma prática social sobre outra, gerando antagonismos entre algumas práticas territoriais e colocando em questionamento, também, a maneira de distribuição do poder sobre os recursos desses espaços (ACSELRAD, 2004).

Tais conflitos são classificados, de acordo com Zhouri e Laschefski (2010), nas tipologias de: conflitos ambientais distributivos caracterizados pela diferença de acesso aos bens ambientais entre ricos e pobres; conflitos ambientais espaciais, que são aqueles que surgem dos impactos ambientais e não necessariamente pela disputa do acesso aos bens naturais; e conflitos ambientais territoriais, marcados pela sobreposição de modos de vida que entram em conflito sobre o mesmo espaço geográfico. No litoral do Paraná, de acordo com estudos de diversos autores como Diegues (1995), Raynaut (2002), Denardin (2002), Cherem (2016), Buzzato (2009), Harder (2014), Pierri (2006), Teixeira (2004), Tiepolo (2015) entre outros, é possível afirmar que todas essas tipologias ocorrem.

Em uma análise sobre os conflitos socioambientais do litoral do Paraná, conclui-se que de certa maneira as políticas ambientais relacionadas às UCs obtiveram sucesso em controlar os danos ambientais, entretanto, mostraram-se incapazes de reverter o quadro de pobreza histórica vivida pela maioria das populações locais. Ademais, essa conjuntura contribuiu significativamente com o êxodo rural, principalmente dos pequenos agricultores, além da indução das populações na implementação de atividades as quais contribuíram, ainda mais, para a degradação ambiental da região. (RAYNAUT *et al*, 2002)

Nessa perspectiva, a implantação de UCs no litoral do Paraná acarretou, por exemplo, em impactos negativos sobre as atividades agroflorestais e de pesca desenvolvidas pelas comunidades locais (RAYNAUT *et al.*, 2002) que precisaram encontrar novas atividades econômicas para compensar as restrições impostas pela política ambiental. Além disso, essas novas atividades econômicas trouxeram novos problemas para essas áreas, como por exemplo, a introdução de espécies exóticas na região (ex. Palmito Pupunha e Palmeira Real), a alteração da cultura de plantio, pois os pequenos agricultores precisaram diminuir o tempo de pousio (prática antiga usada para a recuperação da fertilidade do solo), o que resultou no aumento da utilização de agrotóxicos e no encarecimento da produção (DENARDIN, *et al.*; 2009).

Além dos pequenos agricultores, os pescadores e as comunidades tradicionais também foram impactados com a implantação dessas políticas ambientais. Os pescadores em especial sofreram com a redução de suas áreas de pesca, bem como com a redução do período e das espécies de peixes que poderiam ser pescadas. Nos diversos municípios litorâneos, com maior densidade em Guaraqueçaba e Paranaguá, cerca de 200 comunidades de pescadores artesanais, abrangendo aproximadamente 5 mil indivíduos, foram impactos pelas políticas ambientais de conservação (ITCG, 2016).

De acordo com Tiepolo (2015, p. 99):

Os invisíveis vivem em grande parte em comunidades remotas de lavradores e pescadores artesanais espalhados pelo litoral em condições precárias de vida, sem acessos a serviços públicos básicos, com baixa ou nenhuma escolaridade, à mercê das especulações do Estado que não hesita em proporcionar condições legais para que seus encurralados territórios continuem sendo usurpados e seus direitos fundamentais tolhidos.

Cumprе ressaltar que conflitos socioambientais desenvolvem-se na região, como por exemplo, na localidade de Guapé, que fica ao entorno da ESEC de Guaraguaçu. O conflito é estabelecido devido à construção, por parte dos pescadores artesanais na área de restinga, de casas e ranchos de pesca dentro da faixa preamar (faixa praial). Nesse conflito, a comunidade local tem recebido à, aproximadamente, 9 anos notificações de remoção (CHEREM, 2016). Outra

comunidade que sofre com conflitos socioambientais é a de Barrancos, que também habita o entorno da ESEC de Guaraguaçu. Nessa região o conflito aparece de forma mais severa e é caracterizado pela tensão entre moradores locais e a especulação imobiliária; e entre a sobreposição das áreas de proteção integral e seguro defeso com e as áreas de pesca (CHEREM, 2016).

Na ESEC de Guaraqueçaba, por exemplo, os moradores tiveram problemas com a captura do caranguejo. No PARNA Saint-Hilaire os conflitos socioambientais estão relacionados ao uso do solo, da água, da flora e da fauna nativa. Na zona de amortecimento do PARNA, onde está localizada parte rural do município de Matinhos, ocorre uma pressão antrópica forte através do turismo que vem desenvolvendo-se na região. O cultivo da banana e as questões fundiárias são conflitos bastante evidentes na localidade do parque (BUZZATO, 2009).

O PARNA de Superagui também apresenta conflitos socioambientais, os quais ocorrem na comunidade de Guapicum. Nessa região, os conflitos são decorrentes da proibição da pesca do camarão com embarcação a motor dentro da Baía, como também decorrem da proibição da prática do cerco. A instituição do conflito ocorreu pela falta de opções para os pescadores, uma vez que essas práticas se tornaram a principal atividade econômica dos moradores após a proibição da lavoura (CHEREM, 2016).

Outro conflito evidente dá-se na REBIO Bom Jesus, onde ocorre sobreposição da UC com a Terra Indígena da aldeia Kuaray Haxa (FIOCRUZ, 2017). Além disso, a ESEC da Ilha do Mel também apresenta conflito na comunidade da Ponta Oeste. Esse conflito ocorre devido ao Plano de Uso da área de ocupação da Ilha, estabelecido pela Lei Estadual nº 16.037/2009, a qual objetiva realocar a população local para aumentar da extensão da ESEC. Entretanto, os moradores apresentaram resistência, alegando manter naquele território toda a sua história, identidade e cultura. A população pediu revisão dos artigos que se referiam, especificamente, a esse aumento da ESEC. O processo ocorre até os dias atuais e a população permanece em suas residências convivendo com imposições legais que tentam forçá-la a abandonar o local (DENKEWICZ, 2016).

Contudo, além desses conflitos supracitados, grande parte das UCs do litoral paranaense não possuem planos de manejos. De acordo com dados do ICMBio (2019) e do IAP (2019), cerca de 33% das UCs possuem plano de manejo e 67% não possuem. No total são 33 UCs que não possuem planos de manejos, sendo 24 áreas pertencentes ao grupo de Proteção Integral e 9 ao grupo de Uso Sustentável. Já em relação às UCs que possuem planos de manejos, essas somam 16 áreas, sendo que 6 UCs pertencem ao grupo de Proteção Integral e 10 ao grupo de Uso Sustentável. Dessa maneira, o grupo de Uso Sustentável, embora seja o grupo com menor representatividade no número total de UCs, é o que mais possui UCs com planos de manejos.

Estima-se que cerca de 30% das áreas protegidas, em escala mundial, possuam plano de manejo (ERVIN *et al.*, 2010). E das 320 UCs Federais administradas pelo ICMBio, apenas 147 tenham plano de manejo (CNUC/MMA, 2015). Portanto, a falta desse documento é um problema recorrente na maioria das áreas protegidas e é uma indiscutível objeção para a efetiva implantação e gestão das UCs.

Problemas ligados à falta de recursos econômicos, à falta de recursos humanos, ao próprio modelo e aplicabilidade dos planos, ao interesse das equipes gestoras, à burocracia institucional, à abordagem de planejamento usada, à capacidade das equipes em gerir os processos de planejamento e implantação são elencados como responsáveis pela falta ou inadequação dos planos de manejo (SANTOS, 2016; COUTINHO, 2014).

Quando não existe esse documento que estabelece o zoneamento e as normas para o uso e manejo dos recursos naturais de uma UC (BRASIL, 2000), as tomadas de decisões tendem a serem subjetivas, dificultando uma gestão sustentável da área, além de fragilizar a operacionalização de ações e até mesmo de fiscalizações (GOMES *et al.*, 2006; FIGUEIRÊDO *et al.*, 2012).

O SNUC estabelece como obrigatória a elaboração dos planos de manejos a todas as UCs brasileiras, além de prever a participação das comunidades locais nessa elaboração. Entretanto, boa parte das UCs do litoral paranaense continuam sem planos de manejos, e as comunidades, em sua

maioria, continuam não participando, o que pode influenciar negativamente nos objetivos da conservação (TIEPOLO, 2015).

De acordo com Spínola (2011, p. 32)

o sucesso da conservação depende da gestão democrática do uso destes recursos e a participação deve ser interpretada como um instrumento fundamental para aumentar a legitimidade das regras de manejo e garantir sua maior eficácia na gestão/conservação dos mesmos (SPÍNOLA, 2011, p. 32).

A falta de participação social nos processos consultivos ou deliberativos das UCs é considerado por Spínola (2011, p. 39), como “um processo multidimensional, e devido a isso, existem diversos fatores que interferem de diferentes maneiras nas possibilidades da efetivação e sucesso das participações”. Nesse sentido, a autora discute quatro dimensões:

O arranjo institucional no qual se desenvolve o processo participativo; os recursos econômicos e políticos (objetivos e subjetivos) dos atores; os cálculos em torno custos e benefícios da participação, ou, a racionalidade instrumental e; a questão da relação entre saberes. Estas dimensões podem condicionar a decisão dos atores de participar ou não, e/ou influenciar na qualidade do processo participativo-deliberativo (SPÍNOLA, 2011, p. 39).

A participação social nos processos consultivos ou deliberativos das UCs ocorre, geralmente, por meio dos Conselhos Gestores, os quais são considerados ferramentas importantes de gestão, assim como os planos de manejos. No litoral paranaense entre as UCs estaduais apenas um conselho gestor deliberativo está em funcionamento, o conselho a APA de Guaratuba. E entre as UCs federais, apenas o Parque Nacional Saint Hilaire Lange e a APA de Guaraqueçaba possuem conselhos gestores consultivos (TIEPOLO, 2015).

A falta de instrumentos de gestão nos demonstram que as UCs do litoral paranaense não cumprem as determinações legais em vigor que instruiriam seu funcionamento e gestão, particularmente, em relação à elaboração e implantação de planos de manejos, à conservação da biodiversidade, à efetivação dos conselhos gestores consultivos e deliberativos, à estruturação dos mosaicos de UCs, ao desenvolvimento local, às visitas, às pesquisas

científicas, à educação ambiental e ao desenvolvimento local (TIEPOLO, 2015), isso porque não há, no litoral do Paraná, “uma política socioambiental para cumprir as determinações legais e executar suas políticas derivadas” (TIEPOLO, 2015, p. 103).

Além de enfrentar a desestruturação, as UCs do litoral paranaense defrontam-se com os projetos desenvolvimentistas propostos para a região, a qual é almejada por seu grande valor para alguns setores da economia, como os relacionados à exportação de *commodities*, ao turismo e ao mercado imobiliário por seu grande valor. Estima-se a existência de 18 projetos de infraestrutura já licenciados, além dos que ainda estão em processo de licenciamento (GOES, 2014). Tais projetos referem-se às novas estruturas portuárias e às novas rodovias sobre territórios tradicionais, a complexos industriais poluidores sendo instalados no entorno imediato das UCs, promovendo grandes transformações nas dinâmicas sociais (TIEPOLO, 2015). Além disso, quando grandes projetos de infraestrutura são estabelecidos próximos às UCs, essas áreas, gradualmente, transformam-se em ilhas de recurso naturais degradados. Locais que detinham grandes fragmentos florestais são reduzidos, a ponto de não serem considerados mais uma floresta (GOES, 2014; TABARELLI; GASCON, 2005; CODE, 2013). Compreende-se que a implantação desses grandes projetos de infraestrutura, que derivam da busca pelo tão almejado “desenvolvimento”, gera diversos impactos, tanto no âmbito social como no ambiental, a grande questão é: quais serão os impactos que mais se destacarão os negativos ou positivos?

Compreende-se que as implantações das UCs no litoral paranaense representam o esforço em traçar estratégias de conservação para resguardar um importantíssimo remanescente da Mata Atlântica. Entretanto, a gestão desse complexo sistema de proteção é em sua maioria fundamentada em uma política de abandono e de exclusão social e, por vezes, defronta-se com projetos de desenvolvimento que ameaçam sua integridade.

No âmbito do turismo, entende-se que a ligação estabelecida com a proteção da natureza está associada aos segmentos desenvolvidos no litoral paranaense, onde destacam-se o Ecoturismo e o Turismo de Aventura,

segmentos que se desenvolvem a partir da utilização dos recursos naturais como atrativos, os quais em sua grande maioria estão alocados dentro ou ao entorno das UCs que compõem o litoral paranaense. Este é o caso da Ilha do Mel, uma área protegida considerada como um dos atrativos turísticos mais importantes do Paraná.

3.2. ILHA DO MEL: PROTEÇÃO AMBIENTAL E TURISMO

Figura 4 - Ilha do Mel, Paraná.

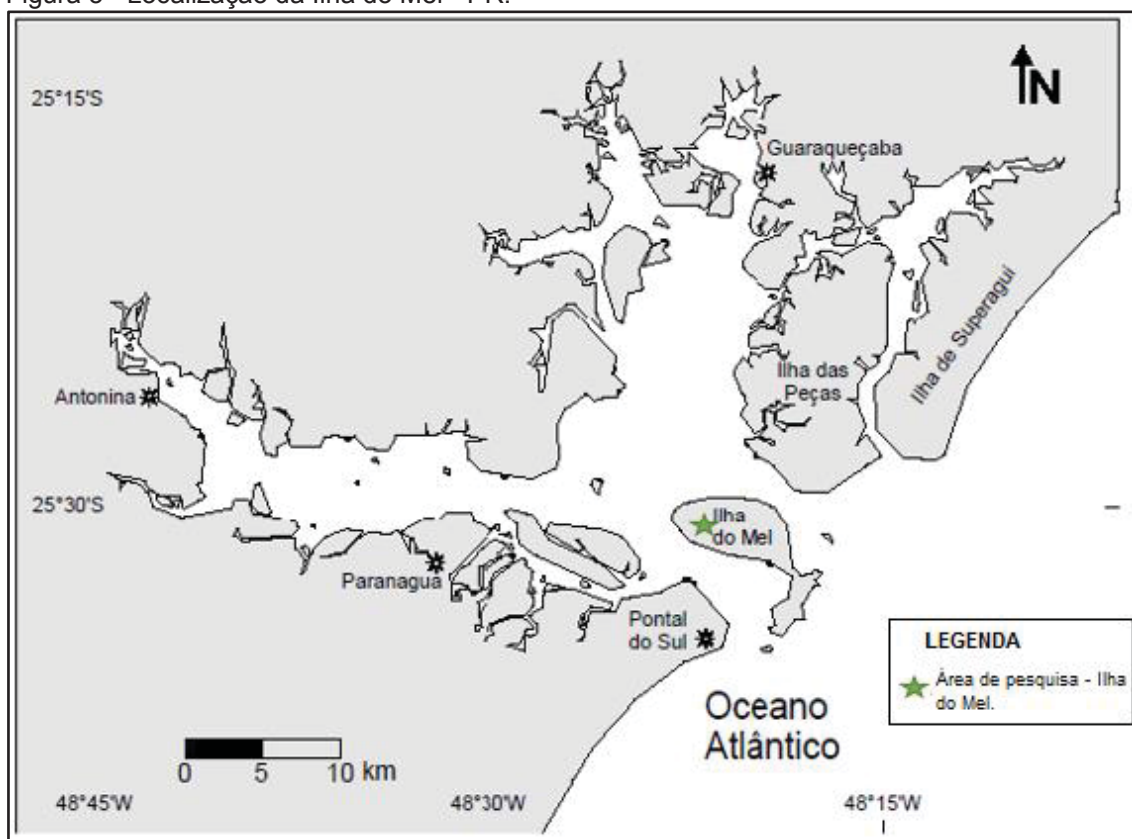


FONTE: PARANÁ, 2004.

A Ilha do Mel compõe um dos mais complexos estuários da costa brasileira, é coberta pela Mata Atlântica, abriga duas Unidades de Conservação – Estação Ecológica e Parque Estadual da Ilha do Mel e é considerada um Patrimônio Histórico Artístico do Estado do Paraná (PARANÁ, 2004). Pertence ao município de Paranaguá e está inserida no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguapé – Cananéia – Paranaguá. Além disso, está localizada na latitude 25°30'S e longitude 48°20'W entre Pontal do Sul e a Ilha das Peças. Compreende uma área de 2.894 hectares, perímetro de 35 km e está a aproximadamente 2.800m de

distância do continente. A seguir apresenta-se a Figura 5 com a representação da localização da Ilha do Mel (SEMA/IAP, 1996; SPERB, 2007; MOURA, 2016).

Figura 5 - Localização da Ilha do Mel - PR.



FONTE: ALUIZIO, 2007.

Sua história de ocupação assemelha-se à do litoral paranaense em geral, sendo ocupada inicialmente pelo grupo indígena Guarani, mais especificamente, os Mbya (LADEIRA, 1990). Posteriormente, chegaram os portugueses ao litoral sul brasileiro, que vieram em busca de mão-de-obra indígena e riquezas naturais (MAACK, 1968, p. 21). Esses chegaram a partir da bandeira de Jerônimo Leitão em 1585 – primeira bandeira encaminhada para as terras do Paraná – seu objetivo era rechaçar os índios Guaranis e conseguir escravos para trabalhos rurais. Posteriormente, chegaram várias outras bandeiras como a de Jorge Correia e Manoel Soero, a de Gabriel de Lara e a do Marquês de Cascais (FIGUEIREDO, 1954).

Entretanto, essa ocupação por europeus já acontecia antes da chegada das bandeiras, pois o litoral já era visitado por grandes navios castelhanos e

franceses que buscam se refrescar, e muitos tripulantes acabavam ficando para conviver com os indígenas (PELANDA, 1999). A população nativa da Ilha do Mel é formada por caiçaras. O termo caiçara vem do Tupi Guarani *caá-içara* (SAMPAIO, 1987). São denominados Caiçaras o resultado da mistura entre portugueses e índios que habitavam o litoral do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Geralmente vivem da pesca artesanal e agricultura de autoconsumo (ADAMS, 2000). Essa população nativa, atualmente, vive em meio a uma comunidade mista, ou seja, uma nova comunidade de caiçaras e empreendedores que vem se formando por meio do turismo (GONZAGA *et al*, 2014; DENKEWICZ, 2016).

Os patrimônios materiais da Ilha do Mel também são dotados de histórias, o Farol das Conchas e a Fortaleza da Barra são dois exemplos disso. O Farol das Conchas, localizado na praia do Farol, teve suas peças importadas da Inglaterra, a pedido de D. Pedro II. Sua inauguração aconteceu em 25 de março de 1872 e seu objetivo era orientar os navegantes que entravam na Baía de Paranaguá. Essa construção possui 18 metros e está elevada a cerca de 60 metros do nível do mar. Atualmente, encontra-se desativada, operando apenas como atrativo turístico (PELANDA, 1999), conforme é apresentado na Figura 6 abaixo:

Figura 6 - Farol das Conchas.



Fonte: PEREIRA, 2018.

Em relação à Fortaleza da Barra, sua construção foi realizada entre 1767 e 1770, por ordem do rei de Portugal D. José I. Essa construção simbolizava a proteção das terras brasileiras, pois em 1750 houve a anulação do Tratado de Madri, devido à guerra entre Portugal e Espanha. Para evitar invasões, o governo português buscava assegurar seus territórios por meio da política de construção de fortificações para proteção da costa e foi nesse contexto que se construiu a Fortaleza na Ilha do Mel, apresentada abaixo por meio da Figura 7 (WESTPHAL, 2014).

Figura 7 - Fortaleza da Barra



Fontes: FÉRIAS BRASIL, 2019.

Considerada como uma estratégia militar (WESTPHAL, 2014) a Fortaleza tinha como finalidade proteger a Baía de Paranaguá dos grandes navios estrangeiros (chamados na época de naus) que, por vários motivos, invadiam a Baía, uma que vez em Paranaguá encontrava-se um dos principais portos da Capitania de São Paulo (PELANDA, 1999).

A Fortaleza foi o primeiro forte do Brasil a entrar em combate. Esse confronto ficou conhecido como *Cormorant*, quando um navio inglês, chamado *Cormoran*, invadiu a Baía de Paranaguá atrás de navios negreiros que se encontravam lá. Em consequência houve a revolta da população parnanguara, que preparou a Fortaleza para a defesa e, então, atacaram o navio quando ele passava pelo largo da Ilha do Mel. O confronto resultou na morte de um marinheiro do *Cormoran*, mas não conseguiram impedir a fuga do navio inglês (CARNEIRO, 1994).

A Ilha do Mel apresenta-se através de duas características principais, como atrativo turístico e como área de proteção ambiental, ambas vêm historicamente e concomitantemente desenvolvendo-se. O turismo em especial inicia-se, sutilmente, em 1926 com o desenvolvimento dos balneários do litoral paranaense e das primeiras rodovias. Nesse período, o roteiro turístico para a Ilha do Mel desenvolvia-se inicialmente com o passeio ferroviário de Curitiba a

Paranaguá e posteriormente realizava-se a travessia de barco. Chegando à Ilha, os turistas eram direcionados para o mirante da Fortaleza (WESTPHAL, 2014). Entretanto, a visitação ocorria intensivamente no inverno

quando as temperaturas baixas não favoreciam a proliferação de mosquitos (*anopheles fêmea*) e a contração de doenças infecciosas crônicas (malária), ocasionada pelo problema sanitário e dessaúde que se estendia por quase todo o litoral paranaense (WESTPHAL, 2014, p. 75).

Esse desenvolvimento sutil do turismo ocorreu até o início da Segunda Guerra, em 1940, momento em que Ilha passa a ser considerada zona de guerra e o turismo diminui drasticamente até meados de 1970 (WESTPHAL, 2014).

Com o abandono da Ilha pelos banhistas, a população cabocla local entrou em ampla decadência. Todos se voltavam integralmente às atividades de subsistência, agora sem as oportunidades de trabalho que os banhistas ofereciam. A população passou a viver num isolamento relativo, pois não sendo economicamente autossuficiente, necessitava obter trocas para obter dinheiro e comprar alguns produtos para a sobrevivência (KRAEMER, 1978, p.75).

Essa situação persistiu até a década de 1970, período que o interesse pela Ilha é retomado, tanto pela demanda turística, quanto pela iniciativa privada e pública. Nessa época a infraestrutura turística era insuficiente, entretanto, os moradores locais adaptavam-se para atender a demanda, transformando seus lares em meios de hospedagem (WESTPHAL, 2014).

Tal conjuntura avançava para seu término durante o período de administração da União Federal – realizada pela Secretaria de Patrimônios da União, a SPU - onde foram ofertados “cinco planos de ordenamento de uso do solo da Ilha, apresentado por empresas como: o escritório de Rubens Meister (1970), a Empresa Paranaense de Turismo – PARANATUR (1972), o Escritório Müller Procopiak (1970), o Escritório Jaime Lerner (1975) e o Escritório Ayrton Lolô Cornelsen (1980), todos eram orientados por objetivos econômicos turísticos”, “possuíam um forte caráter visionário e propunham intervenções profundas na Ilha do Mel” (HARDER, 2014, p. 27).

Inicialmente, em 1970, o escritório Müller Procopiak Arquitetos apresentou uma proposta referente à urbanização do local. Na sequência, em 1972, houve

o pedido para o engenheiro e professor Rubens Meister de um Plano diretor pela Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR), que também visava à urbanização do local. Anos depois, em 1980, Rubens Meister teve a oportunidade de reformular sua proposta, apresentando um plano diretor atualizado. Entretanto, em meio a esses dois projetos por ele apresentados, houve a proposição, em 1975, do escritório de Jaime Lerner de um projeto semelhante ao apresentado em 1972 por Rubens Meister (HARDER, 2014).

Além da reformulação de projeto proposta por Rubens Meister, em 1980, houve o interesse do engenheiro civil Ayrton Lolô Cornelsen de transformar a Ilha " [...] em um grande complexo turístico de escala internacional", o qual possuiria " [...] áreas recreativas, com hotel, iate clube, restaurante, conjuntos esportivos, estabelecimentos comerciais, exposições e espetáculos, clube hípico, náutico, ancoradouro, iate, aquahome, golfe, tiro ao alvo e voo" (HARDER, 2014, p. 27).

Esses planos diretores eram também nomeados de "planos de aproveitamento turístico" e prognosticavam viabilização empresarial da Ilha (HARDER, 2014). Tais planos

[...] propunham uma radical alteração no modo de vida local, com a construção, por exemplo, de um sistema viário composto por "uma via principal no sentido norte-sul e vias internas às zonas residenciais" (proposta de Jaime Lerner), com previsão de construção de edifícios na orla (Müller Procopiak Arquitetos), ou ainda um zoneamento habitacional com base em classes sociais, no qual os moradores locais seriam alocados em uma zona residencial de classe "c" (Rubens Meister). Previam um acesso marítimo e também aéreo, além da criação de parques com "exibições aquáticas", da "vida primitiva dos nativos", "lojas típicas e restaurantes" e comercialização de souvenirs culturais (Rubens Meister)" (HARDER, 2014, p. 26).

A população local organizou uma manifestação para impedir a execução do projeto de Ayrton Lolô Cornelsen, pressionando socialmente o governo do Paraná, o qual reagiu por meio da iniciativa de pleitear o contrato de cessão da Ilha do Mel que se somaria "[...] estrategicamente à patrimonialização cultural da ilha, voltada a conter o avanço de uma fronteira econômica ligada ao turismo internacional" (HARDER, 2014, p. 29).

Então, foi iniciado o processo de tombamento da Ilha por meio do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, datado em 16 de maio de 1975. Esse tombamento determinou que toda nova implantação de infraestrutura turística só poderia ser construída depois de aprovada pelo conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná. A finalidade era impedir o desenvolvimento predatório do turismo e conservar os hábitos culturais, bem como a vegetação natural (DENKEWICZ, 2016). Observa-se que o tombamento ocorreu em 1975, mas interesse pela preservação do Patrimônio histórico e natural da Ilha do Mel remonta à 1953 onde já haviam iniciativas em prol desse objetivo (PARANÁ, 1990).

Entretanto, o desenvolvimento do turismo na Ilha do Mel é anterior a esses planos de aproveitamento turístico acima citados. Estima-se que a atividade turística iniciou por volta de 1930, época em que a Ilha era destino de veraneio, frequentada por famílias da classe alta de Curitiba, que em sua grande maioria ocupavam as imediações da Fortaleza e do Farol das Conchas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, a Ilha do Mel, devido ao seu posicionamento geográfico estratégico, foi definida como zona de guerra, resultando em uma forte ocupação militar e na estagnação do turismo (ABRAHÃO *et al*, 2012), interrompendo temporariamente o turismo.

A retomada da atividade ocorreu por volta de 1960: foi nessa época que a Ilha começou a ser buscada por sua beleza natural. A demanda turística era composta basicamente jovens que acampavam nas praias ou nos quintais das casas dos moradores” (DENKEWICZ, 2016).

Um fator que contribui significativamente para o avanço do turismo foi a instalação da rede elétrica na Ilha do Mel, que ocorreu por volta de 1988 e 1989. Consequentemente, iniciaram as transformações das casas de veraneio em meios de hospedagem como: pousadas, campings, quartos em residências e casas para locação (DENKEWICZ, 2016).

Nessa época, era possível alugar camas, por valores entre 10 a 15 cruzeiros (Cr\$) (aproximadamente a R\$ 3,64) com café da manhã incluso, o qual era composto por pão caseiro, café, leite e margarina. Já o almoço, que era o mesmo dos moradores, tinha o valor adicional de Cr\$ 5,00, sendo composto

basicamente por arroz, feijão, peixe e salada. Essa organização do turismo foi até meados de 1986, período em que o desenvolvimento do turismo acelerou e, conseqüentemente, ocorreu expansão da infraestrutura turística (DENKEWICZ, 2016).

Com o crescimento do turismo, o contexto social, cultural e econômico da população nativa começou a sofrer alterações, houve por exemplo a proposição à população de formas de trabalhos diferentes das habituais (pesca e agricultura), como: o carreto (transporte manual, via carrinhos de madeira, de bagagens), trabalhos em pousadas e restaurantes (geralmente, como camareiras, garçons e recepcionistas), trabalho com barcos, (para a realização da travessia dos turistas), trabalho em posto de informações turísticas (como recepcionistas), e trabalhos como empreendedores (nativos e residentes proprietários de campings, pousadas, restaurantes, bares, barcos, voadeiras e comércio em geral) (DENKEWICZ, 2016).

O turismo que passou a desenvolver-se na Ilha do Mel iniciou sem planejamento turístico, o qual seria uma responsabilidade dos agentes públicos, ou seja, do Estado do Paraná. A contraposta apresentada pelo Estado foi a prestação dos serviços básicos, a instalação da infraestrutura básica para o turismo e alguns cursos de capacitação turística. Mas o planejamento efetivo não foi realizado (GONZAGA *et al*, 2014).

Dessa forma, sem o planejamento necessário e o apoio adequado do Estado, as comunidades locais passam a desenvolver uma atividade atípica aos seus conhecimentos cotidianos, o que resultou em um crescimento desordenado do turismo que, posteriormente, acarretou diversos problemas como por exemplo: a sobrecarga e a falta de estrutura para o sistema de saneamento básico (excesso de lixo e esgoto e falta de água) (SPERB E TELLES, 2014), desvalorização da mão-de-obra local e aumento nos preços dos serviços turísticos (GONZAGA *et al*, 2014; DENKEWICZ, 2016). Apesar da inexistência do plano turístico, as comunidades locais deveriam seguir as normas dos planos de manejos, os quais regulavam as ações sobre a natureza e, conseqüentemente, impediam o avanço do desenvolvimento predatório do turismo e amenizavam os impactos ambientais da atividade. Os planos de

manejos foram instituídos através da criação das UCs, outro resultado das propostas dos projetos turísticos anteriormente citados.

Pode-se dizer que as criações das UCs iniciaram com a mobilização das comunidades locais contra os projetos turísticos. Esse movimento pressionou o governo Estadual a impedir a execução de tais propostas. Frente a essa pressão, o poder público iniciou o processo de pleiteamento do contrato de cessão da Ilha e junto a esse processo somava-se a estratégia de patrimonialização cultural da Ilha, também voltada à contenção do avanço do turismo predatório. Entretanto para conseguir a cessão havia uma série de condições impostas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), as quais o governo estadual deveria seguir. Essas condições eram: “preservação do meio ambiente natural e o equilíbrio ecológico, proteção da flora e da fauna e dos bens tombados, reflorestamento, bem assim para execução de plano turístico e de urbanização” (HARDER, 2014, p. 20).

A partir dessas condições o governo estadual apresentou um plano de utilização à SPU, reconhecendo seu compromisso em consolidar políticas públicas nas seguintes áreas: “saúde pública, educação, segurança pública e fiscalização, saneamento, energia elétrica, acesso, sistema de circulação, proteção à flora e a fauna, solo e água, turismo e artesanato, ocupação e situação fundiária, zoneamento e uso do solo” (HARDER, 2014, p. 20).

Em 1982 o governo estadual conseguiu o direito de posse da Ilha. E logo passou a administração do local para o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas – ITCF, para que as condições impostas pela SPU fossem cumpridas. É importante lembrar que a partir de algumas reformulações, o ITCF foi transformado no Instituto Ambiental do Paraná – IAP, em 1992, órgão que atualmente é responsável pela administração da Ilha do Mel. Sendo assim, em 02 de setembro de 1982 iniciou, de fato, o empenho pela conservação do local (HARDER, 2014).

Segundo o IAP (2012), o interesse na proteção ambiental levou a transformar a maior parte do território da Ilha do Mel em áreas protegidas, sendo uma Estação Ecológica (ESEC) e um Parque Estadual (PE). A criação da ESEC foi firmada por meio do decreto 5.454/82, o qual afirma que a totalidade dessa

área objetiva, em caráter permanente, a preservação da biota e é responsabilidade do IAP a administração e fiscalização desse território (ITCFP, 1986, p. 100). Além do objetivo de preservação, o governo estadual pretendia com a criação da ESEC, potencializar o impedimento do avanço predatório do turismo que se desenhava na época.

A ESEC está localizada ao norte da Ilha do Mel, limitando-se à Oeste com a zona de ocupação representada pelo antigo povoado da Comunidade de Ponta Oeste. Já na parte Leste, a Estação limita-se com o Morro da Baleia, não incluindo o perímetro deste. E ao Sul, limita-se com a área de ocupação da comunidade de Nova Brasília (IAP, 2012).

Em relação ao Parque Estadual, sua história iniciou em 1981 quando foi instituído a partir do relatório nº 02 do ITCF/CEELIP. Sua viabilização ocorreu por meio do plano de manejo da ESEC da Ilha do Mel, que anteriormente estabelecia a área como uma Reserva Natural, a qual objetivava preservar a natureza e os bens culturais da Ilha, definir a ocupação do solo e promover a melhoria na qualidade de vida dos moradores. Entretanto, a situação da área como Reserva Natural, posteriormente, tornou-se um problema, pois não fazia parte das categorias de manejo do SNUC. Foi a partir disso que surgiu a motivação para a criação do Parque Estadual (PIERRE e KIM, 2008).

Sendo assim, foi criado em 2002 o Parque Estadual da Ilha do Mel, por meio do Decreto Estadual nº 5.506. A área protegida pelo parque é de 337,84 hectares, representando cerca de 12% da Ilha. Foi após a criação do Parque que o plano de manejo ganhou uma nova versão, sendo apresentada em 2012. Entretanto, os objetivos antigos foram mantidos, apenas uma configuração mais atualizada foi apresentada. Em 2009, antes da atualização do plano de manejo, foi criado o plano de uso da Ilha do Mel por meio da Lei Administrativa 16037/2009. Esse plano de uso é destinado à área de ocupação ao entorno do Parque Estadual e apresenta normativas que gerem a administração dessa área pelo IAP.

Esses documentos definiram o zoneamento ambiental da Ilha do Mel, conforme demonstra a Figura 9 abaixo:



As áreas demonstradas na Figura 9 estão divididas da seguinte maneira:

- Área da Estação Ecológica - EC: que abrange toda a planície norte da ilha até o limite das vilas de Nova Brasília e da Fortaleza;
- Área do Parque Estadual - PE: que compreende a porção sul da ilha, entre os limites das vilas de Encantadas e Farol;
- Área de Controle Ambiental - ACA: que compreende as porções de terra que fazem divisa entre as unidades de conservação (Estação Ecológica e Parque Estadual) e as demais Áreas; as faixas de preservação permanente ao longo das margens dos rios nas respectivas vilas; a área assoreada na vila do Farol e o morro do Farol das Conchas;
- Área Verde - AV: que engloba todas as áreas de uso público localizadas em quaisquer das vilas da Ilha do Mel, tais como: largos, praças e todas as porções de terra que não configurem ocupações, do que estão excetuadas as trilhas, conforme apresentado no mapa de zoneamento;
- Área de Reversão - AR: que corresponde à área ocupada na Praia Grande;
- Área de Vilas - AVL: abrangendo as áreas ocupadas de Fortaleza, Nova Brasília, Farol e Encantadas, numa extensão de 58,17 hectares;
- Área de Costa - AC: que compreende uma faixa que contorna a ilha desde a praia até 300m (trezentos metros) mar adentro; a área denominada Saco do Limoeiro e a área do istmo;
- Área de Praia - AP: faixa de areia de todas as praias da Ilha do Mel (PARANÁ, 2009).

Além de definir o zoneamento da área esses documentos, chamados aqui de instrumentos de gestão, estabelecem regulamentações para a vivência na Ilha. São a partir dessas regulamentações que a população local sente ônus da conservação, pois algumas atividades cotidianas passam a ser regulamentadas e limitadas por esses instrumentos, como por exemplo, as construções, as reformas, os materiais utilizados nas edificações, a área de ocupação e as festividades dependem de autorização prévia do órgão ambiental para sua efetivação (GONZAGA *et al*, 2014; DENKEWICZ, 2016).

As características naturais que impulsionaram a proteção ambiental são compostas por 13 praias, nomeadas como: Praia do Farol, Praia de Fora, Praia Grande, Praia do Miguel, Mar de Fora, Praia da Boia, Prainha, Praia do Bananal, Praia do Belo, Praia de Nova Brasília, Praia do Limoeiro, Praia do Istmo e Praia da Fortaleza (FIGUEIREDO, 1954).

Também é composta por cinco morros com baixas altitudes, os quais se concentram, em sua maioria, na parte sul. O destaque é para o Morro do Miguel ou Bento Alves, ponto culminante da Ilha do Mel, com 150 metros. Os demais morros são menores, sendo que o morro do Farol possui 50 metros, o do Morro Joaquim 65 metros, o Morro do Meio 94 metros, e o Morro das Encantadas, onde se encontram as grutas, possui 68 metros de altura. A parte Norte da Ilha apresenta-se como uma extensa planície costeira, com apenas um morro, denominado de Morro da Baleia ou Fortaleza com altitude de aproximadamente 80 metros de altura (FIGUEIREDO, 1954).

O clima apresentado na região, de acordo com o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR, 2011), é o Cfa, descrito como:

Clima subtropical com temperatura média no mês mais frio inferior a 18°C (mesotérmico) e temperatura média no mês mais quente acima de 22°C, com verões quentes, geadas pouco frequentes e tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, contudo sem estação seca definida.

A bacia hidrográfica da Ilha é composta por diversos rios, sendo que alguns são pequenos e intermitentes e dependem das chuvas para serem vistos, além disso não possuem uma denominação específica. Entretanto, há seis rios que compõem os principais cursos d'água da região, sendo eles: Rio do Cedro, do Hospital, do Cassual Figueiredo, Perequê e Seco. As águas desses rios apresentam uma coloração amarelo avermelhado, em função da grande presença de matéria orgânica e de óxido de ferro. Apesar disso, são esses rios que promovem o abastecimento da região por meio de um sistema de captação de água (FIGUEIREDO, 1954).

A formação geológica é constituída por sedimentos arenosos formados pelo mar com aproximadamente 120.000 anos. Nesse período, o mar

encontrava-se a 120 metros acima do seu nível atual, possibilitando que morros formassem um arquipélago rochoso. Com o decorrer do tempo, o mar avançou e recuou diversas vezes, permitindo a formação da Ilha do Mel. Inicialmente, era apenas uma planície arenosa com cordões litorâneos e só com o tempo obteve sua formação atual (MINEPAR/ ITCG, 2009).

Tal formação se deve às grandes variações do nível do mar ocorridas no Período Quaternário, últimos 1,8 milhão de anos, consequência dos períodos glaciais e interglaciais. De acordo com o Instituto de Terras, Cartografia e geologia do Paraná:

[...] na região litorânea estão as rochas mais antigas, com mais de três bilhões de anos. Tanto no litoral quanto em todo o Primeiro Planalto Paranaense, bem como na região da Serra do Mar, afloram rochas ígneas e metamórficas de idades entre o Arqueano e início do Paleozóico. São rochas resistentes e responsáveis pelo forte relevo e altas declividades da paisagem. Esta parte do Estado é denominada de Escudo Paranaense (ITCG, 2009, p. 02)

A Ilha do Mel vem sofrendo erosões geológicas. Vários pontos da costa vêm apresentando deposição de sedimentos e erosão marinha, com intensidade variável. Esses processos estão associados à instabilidade da linha da costa, que vem ocorrendo na região do istmo da Ilha (ÂNGULO, 1992). Sendo assim, a região “tem experimentado mudanças morfológicas intensas nos últimos 50 anos, com destaque para o estreitamento gradual de seu istmo central, de mais de 150 metros para menos de 5 metros” (GIANNINI, 2004, p. 231).

Isso ocorre devido à sua localização na desembocadura da Baía de Paranaguá, que possibilita que as costas móveis da região fiquem sujeitas a rápidos e intensos processos de sedimentação (acúmulo de areia) e erosão (retirada de areia) (ITCG, 2012). Esse é um processo que merece atenção, pois afeta a vida da comunidade local, causando a destruição de suas moradias e dificultando o desenvolvimento do turismo que é a principal fonte de renda dos moradores (ÂNGULO, 1992).

A oceanografia física da Ilha é banhada na parte ocidental pelas águas do estuário, já na parte oriental é banhada pelo Oceano Atlântico. Dessa maneira,

sua dinâmica é influenciada por ondas e correntes de deriva litorânea como por correntes de maré (IAP, 2012).

O solo é caracterizado como espodossolo hidromórfico e areia quartzosa marinha. Esse tipo de solo indica um possível transporte de matéria orgânica, ferro e alumínio do horizonte eluvial (E) para os horizontes iluviais (Bh e Bs) (IAP, 20012). Esse tipo de solo “ocorre em relevo plano, e predomina apenas 0,5% do território paranaense, sendo encontrado somente na planície litorânea. Devido à grande quantidade de areia e alta permeabilidade, esse solo tem restrição para o uso agrícola” (SILVA, 2013).

A vegetação da Ilha do Mel é dividida em três categorias de classificação:

- ✓ Áreas de Formações Pioneiras: com influência marinha (restinga herbácea, arbustiva, arbórea e vegetação de costão rochoso, com 34,24 % de cobertura da região), com influência fluvial (brejos e caxetais, com 2,6 de cobertura) e com influência fluviomarinha (manguezal e marismas, com 1,63 % de cobertura);
- ✓ Floresta Ombrófila Densa: das terras baixas (52,36% de cobertura) e submontana (6,2% de cobertura). Ambas possuem predomínio de árvores, com três estratos bem definidos e diferenciados e profusão de diversas espécies de epífitas.
- ✓ Vegetação Secundária: em diferentes estágios de regeneração com 2,6 de cobertura da região (IAP, 2012).

A fauna é composta por diversos grupos como: a fauna herpetológica com 20 espécie de répteis, a avifauna com 153 espécie de aves, a mastofauna com 24 espécie de mamíferos terrestres e 10 de mamíferos marinhos, a entomofauna com 19 ordens de insetos, a icctiofauna com 7 espécies, os anfíbios com 6 espécies, e a fauna bentônica com 7 espécies. Entre essas espécies levantadas, 11 estão oficialmente ameaçadas de extinção (IAP, 1996).

Além das características naturais importantes, a Ilha do Mel possui características socioculturais que também são proeminentes. A população da Ilha, como supracitado, é considerada caiçara⁶ (SCHENA, 2006; GONZAGA *et*

⁶ A autora Cristina Adams (2000) em sua obra intitulada “As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar” diz que “o termo caiçara

al, 2014), embora apresente várias alterações culturais, como por exemplo, agregação de novos costumes e novas formas de organização social (GONZAGA *et al*, 2014; DENKEWICZ, 2016). Essa população autodenomina-se como “nativa”, uma vez que consideram nativos os nascidos na Ilha. Westphal (2014, p. 58) encontrou conformidade nas respostas quando indagava a população sobre a forma que gostaria de ser chamada. Integrantes das comunidades locais “denominam-se como nativos, desejam ser chamados dessa forma e ao se reconhecerem, legitimam sua identidade e modo de vida tradicional”. Portanto, neste trabalho, respeitar-se-á o outro como ele é. Os moradores nascidos na Ilha do Mel serão chamados de “nativos”.

São considerados nativos os nascidos na Ilha do Mel e considerados moradores os indivíduos que residem na Ilha, mas são oriundos de outros lugares.

Aqui na Ilha temos uma separação entre nativos e moradores. Vivemos juntos, trabalhamos juntos, mas somos separados. Existe até um certo preconceito das duas partes. Nativos em alguns momentos não gostam muito dos moradores e vice-versa (ENTREVISTADO 1, N/LC⁷).

Dessa forma, existem dois grupos sociais: os que se autodenominam como “nativos” e os denominados como “moradores”, indivíduos oriundos de outras localidades. Ambos os grupos, em determinados momentos, entram em atrito e não se reconhecem.

A população residente na Ilha do Mel, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE em 2010, é de 1.094 pessoas, porém estima-se que com o passar de 10 anos essa população tenha aumentado para cerca de 1.600 residentes. Contudo, esse dado deverá ser confirmado no próximo censo

tem origem no vocábulo Tupi-Guarani *caá-içara* (Sampaio, 1987), que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores e, mais tarde, para identificar o morador de Cananéia (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1992). Posteriormente, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 1988) ”.

⁷ Código de identificação: nativo = N; liderança comunitária = LC; nativo empresário = NE; nativo pescador = NP; gestor do turismo = GT; gestor ambiental = GA.

demográfico previsto para 2020. Utilizando os dados do censo de 2010, estima-se que 577 indivíduos são homens (52,7%) e 517 mulheres (47,3%). Desses, 244 (22%) estão na faixa etária de 0 a 14 anos (130 homens e 114 mulheres), 800 (73%) estão na faixa etária de 15 a 64 anos (424 homens e 376 mulheres) e 50 (4,5%) estão com 65 anos de idade ou mais, dos quais 23 são homens e 27 são mulheres. Também foram contabilizados 780 domicílios, sendo 284 particulares permanentes não ocupados e de uso ocasional, 70 domicílios coletivos sem morador, 26 domicílios vagos e 400 regularmente ocupados (IAP, 2012). A partir desses dados é possível afirmar que a população da Ilha do Mel, a partir das categorias do IBGE, é jovem/adulta em sua maioria.

A escolaridade da população da Ilha do Mel está em torno de 63% com ensino fundamental, 20% possuem ensino médio e 16% possuem ensino superior (ALMEIDA, 2009). O ensino fundamental e o médio são oferecidos na própria Ilha do Mel, por meio do Colégio Estadual Felipe Valentim, na comunidade de Encantadas, e pelo Colégio Estadual Lucy Requião Mello e Silva, na comunidade de Brasília. Além disso, a ilha conta com o Centro Municipal de Educação Infantil Juvelina Neves em Encantadas e o Centro Municipal de Educação Infantil Maria de Paula Gonçalves em Brasília, destinados para crianças de 0 a 5 anos de idade (PARANAGUÁ, 2019).

Em relação ao trabalho, atualmente, a principal atividade econômica na Ilha do Mel é o turismo, sendo que aproximadamente 90% da população trabalha diretamente ou indiretamente com a atividade. Em relação à renda da população tem-se que 27% da população recebe um salário mínimo, 23% recebe dois salários mínimos, 12% recebe três salários mínimos, 9% recebe quatro salários mínimos e 3% recebe mais do que cinco salários mínimos (ALMEIDA, 2009).

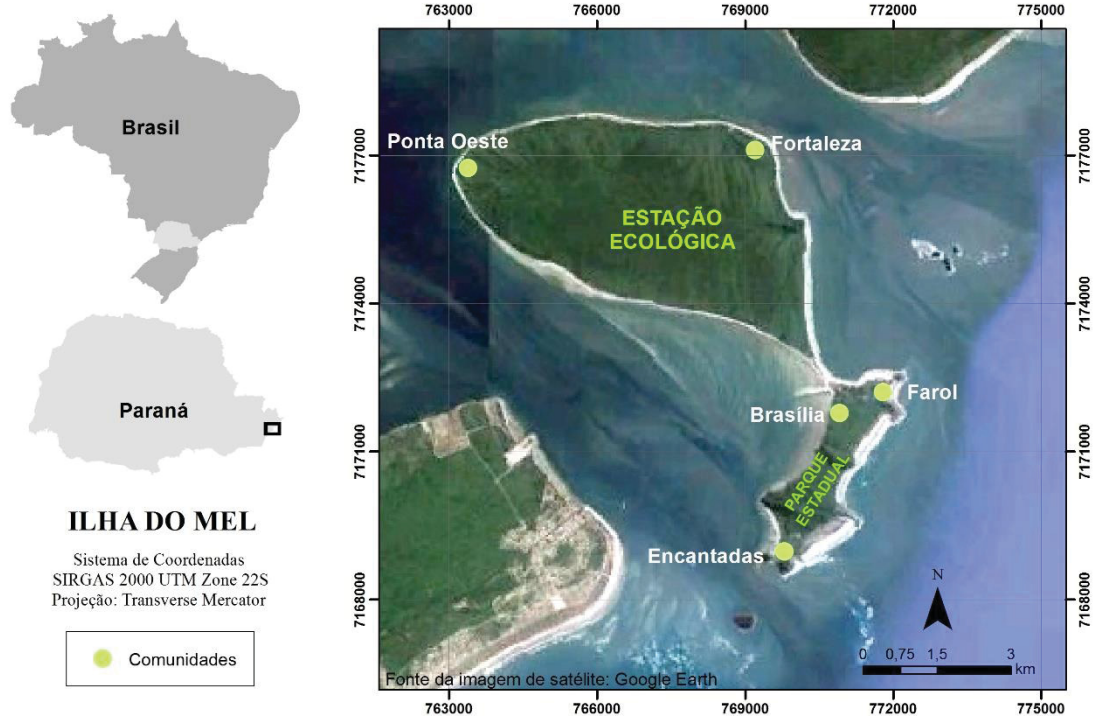
Anteriormente, a pesca e agricultura eram consideradas as principais atividades econômicas da localidade, porém foram parcialmente substituídas pela atividade turística. Esta “substituição” ocorreu por diversos motivos, dentre eles as limitações ambientais impostas por meio dos planos de manejo e de Controle Ambiental e Uso do Solo e da Lei Estadual 16037/2009, das dificuldades em se trabalhar com a terra e o mar e da própria ascensão do

turismo na época viabilizaram essa substituição parcial (DENKEWICZ, 2016; ALMEIDA, 2009; GONZAGA *et al*, 2014).

A substituição é considerada parcial, porque embora o turismo seja considerado a principal atividade econômica, a pesca não foi completamente abandonada. Existem famílias que ainda mantêm a pesca artesanal como atividade produtiva, porém como um complemento de renda (ALMEIDA, 2009; GONZAGA *et al*, 2014, DENKEWICZ, 2016). A pesca artesanal ocorre com mais ênfase nos meses de inverno, especialmente entre maio a julho. É nesse período que o turismo reduz e cria-se a necessidade de a população local encontrar atividades que completem sua renda. Essa redução do turismo no inverno é um problema que ocorre em praticamente todo o litoral sul brasileiro e faz parte de um processo denominado como sazonalidade do turismo, onde ocorre a concentração da demanda turística em determinados períodos do ano, em um mesmo local, de forma desproporcional à oferta turística existente (BAUM *et al*, 2001). É um processo intrínseco ao turismo e que se caracteriza como um desafio aos planejadores da área. Segundo Lohmann e Panosso Neto (2008), a sazonalidade tem se apresentado como uma característica relevante no turismo e é interpretada, frequentemente, como um dos principais problemas enfrentados pela atividade, podendo ser minimizada com um turismo planejado e ordenado.

A Ilha do Mel está dividida em cinco comunidades, conforme demonstra o Mapa 1 abaixo:

Mapa 1 - Comunidades da Ilha do Mel -PR.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

As comunidades da Ilha do Mel estão estruturadas da seguinte maneira:

- ✓ Comunidade de Nova Brasília: considerada a maior comunidade da Ilha (em tamanho, número de habitantes e infraestrutura), possui um dos principais pontos de acesso (embarque e desembarque de turistas). É considerada uma comunidade tranquila, ideal para descanso. Disponibiliza infraestrutura básica, turística e de apoio ao turismo, dispondo de mercados, igrejas, escola, pousadas, restaurantes, campo de futebol, lanchonetes, campings, locais de coleta de lixo e pontos de táxi náutico.
- ✓ Comunidade do Farol: considerada a mais movimentada, devido à concentração de turistas atraídos pelo *surf*. Também oferece infraestrutura básica, turística e de apoio contando com bares, pousadas, restaurantes, lojas, mercearia e igreja. Ademais, a infraestrutura administrativa também está localizada nessa localidade, como por exemplo: o IAP, Força Verde, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, correio, posto de saúde.

✓ Comunidade de Fortaleza: é a menor comunidade da Ilha. Sua infraestrutura se resume a alguns empreendimentos hoteleiros (pousadas e hotel). Nesse local encontra-se a maior parte das casas de veraneio de uso temporário e não há moradores nativos. O movimento de turistas no verão é intenso, pois no território dessa comunidade encontra-se a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres destaca-se, um dos principais atrativos turísticos da Ilha do Mel.

✓ Comunidade de Ponta Oeste: faz limite com a Estação Ecológica, quase não possui moradores, os que restam são famílias de antigos pescadores que abandonaram a área. Antigamente era considerada a maior comunidade da Ilha, porém hoje sua população é de apenas onze famílias. Além disso, nessa comunidade algumas limitações estão sendo impostas, como a proibição de novas construções para moradias, medida que visa à proteção da Estação Ecológica.

✓ A comunidade de Encantadas ou Prainhas: nessa comunidade, localizada na parte Sul da Ilha, também ocorre o embarque e desembarque de turistas. Possui o menor território dentre as comunidades e apresenta uma infraestrutura composta por bares, pousadas, *campings*, restaurantes, mercado, escola, campo de futebol, telefones públicos e um posto policial da Força Verde. Além disso, é importante destacar que nos últimos anos, vem apresentando problemas de ocupação indevida nas áreas de preservação.

Em relação à ocupação populacional, essa destaca-se em três comunidades: a de Encantadas, a do Farol e a de Nova Brasília. Além disso, a população caracteriza-se a partir de dois grupos sociais os nativos, moradores que nasceram na Ilha do Mel e os residentes moradores originários de outros lugares (DENKEWICZ, 2016).

3.2.1. A Gestão na Ilha do Mel

Sobre a participação na gestão da Ilha do Mel pesquisas como dos autores Harder (2014) e Gonzaga *et al* (2014) demonstraram que a criação da ESEC em 1982 e a do PE em 2002 não precederam de uma participação social

efetiva das comunidades nativas. Esses autores afirmam que para a criação da ESEC foi realizada uma audiência pública sem divulgação direcionada à população e mesmo diante do descontentamento da comunidade local, por esta exclusão no processo de criação, esse procedimento excludente se repetiu na criação do PE. Loureiro e Cunha (2008) acreditam que esse contexto pode estar associado ao curto período de existência dos conselhos públicos de gestão, que foram instituídos apenas em 2000, por meio da criação do SNUC.

Estas criações de UCs desvinculadas dos desejos e conhecimentos da comunidade local geraram uma série de conflitos socioambientais que perduram até hoje. Os moradores locais passaram a enfrentar restrições ambientais relacionadas à proteção da natureza, as quais limitaram as atividades produtivas que se baseavam na utilização direta dos recursos naturais, tarefas cotidianas que pudessem interferir na conservação dos recursos e também limitaram as áreas de ocupação. A comunidade mais impactada por tais restrições foi a Ponta Oeste, a qual após a instituição dos instrumentos normativos das UCS foi considerada área de reversão ambiental (HARDER, 2014; GONZAGADA *et al*, 2014; DENKEWICZ, 2016).

A participação social é um direito das comunidades locais garantido pelo SNUC através da instituição de conselhos gestores (BRASIL, 2000). Na Ilha do Mel, o conselho gestor atuou entre 1997 e 2011. Seu objetivo era gerenciar as questões administrativas e atividades de interesse público e privado a serem desenvolvidas na Ilha, e representar as reivindicações da população da Ilha do Mel diante do poder público. Procurava trabalhar baseado na administração participativa, responsabilizando-se em negociar diversos interesses, buscando diminuir as diferenças para, assim, alcançar o consenso nas decisões (TELLES, 2007; DENKEWICZ, 2016).

O Conselho Gestor, durante 1997 e 2011, foi composto por quatorze cadeiras, as quais foram ocupadas por representantes de entidades governamentais e não governamentais. Os cargos de presidência e secretaria executiva do Conselho Gestor eram determinados pelo Estado e, geralmente, eram ocupados por representantes do IAP e /ou SEMA. Segundo a Portaria nº

087 do IAP, de 19 de maio de 2005, em seu artigo 2º, o Conselho Gestor da Ilha do Mel possuía a seguinte formação (IAP, 2012):

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA;
- Instituto Ambiental do Paraná – IAP;
- Sociedade dos Amigos da Ilha do Mel;
- Associação dos Moradores da Praia de Encantadas – AME;
- Prefeitura Municipal de Paranaguá;
- Paraná Turismo – PRTUR;
- Associação dos Barqueiros do Litoral do Paraná – ABALINE;
- Associação dos Comerciantes da Ilha do Mel – ACOIM (Nova Brasília e Encantadas);
- Associação dos Nativos da Ilha do Mel – ANIMPO;
- Batalhão de Polícia Florestal – BPFLO;
- União das Mulheres da Ilha – EMILHA.

A população local da Ilha do Mel possuía assentos no Conselho Gestor através da Sociedade dos Amigos da Ilha do Mel, AME, ABALINE, ACOIM, ANIMPO e as EMILHA, sendo que todas as associações eram/são representadas por moradores locais eleitos pelo voto, os quais têm a responsabilidade de representar os desejos coletivos da comunidade local perante os gestores.

Autores como Silveira (1998), Paraná (2004) e Denkewicz (2016) apontaram problemas sobre a efetividade do Conselho Gestor. Todos afirmaram haver divergências de interesses entre as comunidades nativas e os órgãos gestores, falta de transparências nos processos, além da falta de representatividade e efetividade da participação social. Os autores ainda afirmaram que as comunidades em geral, em determinados momentos, não conseguiam superar suas divergências e acabavam não reconhecendo algumas lideranças, o que resultava em decisões frágeis e instáveis.

O conselho gestor foi desativado em 2011. De acordo com o depoimento

do gestor ambiental, o conselho permanece inativo até hoje, “*atualmente não temos conselho gestor aqui na Ilha do Mel, mas será criado provavelmente até o final do ano (2019)*” (ENTREVISTADO 17, G). Nos dias atuais a gestão das UCs é realizada pelo IAP sem o conselho gestor, contudo as comunidades nativas estão organizadas em associações e por meio destas buscam efetivar a participação social na gestão das UCs.

3.2.2. Proposições para a gestão e organização política da Ilha do Mel

A Unidade Administrativa da Ilha do Mel (UNADIM)⁸ é o novo modelo de gestão proposto pelo IAP, o qual surge com a atualização do Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo da Ilha do Mel. Sua criação vem sendo articulada desde 2004, porém, foi a partir de 2015, quando foi iniciada a atualização dessa proposta, que ganhou visibilidade. Esse novo modelo está em fase de implantação. Foi atualizado pelo IAP e, atualmente, encontra-se em processo de reformulação para possível aprovação. Essa proposta objetiva organizar e distribuir as funções administrativas entre os órgãos responsáveis (Governo Estadual e Municipal), uma vez que a Ilha do Mel não apresenta uma equipe de gerenciamento, mas uma sobreposição de atribuições entre os diversos órgãos e instâncias que atuam sobre o seu território (PARANÁ, 2004). A composição da UNADIM ocorrerá por meio de três instâncias: a estadual representadas pelo IAP e pelo Conselho de desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT); a municipal pela Prefeitura de Paranaguá; e a última instância, representada pelo Conselho Gestor que possibilitará a participação social das comunidades nativas. Estas instâncias estão divididas em dois grupos principais:

- A Unidade Gestora: com competência executiva e regulamentadora será coordenada por um Administrador Geral, o qual será designado pelo Governador do Estado. Essa Unidade será integrada por Grupos de trabalhos, composto servidores e voluntários que serão orientados por um

⁸ A UNADIM um ente de direito público sem personalidade jurídica, e que consta no Projeto de Lei do governo do Estado do Paraná (nº 262/2020), protocolado no dia 28 de abril de 2020, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Protocolo nº 1782/2020).

especialista para a execução do Plano, esses grupos abrangerão as áreas de Planejamento, Administração e Finanças; Abastecimento e Infraestrutura; Social e Cultural; Economia e Turismo. A Unidade Gestora terá suas atividades controladas pelo IAP e pelo Conselho do Litoral – COLIT. (PARANÁ, 2004).

- O Conselho Gestor: será consultivo, atuará como canal de diálogo com a comunidade local e fiscalizará as atividades da Unidade Gestora.

A participação social proposta por meio do Conselho Gestor para a UNADIM não é incomum, uma vez que a gestão participativa nas UCs é garantida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) por meio da obrigatoriedade da instituição de Conselhos Gestores, o que faz com que os modelos de gestão implantados nas UCs o comportem em sua estrutura. Segundo Gohn (2007), os Conselhos Gestores são alternativas importantes para a efetivação da gestão participativa e também simboliza novas formas de interação entre o poder público e a sociedade.

Entretanto, de acordo com os dados levantados por meio das entrevistas com as comunidades nativas, o IAP não possibilitou o envolvimento dos moradores no processo de planejamento da UNADIM, pois o Conselho Gestor proposto no Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo da Ilha do Mel não foi instituído, além de não ter sido promovida nenhuma forma de discussão entorno dessa proposta. Logo, tem-se uma comunidade local que não consegue acessar e participar dos espaços de decisões.

Foi verificado ainda que há uma discordância na forma de participação da comunidade, uma vez que os gestores ambientais sugerem a participação social, de caráter consultivo, por meio do Conselho Gestor e a comunidade solicita um Conselho Gestor de caráter deliberativo. Desta maneira, verifica-se que um contexto de centralização do planejamento e da gestão, representado pela falta de diálogo e pela limitação do poder de decisão dos moradores, intensificou os conflitos entre o órgão ambiental e as comunidades nativas.

A exclusão social das comunidades locais nos processos decisórios de gestão das UCs não é recente e muitos dos fracassos relacionados à gestão

dessas áreas são derivados desses processos. Porém, esses fracassos também impulsionaram as discussões sobre a participação social nos espaços decisórios das UCs (CARRILLO; CHARVET, 1994) e atualmente esse processo participativo

constitui-se em um elemento-chave na produção de um novo conhecimento, na determinação e no reconhecimento das necessidades essenciais da comunidade envolvida, na busca de soluções e, sobretudo, na transformação da realidade (IRVING, 2018, p. 62).

No caso do processo de implantação da UNADIM, permanece a não participação social das comunidades, as quais detêm o conhecimento das necessidades locais.

De acordo com Irving (2018, p. 63) “os conhecimentos adquiridos em contato com a realidade são absolutamente indispensáveis para a concepção e implementação de programas de desenvolvimento ou gestão”. Além disso, a gestão participativa possibilita o encaixe das demandas e costumes locais ao objetivo de desenvolver um sistema de uso sustentável do ambiente, que para a partir dessa combinação entre a proteção da natureza e os interesses das comunidades locais, consiga-se alcançar a melhoria na qualidade de vida (LIMA, 1997; IRVING, 2015). É preciso refletir sobre a autonomia das próprias comunidades em decidirem que trajetórias pretendem seguir e de que forma seria possível encontrar caminhos para assegurar os benefícios e a melhoria da qualidade de vida condizente com seus valores, desejos e aspirações (IRVING, 2001).

Os resultados das entrevistas (gestores ambientais e comunidades nativas) e da análise documental no Plano de Uso da Ilha do Mel apontaram que o processo de criação da UNADIM, teoricamente, buscou seguir um modelo participativo, porém na prática caracterizou-se como a repetição de um modelo de gestão centralizador, em que a população local permanece excluída do processo. Entretanto, por meio da análise documental e das entrevistas, foi possível identificar que as comunidades nativas, mesmo discordando do posicionamento e das ações do órgão gestor, não conseguiram articular um

movimento de resistência a esse processo, devido a problemas de representatividade e efetividade.

O problema de representatividade, uma das questões priorizadas pelas comunidades nativas e pelo órgão gestor nas entrevistas, aparece dentro das associações constituídas pelos moradores. A falta de representatividade advém, inicialmente, do não reconhecimento das lideranças por alguns moradores e pela falta de concordância em determinadas questões. Esse contexto reflete na desarticulação e no desinteresse das comunidades em participar dos espaços de decisões, o que impacta no poder de organização e representação dessas comunidades. Este é o caso da Associação dos Nativos da Ilha do Mel e Comunidades Tradicionais da Bacia de Paranaguá (ANIME), onde o representante eleito não é reconhecido por parte da comunidade, o que tem resultado em um contexto de desarticulação, desinteresse e conflitos internos. Essa conjuntura, de acordo com os entrevistados, influencia na desmotivação das comunidades e, conseqüentemente, no seu afastamento dos espaços públicos de discussão e decisão.

Sendo a representatividade um fator central da legitimidade do espaço participativo (GOHN, 2007; ABERS & KECK, 2008; LOUREIRO & CUNHA, 2008; PRETTO & MARIMON, 2017), as UCs da Ilha do Mel não têm alcançado sucesso no atendimento desse pressuposto, uma vez que exatamente os mais atingidos pelo processo de criação dessas áreas estão ausentes dos espaços decisórios. Os processos participativos poder ser estimulados por meio dos conselhos gestores, porém esses precisam ser instâncias legitimadas pelos atores sociais envolvidos (LOUREIRO; CUNHA, 2008; PRETTO; MARIMON, 2017) e essa legitimação está diretamente associada ao reconhecimento das lideranças que representam esses atores, pois não há legitimação de algo que não é reconhecido. É importante que exista uma integração entre os atores envolvidos para promover um debate legítimo (VIVACQUA, 2005; MEDEIROS, 2009; MARTINS ET AL., 2014; ALVES & HANAZAKI, 2015; PRETTO & MARIMON, 2017).

O outro problema identificado é a baixa efetividade das associações, do órgão gestor e até mesmo do da participação social, sobretudo em relação à falta

de implantação das ações discutidas nas reuniões. De acordo com os resultados das entrevistas, os moradores locais estão desacreditados nas lideranças, uma vez que muitos temas são discutidos nas reuniões e poucas ações são efetivadas. Afirmações como: *“Desanima também, né! Você vai na associação, daí decide um negócio e daqui a pouco dá um entrave. Daí as pessoas vão, se reúnem, batem, batem e nada. Vai desanimando, quando você não consegue o objetivo!”* (ENTREVISTADO 1, N/LC), predominaram nas respostas. Esse “desânimo” provoca o desinteresse e consequentemente o distanciamento das comunidades nativas dos espaços participativos, contexto que resultará na baixa efetividade da participação social das comunidades nos espaços de decisão.

Segundo Pretto & Marimon (2017) a partir do momento em que os assuntos tratados nos espaços participativos e de decisão não se traduzem em ações concretas, cria-se um ambiente de frustração, inclusive, sobre a percepção da efetividade de atuação desses espaços, ainda mais diante do contexto vivido pelas comunidades da Ilha do Mel que vem de uma gestão centralizada histórica, onde os anseios das comunidades, comumente, eram ignorados.

Nesse contexto refletir sobre a baixa efetividade se traduz em conseguir estipular alguma forma de comparabilidade sobre os resultados conquistados por esses espaços participativos e as ações propostas (AVRITZER, 2011; PRETTO; MARIMON, 2017), para assim criar mecanismos que efetivem de fato as ações das instâncias representativas e da própria participação social.

3.2.3. O Porto de Pontal do Paraná

Atualmente, a instalação do Porto de Pontal do Paraná é um tema recorrente na Ilha do Mel, devido as transformações ambientais e socioeconômicas que poderá gerar sobre as comunidades nativas e sobre os recursos naturais da Ilha.

O Porto de Pontal do Paraná é um grande empreendimento que está em processo de licenciamento e localiza-se à 4km da Ilha. Trata-se de um projeto, liderado pelo Grupo JCR, para a construção de um terminal portuário de

contêineres, um porto privado, em Pontal do Paraná, uma proposta de aproximadamente 22 anos. O Grupo JCR controla a Empresa Balneária Pontal do Sul, a qual detém a propriedade da Ponta do Poço, local onde pretende-se construir o porto. A área destinada para a construção do porto é de 625 mil m² e a previsão de investimento é de 1,5 bilhão de reais (CUNHA, 2018).

A instalação do porto também envolve a construção de uma rodovia de acesso, a “Faixa de Infraestrutura”, obra assumida pelo Estado do Paraná por meio da Secretaria de Infraestrutura e Logística, que em parceria com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER) iniciou o processo de licenciamento ambiental, tendo o EIA/RIMA publicado em 2016. O objetivo da Faixa de Infraestrutura é ligar a Ponta do Poço à PR 407, rodovia que conecta os municípios de Paranaguá e Pontal do Paraná e desemboca na BR 277, uma das principais rodovias do país (CUNHA, 2018).

O Porto Pontal do Paraná caracteriza-se como um empreendimento de grande porte, com pretensões de alta lucratividade devido à relevância dos portos na cadeia logística do país, no entanto, quando instalado modificará toda a dinâmica urbana de Pontal do Paraná, o que ocasionará a transformação de um município praiano voltado para o desenvolvimento do turismo de sol e praia para uma cidade portuária (CUNHA, 2018). Além a construção porto está ligada a instituição de diversos conflitos territórios, que de acordo com Cunha (2018, p.65) podem ser classificados em:

conflitos de cunho fundiário, a posse e a propriedade das terras que se quer destinar ao uso industrial e portuário é objeto de litígio; e existem conflitos de cunho político, que envolvem a disputa de narrativa e o questionamento ao Estado do Paraná do modelo de desenvolvimento adotado, elaborado especialmente por organizações ambientalistas e Ministério Público do Paraná, bem como, a resistência protagonizada pelos pescadores artesanais que vêm o seu trabalho e seus territórios ameaçados.

Estes conflitos também estão presentes na Ilha do Mel, pois compreende-se que a construção do porto afetará a paisagem da Baía de Paranaguá, local onde a Ilha está situada e ameaçará a qualidade ambiental dos recursos naturais existentes. Outro ponto bastante discutido e que gera conflito é alteração do

zoneamento de algumas áreas, como da localidade do Maciel, a qual anteriormente era estabelecida como Setor Especial do Maciel, área que foi extinguida do atual Plano Diretor de Pontal do Paraná, o que possibilitou a transformação da área em uma zona especial portuária (ZEP). No entanto, esta ZEP se sobrepõe à zona de amortecimento da ESEC da Ilha do Mel, do Parque Estadual Ilha do Mel e da Estação Ecológica do Guaraguaçu.

Considerando, que o turismo desenvolvido na Ilha do Mel utiliza a conservação dos recursos naturais como atrativo para sua demanda, degradá-los significaria promover impactos ambientais e socioeconômicos, circunstância que provavelmente mobilizaria parte das comunidades que dependem da atividade a mobilizar-se contra o empreendimento. Entretanto, na Ilha as opiniões sobre o porto estão divididas, há o grupo que apoia e o que discorda. Muitos nativos afirmam que a instalação de um porto na Ponta do Poço poderá causar impactos negativos ao turismo, uma vez que os resíduos gerados pelas embarcações, que atracarão no Porto, poderão chegar até a Ilha, e o fluxo das embarcações também prejudicaria a travessia de turistas para a Ilha do Mel. Por outro lado, há um grupo que apoia a instalação do porto, por acreditar que este gerará empregos para a população. *“Não acho que o Porto será ruim. Trará trabalho para nós. Mas confesso que penso se ele não impactará o turismo mesmo. Nosso canal de travessia encontrará com os navios grandes. E isso é perigoso”* (ENTREVISTADO 18, NE).

4 METODOLOGIA

4.1 CAMINHO METODOLÓGICO

A presente pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa (GERHARDT E SILVEIRA, 2009). Foi realizado um campo exploratório, o qual foi iniciado com o levantamento das UCs que permitiam o uso público. Chegou-se ao número total de 10 áreas, sendo elas: o Parque Estadual Pico do Marumbi, a Floresta Estadual do Palmito, o Parque Estadual Rio da Onça, o Parque Estadual da Ilha do Mel, Parque Estadual Serra da Baitaca, a APA de Guaratuba, a APA de

Guaraqueçaba, o Parque Nacional do Superagui, a RPPN Salto Morato e a RPPN do Sebuí. Após esse levantamento, analisou-se a densidade do turismo, selecionando as UCs que possuem o número mais expressivo de visitantes. Sendo assim, foram selecionadas três áreas para a pesquisa exploratória: o Parque Estadual da Ilha do Mel, o Parque Nacional do Superagui e o Parque Estadual Pico do Marumbi.

Tais áreas foram visitadas em outubro de 2018, quando realizaram-se observações diretas e conversas informais com os moradores locais e com os órgãos gestores, para identificar onde o desenvolvimento do turismo era expressivo. E assim foram selecionados o Parque Estadual e a Estação Ecológica da Ilha do Mel, unidades que têm seu entorno ocupado por cinco comunidades locais e que possuem o turismo como principal atividade econômica. Esta delimitação da área de estudo caracteriza este trabalho como uma pesquisa de escala regional, uma vez que reproduz o contexto regional do turismo em UCs.

Na sequência, foram selecionadas as técnicas e ferramentas para a coleta de dados. Optou-se pela entrevista semiestruturada, pela observação direta intensiva e pela pesquisa documental. Tais técnicas estão estruturadas nas dimensões da inclusão social (IRVING, 2015) que fundamentaram a coleta de dados, ou seja, a conjuntura turística e ambiental da Ilha do Mel será observada através de algumas dimensões de análise oriundas da inclusão social, sendo elas: a dimensão política, econômica e do trabalho, sociocultural e simbólica e ambiental.

Houve uma adaptação dessas dimensões para este trabalho de acordo com o contexto apresentado pelo objeto de estudo. Algumas dimensões, que julgadas muito semelhantes, foram unificadas para facilitar a coleta e a análise dos dados. Sendo assim, as inicialmente sete dimensões foram agrupadas em quatro. As alterações realizadas são apresentadas abaixo no Quadro 4.

Quadro 4 -Alterações das dimensões da inclusão social.

DIMENSÕES CRIADAS POR IRVING	DIMENSÕES CORRESPONDENTES
Dimensão Política	Dimensão Política
Dimensão Econômica	Dimensão Econômica e do trabalho
Dimensão do Trabalho	
Dimensão Cultural	Dimensão Sociocultural e Simbólica
Dimensão Simbólica/ Imaterial	
Dimensão Social	
Dimensão Ambiental	Dimensão Ambiental

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Além das alterações nas dimensões, foram realizadas adaptações nas categorias de análise de cada dimensão, buscando também adaptá-las ao contexto do objeto de estudo. Sendo assim, apresenta-se abaixo o Quadro 5, com as respectivas adaptações:

Quadro 5 - Adaptações das categorias das dimensões da inclusão social.

DIMENSÕES E CATEGORIAS DE ANÁLISE CRIADAS POR IRVING	ADAPTAÇÕES REALIZADAS
DIMENSÃO POLÍTICA	DIMENSÃO POLÍTICA
Formação cidadão, no sentido de participação e representação na esfera pública de tomada de decisão;	Participação e representação na esfera pública de tomada de decisão;
Exercício de direitos e deveres de cidadão;	Exercício de direitos, deveres de cidadão e capacidade de organização e/ou engajamento político;
Descentralização de poder e ações por parte dos órgãos governamentais em um sistema de corresponsabilidade e governança democrática;	Acesso à informação de qualidade para orientar o processo de tomada de decisão sobre questões públicas relacionadas ao turismo e a proteção da natureza da ilha;
Capacidade de organização e/ou engajamento político através de redes sociais;	
Acesso à informação de qualidade para orientar o processo de tomada de decisões.	
DIMENSÃO ECONÔMICA	DIMENSÃO ECONÔMICA E DO TRABALHO
Oportunidades de renda digna e inserção na dinâmica econômica local, nacional e regional, na lógica da articulação local-global.	Acesso a postos de trabalho reconhecidos pela legislação.
Padrões dignos de qualidade de vida e inserção econômica pelo <i>mainstream</i> .	Estabilidade nos postos de trabalhos.
Acesso a benefícios econômicos compartilhados a partir de ações coletivas.	Direito à educação como meio de inserção no mercado de trabalho.

Valorização das prioridades locais nas estratégias de desenvolvimento.	Acesso aos meios de créditos via trabalho.
Acesso aos meios de crédito via renda.	Garantia de qualidade do ambiente de trabalho.
DIMENSÕES DO TRABALHO	Remuneração justa pelo trabalho.
Acesso a postos de trabalhos reconhecidos pela legislação.	Satisfação no trabalho.
Estabilidade nos postos de trabalhos	
Direito à educação como meio de inserção no mercado de trabalho.	
Acesso aos meios de crédito via trabalho.	
Satisfação no trabalho.	
Garantia de qualidade do ambiente de trabalho.	
Garantia de segurança no trabalho.	
Sentido de remuneração justa pelo trabalho realizado.	
DIMENSÃO CULTURAL	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E SIMBÓLICA
Garantia de reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, valores e costumes locais.	Garantia de reconhecimento, valorização, proteção e fortalecimento das tradições, valores e costumes locais.
Garantias de proteção e conservação das referências histórico-artísticas e culturais.	Oportunidade de intercâmbio com outras culturas por meio do turismo.
Oportunidades de intercâmbio com outras culturas.	Sentido de pertencimento e fortalecimento do grupo social à Ilha.
Reconhecimento e afirmação da diversidade cultural como premissa de uma sociedade aberta.	Sentido de bem-estar e felicidade.
Acesso a oportunidade de lazer de qualidade.	
Direito à expressão de religiosidade e espiritualidade em todas as suas formas.	
Garantia de reconhecimento e respeito às diferenças.	
DIMENSÃO SOCIAL	
Direito à qualidade nas relações sociais.	
Direitos assegurados na prevenção/combate aos problemas sociais críticos.	
Garantia de prevenção contra a exploração e discriminação de qualquer tipo.	
Acesso a oportunidade de educação e saúde de qualidade.	
Sentido de coesão e fortalecimento de laços sociais do grupo.	
DIMENSÃO SIMBÓLICA/IMATERIAL	
Sentido de pertencimento ao grupo social.	
Sentido de bem-estar e felicidade.	
Sentido de valor de ancestralidade e cosmologias do grupo.	
Sentimento de cidadania planetária (comunidade de destino) e sentido compartilhado de existência.	
DIMENSÃO AMBIENTAL	DIMENSÃO AMBIENTAL

Garantia de acesso a um ambiente saudável.	Garantia à um ambiente “saudável” e que seja capaz de fornecer os recursos naturais que são a “matéria prima” da atividade produtiva.
Garantia de compartilhamento e usufruto de patrimônio natural conservado e de valor coletivo.	Garantia de compartilhamento e usufruto de patrimônio natural conservado.
Garantia de acesso à informação qualificada sobre práticas sustentáveis e uso responsável dos recursos naturais não renováveis. Direito cidadão a uma ação responsável ou aos meios para se exercer esse direito.	Garantia de acesso à informação sobre o uso responsável dos recursos naturais.

FONTE: Elaboração da autora, 2019.

Essas dimensões e categorias embasaram a pesquisa de campo e a análise dos dados.

4.2 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa bibliográfica, documental, a observação direta intensiva e a entrevista individual semiestruturada foram aplicadas sobre as comunidades nativas residentes na Ilha do Mel, sendo elas: comunidade de Nova Brasília, Encantadas, Farol, Fortaleza e Ponta Oeste, durante o período de junho de 2019 a julho de 2019.

A pesquisa documental foi realizada a partir da Lei Estadual 16037/2009 e do Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo, documentos que embasam a administração do entorno do Parque Estadual da Ilha Mel. Essa análise documental objetivou buscar dados secundários para a composição dos seguintes capítulos: Ilha do Mel: proteção ambiental e turismo, e Dimensão ambiental: uso social das unidades de conservação da Ilha do Mel.

Para a observação estruturada foi utilizado o diário de campo e um gravador, em que todas as observações foram anotadas ou gravadas. As observações efetivaram-se por meio da apreciação do cotidiano das comunidades locais em seus momentos de lazer e de trabalho e por meio da participação dos eventos locais, como o batizado das crianças nativas, a Festa de São Pedro, a Festa da Tainha e o tradicional momento da Pesca da Tainha. A execução das observações ocorreu paralelamente às entrevistas, as quais

foram desenvolvidas em dois momentos: o primeiro ocorreu entre o dia 26 de junho de 2019 ao dia 02 de julho de 2019 e o segundo momento entre o dia 15 de julho de 2019 ao dia 19 de julho de 2019. Esses períodos foram definidos a partir da disponibilidade dos moradores locais.

As entrevistas individuais semiestruturadas foram realizadas com os gestores do turismo, representados pelos secretários (as) de turismo da Prefeitura de Paranaguá, com os gestores ambientais, representados pelos servidores do IAP alocados no escritório local da Ilha do Mel e com os moradores nativos.

O guião destinado aos gestores é composto por 24 questões abertas que abordam assuntos referentes às dimensões política, econômica e do trabalho; sociocultural e simbólica; e a ambiental. Já o guião designado às comunidades nativas é composto por 64 questões abertas que também tratam temas referentes às dimensões supracitadas. A composição das entrevistas pode ser observada nos Apêndices III e IV. As entrevistas foram tomadas por meio de gravações após concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelo entrevistado (ANEXO II).

Para as entrevistas com os moradores foram estabelecidos alguns critérios para a formação das amostras. Primordialmente, o morador deveria ser um “nativo” da Ilha do Mel. E para essa caracterização foi considerado como “nativo” os moradores que nasceram na Ilha. Para a investigação proposta por esse trabalho é essencial olhar para a comunidade nativa, para assim entender a quem o desenvolvimento do turismo está beneficiando e quais são suas contribuições no processo de inclusão social destas comunidades. Dessa forma, a principal determinação das amostras foi a condição do entrevistado ser nativo e ter idade superior a 18 anos.

A seleção desses indivíduos, após a observação desses critérios, foi através do método de amostragem bola de neve, a qual é caracterizada como uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referências, ou seja, os próprios entrevistados indicam os futuros participantes das entrevistas (VINUTO, 2014). Esse método de determinação dos indivíduos a serem

entrevistado facilitou encontrar os representantes comunitários e os nativos predispostos a concederem entrevistas.

O tamanho da amostra não foi determinado por meio de um número fixo, mas através do método de saturação, que de acordo com Fontanella (2008, p. 17), "[...] é a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados". Sendo assim, as entrevistas finalizaram com 28 entrevistados.

Desse modo, apresenta-se abaixo o Quadro 6 com síntese das técnicas utilizadas para a pesquisa de campo de acordo com os objetivos correspondentes.

Quadro 6 - Síntese das técnicas utilizadas para a pesquisa de campo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	COLETA DE DADOS
Analisar como desenvolve-se e se há efetividade no processo de participação social das comunidades nativas da Ilha do Mel;	Entrevistas.
Investigar se o desenvolvimento do turismo oportuniza a inserção das comunidades nativas na dinâmica econômica local;	Observações estruturada e entrevistas.
Pesquisar se em meio ao avanço do turismo há o reconhecimento, a valorização, a proteção e o intercâmbio cultural;	Observações estruturada e entrevistas.
Verificar as influências do desenvolvimento do turismo sobre o uso social do ambiente natural pelas comunidades nativas.	Observações estruturada e entrevistas. Pesquisa documental: Lei 16037/2009 e Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo da Ilha do Mel.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Os indivíduos entrevistados estão, basicamente, divididos em dois grupos: os moradores nativos e os gestores ambientais e do turismo. Os moradores nativos são atores sociais que nasceram na Ilha do Mel e são descendentes de famílias que habitam a longos períodos o local.

Atualmente, esse grupo de entrevistados trabalha com o turismo como principal atividade produtiva e com a pesca artesanal como atividade secundária. Ocupam todas as localidades da Ilha do Mel, porém com maior intensidade a localidade de Brasília. A faixa etária pesquisada varia entre 18 anos a 65 anos, no entanto, o maior número de entrevistados encontram-se na faixa etária de 30 a 50 anos.

Grande parte dos entrevistados desse grupo, como dos nativos em geral, são microempreendedores, isto é, proprietários de pequenos empreendimentos turísticos como pousadas, campings, restaurantes, mercados, bares, pizzarias, lanchonetes, lojas de vestuário e artesanatos, entre outros. Alguns entrevistados, especificamente os mais jovens, trabalham em empreendimentos familiares auxiliando seus pais e outros além de possuir seu empreendimento trabalham em outros locais.

Alguns entrevistados relataram que trabalham com a pesca artesanal, embora estejam representados por um pequeno grupo. São pescadores que moram na Ponta Oeste, local que, devido à distância e às restrições ambientais derivadas da ESEC, não possui o desenvolvimento do turismo e por esta razão mantêm a pesca como atividade produtiva principal.

A Ponta Oeste, atualmente, é a menor comunidade da Ilha com aproximadamente 20 pessoas, no entanto, todos os moradores são nativos. Outra especificidade da comunidade é o incessante conflito socioambiental derivado das restrições ambientais impostas para a proteção ambiental da ESEC e do PE. Os entrevistados são indivíduos que atuam na defesa dos direitos comunitários.

Além disso, no grupo dos moradores nativos foram entrevistados os representantes comunitários, os quais atualmente ocupam a função de presidentes das associações dos moradores. Foram entrevistados a presidente e o vice-presidente da Associação dos Nativos da Ilha do Mel (ANIMPO), o presidente da Associação dos Nativos da Ilha do Mel e Comunidades Tradicionais da Baía de Paranaguá (ANIME) e a presidente e a vice-presidente da Associação de Nativos e Pescadores da Ponta Oeste – Ilha do Mel, todos nativos.

O segundo grupo de entrevistados corresponde aos gestores ambientais e do turismo. O atual gestor ambiental ocupa um cargo público provido por meio de concurso público por aproximadamente 10 anos. Entretanto, devido ao sucateamento dos órgãos ambientais brasileiros, apenas em 2019 assumiu integral e exclusivamente a gestão das UCs da Ilha. Anteriormente, realizava a gestão simultânea de diversas UCs no litoral paranaense e, por esta razão, não conseguia acompanhar efetivamente o cotidiano e atender às demandas das comunidades locais. Já os gestores turísticos provêm de cargos comissionados, os quais são temporários e determinados pelos prefeitos em exercício do mandato. Os atuais gestores estão alocados na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULTUR) nos cargos de secretário, vice-secretária e de técnico de turismo, ocupam a aproximadamente 2 anos os cargos.

Abaixo é apresentado o Quadro 7 com os dados de perfil dos entrevistados e com os códigos de identificação dos entrevistados que serão utilizados juntamente com a numeração dos entrevistados no decorrer do texto. Os códigos de identificação apresentam-se da seguinte maneira: nativo = N; liderança comunitária = LC; nativo empresário = NE; nativo pescador = NP; gestor do turismo = GT; gestor ambiental = GA.

Quadro 7 - Perfil dos entrevistados

Entrevistados	Idade	Sexo	Profissão	Código de Identificação
Entrevistado 1	43 anos	Masculino	Empresário turístico (autônomo) e presidente da associação dos nativos	Nativo/ Liderança Comunitária – N/LC
Entrevistado 2	50 anos	Masculino	Empresário turístico (autônomo)	Nativo Empresário – NE
Entrevistado 3	31 anos	Feminino	Vice-secretária de Turismo – Cargo Comissionado	Gestor do turismo – GT
Entrevistado 4	32 anos	Masculino	Técnico em Turismo - Cargo Comissionado	Gestor do turismo – GT
Entrevistado 5	57 anos	Masculino	Empresário turístico (autônomo)	Nativo Empresário – NE
Entrevistado 6	49 anos	Feminino	Empresária turística (autônoma)	Nativo Empresário – NE
Entrevistado 7	60 anos	Masculino	Empresário turístico (autônomo)	Nativo Empresário – NE

Entrevistado 8	22 anos	Feminino	Auxiliar geral de Meio de Hospedagem – Empreendimento familiar	Nativo - N
Entrevistado 9	59 anos	Feminino	Empresária turística (autônomo)	Nativo Empresário – NE
Entrevistado 10	36 anos	Masculino	Técnico de Segurança da Fortaleza	Nativo - N
Entrevistado 11	56 anos	Feminino	Servidora do Estado – Correio	Nativo - N
Entrevistado 12	65 anos	Masculino	Empresário turístico (autônomo)	Nativo Empresário – NE
Entrevistado 13	18 anos	Masculino	Recepção turística	Nativo - N
Entrevistado 14	42 anos	Masculino	Empresário turístico (autônomo) e vice-presidente da associação dos nativos	Nativo/ Liderança Comunitária – N/LC
Entrevistado 15	40 anos	Feminino	Empresária turística (autônoma) e a presidente da associação dos nativos	Nativo/ Liderança Comunitária – N/LC
Entrevistado 16	43 anos	Feminino	Gerente de pousada	Nativo - N
Entrevistado 17	59 anos	Masculino	Gestor ambiental – IAP - Concursado	Gestor Ambiental – GA
Entrevistado 18	46 anos	Masculino	Empresário turístico (autônomo)	Nativo Empresário – NE
Entrevistado 19	50 anos	Masculino	Empresário turístico (autônomo)	Nativo Empresário – NE
Entrevistado 20	25 anos	Feminino	Recepção turística e auxiliar geral de Meio de Hospedagem – Empreendimento familiar	Nativo - N
Entrevistado 21	22 anos	Feminino	Auxiliar geral de meio de hospedagem – empreendimento familiar	Nativo - N
Entrevistado 22	60 anos	Feminino	Empresária turística (autônomo)	Nativo Empresário – NE
Entrevistado 23	38 anos	Feminino	Empresária turística (autônomo)	Nativo Empresário – NE
Entrevistado 24	49 anos	Masculino	Pescador	Nativo Pescador – NP
Entrevistado 25	52 anos	Masculino	Pescador	Nativo Pescador – NP
Entrevistado 26	55 anos	Masculino	Pescador	Nativo Pescador – NP
Entrevistado 27	60 anos	Feminino	Empresária turística (autônoma), pescadora, aquicultora e presidente da associação dos nativos	Nativo/ Liderança Comunitária – N/LC

Entrevistado 28		Feminino	Empresária turística (autônoma), pescadora, aquicultora, professora e vice-presidente da associação dos nativos.	Nativo/ Liderança Comunitária – N/LC
--------------------	--	----------	--	--------------------------------------

4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A análise do conteúdo das entrevistas foi realizada a partir da transcrição do material, o qual foi composto por 28 entrevistas com duração média de 1 hora e 10 minutos. Após a finalização das transcrições, o material foi analisado pelo Software MAXQDA⁹, o qual auxilia na organização, categorização e análise dos dados. Esse software promoveu a visualização geral dos resultados já categorizados, o que facilitou a observação dos dados para a análise.

No MAXQDA, as entrevistas foram analisadas por meio de uma leitura minuciosa do conteúdo e durante tal leitura trechos que se relacionavam com as categorias pesquisadas eram selecionados e agrupados em suas respectivas categorias. A exemplo, na dimensão política, havia a categoria de participação e representação na esfera pública de tomada de decisão. Para verificar essa categoria, os entrevistados foram questionados sobre a existência de associações, conselhos gestores, câmaras técnicas ou qualquer outro espaço onde as comunidades nativas poderiam participar das decisões e de que forma acontecia essa participação, se eram apenas consultados ou se auxiliavam efetivamente na tomada de decisões e se compreendiam o que estava sendo discutido. Todos os trechos que se relacionavam a essas perguntas eram selecionados e agrupados dentro da dimensão e categoria correspondente, onde ainda eram divididos em respostas afirmativas e negativas. Trechos que não se encaixavam em respostas afirmativas e negativas também foram selecionados e agrupados em categorias distintas, que não foram utilizadas nas análises estatísticas, porém serão empregados na análise qualitativa da dimensão.

⁹ A chave de acesso ao programa MAXQDA foi cedida pela Hochschule für Forstwirtschaft Rottenburg, em Rottenburg, Baden-Württemberg – Alemanha.

Após esse agrupamento, o software realizou uma análise estatística, a qual procedeu de uma regra de três simples. Nesse cálculo foram consideradas o total de marcações que o pesquisador efetuou pela totalidade de entrevistas realizadas, o que resultou em situações onde a soma das respostas afirmativas e das negativas não atingiu 100%, uma vez que foram considerados os casos omissos. Nas categorias que apresentavam mais de uma pergunta foi calculada a média.

Na apresentação e análise dos resultados os casos omissos não foram considerados, pois foram resultados da dispersão do assunto por parte do entrevistado. Além disso, ao final desse processo de sistematização e análise dos dados, foi gerado um relatório com todos os trechos selecionados e as anotações realizadas pelo pesquisador, o qual foi utilizado na estruturação da redação da análise qualitativa.

Após essa sistematização que promoveu a visualização geral dos dados, os resultados foram interpretados à luz da categoria analítica da inclusão social e foi estruturado em quatro capítulos: Dimensão política: participação social nos espaços de tomadas de decisão; Dimensão econômica e do trabalho: e o planejamento?; Dimensão sociocultural e simbólica: somos nativos!; e Dimensão ambiental: uso social das unidades de conservação da Ilha do Mel. Todos os capítulos apresentam as análises baseadas nas categorias estipuladas para cada dimensão da inclusão social, apresentando os resultados juntamente com a base teórica adotada.

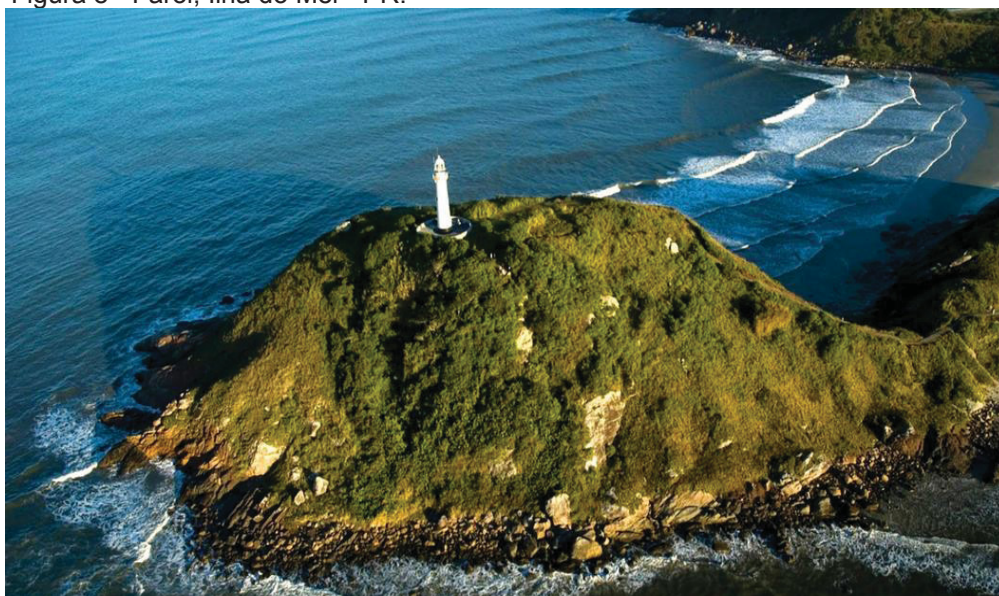
Após essa sistematização que promoveu a visualização geral dos dados, os resultados foram interpretados à luz da categoria analítica da inclusão social, tomando como base a análise qualitativa, a qual refere-se a um processo indutivo que tem como objetivo a fidelidade ao contexto estudado e se baseia nas mesmas pressuposições da pesquisa qualitativa (ALVES; SILVA, 1992). Essa forma de análise pretende compreender o aspecto pluridimensional dos fatos em sua exteriorização natural, busca também, absorver os significados distintos de uma experiência vivida (ANDRÉ, 1983). Nessa análise, interliga-se a fala dos sujeitos pesquisados ao contexto em que estão inseridos e delimita-se a abordagem conceitual do pesquisador para revelar na redação uma

sistematização e interpretação dos resultados por meio dessas interligações (FERNANDES, 1991).

Para concluir este capítulo, torna-se importante salientar que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná, conforme demonstra o Anexo I.

5. ILHA DO MEL: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO À LUZ DA INCLUSÃO SOCIAL

Figura 8 - Farol, Ilha do Mel - PR.



Fonte: COSTA, 2019.

5.1. DIMENSÃO POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS ESPAÇOS DE TOMADAS DE DECISÃO

O turismo frequentemente é apontado como uma atividade com potencial de promover a inclusão social de grupos desfavorecidos, sendo considerado uma das alternativas mais eficientes para as comunidades que habitam ecossistemas frágeis, como as unidades de conservação. No entanto, o esforço em prol da inclusão social dessas comunidades demanda seu empoderamento, para que seus membros se tornem indivíduos atuantes nos projetos políticos, sociais ou ambientais que lhes envolvem, de maneira que se corresponsabilizem

pela proteção ambiental e sociocultural de seus espaços (PESSOA; RABINOVICI, 2010).

Nesse contexto, a participação social identificada no âmbito da dimensão política (quadro 08) é uma variável elementar de análise, uma vez que é uma estratégia capaz de promover o envolvimento das comunidades nas decisões que afetarão diretamente a sua reprodução social. De acordo com Irving (2015), uma resolução que derive de uma decisão externa à comunidade ou, ainda, reflita uma intervenção exógena ao cotidiano das comunidades locais somente vinculada aos interesses imediatistas do mercado, possivelmente, não contribuirá para a promoção da inclusão social. Sendo assim, identificar a participação social torna-se uma tarefa fundamental para o estudo da inclusão social.

A participação social foi analisada por meio das seguintes categorias: participação e representação das comunidades nativas nos espaços de decisões; exercício de direitos e deveres; capacidade de organização das comunidades; e acesso à informação de qualidade. Salienta-se, aqui, que o que está sendo analisado, neste estudo, é a participação social das comunidades nativas nos espaços de tomada de decisão. Os dados referentes a essas categorias foram coletados por meio de entrevistas com moradores nativos, as quais têm seus resultados compilados apresentados abaixo, no quadro 08.

Quadro 8 - Dados referentes à dimensão política.

DIMENSÃO POLÍTICA		
Participação e representação na esfera pública de tomada de decisão;	Todos os nativos entrevistados afirmaram que são representados na esfera pública de tomada de decisão por meio de associações. Entretanto, apenas 40% dos entrevistados reconhecem como legítimas suas lideranças.	
Exercício de direitos, deveres de cidadão e capacidade de organização e/ou engajamento político;	55% dos nativos entrevistados participam das reuniões ou desenvolvem alguma atividade política em prol da comunidade.	45% dos nativos entrevistados não participam das reuniões ou não desenvolvem alguma atividade política em prol da comunidade.
Acesso à informação de qualidade para orientar o processo de tomada de decisão sobre questões públicas relacionadas ao	55% dos nativos entrevistados acessam facilmente as informações referentes aos processos de tomada de decisão.	45% dos nativos entrevistados enfrentam dificuldades para acessar as informações referentes aos processos de tomada de decisão.

turismo e à proteção da natureza da ilha;		
---	--	--

Fonte: Elaboração autoral.

Na Ilha do Mel, os espaços públicos de tomadas de decisões estão organizados por meio de associações, como as seguintes: Associação dos Nativos da Ilha do Mel (ANIMPO), Associação dos Nativos da Ilha do Mel e Comunidades Tradicionais da Bacia de Paranaguá (ANIME), União das Mulheres da Ilha do Mel (EMILHAS), Associação dos Barqueiros do Litoral do Paraná (ABALINE), Associação dos Comerciantes da Ilha do Mel (ACOIM) e Sociedade dos Amigos da Ilha do Mel. Tais associações estão estruturadas organizacionalmente por meio assembleia geral, diretoria e conselho fiscal ou tributário e possuem uma representatividade local, isto é, apenas dentro da Ilha.

De acordo com os nativos entrevistados, os temas mais discutidos nesses espaços são os relacionados à infraestrutura básica, como: saneamento; coleta de lixo; tratamento de água; saúde; reforma do trapiche; realocação do cemitério comunitário; além disso, há ainda a discussão, que se estende por vários anos, sobre o zoneamento ambiental do Parque Estadual e da Estação Ecológica: *“Hoje se fazer uma reunião na ilha do mel, você vai ter assuntos como o trapiche, esgoto, toda a infraestrutura básica tudo, saúde, lixo e tudo mais”* (ENTREVISTADA 15, NE/LC).

Observou-se, nos depoimentos dos nativos, que esses temas são recorrentes e que não há efetividade nas ações do estado e do município sobre essa questão. Telles (2009) pontua que se trata de um problema histórico na Ilha, onde a incumbência de poderes a diferentes instituições públicas dificulta os avanços de uma gestão territorial que atenda às demandas tanto da infraestrutura básica como da infraestrutura turística. Essa constatação de Telles vai ao encontro da justificativa para a instituição da UNADIM, onde o IAP afirma que é necessário distribuir efetivamente as tarefas administrativas na Ilha do Mel, para que se consiga atender às demandas comunitárias.

Na Ilha do Mel, segundo os depoimentos dos nativos, a participação social é marcada pela falta de representatividade das associações que os representam. Essa situação ocorre em maior grau na comunidade de Encantadas, na qual,

embora o representante da associação tenha sido eleito de forma democrática, ele não simboliza uma figura representativa para a comunidade:

O representante da nossa associação (Encantadas) foi eleito pelo voto do povo, mas ele não tem o apoio da população. Muitos não reconhecem ele como nosso representante. Ele não é ativo e faz coisas que muitos não concordam. Lá em Brasília tem uma situação parecida. Sei disso porque participo das EMILHAS e converso muito com os moradores de lá. Na verdade, as associações aqui precisam ser mais organizadas e unidas com o povo (ENTREVISTADA 23, NE).

A falta de representatividade é uma polêmica nos estudos relacionados à participação social, uma vez que pode deslegitimar os conselhos, as associações, dentre outros espaços participativos. Tal ausência é capaz, por exemplo, de enfraquecer o papel dessas instituições na determinação das políticas públicas frente aos demais espaços decisivos ou, ainda, fazer com que elas elaborem políticas que não atendam às demandas do coletivo que representam (SERAFFIM E SANTOS, 2008). Por essa razão, a falta de representatividade das associações dos nativos na Ilha do Mel apresenta-se como um problema a ser enfrentado pelas comunidades.

Embora existam problemas de representatividade, identificou-se, por meio das entrevistas com os nativos, que 55% dos entrevistados participam das reuniões das associações dos moradores ou realizam atividades sociais em prol das comunidades nativas, ou seja, os nativos participam dos espaços públicos. Entretanto, foi identificado que parte dos entrevistados que afirmam desenvolver um papel participativo, já estiveram envolvidos administrativamente com as associações, conforme afirmaram os entrevistados abaixo:

Quem participa das reuniões são as pessoas que estão envolvidas nas associações, principalmente no quadro da diretoria e que tem interesse de fazer acontecer alguma coisa para melhorar o nosso destino” (ENTREVISTADO 16, N). “São sempre os mesmo que participam das reuniões. É difícil ver um diferente (ENTREVISTADO 15, NE/LC).

A maioria das pessoas que participam das reuniões da associação ou do IAP, são as mesmas que participam ou que já participaram das associações. Eu mesma, já participei das EMILHA. Agora, estou distante das associações, porque outra chapa ganhou. Participo só como moradora (ENTREVISTADA 23, NE).

Os depoimentos dos entrevistados indicam que a participação social nos processos decisórios na Ilha do Mel não é heterogênea, desenvolvendo-se por meio de um grupo específico de atores sociais que, comumente, estão ou estiveram envolvidos com as lideranças. Os demais membros das comunidades nativas demonstraram não ter interesse em participar dos espaços públicos de decisão, os quais abrangem cerca de 45% dos entrevistados. Esse afastamento dos espaços públicos é justificado por 87% dos nativos entrevistados pela desilusão comunitária com seus representantes e gestores em geral, de acordo com os relatos abaixo:

[Sobre o estado] Desanima também, né! Você vai na associação, daí decide um negócio e daqui a pouco dá um entrave. Daí as pessoas vão, se reúnem, batem, batem e nada. Vai desanimando, não consegue o objetivo. Você desanima (ENTREVISTADO 24, NP).

Antes participavam mais. Agora não! Antes se reuniam bastante, mas agora não, devido à aceitação dessa nova presidência. Votaram com muito entusiasmo, mas daí não houve resposta. É a mesma coisa que você votar para um presidente, esperar por um retorno e não ter. É a mesma coisa agora nós com o governador novo, então, tá difícil (ENTREVISTADO 16, N).

Compreende-se que o passado da gestão na Ilha também influencia a participação social, pois, segundo os depoimentos dos nativos, os representantes e os gestores perderam a credibilidade, devido a um histórico de descompromissos destes com as comunidades locais, o que culminou na desconfiança e no afastamento do grupo dos espaços de participação:

Não participam porque seus pedidos não foram atendidos, né! Porque quando você promete e não consegue cumprir, começa a desgastar, a perder a credibilidade. Foi isso que aconteceu aqui. Perderam a credibilidade (ENTREVISTADO 24, NP).

Essa fala nos indica que está desgastada a relação de confiança entre representantes (tanto líderes como gestores) e representados e que há na verdade uma desconexão política derivada de um histórico de descompromisso e de imposições. Para compreendermos essa situação basta lembrarmos o processo de criação da ESEC, anteriormente descrito, e perceberemos que a

gestão participativa nunca foi uma realidade para tais comunidades. Há um descontentamento geral da população, a qual já não acredita que esses espaços decisórios apresentarão resoluções futuras, segundo os depoimentos dos nativos.

A conexão política apresenta-se como um elemento essencial para a legitimação das proposições governamentais, de forma que, atualmente, a recuperação da conexão entre estado, associações, conselhos e sociedade apresenta-se como um dos maiores desafios para a efetivação da gestão participativa (GALLICCHIO, 2005).

Diante desse afastamento de alguns integrantes das comunidades nativas dos espaços de decisão observa-se, por meio dos depoimentos dos nativos, que alguns atores assumiram as lideranças comunitárias e lá buscam representar seus pares, por meio de informações cotidianas sobre os anseios comunitários. Contudo, não há de fato um debate sobre os interesses coletivos, que possibilitem o levantamento das aspirações comunitárias, portanto, o processo participativo na Ilha do Mel se traduz em algumas ações individuais e fragmentadas. Em contrapartida, mesmo que o processo participativo não esteja desenvolvendo-se satisfatoriamente, essas participações têm se mostrado relevantes para a promoção de atores sociais historicamente marginalizados dos processos decisórios, ainda que os benefícios sejam pontuais.

Outro elemento que contribuiu para o esvaziamento dos espaços de participação social foi a desconsideração da opinião comunitária. Muitos nativos entrevistados afirmaram não frequentar mais esses espaços porque historicamente não são ouvidos:

Não adianta ir nas associações, porque vou na reunião, em outra reunião, mais uma reunião aqui, que as vezes nem na Ilha do Mel é. Uma reunião atrás da outra, é estado, município, pessoas vindo com projeto, pessoas vindo com sonhos. Chega uma hora que a galera acredita, mas depois não dá certo e aí galera desanima. Quando deu certo, deu! Tudo fica legal. Mas as vezes não dá, daí a galera fica desanimada e dizem: eu não vou mais, já vi isso, não vai dá em nada, o povo não é ouvido, não adianta participar (ENTREVISTADO 14, NE/LC).

Para Herman e Costa (2000), em determinadas situações, a opinião comunitária não é considerada, porque a decisão formal ocorre em instâncias externas a essas organizações sociais, as quais, muitas vezes, não se preocupam em seguir modelos de gestão participativos. Além disso, embora a participação social esteja sendo amplamente discutida no Brasil, especialmente depois da Constituição Federal de 1988 e, no âmbito das UCs, após o SNUC (JACOBI, 2003), ainda enfrentamos dificuldades operacionais para a execução desse propósito (ANNIBAL, 2005). O fato é que essas circunstâncias influenciam diretamente a participação social, pois, quando ocorrem continuamente, resultam na incredibilidade da sociedade – nesse caso, das comunidades nativas da Ilha do Mel, onde o afastamento desses atores sociais dos espaços participativos de decisão se apresentaria como consequência prática desse processo. Além disso, nesse contexto, as comunidades nativas tornam-se vulneráveis aos interesses que lhe são externos, o que possibilita que esses espaços sejam centros de realizações pessoais.

Outro aspecto identificado na dimensão política foi o acesso à informação de qualidade para orientar o processo de tomada de decisão. De acordo com o quadro 08, 55% dos nativos entrevistados afirmaram acessar informações referentes aos espaços de tomada de decisão. No entanto, quando indagados sobre assuntos relacionados à Ilha do Mel, como, por exemplo, o Porto de Pontal do Paraná, demonstraram não ter informações suficientes a esse respeito.

Dois temas importantes para a gestão e para o desenvolvimento do turismo, que estão sendo discutidos veementemente na Ilha foram colocados para identificar o acesso às informações. Tais temas foram a UNADIM e o Porto de Pontal do Paraná. Em relação a UNADIM, por exemplo, alguns afirmaram não saber do que se tratava, enquanto outros demonstraram não entender o que representava essa unidade administrativa. Ademais, foram questionados sobre a instalação do Porto de Pontal do Paraná, um empreendimento bastante discutido no âmbito da Ilha do Mel devido ao impacto ambiental e sociocultural que causará às comunidades nativas e aos recursos naturais; porém, os nativos entrevistados demonstraram não ter informações suficientes para analisar o contexto e, posteriormente, assumir uma posição. No que concerne a esse tema,

alguns nativos afirmaram não saber o que exatamente será realizado, porém concordavam devido à promessa de geração de emprego:

Não sei direito como vai funcionar essa questão do Porto, mas sei que no inverno falta trabalho aqui na Ilha e precisamos trabalhar para pagar as contas. Tem uma ONG que fala direto dos impactos que o Porto causará na Ilha do Mel, mas essa ONG fala para os outros e não pra nós. Ninguém explica direito como serão esses impactos e quais as chances deles realmente acontecerem (ENTREVISTADO 02, NE).

Observa-se, a partir dos depoimentos dos nativos, que a posição referente à instalação do Porto foi tomada, por alguns, sem muitas informações, circunstância que levanta dúvidas sobre as afirmações positivas em relação ao acesso à informação.

Ainda sobre o acesso à informação os nativos, foram indagados sobre a maneira que a distribuição das informações ocorre, e constatou-se que as informações referentes a datas, horários, locais e assuntos das reuniões, realizadas pelas associações e pelo IAP, são divulgadas, principalmente, por meio das redes sociais, como o WhatsApp e o Facebook, e, ocasionalmente, por meio de cartazes colocados nos murais de informações das associações:

Às vezes usam o mural do trapiche, mas atuam principalmente pelo WhatsApp. O problema é que muita gente que não usa o WhatsApp. Tem muita gente na ilha do mel que não está alfabetizada, que não tem celular, principalmente os mais velhos. Então, eu acho que deveria ter mais trabalho em relação a isso (ENTREVISTADA 16, N).

Constatou-se, a partir das entrevistas com os nativos, que a distribuição de informação via redes sociais restringe o grupo que irá recebê-las, pois, embora muitas pessoas tenham acesso a esses meios de comunicação, parte da população, geralmente acima de 50 anos, não os acessa, circunstância que compromete a eficiência do processo informativo e, posteriormente, prejudica a execução dos processos participativos, uma vez que alguns atores sociais não comparecem às reuniões devido à falta de informação sobre a sua realização.

Todavia, a falta de informação sobre as reuniões e sobre os assuntos gerais relacionados às comunidades nativas não é a única dificuldade, havendo também a ausência de processos formativos para a participação. A esse

propósito, os dados coletados por meio das entrevistas mostram que não há processos formativos destinados às comunidades nativas.

Em reuniões do IAP, por exemplo, quando há dúvidas sobre termos técnicos ou sobre assuntos complexos, os representantes ou gestores são indagados nos momentos de suas falas e normalmente atendem às solicitações de esclarecimentos. Porém, os processos formativos devem ultrapassar os limites da instrução momentânea, oferecendo conhecimentos que possibilitem a formação de indivíduos críticos e conscientes, pois são esses indivíduos que “compreendem, se interessam, reclamam e exigem seus direitos socioambientais junto ao setor social correspondente e, por sua parte, estão dispostos a exercer sua responsabilidade socioambiental” (JACOBI, 2003, p. 19).

Somada a todas as questões apresentadas, há a exclusão das comunidades nativas dos processos de tomada de decisão na Ilha, tanto no passado como no presente. Outrora, quando as UCs foram instituídas, especialmente a ESEC (1982), não houve a participação social: houve, na verdade, uma simulação de criação democrática, visto que foi destinado às comunidades nativas um convite para a participação que nunca chegou, e, no final do processo, a UC foi instituída com a aprovação das comunidades nativas. Na instituição da UNADIM e na atualização do Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo, o gestor ambiental afirma que as comunidades nativas estão participando desses processos; entretanto, com a pesquisa de campo foi possível identificar que os entrevistados não conhecem os processos em desenvolvimento.

Sobre a UNADIM, os nativos relataram que

Está sendo instituída uma UNADIM arbitrariamente, nós não temos conhecimento disso e não fomos convocados para participar da formação dessa UNADIM, que é uma unidade administrativa onde a comunidade vai ter uma única cadeira sem direito de voto, somente consultivo” (ENTREVISTADO 22, NE).

Em relação ao Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo, os nativos afirmam que

O IAP diz que nós da Ponte Oeste e o pessoal da Praia Grande concordamos com o novo plano de uso. Imagina se iríamos concordar com a diminuição do nosso espaço. Estamos há muitos anos lutando para recuperar nossos terrenos. Nunca concordaríamos com isso. Na verdade, nunca nos chamaram para conversar direito sobre isso. Eles vêm aqui falam algumas coisas com nós e só. Para as reuniões que discutem isso não nos chamam, só chamam quando é para discutir outras coisas” (ENTREVISTADO 26, NP).

Nesse sentido, compreende-se que a dificuldade em estabelecer a participação social não está apenas junto às comunidades nativas, mas também junto aos órgãos gestores, os quais continuam reproduzindo os processos de exclusão das comunidades nativas dos espaços de decisão.

De acordo com os gestores ambientais e do turismo, a participação social das comunidades nativas está marcada pela desorganização política. Segundo esses entrevistados, as comunidades não conseguem se articular e, conseqüentemente, não definem estratégias eficientes para alcançar os objetivos estipulados. Além disso, a desarticulação política desses atores também dificulta a comunicação com os gestores, os quais relatam que é comum que os nativos procurem a gestão para expressarem opiniões diferentes sobre determinados assuntos ou para apresentarem individualmente demandas coletivas:

“Às vezes eles vêm aqui com determinada pessoa e solicitam alguma coisa, mas quando vamos lá conversar com estas pessoas acabamos encontrando muita gente para conversar, e muitas pessoas distorcem as coisas, já querem burburinho. Daí dispersa do objetivo, então, preferimos que venham aqui reivindicar alguma coisa, mas teriam que se organizar enquanto grupo para ficar mais fácil e para terem mais força também” (ENTREVISTADO 4, GT).

Telles (2009, p.38) também fez apontamentos sobre a organização política das comunidades nativas da Ilha do Mel. Para o autor, “a população deve passar por processos de amadurecimento internos para a coesão dos organismos comunitários já estabelecidos”. Acerca dessa questão, é importante observar que conclusões em torno da necessidade de articulação política ou de processos amadurecimento internos, segundo o autor supracitado, são

apontados há aproximadamente 10 anos, contudo, até o presente momento, poucas mudanças foram constatadas nesse cenário.

Esse contexto indica três possibilidades: conforme a primeira, os limites operacionais inerentes aos processos participativos abordados por Milani (2008) não foram superados; de acordo com a segunda, não há interesse dos envolvidos nesses processos em desenvolvê-los a ponto de torná-los efetivos e eficientes; segundo a terceira, as pesquisas científicas realizadas na Ilha do Mel não atingem a gestão e as comunidades nativas.

No âmbito da inclusão social, a participação caracteriza-se como um elemento fundamental, haja vista que promoverá a ascensão das comunidades nativas sobre as decisões do seu próprio futuro, auxiliando na promoção da cidadania e na construção do sentido de responsabilidade e de pertencimento social (MUSSI, 2009; IRVING, 2015). A participação social não é uma ação dependente essencialmente da vontade dos indivíduos como agentes de ações, dependendo também do acesso à informação, da autonomia, do espaço e da posição desses agentes no espaço participativo, da reflexão e, por conseguinte, de postura crítica, isto é, existem diversas premissas para que o processo participativo desenvolva-se efetivamente (MACHADO E VERGUEIRO, 2010).

Portanto, diante do exposto, entende-se que, atualmente, existem espaços públicos de tomadas de decisões na Ilha do Mel, constituídos por diversas associações; contudo, a participação social caracteriza-se como desarticulada, devido à incredibilidade de seus representantes e gestores, à falta de informações de qualidade e à ausência de processos formativos. Embora os obstáculos identificados não impeçam o funcionamento dos espaços participativos, estes impõem limites à sua legitimidade e à sua representatividade, visto que, quando os espaços participativos não estabelecem mudanças significativas e não são percebidos como necessários, torna-se improvável que os atores sociais invistam neles.

Por conseguinte, é importante salientar que a implementação de espaços públicos para as tomadas de decisões, como as associações dos nativos, é um passo importante para se pensar a gestão participativa, porém não garante a descentralização do poder político na tomada de decisões e a participação

efetiva. De acordo com Milani (2008, p. 555), para efetivá-las é necessário resolver os limites operacionais do próprio processo participativo, como a vivência desigual da participação, pois esta nem sempre é vivida de forma equitativa; e a forma de condução da participação, pois “os atores não-governamentais não são consultados durante o processo de tomada de decisões, participam, no melhor dos casos, somente antes e depois da negociação”. Assim, desenvolver o processo participativo sem ultrapassar esses limites resultará no aumento da transparência dos dispositivos institucionais, porém não garantirá a legitimidade do processo institucional participativo (MILANI, 2008).

Além disso, é necessário o real envolvimento e interesse das comunidades locais e dos gestores públicos. Segundo Toro e Werneck (2004), o desejo de participação dos atores envolvidos, a mobilização social e a receptividade dos gestores públicos à participação social são elementos essenciais para a efetivação da democratização dos espaços decisórios. Deve-se somar a esses elementos a capacitação e a formação política dos atores sociais envolvidos, para que os processos participativos não se caracterizem como uma simulação democrática (GALLICCHIO, 2005).

5.2. DIMENSÃO ECONÔMICA E DO TRABALHO: TURISMO COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA?

Nos discursos sobre a inclusão social, a inserção econômica, por meio da geração de empregos, é comumente utilizada para comoção social. Entretanto, mesmo que a inserção econômica se apresente como uma estratégia atraente para a promoção da inclusão social, é necessário refletir sobre a questão, pois, de acordo com Sachs (2004), o crescimento econômico, baseado em premissas capitalistas, pode acentuar as diferenças sociais e concentrar a riqueza, ao mesmo tempo em que uma parte da população é marginalizada. Sachs (2010, p. 33) salienta a frase da economista Joan Robinson: “os pobres são pobres demais para se dar ao luxo de não trabalhar. É evidente que ali onde o desemprego ou o subemprego começa a castigar, as pessoas aceitam qualquer trabalho”. Ou seja, a geração de empregos por si só não garante a inclusão

social, de modo que podemos estar diante de inclusões perversas, gerando-se subempregos que não possibilitam a ascensão dos grupos excluídos e permitem apenas sua sobrevivência.

No âmbito do turismo, os subempregos e os empregos informais são recorrentes, uma vez que a atividade está diretamente relacionada aos fluxos sazonais, isto é, a oferta por serviços cresce apenas quando há demanda por esta (TRIBE, 1999; SOARES, 2005; RODRIGUEZ FEIJOÓ, 2002). Essa mesma lógica aplica-se à geração de emprego, que cresce apenas com o aumento da oferta e da demanda turística.

A fim de pensar a inclusão social por meio do turismo, é necessário investigar como se desenvolve a dinâmica econômica e de trabalho dos grupos vulneráveis. Devido a essas reflexões, a presente pesquisa buscou verificar, nas comunidades nativas da Ilha do Mel, o acesso a postos de trabalhos reconhecidos pela legislação, a estabilidade nos postos de trabalhos, a qualidade do ambiente de trabalho, o direito à educação e o acesso aos meios de créditos por meio do trabalho para, posteriormente, refletir sobre o desenvolvimento do turismo e a inclusão social dos nativos.

Para tanto, apresenta-se, a seguir, o quadro 09 com a síntese dos dados coletados por meio das entrevistas e, posteriormente, a discussão.

Quadro 9 - Dados referentes à dimensão econômica e do trabalho.

DIMENSÃO ECONÔMICA E DO TRABALHO		
Acesso a postos de trabalho reconhecidos pela legislação	Todos os entrevistados ocupam postos de trabalhos reconhecidos pela legislação.	
Estabilidade nos postos de trabalhos	60,0% dos nativos entrevistados têm trabalhos formais (carteira assinada).	33,3% dos nativos entrevistados trabalham de maneira informal (diárias).
Direito à educação como meio de inserção no mercado de trabalho	60% dos nativos entrevistados tiveram acesso a cursos de capacitação técnica.	40% dos nativos entrevistados não tiveram acesso a cursos de capacitação técnica.
Acesso aos meios de créditos via trabalho	20% dos nativos entrevistados têm acesso aos meios de créditos.	60% dos nativos entrevistados não têm acesso aos meios de créditos.
Garantia de qualidade do ambiente de trabalho	53,3% dos nativos entrevistados contam com qualidade do ambiente de trabalho.	26,7% dos nativos entrevistados não contam com qualidade do ambiente de trabalho.

Remuneração justa pelo trabalho	76,6% dos nativos entrevistados recebem salários previstos pela legislação.	
Satisfação no trabalho	86,6% dos nativos entrevistados estão satisfeitos com seu trabalho.	13,3% dos nativos entrevistados estão satisfeitos com seu trabalho.

Fonte: Elaboração autoral.

O turismo é a principal atividade econômica exercida pelas comunidades nativas da Ilha do Mel, como já relatado por Telles (2007), Sperb (2009), Gonzaga *et al.* (2014), Harder (2014) e Denkewicz (2016). A localidade, historicamente, é objeto de interesse para o desenvolvimento do turismo. Em 1970, surgiam as primeiras propostas de exploração turística, as quais derivavam de projetos audaciosos, como o elaborado por Rubens Meister. Durante 10 anos, diversos projetos foram apresentados, todos buscando explorar intensamente o turismo sem preocupar-se com as comunidades nativas e com os recursos naturais existentes. Em 1975, a Ilha do Mel foi tombada como Patrimônio Histórico-Cultural do Paraná, visando-se a protegê-la do avanço predatório do turismo propostos nesses projetos (HARDER, 2014; DENKEWICZ, 2016).

Entretanto, as propostas não cessaram. E foi em 1980, com um projeto extremamente impactante, que o Escritório Ayrton Lolô Cornelsen¹⁰ incitou, por reação negativa, as comunidades nativas e o Governo do Estado do Paraná a manifestarem-se em defesa da Ilha, o que resultou, em 1982, na instituição da Estação Ecológica da Ilha do Mel, a qual transformou grande parte da região em área de proteção ambiental (HARDER, 2014).

A instituição da ESEC não contribuiu somente para frear o desenvolvimento do turismo predatório, tendo possibilitado também a transformação do cotidiano das comunidades nativas. Isso porque essa estratégia de proteção ambiental apresenta-se acompanhada por um aparato burocrático que impõe diversas normativas ambientais restritivas, que, consequentemente, alteram o cotidiano e as atividades produtivas das

¹⁰ Ayrton Lolô Cornelsen pretendia transformar a Ilha "[...] em um grande complexo turístico de escala internacional", o qual possuiria "[...] áreas recreativas, com hotel, iate clube, restaurante, conjuntos esportivos, estabelecimentos comerciais, exposições e espetáculos, clube hípico, náutico, ancoradouro, iate, aquahome, golfe, tiro ao alvo e voo" (HARDER, 2014, p. 27).

populações envolvidas. No caso da Ilha do Mel, as comunidades nativas que até aquele momento tinham a pesca e a agricultura como as principais atividades produtivas enfrentaram determinações que restringiam o desenvolvimento de tais atividades.

Nesse contexto, o desenvolvimento do turismo que até então era perverso tornou-se a atividade econômica que compatibilizaria os objetivos de proteção ambiental com o desenvolvimento econômico das comunidades nativas. Porém, esse turismo já não era apresentado a partir das propostas anteriores como uma atividade predatória: constituía-se, agora, em uma atividade alinhada à proteção ambiental e cultural, atividade da qual as comunidades nativas beneficiar-se-iam, conforme destaca o gestor ambiental responsável: *“O turismo já era desenvolvido aqui, mas depois que criamos a ESEC ele se tornou mais importante, porque as pessoas passaram a depender dele”*. (ENTREVISTADO 7, NE).

Atualmente, de acordo com os gestores do turismo, pratica-se o Ecoturismo e o Turismo de Sol e Praia na Ilha do Mel, os quais são desenvolvidos a partir do turismo convencional¹¹. Ambos os segmentos foram indicados como sazonais com início de massificação, já que o turismo na Ilha do Mel desenvolve-se, predominantemente, no verão com um grande fluxo turístico. A gestão do turismo na Ilha do Mel, contemporaneamente, está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Paranaguá (SECULTUR).

De acordo com os depoimentos dos nativos, o turismo desenvolvido na Ilha do Mel não é pautado no planejamento turístico sustentável, situação que ocorre desde o início da atividade:

Os moradores começaram alugando uma cama para os aventureiros que chegam na Ilha para surfar. Uns acampavam nos quintais das casas e outros alugavam camas. Era vendido também um prato de comida, isso por volta de 1960. Não houve planejamento, na verdade, não há um planejamento para o turismo. Nunca foi realizado (ENTREVISTADO 12, NE).

¹¹ Não cabe entrar na discussão do turismo convencional nesta tese, mas este será compreendido quando o Estado aparece como o principal agente de planejamento e gestão, e a cadeia turística segue uma estruturação padrão, oferecendo serviços de hospedagem, alimentação, transporte e passeios padronizados (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016).

Embora o Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo e a Lei 16037/2009 estabeleçam diretrizes sob o turismo, esses documentos não representam um planejamento para a atividade. Tais documentos são considerados ferramentas reguladoras, as quais objetivam efetivar e garantir a conservação dos recursos naturais. Para tanto, esses documentos instituem a Ilha como região de especial interesse ambiental e turístico do Estado do Paraná e estabelecem diversas normativas reguladoras, como zoneamento, realocação de moradores, proteção estética, paisagística e histórica, parâmetros construtivos que discorrem sobre as taxas de ocupação e utilização, materiais que podem ser utilizados, licenciamentos para execuções de obras, controle de acesso e concessões de uso (IAP, 2009). Tais normativas buscam assegurar a minimização dos impactos negativos resultantes do turismo, porém são incapazes de representar um planejamento para esta.

Sendo assim, compreende-se que não houve propostas das instituições públicas para a elaboração de um planejamento sustentável e participativo para a atividade turística. Circunstância que conduziu as comunidades nativas a desenvolverem um turismo desordenado. Segundo o referencial teórico, o planejamento turístico é essencial para desenvolver o turismo sustentável, uma vez que possibilitará a organização e a sistematização de informações por meio de metodologias específicas. Essas metodologias auxiliarão na definição das melhores alternativas de uso dos recursos naturais e culturais (SANTOS, 2004; GIRALDELLA *et al.*, 2010), evitando a exploração local e a degradação ambiental, impactos que posteriormente afetarão o próprio desenvolvimento e a continuidade do turismo (SILVA; SILVA, 2014).

O planejamento turístico defendido aqui é o sustentável e participativo, no qual as comunidades nativas, juntamente ao poder público, realizariam o planejamento do turismo, buscando estruturar a oferta turística de uma maneira mais igualitária, o que ampliaria a capacitação profissional das comunidades nativas e disponibilizaria estímulos econômicos, possibilitando, dessa forma, a inclusão efetiva dessas comunidades no processo de desenvolvimento turístico.

Embora exista um consenso entre os teóricos e os profissionais do turismo de que a falta de planejamento é um entrave para o desenvolvimento do turismo sustentável, nas entrevistas, foi identificado que o órgão gestor responsável pelo turismo, a SECULTUR, negligencia o planejamento da atividade na Ilha do Mel. Tal órgão contribui somente com estruturas e divulgações de eventos realizados pelas comunidades nativas, como, por exemplo, a Festa da Tainha.

O gestor do turismo, quando indagado sobre ações que a secretaria municipal de turismo desenvolve em prol do turismo na Ilha do Mel, respondeu que:

Geralmente auxiliamos com eventos. Nós aqui damos estrutura para eventos, como para a Festa da Tainha. Banda também a gente disponibiliza, atração musical. No réveillon a gente também auxilia, com os fogos e com a liberação porque envolve outros órgãos, como o Corpo de Bombeiros e até o Ministério Público. A ajuda é mais nessa questão burocrática, algumas coisas nos equipamentos e na parte das bandas. E quando não estamos apoiando com estrutura, fazemos a divulgação do evento. Por exemplo, vai ter carnaval na ilha, se não tiver estrutura disponível, porque é tudo do estado, a gente ajuda na divulgação e levamos todo o material promocional da Ilha do Mel para as feiras também (ENTREVISTADO 03, GT).

Esse depoimento evidencia o distanciamento do poder público do desenvolvimento turístico na Ilha do Mel, pois, atualmente, realiza ações pontuais, aquém das suas funções de agente do turismo. Os nativos entrevistados demonstraram insatisfação com a atuação do poder público sobre o desenvolvimento do turismo, afirmando que *“o turismo aqui é sem o governo. Fazemos tudo sozinhos! Há anos que o turismo está abandonado aqui”* (ENTREVISTADO 19, NE).

A negligência do planejamento turístico demonstra o distanciamento do Estado na gestão turística da Ilha, o que, conseqüentemente, desencadeia conflitos no desenvolvimento da atividade, visto que o Estado não gerencia e também não possibilita que as comunidades nativas assumam a gestão. No planejamento turístico, o Estado desempenha um papel importante, já que, de acordo com Fernandes, Souza e Dantas (2009), OMT (2003), Swarbrooke (2000), Dias (2003, 2005), Lage e Milone (1996, 2004) e Fonseca (2005), é considerado um agente do turismo com funções específicas e fundamentais.

Quando o Estado não desempenha adequadamente essas funções, sobrecarrega outros agentes do turismo, que, muitas vezes, não conseguem assumir essas novas funções, o que resulta em um desenvolvimento desordenado do turismo ou, até mesmo, na inviabilização da atividade, sendo essa a conjuntura apresentada na Ilha do Mel. É importante ressaltar que, no planejamento turístico sustentável, as comunidades locais, além de contribuir para a sistematização e a organização das ideias, são responsáveis pelo desenvolvimento em geral da atividade, pois estarão cotidianamente envolvidas em todas as atividades desenvolvidas pelos outros agentes. Sob essas circunstâncias, é necessário que as comunidades entendam, aceitem e queiram o turismo em suas localidades, bem como participem ativamente do processo de planejamento e de desenvolvimento do turismo (DIAS, 2003; RUSCHMANN, 2001).

Na Ilha do Mel, as comunidades nativas atuam fortemente no turismo, interpretam a atividade como essencial para o desenvolvimento comunitário e procuram envolver-se em tudo que se relaciona à atividade. Entretanto, constatou-se, por meio das entrevistas, que essas comunidades não assumiram a responsabilidade do Estado de gerir e planejar o turismo, em virtude de não apresentarem os recursos econômicos e os conhecimentos técnicos necessários para executarem um planejamento sustentável adequado para a realidade turística da localidade. Além disso, as atividades cotidianas do desenvolvimento do turismo absorvem completamente o tempo e a disposição das comunidades nativas, não permitindo a estas assumirem novas responsabilidades.

Quando o Estado falha na gestão turística, promove-se o interesse de outros agentes do turismo ou atores sociais em assumir esse papel. Essa circunstância coloca o desenvolvimento da atividade em posição vulnerável, já que esses “outros atores ou agentes” terão poderes amplos sobre a atividade, podendo, por exemplo, transformar a gestão turística em estratégia para a execução de interesses individuais. Por conseguinte, isso não promoverá o desenvolvimento sustentável da atividade e da comunidade local.

Na Ilha do Mel, o órgão ambiental tem demonstrado interesse em assumir a gestão e o planejamento turístico, na medida em que o desenvolvimento

desordenado da atividade afetaria negativamente os resultados da proteção da natureza desenvolvida:

Queremos organizar isso para chamar o turista bom, que vem para gastar, que vem para valorizar o que ele está vendo. Hoje você está vendo a ilha assim né? Meia bagunçada. Daqui um 1 ano e meio, 2 anos, você vai ver outra. Vai ser uma outra preparada para o turista. Vamos fazer hostel com a mesma ilha, com as mesmas estruturas só que em condições melhores para receber o turista (ENTREVISTADO 17, GA).

Essa circunstância gera diversas inquietações, como, por exemplo, a seguinte: como um órgão que há anos vem sendo sucateado pelo Estado terá condições de assumir responsabilidades tão complexas? E como profissionais ambientais terão propriedade para planejar e gerenciar a atividade turística se seus conhecimentos técnicos estão relacionados a outra área? Tais questões demonstram que o descompromisso do Estado poderá impactar drasticamente no desenvolvimento turístico, precarizando ainda mais a atividade e a qualidade de vida das comunidades nativas.

Telles (2011) também faz apontamentos sobre a ausência de planejamento na Ilha do Mel, no entanto os tece sobre a turistificação. Para o autor, o processo de turistificação ocorrido na localidade não contou com ações efetivas de planejamento, como, por exemplo, a promoção da gestão territorial, que acompanhassem as modificações e direcionassem os impactos ambientais e socioculturais. Sendo assim, compreende-se que a necessidade da efetivação de um planejamento turístico que direcione a atividade para práticas mais sustentáveis ambientalmente e socioeconomicamente não é uma retórica nova, o que nos sugere que ações mais expressivas no âmbito das recomendações são necessárias.

Outro aspecto identificado na dimensão econômica e do trabalho é que os principais empregos gerados pela atividade são os seguintes: garçom, recepcionista, camareira, cozinheiro, auxiliar de cozinha, carreteiro, barqueiro, serviços gerais, jardineiro, caseiro, dentre outros. Segundo os nativos, a média salarial na Ilha do Mel é, atualmente, R\$ 1.500,00, e, de acordo com os dados

do quadro 09, todos os nativos ocupam postos de trabalhos reconhecidos pela legislação brasileira:

Aqui a maioria trabalha dentro da lei, porque o ministério do trabalho vem, às vezes, dar uma voltinha aqui na Ilha do Mel. Fazem 5 anos que estou ali na pousada e desde que entrei eu já fui registrada. Também conheço o estabelecimento da Marisol que são de carteira assinada e onde eu trabalhei na Pôr do sol também era carteira assinada. Acredito que de 10 estabelecimento que eu conheço, uns 7 são carteira assinada (ENTREVISTADA 16, N).

Conforme dados levantados por meio das entrevistas com os nativos, os postos de trabalho gerados pelo desenvolvimento do turismo são, em sua maioria, baseados na Lei de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em outras palavras, os indivíduos que trabalham com o turismo na Ilha do Mel geralmente são empregados por meio do registro na carteira de trabalho e na previdência social, sendo, por isso, submetidos a ambientes de trabalhos, horários e salários previstos na legislação.

O quadro 09 demonstra que 60% dos nativos entrevistados são contratados por meio da CLT. Contudo, é importante salientar que estas contratações ocorrem, na maioria das vezes, entre os nativos:

Sou funcionária da minha mãe, assim como minhas irmãs. Aqui em casa, todo mundo tem carteira assinada. Temos uma pousada familiar, mas somos registrados. Minha mãe faz isso para garantir nosso futuro, porque pra eu conseguir emprego com registro em carteira com um morador de fora seria difícil. Não contratam nativos. Às vezes pegam pra uma diária ou outra, mas assinar carteira é difícil. Então, é melhor trabalhar em casa ou com algum parente (ENTREVISTADO 21, N).

Já ouvi muito dono de pousada de fora falando que gostaria de contratar nativo, mas não vemos nativos sendo contratados. A maioria de nós trabalha com seu próprio empreendimento ou trabalha com outros nativos, que geralmente são parentes (ENTREVISTADO 12, NE).

Dessa forma, a partir dos depoimentos dos nativos, compreende-se que, embora o desenvolvimento do turismo esteja gerando emprego, os nativos têm dificuldade em acessar as vagas produzidas por empresários externos à Ilha, isto é, pelos de moradores de fora.

Nesse contexto, faz-se importante ressaltar dois aspectos: o primeiro refere-se a uma “*cultura do bicho livre*” (ENTREVISTADO 22, NE), na qual os nativos preferem dedicar-se a uma atividade em que os principais beneficiados sejam eles mesmos, diferentemente do que ocorre quando se trabalha como assalariado – devido a essa “cultura”, dificilmente mantêm-se em empregos dessa modalidade. Por conseguinte, tal postura gerou uma certa “resistência” dos empregadores para contratar nativos, uma vez que a probabilidade de desistência ou abandono do emprego por esses trabalhadores é elevada:

A maioria dos nativos quer sua liberdade. Queremos fazer o nosso horário de serviço, trabalhar a hora que queremos. E podemos fazer isso, podemos trabalhar para nós mesmos! Não precisamos ser explorado ou sofrer desgosto por um salário mínimo. Temos a cultura do bicho livre, entende? (ENTREVISTADO 22, NE).

O segundo aspecto refere-se à falta de capacitação das comunidades nativas, cenário em que a intenção de contratar nativos existe, pois pode ser considerada uma possibilidade que tornaria a contratação de mão de obra mais barata, no entanto a falta de capacitação desses atores sociais apresenta-se como um obstáculo para a efetivação das contratações:

Em várias reuniões da associação dos comerciantes os de fora demonstraram ter interesse em contratar nativos. O problema é que os nativos não são capacitados. Não tem um curso para poder atender um estrangeiro, por exemplo. E sabe né, os de fora só tem pousada grande e cheia de estrangeiro. E daí como faz? Até querem contratar, mas daí alguns acabam não contratando. E fora isso, tem nativo que não leva a sério o horário de serviço também. Daí complica, né! (ENTREVISTADO 14, NE/LC).

A capacitação profissional, proporcionada pelo poder público ou pela iniciativa privada, é um importante instrumento de inserção das comunidades nativas, haja vista que possibilita a ocupação de postos de emprego pelos nativos e/ou qualifica os serviços oferecidos em seus empreendimentos. Na Ilha do Mel, a qualificação foi desenvolvida principalmente pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE). Como observado, 60% dos nativos entrevistados afirmaram ter participado de cursos de capacitação profissional. Tais cursos estão relacionados, especialmente, à recepção, à

gestão administrativa e à gastronomia, tendo sido o último realizado em 2015, segundo os depoimentos dos nativos. Entretanto, relatou-se a necessidade de cursos de capacitação relacionados a línguas estrangeiras: *“O SEBRAE oferece curso aqui, mas não é suficiente. Precisamos de mais. Temos que saber atender o turista, a falar com ele e até mesmo para cuidar dos nossos negócios”* (ENTREVISTADO 23, NE). *Acho que fazer mais curso ajudaria. Montar um curso de inglês, para receber turistas, como conversar, como abordar, fazer a pessoa se sentir em casa, né! ”* (ENTREVISTADO 01, NE/LC).

A capacitação profissional das comunidades nativas faz parte do desenvolvimento sustentável do turismo e caracteriza-se como uma estratégia para possibilitar a inserção dessas comunidades no desenvolvimento da atividade. Por isso, a ausência de capacitação dificulta o acesso dos nativos às vagas de empregos que exijam preparação profissional, circunstância que influenciará nos processos de exclusão desses moradores do desenvolvimento da atividade (SOARES, 2005).

Inicialmente, devido ao potencial turístico e ao contexto socioambiental da Ilha, o turismo foi apresentado como “atividade salvadora e unicamente positiva” (SOARES, 2005), circunstância que promoveu o interesse das comunidades nativas e de empresários externos à Ilha no desenvolvimento da atividade. Com o desenvolvimento turístico em curso, iniciou-se a venda de terrenos pelos nativos, que vislumbravam a oportunidade de alcançar patamares melhores em relação à qualidade de vida. Todavia, não tinham conhecimento da valorização que seus bens receberiam com o desenvolvimento do turismo nem das possibilidades que teriam se preservassem seus patrimônios, pois estavam deslumbrados com as novas oportunidades econômicas: *“Antigamente trocavam terrenos por geladeiras, mas na época não tinha energia elétrica, imagine! Teve gente que trocou por televisão e só 20 anos depois que chegou a luz”* (ENTREVISTADO 18, NE).

Esse processo de compra e venda de terrenos, o qual foi intensificado com o desenvolvimento do turismo, além de ter se baseado na falta de integridade, resultou também no crescimento da competitividade entre os empreendimentos turísticos. Isso porque a Ilha foi ocupada por empresários

externos, que, ao mesmo tempo em que representavam oportunidades de empregos, representavam também a instalação da concorrência turística. De um lado, havia os empreendimentos dos pescadores artesanais, um grupo social historicamente marginalizado, e, do outro lado, empreendimentos de grupos sociais mais abastados. Esse contexto revela um início do desenvolvimento do turismo baseada na ausência de políticas públicas para o planejamento e a regulamentação da atividade, que, se presentes, auxiliariam na inserção dos autóctones nos negócios turísticos (SORAES, 2005; GETINO, 2002; CUNHA, 1997) e, possivelmente, auxiliariam também na atenuação das diferenças sociais e, até mesmo, estruturais, no âmbito da oferta turística.

Contudo, no decorrer do tempo, as comunidades nativas perceberam o potencial turístico da Ilha e passaram a não se colocar como mão de obra para esses novos empreendimentos. Ao não colocar-se como mão de obra, encontraram dificuldades para estabelecer um cenário de concorrência turística, já que não tinham capital suficiente para estruturar seus empreendimentos. Por conseguinte, é estabelecido na Ilha do Mel dois cenários para oferta turística, sendo um com empreendimentos mais simples, comumente pertencentes aos nativos, enquanto o outro diz respeito a estabelecimentos mais estruturados, pertencentes, em sua maioria, a empreendedores externos.

Observar a estruturação da oferta turística auxilia na compreensão do direcionamento dos benefícios econômicos gerados pela atividade. No caso da Ilha do Mel, constata-se que as comunidades nativas estão às margens do desenvolvimento da oferta turística: *“Temos nossas pousadas, mas elas são simples. Não tem como competir com uma Grajagan ou Astral. Não temos dinheiro para isso. Trabalhamos como dá!”* (ENTREVISTADO 23, NE).

Isso é ilustrado também pelo seguinte depoimento:

Tenho uma pousada aqui na Ilha. É simples e pequena, com poucos quartos. Todo verão penso que precisamos melhorar aqui, mas é difícil. O verão acaba e o dinheiro juntado não é o suficiente. Mas as coisas são assim para nós, nativos. Os de fora conseguem bastante dinheiro. As pousadas deles são melhores e isso atrai mais turistas (ENTREVISTADO 05, NE).

Logo, compreende-se que o poder de investimento dos empresários nativos é baixo e que, em consequência do pouco investimento, não conseguem fortalecer-se no mercado turístico da Ilha do Mel. Nesse cenário, a insuficiência de capacitações profissionais e a ausência de regulamentações sobre o avanço da oferta turística também indicam a falta de planejamento turístico, o qual é incumbência do Estado, já que este é um agente do turismo (DIAS, 2003; RUSCHMANN, 2001) e tem a cessão de direito de uso sobre a Ilha.

Para Soares (2005, p. 95), a falta de aplicação de gastos públicos, com caráter distributivo, na qualificação da mão-de-obra e na incorporação da sociedade local no processo econômico do turismo contribuiu para esse cenário na Ilha do Mel, uma vez que os membros das comunidades não dispunham do apoio público para inserirem-se adequadamente na atividade, fossem como empresários ou como funcionários. Para Pessoa e Rabinovici (2010), quando o desenvolvimento do turismo promove condições distintas de acesso a emprego e renda, intensifica-se a desigualdade e os conflitos socioambientais.

Outro ponto importante, no âmbito da ação pública sobre os destinos turísticos, é a facilitação de acesso aos meios de crédito pelas comunidades nativas. Na Ilha do Mel, somente 20% dos nativos entrevistados tem acesso à meios de crédito, porque os empregos gerados pelo desenvolvimento do turismo por si próprio não garantem o acesso aos meios de créditos, uma vez que o trabalho não é garantia suficiente para as organizações bancárias autorizar as linhas de crédito. Normalmente, são solicitadas outras garantias, como, por exemplo, a apresentação da titularidade de imóveis quitados, de modo que são essas garantias extras que se apresentam como empecilhos para o acesso aos meios de crédito.

De acordo com Soares (2005), nessas circunstâncias, o Estado não tem apenas o papel de promover a capacitação profissional, mas também o de conter a desigualdade da distribuição da renda e na construção da cidadania, por meio do fomento à atividade turística, facilitando o acesso aos meios de crédito por parte das comunidades nativas. Essa ação contribuiria para a inserção das comunidades no desenvolvimento do turismo e, também, promoveria a ascensão

desses atores sociais dentro da oferta turística, diminuindo a disparidade entre os empreendimentos.

Ademais, Soares (2005) afirma ser necessário compreender que, em grande parte dos destinos turísticos, as comunidades locais são incapazes de fomentarem o turismo, de criarem empresas e de qualificarem-se, devido a sua condição econômica. Portanto, as aplicações de capital provêm de investidores externos. Nesse contexto, é pertinente que tais aplicações derivem do poder público, para se evitar a dependência econômica dessas comunidades em relação a entidades privadas, as quais frequentemente não objetivam o desenvolvimento local, mas sim a acumulação de capital.

Outra característica do turismo que impacta diretamente as condições econômicas e de trabalho na atividade é a sazonalidade, a qual atua diretamente sobre a oferta de emprego, sobre a forma de contratação dos funcionários e, também, sobre a renda dos autônomos e dos funcionários, gerando um ambiente de insegurança econômica. Nessa perspectiva, o turismo sazonal torna-se mais perigoso quando as comunidades substituem totalmente suas atividades produtivas tradicionais (ou não) pelo turismo, pois tornam-se dependentes da atividade. Este é o contexto da Ilha do Mel: as comunidades nativas substituíram a pesca artesanal pelo turismo, tornando-se economicamente dependentes da atividade, o que tem resultado em dificuldades econômicas no período de baixo fluxo turístico.

Além disso, de acordo com Soares (2005), a sazonalidade pode promover o trabalho informal, a migração regional e a ampliação do contingente disponível para atuar na atividade. Segundo Bull (1994, p. 188), o turismo sazonal resulta em “[...] dois mercados de trabalho: um para os trabalhadores contratados ao longo do ano e, outro, para trabalho da alta temporada [...], que ocorre com o trabalho temporário e pode atrair trabalhadores informais”, devido à dificuldade que a sazonalidade gera para a retenção de mão de obra nos períodos de baixo fluxo turístico (SOARES, 2005). Esse cenário claramente ocorre na Ilha do Mel, onde se observa que, durante o período da baixa temporada, são mantidos os funcionários que moram na Ilha, enquanto, no período da alta temporada, os

indivíduos externos chegam para trabalhar, passam três meses e, posteriormente, retornam para as suas residências.

A sazonalidade é uma característica típica dos destinos turísticos que não apresentam planejamento turístico e é considerada uma das desvantagens econômicas da atividade, por resultar na dependência e na vulnerabilidade financeira das comunidades locais (PESSOA; RABINOVICI, 2010). A capacidade de investimento na oferta turística é comprometida, em virtude do endividamento das comunidades locais no período de baixa temporada. Em muitos casos, na Ilha do Mel, os rendimentos econômicos gerados pelo turismo são utilizados, em praticamente sua totalidade, para sanar dívidas com despesas básicas, como água e luz, adquiridas durante o inverno:

No verão o fluxo é maior, daí a gente quer trabalhar como autônomo porque quer ganhar mais e tal, mas chega na baixa temporada a gente não dá conta de se manter. Por exemplo, eu tenho meu quiosque na temporada eu ganho dinheiro, só que agora, no inverno, eu não consigo pagar minhas contas de luz e nem de água, e quando pago não consigo repor a mercadoria (ENTREVISTADA 15, NE/LC).

Além dos impactos econômicos, a sazonalidade também resulta em impactos ambientais, pois, no período de concentração de turistas, aumenta-se o consumo de água e a produção de resíduos sólidos (lixo), bem como há a sobrecarga das fossas sépticas, que, associadas aos períodos chuvosos de verão, transbordam:

“Tem pousada aqui com 18 quartos e no verão fica tudo ocupado. Como as fossas vão aguentar? É só chover um pouquinho que vaza. O cara do IAP falou que o lençol freático é muito raso e por isso vaza, mas o engraçado é que só vaza no verão, só quando tem muita gente aqui. Engraçado, né! Tá na hora de pensar em que tipo de turismo estamos desenvolvendo no verão! ” (ENTREVISTADO 18, NE).

Os impactos negativos da sazonalidade “podem trazer enormes problemas e desestruturação da vida econômica do local” (PESSOA; RABINOVICI, 2010), uma vez que a população se torna economicamente dependente do turismo e é obrigada a conviver com uma série de impactos ambientais e socioculturais resultantes dessa concentração de turistas. Pessoa e Rabinovici (2010) afirmam que, muitas vezes, a dedicação exclusiva às

atividades turísticas pode revelar-se como um forte impacto negativo, já que não é incomum o abandono total ou parcial de outras atividades produtivas.

Compreende-se que o turismo sazonal é reflexo da ausência de planejamento turístico nos polos receptivos. No caso da Ilha do Mel, a sazonalidade apresenta-se como consequência do turismo desordenado, a qual influencia diretamente a estruturação do mercado de trabalho. A estratégia essencial para se mitigarem esses impactos negativos é o planejamento turístico, o qual foi apresentado anteriormente como uma das funções do Estado. Por meio do planejamento turístico, é possível detectar os impactos existentes e os potenciais, possibilitando-se a criação de medidas que minimizem os impactos ambientais, socioculturais e econômicos (SALVATI, 2003; PESSOA; RABINOVICI, 2010); todavia, nesse aspecto, a Ilha não é assistida pelo poder público.

Outro impacto da sazonalidade na Ilha do Mel, que, em um primeiro momento, pode ser difícil de associar ao turismo sazonal, é o apoio à instalação do Porto de Pontal do Paraná. De acordo com os depoimentos dos nativos entrevistados, foi possível identificar que, embora a instalação do Porto esteja associada a impactos negativos ao desenvolvimento do turismo, muitos nativos apoiam sua instalação, em razão da promessa de novos empregos.

Cunha (2018) relaciona essa expectativa de mais empregos à imagem criada pelos responsáveis do porto de um “passaporte de Pontal do Paraná para um futuro rico e promissor”. Tal anúncio cria nos moradores a expectativa da criação de novos empregos e da melhoria em suas condições de vida, entretanto, para a autora, esse anúncio significa apenas a idealização do senso comum econômico, segundo o qual o crescimento resultará magicamente em empregos. Cunha (2018) ainda afirma que essa expectativa está longe de acontecer, pois empreendimentos desse porte são altamente mecanizados, precisando de pouca mão de obra, sendo esta especializada. Além disso, os rendimentos resultantes da atividade portuária poderão propiciar o aumento do produto interno bruto (PIB) da cidade, porém isso não significa que impactarão na renda dos moradores, ou seja, não são garantias de melhoria na qualidade de vida destes.

Podemos somar aos argumentos de Cunha a sazonalidade do turismo, pois, em razão da instabilidade econômica que ela causa durante o período de baixo fluxo turístico, influencia os nativos a crerem em promessas de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, entende-se que o turismo, ao mesmo tempo em que promove movimentos sociais contrários ao porto, também influencia a concordância com sua instalação, dividindo as comunidades nativas entre duas posições: pensar na sustentabilidade da atividade turística ou na manutenção econômica imediata de suas famílias.

Em relação à satisfação no trabalho, 86% dos nativos afirmaram estarem satisfeitos com as atividades que exercem. A satisfação referida pelos entrevistados está associada à possibilidade de desfrutar dos benefícios da natureza conservada e, também, da fuga dos centros urbanos. A maioria dos entrevistados reconhecem o ambiente externo de trabalho, representado pela beleza cênica natural da Ilha do Mel, como principal motivador do sentimento de bem-estar e da satisfação.

Observando-se os dados expostos à luz da inclusão social, entende-se que, atualmente, o desenvolvimento do turismo promove uma inclusão econômica parcial das comunidades nativas, pois estas são dependentes dos altos fluxos turísticos e, como o turismo é sazonal, não conseguem desenvolver-se economicamente. Além disso, embora o desenvolvimento do turismo gere empregos que atendem as solicitações da legislação trabalhista, seja em relação ao ambiente de trabalho ou aos salários, tais postos de trabalho ofertados por empresários turísticos externos à Ilha não são ocupados especialmente por nativos, mas sim por moradores. Outro ponto que limita a contribuição do turismo para a inclusão é a descontinuidade das capacitações profissionais.

5.3. DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E SIMBÓLICA: SOMOS NATIVOS!

Na atualidade, o desenvolvimento do turismo está interligado aos patrimônios materiais e imateriais, pois, quando as discussões em torno do turismo massificado se intensificaram, houve um movimento mundial para a dispersão do turismo, buscando inverter a tendência de concentração da

demanda e da oferta turística nas regiões litorâneas e redirecionando-as para o interior dos núcleos receptores (SILVA, 2000).

Nesse contexto, a cultura como atrativo turístico passa a ser discutida sob dois aspectos: o primeiro está relacionado à promoção do intercâmbio cultural, uma vez que diversas culturas entram em contato e possibilitam a geração de rendimentos econômicos para os atrativos, os quais, muitas vezes, não são assegurados pelo poder público; o segundo está associado à espetacularização dos patrimônios materiais e imateriais, decorrentes dos processos de mercantilização que a atividade turística promove sobre os atrativos. A transformação dos atrativos culturais em mercadorias, frequentemente, fomenta a reprodução cultural sem sentido e ameaça as identidades locais, ao passo que não se propõe à valorização e à proteção cultural, mas sim ao lucro por meio da exposição desses atrativos (SILVA, 2000):

A cultura, o passado e o patrimônio não se vendem nem se compram e se venderem ou comprarem, todo o sentido último subjacente à expressão cultural dos povos será expropriado. E ao invés de se configurarem como instrumentos de conservação ambiental e de criação de benefícios socioeconômicos para as comunidades receptoras, estes estabelecimentos, acabam em geral, por aumentar o processo de degradação ambiental, gerando desequilíbrios socioeconômicos e desvalorização cultural (SILVA, 2000, p. 221).

No âmbito do turismo sustentável, a utilização dos patrimônios materiais e imateriais desenvolve-se por meio das premissas da sustentabilidade, as quais salientam a interculturalidade, o respeito, a valorização e a preservação cultural em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, beneficiando-se principalmente as comunidades receptoras. Assim, é por meio dessa perspectiva que nos direcionamos à inclusão social, pois, para que o desenvolvimento do turismo auxilie na promoção da inclusão das comunidades receptoras, é fundamental que os patrimônios culturais destas estejam resguardados e que a atividade turística esteja atuando em prol da proteção e da valorização cultural, distanciando-se da espetacularização e da banalização cultural.

A partir dessas reflexões, a presente pesquisa propôs-se a analisar a dimensão sociocultural e simbólica da inclusão social a partir das seguintes

categorias: reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, valores e costumes locais, trocas culturais, pertencimento e fortalecimento do grupo social, bem-estar e felicidade. Para tanto, apresenta-se no Quadro 10 uma síntese dos dados coletados por meio das entrevistas e, posteriormente, a discussão desses dados.

Quadro 10 - Dados referentes à dimensão sociocultural e simbólica

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E SIMBÓLICA		
Garantia de reconhecimento, valorização, proteção e fortalecimento das tradições, valores e costumes locais.	Todos os nativos entrevistados afirmaram que diversos elementos culturais foram perdidos ou modificados.	54% dos nativos entrevistados demonstraram em suas falas que existem ações em busca da recuperação cultural e que ocorrem por meio da promoção do Fandango. 46% dos entrevistados demonstraram em suas falas desconhecer ações que buscam a recuperação cultural.
Oportunidade de intercâmbio com outras culturas por meio do turismo.	54% dos nativos entrevistados mantêm uma relação mais próxima com o turista, na qual realizam trocas culturais por meio de conversas e da convivência.	40% dos nativos entrevistados mantêm uma relação profissional com o turista, na qual trocam informações turísticas sobre a Ilha do Mel.
Sentido de pertencimento e fortalecimento do grupo social à Ilha.	Todos os nativos entrevistados se reconheceram como nativos e como pertencentes a esse grupo sociocultural. No entanto, 67% dos entrevistados afirmam que as comunidades nativas não são unidas e que a disputa pelo turismo é o ponto principal de divergência, principalmente entre as comunidades de Brasília e Encantadas.	
Sentido de bem-estar e felicidade.	74% dos nativos entrevistados relataram em suas falas sentimentos que retratam o sentido de bem-estar e felicidade.	

Fonte: Elaboração autoral.

Na Ilha do Mel, como abordado em capítulos anteriores, a cultura é proveniente dos povos caiçaras, que, resumidamente, viviam da pesca e da agricultura de subsistência nas regiões litorâneas do Paraná, de São Paulo e de Santa Catarina. Tais povos tinham uma forma própria de construir, utilizando como base a palhada, o barro e madeiras. Sua alimentação era baseada em farinha de mandioca e peixe (ADAMS, 2000). No entanto, no decorrer do tempo,

esses elementos culturais modificaram-se. A substituição da pesca pelo turismo como atividade produtiva foi uma dessas modificações, porém não foi a única: a alimentação e as construções, por exemplo, também se modificaram, seja pela interferência de fatores externos ou pela própria dinâmica da cultura (DENKEWICZ, 2016).

Os relatos dos nativos demonstraram que, atualmente, existem poucos elementos culturais que retratam as crenças, os costumes e as tradições antigas e que são poucas as ações que estimulam a recuperação cultural, tanto dos patrimônios materiais quanto dos imateriais, além de as poucas ações existentes não contarem com a participação comunitária:

Tudo é cultura aqui, mas não é trabalhado isso. Tinha que fazer um resgate cultural da ilha. Aqui tinha muita cultura e foi perdida (ENTREVISTADO 9, NE).

Estou tentando resgatar, estou trazendo direto aí o pessoal do fandango para fazer oficina, mas não tem aceitação. Não sei o que está acontecendo com o nosso povo aí. Ninguém quer nada com nada. Parece que dançar funk é mais interessante! (ENTREVISTADA 15, NE/LC).

Contudo, algumas intervenções com propósitos de resgate cultural foram relatadas pelos nativos. A primeira destas é a Oficina de Fandango, a qual surge de uma iniciativa comunitária (Brasília e Encantadas) que propõe a formação de grupos de Fandango com as finalidades de envolver os nativos com essa dança típica, rememorar alguns traços culturais e realizar apresentações nas festas da localidade. Outra intervenção está relacionada às ações de restauração da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual busca, além de restaurar o patrimônio material, facilitar o acesso dos turistas a este. Atualmente, essa ação do IPHAN está sendo discutida com as comunidades nativas, uma vez que estas discordaram das propostas iniciais do Instituto. As últimas ações reportadas são a Oficina de Fotografia e Biodiversidade e a Oficina de Fotografia e Redes Sociais: ambas têm por objetivo estimular os jovens a procurarem traços

culturais marcantes e retratá-los para, posteriormente, compartilhá-los a fim de despertar o interesse cultural nas comunidades nativas.

De modo geral, apesar de existirem ações em prol do regate cultural, os nativos demonstraram-se apreensivos em relação à perda e à transformação cultural que ocorrem na Ilha, pois entendem que a cultura também é um atrativo e, quando estimulada, poderá transformar-se em uma alternativa para mitigar os efeitos negativos do turismo sazonal:

No inverno não temos turismo. O movimento vem das festas, tipo a Festa da Tainha. Além dessas festas estamos pensando em outras coisas também, como o Festival de Jazz. Precisamos inventar coisas para nos sustentar no inverno e a principal ideia para atrair mais turistas na baixa temporada é mostrar nossa cultura (ENTREVISTADO 22, NE).

Sob um aspecto mais teórico, a transformação cultural é interpretada por muitos como algo negativo, na medida em que permite a perda de elementos culturais considerados importantes para as sociedades contemporâneas. Entretanto, Cohn (2001), Barth (1969) e Carneiro da Cunha (1986) apresentam uma perspectiva diferente, na qual a cultura é percebida através da delimitação de fronteiras que estabelecem as diferenças entre os diversos grupos culturais. Assim, o que importa não é manutenção dos traços culturais em si, mas das diferenças que geram a identidade e que são determinadas contextualmente através dos traços culturais flexíveis. Dessa forma, de acordo com os autores, não é necessário manter a cultura em uma suposta integridade, mas preservar sua diferenciação em relação às demais, as quais são estabelecidas por traços culturais, determinados em contextos. Portanto, a partir dessa perspectiva, a transformação cultural “deixa de ser percebida como um fantasma que assombra os nativos do mundo todo e passa a ser entendida como um meio de reprodução social que é pautada também pela história” (COHN, 2001, p. 37).

Desse modo, quando analisamos a Ilha do Mel por essa perspectiva, o que ocorre não se trata de uma perda cultural, mas de uma transformação a partir da reprodução social das comunidades nativas, as quais naturalmente

sofrem influências de fatores externos, assim como também de sua própria história.

Apesar da perda cultural relatada pelos nativos entrevistados, foi identificado elementos que demonstram o sentimento de pertencimento e reconhecimento cultural nas comunidades nativas: *“Eu sou caiçara, meu filho, meu avô era. Aqui todos os nativos são caiçaras”* (ENTREVISTADO 02, NE). *“Somos caiçaras, pescadores da Ilha do Mel. Daqui somos nativos”* (ENTREVISTADO 12, NE). Os sentimentos de pertencimento, de reconhecimento e, até mesmo, de identidade cultural ficam evidentes quando os nativos se diferenciam dos moradores externos, colocando-se como caiçaras, como originários daquele local. Outro contexto que evidencia esses sentimentos são os momentos de decisões, nos quais tais atores sociais apropriam-se de sua condição de nativo para defenderem-se e colocarem-se como sujeitos de direitos:

Nas reuniões os nativos falam muito para o pessoal de fora: você não tem direito de falar, porque não é daqui, é de fora! (ENTREVISTADO 14, NE/LC).

Às vezes os de fora quem fazer coisas que favoreçam eles, mas isso não é certo. Dá um tempo eles vão embora e nós ficamos e aí quero ver quem nos ajudará. Acho que algumas decisões deveriam ser tomadas só pelos nativos e sempre que tenho oportunidade falo isso nas reuniões. Se conversar com outros nativos verá que muitos pensam assim (ENTREVISTADO 18, NE).

Percebe-se que os sentimentos de pertencimento, reconhecimento e identidade cultural estão presentes nos mais diversos discursos comunitários, independentemente da situação, porque as comunidades nativas sentem-se realmente como caiçaras da Ilha: uma união entre território e atores sociais. Tal conjuntura relaciona-se à reflexão de Santos (2003, p.174): “[...] o território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”.

Ainda na perspectiva de pertencimento, reconhecimento e identidade cultural, observou-se que as comunidades nativas demonstraram sentir-se representados culturalmente pela pesca e pelas festividades religiosas, como,

por exemplo, as seguintes: a Festa da Nossa Senhora dos Navegantes, a Festa da Tainha, a Festa de São Pedro e a pesca da Tainha. A Festa de São Pedro é uma comemoração religiosa da comunidade realizada em períodos de baixo fluxo turístico, caracterizando-se como uma festividade comunitária. Em relação às festas da Nossa Senhora dos Navegantes e da Tainha, estas apresentam finalidades turísticas, sendo que a Festa da Tainha está diretamente ligada à pesca da Tainha, a qual fornece os peixes necessários para a festividade. Segundo os nativos entrevistados, tais festas religiosas, somadas à pesca, representam a cultura da Ilha do Mel, por demonstrarem “*um pouco da essência, da raiz do povo*” (ENTREVISTADO 02, NE).

No âmbito da atuação do turismo sobre a dimensão sociocultural e simbólica, em relação especialmente à categoria de intercâmbio com outras culturas, observou-se que o desenvolvimento da atividade turística atua como promotor da interculturalidade, pois tem possibilitado o encontro e a troca cultural entre as comunidades nativas e os turistas. Geralmente, durante a execução dos serviços turísticos, o contato dos nativos com a demanda turística é baseado no fornecimento de informações turísticas sobre a localidade, não adentrando em conversas mais profundas que possibilitem a troca cultural. No caso da área de estudo, foi identificado que 54% dos nativos entrevistados mantêm uma relação mais próxima com a demanda turística, ou seja, os limites geralmente existentes entre a oferta e a demanda são ultrapassados, ocorrendo uma troca de conhecimentos e de experiências, por meio de diálogos:

O nosso segredo com os turistas é a proximidade, eles se sentem muito melhor assim. Esse contato, nos outros lugares não tem, os donos das pousadas são frios, não tem esse contato. Aqui não, aqui a gente conversa, as vezes a gente sai para dar uma caminhada, é bem legal esse contato, porque as pessoas querem ver isso, coisas do local, querem ser bem tratados (ENTREVISTADA 06, NE).

É importante observar que os processos de interculturalidade, associados aos processos de alteridade, também estão vinculados à transformação cultural, uma vez que apresentam às comunidades receptoras novos elementos culturais, os quais poderão ser incorporados em suas realizações cotidianas. Quando esses processos ocorrem concomitantemente, resultam nos benefícios

esperados no desenvolvimento do turismo sustentável, os quais se relacionam com a valorização cultural de todos os envolvidos e com a troca cultural baseada no respeito.

Segundo os depoimentos dos nativos, o desenvolvimento do turismo, na Ilha do Mel, além de promover a interculturalidade, está estimulando a proteção e a valorização cultural. Isso porque, conforme mencionado anteriormente, as comunidades nativas, na atualidade, estão associando a necessidade de resguardar e recuperar traços culturais à criação de novas atrações para a localidade, objetivando amenizar os efeitos do turismo sazonal, muito embora esses propósitos estejam ligados à mercantilização da cultura, ou seja, comercializá-la como atrativo turístico, possibilitando, dessa forma, novas perspectivas à cultura local.

Em geral, a relação entre o turismo e a cultura se estabeleceu de maneira definitiva (SILVA, 2000). Na Ilha do Mel, esse relacionamento ainda é incipiente, o que abre precedentes para a realização de um planejamento sustentável dessa relação, o qual busque estabelecer uma perspectiva de rentabilização econômica, de desenvolvimento local e de valorização cultural. O desafio que se apresenta ao turismo é o de utilizar esses recursos culturais na perspectiva da sustentabilidade, fundamentando-se em critérios de qualidade, para que seus benefícios gerem efetivamente uma melhoria na qualidade de vida das comunidades receptoras (SILVA, 2000).

O sentimento de felicidade e bem-estar foi outra categoria proposta para essa dimensão, categoria em relação à qual 74% dos entrevistados demonstraram sentir-se bem e estar felizes vivendo na Ilha do Mel e nela desempenhando suas atividades turísticas. Esse sentimento de satisfação foi associado às características da paisagem, as quais se ligavam aos sentimentos de pertencimento e identidade cultural das comunidades nativas, gerando um sentimento de prazer e alegria em ocupar esse espaço:

Não consigo te explicar a beleza que ela tem. É muito bom estar em um lugar assim, que você pode viver sua vida com a simplicidade. Apesar de todas as dificuldades, sair daqui nunca me passou pela cabeça. Ver tanta beleza que a Ilha do Mel tem, eu acho que eu estou apaixonada pela beleza dela, porque as coisas lindas nos fazem bem.

Às vezes a gente busca conforto, o melhor sapato, mas aqui você não precisa disso, você consegue ser linda do jeito que é. Aqui na Ilha do Mel tem qualidade de vida e bom disso tudo é que podemos compartilhar isso com os outros. É o encanto da Ilha e nosso amor por ela que atrai tanta gente (ENTREVISTADO 16, N).

A partir do exposto, conclui-se que, ao mesmo tempo em que o turismo contribuiu para o estabelecimento de novas relações sociais e posteriores transformações culturais, também têm estimulado as comunidades nativas a resgatarem traços culturais que definem seus membros como caiçaras, como nativos da Ilha do Mel. Esse estímulo materializa-se por meio das propostas de oficinas culturais, pela prática da pesca e pela realização de festas religiosas. Não se ignora, aqui, as aspirações econômicas envolvidas nessas ações e a mercantilização da cultura proveniente da criação de atrativos culturais; no entanto, como afirmado por Silva (2000), a relação entre o turismo e a cultura se instalou definitivamente, independentemente do lugar, de modo que o que podemos fazer é planejar a atividade para que, além da mercantilização, ela promova benefícios socioeconômicos e auxilie no processo de valorização e resgate cultural.

5.4. DIMENSÃO AMBIENTAL: USO SOCIAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA ILHA DO MEL

A dimensão ambiental na análise da inclusão social está relacionada ao direito da população em acessar o patrimônio natural, cultural e dos direitos sociais, como a prática do lazer nesses espaços. Além disso, garantir o acesso a um ambiente equilibrado e possibilitar o uso compartilhado desses espaços também podem ser estratégias eficientes, se planejadas, para a proteção da biodiversidade. Nesse contexto, o turismo pode contribuir com a proteção da biodiversidade, uma vez que “a apropriação desses espaços pelos visitantes e pelas comunidades receptoras pode favorecer o sentido de corresponsabilidade com relação ao patrimônio coletivo e o sentimento de pertencimento à natureza” (RODRIGUES; IRVING, 2015, p. 136).

A partir dessa perspectiva, o presente estudo considerou, para a análise da dimensão ambiental, no âmbito da inclusão social, assuntos como a garantia

de um ambiente saudável, o compartilhamento do patrimônio natural conservado e a informação sobre o uso responsável dos recursos naturais. Os dados referentes a essas categorias estão apresentados no quadro 11 a seguir:

Quadro 11 - Dados referentes à dimensão ambiental.

DIMENSÃO AMBIENTAL		
Garantia de um ambiente equilibrado e que seja capaz de fornecer os recursos naturais, que são a “matéria prima” da atividade produtiva.	79% dos nativos entrevistados afirmaram ter acesso a um ambiente saudável.	6,6% dos nativos entrevistados afirmaram não ter acesso a um ambiente saudável.
Garantia de compartilhamento e usufruto de patrimônio natural conservado.	86,7% dos nativos entrevistados afirmaram ter acesso aos recursos naturais disponíveis, sendo 66,7% de forma indireta (lazer, divulgação turística, saúde etc.) e 20% de forma direta (pesca e coleta de conchas marinhas).	
Garantia de acesso à informação sobre o uso responsável dos recursos naturais.	53,3% dos nativos entrevistados afirmaram ter informações sobre o uso responsável dos recursos naturais.	31,7% dos nativos entrevistados afirmaram não ter informações sobre o uso responsável dos recursos naturais.

Fonte: Elaboração autoral.

A relação entre as comunidades nativas da Ilha do Mel e as UCs é conflituosa no que concerne a alguns aspectos, haja vista que essa categoria de UC, proteção integral, limita as comunidades nativas em relação a sua interação com o patrimônio conservado, devido à instituição de regulamentações legais em prol da proteção da natureza. Em uma análise geral, o contexto desse tipo de UC é marcado por duas discussões centrais: a primeira refere-se à proteção ambiental que essa estratégia pode garantir aos ecossistemas ameaçados; a segunda, por sua vez, remete ao impacto que tal estratégia de proteção da natureza causa sobre a reprodução social das comunidades que habitam essas áreas, já que, em muitos casos, tais comunidades são realocadas ou têm suas atividades produtivas proibidas ou limitadas. Tais discussões evidenciam o principal desafio na instituição de áreas protegidas, que é conciliar a proteção da natureza com os modos de vida das comunidades tradicionais que habitam esses territórios ou seus entornos, buscando diminuir os processos de exclusão social que derivam desse contexto para, assim, desenvolver um cenário mais propício à inclusão social.

Os processos de exclusão social são recorrentes na instituição e gestão das áreas protegidas, seja por meio da exclusão das comunidades dos processos de tomada de decisão ou da periferização destas quando realocadas. Na Ilha do Mel, esse processo excludente ocorreu na instituição das UCs e, atualmente, ocorre na tentativa de realocação da comunidade da Ponta Oeste, a qual comumente sofre repressões em prol da conservação (HARDER, 2014). Nesse contexto, torna-se ainda mais pujante a análise da dimensão ambiental da inclusão social.

De acordo com o quadro 11, 79% dos nativos entrevistados afirmaram acessar um “ambiente saudável”, capaz de fornecer os recursos naturais que são a “matéria-prima” da atividade produtiva – no caso, o turismo. As comunidades nativas, em geral, trabalham com o turismo, como discutido na abordagem da dimensão econômica e do trabalho, sendo os principais atrativos turísticos os recursos naturais, os quais são utilizados de forma direta por meio dos diversos usos dos balneários e, indiretamente, por meio da contemplação da natureza. Para fins turísticos, observou-se que os recursos naturais possibilitam a atração e a disponibilização de atividades de lazer, bem como permitem que as comunidades nativas os utilizem para seus momentos de lazer, ou seja, os nativos conseguem acessar um ambiente “saudável” e extrair dele a matéria-prima para sua atividade produtiva, como também utilizá-lo para suas atividades sociais de lazer.

No entanto, é pertinente fazer um adendo acerca dos impactos do turismo sobre esse ambiente conservado. Foi identificado que o desenvolvimento do turismo tem intensificado a produção de efluentes (esgoto), porém a infraestrutura destinada para armazená-los e tratá-los não acompanhou o crescimento da atividade. Isso tem resultado na sobrecarga desses locais de armazenamento, problema que é intensificado com o aumento das chuvas, o qual ocorre no mesmo período em que o fluxo turístico aumenta. Como consequência disso, tais efluentes transbordam – não é por acaso que o assunto mais discutido nos espaços de tomadas de decisão refere-se à infraestrutura básica. Dessa forma, é importante destacar que o ambiente aparentemente saudável que oferece a matéria-prima para o desenvolvimento do turismo está

sob risco de contaminação e consecutiva degradação ambiental, justamente pelo desenvolvimento da atividade turística, a qual ocorre sem planejamento.

Os nativos, quando indagados sobre os principais problemas ambientais, afirmaram que:

As fossas vazam tudo. No verão fica pior ainda, o povo fica cheio de virose, de doença porque aumenta número de gente. Teve um amigo meu que pegou tipo de uma micose na perna, por causa do esgoto (ENTREVISTADA 23, NE).

Hoje a situação ambiental da Ilha está precária, quando chove as fossas vazam, e fica um mal cheiro, e o lixo tem que dar uma melhorada e acertar a coleta (ENTREVISTADA 16, N).

Em geral, o turismo desordenado gera diversos impactos negativos, especialmente em áreas como a Ilha do Mel, considerada vulnerável sob a perspectiva ambiental, pois “tende a gerar riscos à integridade ecológica, o que por sua vez, potencializa os processos de exclusão social” (IRVING, 2015, p. 74). Além disso, por não garantirem a qualidade social e ambiental dessas áreas, tais formas de desenvolvimento do turismo tendem a se fragilizar no decorrer do tempo e, possivelmente, tendem a contribuir para a perda de atratividade do destino (RODRIGUES, 2009; IRVING, 2015). Sendo a Ilha do Mel uma área protegida importante para a conservação da biodiversidade e um dos atrativos turísticos mais importantes do estado do Paraná, é indispensável a elaboração de um planejamento turístico capaz de resolver problemas como esse.

Conforme supracitado, as comunidades nativas conseguem desfrutar do patrimônio natural conservado. A esse respeito, cerca de 66% dos nativos entrevistados demonstraram utilizar os recursos naturais indiretamente por meio de atividades de lazer e de contemplação e por meio da promoção do turismo:

Esse ano usei a Ilha para meu lazer. Antes a preocupação era a casa, era roupa, não sei o que. Hoje preparo meu chimarrão, pego o guarda-sol, pego a minha cadeira, preparo a água da Rebeca e da boneca e vou para a praia, nem que seja meia hora, quinze minutos, mas eu vou. Não preciso de outra coisa, talvez se fosse na cidade me ajeitaria para ver vitrine, e aqui o que a gente tem para ver? O mar! Aqui nossa vitrine é o mar! (ENTREVISTADA 16, N).

Os recursos naturais são utilizados por 20% dos entrevistados de forma direta, por meio da pesca ou da coleta de materiais para artesanato (conchas, madeiras, pedras etc.): *“O que recurso que tiramos da natureza é o peixe e fazemos isso no período que o IAP libera. Às vezes pegamos conchinhas na praia, a minha filha faz uns trabalhos com isso. Fora isso, não usamos mais nada”* (ENTREVISTADO 26, NP).

É importante salientar que ambas as formas de utilização estão previstas no plano de manejo das UCs. Em relação às utilizações indiretas, não há restrições, somente orientações para o descarte de lixo, a utilização de som, dentre outras (IAP, 2012). Em relação aos usos diretos, existem diversas diretrizes que limitam a utilização dos recursos naturais existentes, visando à proteção ambiental. Porém, as comunidades nativas não demonstraram insatisfação: pelo contrário, afirmaram compreender essas limitações. Corroborando essa declaração, o gestor ambiental da área observa que *“eles já conhecem a Estação, sabem o que pode e o que não pode. Têm todos os cuidados, hoje são eles que cuidam praticamente”* (ENTREVISTADO 17, GA).

O cuidado ambiental proveniente das comunidades nativas está associado à sensibilização ambiental desenvolvida pelo IAP e, também, à turistificação dos recursos naturais como atrativos. Conforme discutido anteriormente, um dos segmentos desenvolvidos na Ilha é o Ecoturismo, que se baseia no uso sustentável dos recursos naturais, preconizando a proteção ambiental e a valorização cultural. Compreende-se que esse segmento influencia a percepção das comunidades nativas em relação aos recursos naturais, pois uma área que antes era interpretada como um local de moradia, de pesca e de agricultura, atualmente, é percebida como um local turístico, onde seus recursos naturais, que antigamente eram extraídos para a sobrevivência das comunidades nativas, tornaram-se atrativos, de modo que, a partir dessa nova percepção, a importância de mantê-los conservados tornou-se uma preocupação das comunidades, já que seus recursos financeiros são resultantes do turismo.

Segundo os depoimentos coletados, *“vende-se o turismo a partir da ideia de um lugar conservado e de praias limpas”* (ENTREVISTADO 18). Criou-se uma

imagem comercial de um lugar preservado. Os gestores ambientais afirmam que essa imagem atraí turistas interessados na conservação e intensifica, em determinados níveis, a sensibilização ambiental, tanto dos moradores como também dos turistas:

O nosso turismo é com base na preservação ambiental. Os próprios moradores sabem disso, então, eles sabem que esse pessoal vem aqui por causa da preservação. As comunidades nos ajudam a preservar a Ilha, aqui, praticamente, nem precisamos de fiscais, pois a população mesmo nos avisa quando tem alguma coisa errada. Eles cuidam da Ilha, porque sabem que dependem da conservação ambiental para continuar atraindo turistas (ENTREVISTADO 17, GA).

Esse cenário pode ser analisado a partir da combinação de dois elementos do turismo: a turistificação e o Ecoturismo. A turistificação transforma os recursos ambientais, culturais e sociais de determinada localidade em produtos e serviços turísticos, promovendo, assim, sua mercantilização (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016). Durante esse processo, é comum que se desenvolva, na comunidade local, a supervalorização de determinado recurso, situação que se relaciona diretamente à hierarquização dos atrativos, pois as comunidades estabelecem níveis de importância.

Para iniciar o processo de turistificação, é necessário identificar os potenciais atrativos, e, geralmente (desejavelmente), essa identificação deve ocorrer por meio do inventário turístico, que, além de identificar, irá hierarquizar os possíveis atrativos. Somente após a hierarquização é que se iniciará o processo de planejamento e, conseqüentemente, de turistificação. Na Ilha do Mel, os processos de inventariação e hierarquização turística não ocorreram efetivamente, já que o Estado se absteve de suas responsabilidades enquanto agente do turismo. Entretanto, parece que esses processos se desenvolveram espontaneamente como se os atrativos turísticos existentes estivessem naturalmente expostos, porém se presume que foram os conhecimentos cotidianos das comunidades nativas sobre o turismo que possibilitaram a identificação e a avaliação desses recursos, o que resultou, assim, na efetivação do processo de turistificação.

Quando se associa esse contexto ao Ecoturismo, segmento turístico que naturalmente promove a valorização dos recursos naturais e culturais e que preconiza a proteção ambiental, a supervalorização dos recursos naturais como responsáveis pela atratividade pode ser considerada como um resultado comum a esse processo de turistificação. Posteriormente a necessidade de conservar os recursos naturais para garantir a continuidade do turismo será uma consequência dessa supervalorização. Portanto, o processo de turistificação e o Ecoturismo influenciam fortemente a percepção das comunidades nativas sobre as UCs, uma vez que esses processos ressignificaram, para as comunidades nativas, os recursos naturais e culturais disponíveis.

Essa influência fica mais evidente quando observamos a realidade da comunidade da Ponta Oeste, onde o turismo desenvolve-se em uma escala muito menor do que nas outras comunidades e não chega a ser a principal atividade econômica dos moradores. A inviabilidade do turismo no local ocorre por dois fatores principais: a localização da ESEC e a distância do núcleo turístico receptor. O caráter restritivo da ESEC, que, por ser uma unidade de conservação de proteção integral, não permite o livre acesso de pessoas à área, exceto pesquisadores com agendamento, dificulta o deslocamento dos turistas. Para acessar a comunidade, é necessário fazer uma longa caminhada pela praia ou contratar uma embarcação para o serviço de transporte, situações que inibem a demanda. Ademais, devido à vulnerabilidade econômica da comunidade, à baixa visitação e às diversas limitações legais relacionadas à proteção ambiental, a oferta turística da Ponta Oeste é incipiente, o que impossibilita a estadia longa dos turistas.

Outro fator para uma percepção ambiental distinta na comunidade da Ponta Oeste são os conflitos fundiários, decorrentes do Plano de Uso do Solo da Ilha do Mel, que ampliou o domínio da ESEC, em detrimento do, já limitadíssimo, território para livre uso dos residentes. Os limites sugeridos pelo Plano de Uso propõem que o território ocupado pelos moradores passe a constituir a UC. Entretanto, a comunidade resiste em deixar a área, afirmando que, além do direito de uso do solo (concedido pelo estado), tem um laço de identidade territorial com o local, onde registraram toda sua história e cultura. Sendo assim,

desenrolou-se um longo e doloroso processo para decidir o destino dos moradores, os quais conseguiram, parcialmente, o direito de permanecer na área. Eles poderão residir no local até que seja estabelecido um acordo com o IAP.

Analisando esse contexto da Ponta Oeste, de limitações para morar e para produzir em prol da proteção ambiental, institucionalizadas no formato da ESEC, a comunidade local percebe a UC como um empecilho ao seu desenvolvimento e à plenitude do seu direito de residir no local, ao qual pertence por tradição. Devido às restrições legais, a Ponta Oeste tornou-se uma comunidade tradicional de caiçaras que não contam mais com território suficiente para reproduzir as antigas práticas de pesca e agricultura, ao mesmo tempo em que não dispõe de acessibilidade suficiente para aderir à atividade lucrativa do turismo, como ocorre no restante da Ilha. Todavia, apesar desse contexto conflituoso, a comunidade afirma compartilhar a compreensão da importância ambiental da área e sugere elaborar, em conjunto com o órgão gestor, alternativas que compatibilizem sua existência e seu desenvolvimento na área com a proteção ambiental.

Em relação à garantia de acesso à informação sobre o uso responsável dos recursos naturais, de acordo com o quadro 11, 53% dos entrevistados afirmaram ter informações, entretanto, quando questionados sobre a Lei Administrativa 16037/2009, o Plano de Manejo e o Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo, cerca de 66% demonstraram ter poucas informações sobre esses documentos ambientais. Revelaram não conhecer efetivamente as regulamentações relacionadas à conservação que incidem sobre a Ilha do Mel, assim como as ações que delas decorrem. Por exemplo, conhecem a existência da Lei 16.037/2009, mas não sabem exatamente o que essa legislação impõe. O mesmo ocorre no que diz respeito ao plano de manejo: muitos afirmaram que dele já ouviram falar, mas que não conhecem o conteúdo e as normativas nele apresentadas.

Esse contexto de desinformação sobre o uso sustentável dos recursos não é novidade na Ilha do Mel. A esse propósito, pesquisadores como Sperb, Fontoura e Telles (2007) concluíram, em sua pesquisa, que muitos proprietários

de meios de hospedagem não tinham conhecimento sobre os planos de manejo, os decretos e as portarias ambientais referentes à Ilha. Além disso, os autores ressaltam que muitos proprietários acreditam que, “devido à ausência de um plano de manejo bem feito para Ilha, há a necessidade de se acrescentar, frequentemente, novas emendas, o que acaba levando a uma confusão sobre o que é e o que não é permitido” (SPERB, FONTOURA E TELLES, 2007).

Desde a publicação dessa pesquisa, passaram-se 13 anos, no entanto o problema permanece o mesmo, com as comunidades nativas continuando com informações rasas sobre os documentos ambientais vigentes na Ilha do Mel. As possibilidades para a compreensão dessa questão permeiam dois pontos: as comunidades nativas não buscaram por si própria conhecer as legislações que incidem sobre seu cotidiano, como também os órgãos gestores não intensificaram os processos informativos e formativos sobre os recursos naturais e as UCs que os protegem.

A ausência de informações sobre os recursos naturais e sua gestão tem historicamente gerado conflitos na localidade. Toma-se como exemplo a criação da ESEC, que ocorreu rapidamente sem a participação social, por meio da imposição governamental (HARDER, 2014), o que favoreceu o processo de exclusão social das comunidades nativas dos processos de tomada de decisão.

A ESEC foi criada rapidamente, sem a realização de estudos consistentes sobre sua pertinência e viabilidade. Sobretudo, não existiu qualquer modo de consulta prévia às pessoas da Ponta Oeste, comunidade mais impactada por sua criação: “[...] o próprio Plano de Manejo da Estação Ecológica, aprovado pelo governo paranaense em 2013, ressalta os impactos da criação desta unidade de conservação da natureza sobre a coletividade” (HARDER, 2014, p. 57). Os impactos mais evidentes foram os relacionados às restrições das atividades cotidianas e à delimitação territorial, sendo esses também os impactos que mais resultaram e resultam em conflitos socioambientais.

A falta informação sobre a legislação ambiental instituída resultava em infrações ambientais. Isso porque, de acordo com os nativos entrevistados, algumas infrações eram cometidas devido ao desconhecimento das regulamentações: “*nem sabíamos direito que aqui era um parque, então, a gente*

fazia tudo igual e aí chegavam as multas. Fomos saber o que podia ou não podia fazer assim, levando multa e brigando com o IAP” (ENTREVISTADO 01, NE/LC).

Em um primeiro momento, as comunidades nativas continuavam plantando, construindo, reformando suas residências e seus estabelecimentos turísticos sem a prévia autorização determinada pela Lei Administrativa 16.037/2009 e pelo Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo, circunstâncias que resultavam em sanções ambientais, comumente aplicadas por meio de multas. Diversos moradores, devido à sua condição financeira, não pagavam os débitos, os quais são inscritos em dívida ativa, conforme prevê a Lei Federal 6.830, de 22 de setembro de 1980.

Passado o período de apresentação à sua nova realidade as comunidades nativas continuam cometendo tais infrações, entretanto, agora, a justificativa é a burocracia e a morosidade dos processos de autorização. Entende-se que essa situação pode estar relacionada a uma gestão exercida à distância e ao sucateamento dos órgãos ambientais brasileiros. Como já relatado anteriormente, tanto a ESEC como o PE são administrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o qual possui um escritório instalado na Ilha do Mel, contudo o gestor permanecia alocado no escritório regional de Paranaguá e realizava apenas visitas esporádicas à Ilha, por ter a incumbência de gerenciar outras áreas protegidas na região.

Essa situação, que, de modo geral, expressa as limitações e o sucateamento governamental do órgão de gestão e fiscalização ambiental do estado, é sentida singularmente nas dificuldades para a gestão das UCs na Ilha do Mel. Afinal, o gestor estava sobrecarregado, representando um posto burocrático solitário e abstrato, que pretensamente atende vasta região territorial, mas praticamente não se dedica a nada em específico e, por isso, não consegue entender nem atender às múltiplas e variadas demandas locais. Os processos legais, ambientais e estruturais se acumulam, parados, sem ninguém que os analise. Trata-se, supostamente, de um gestor sobrecarregado em nome da eficiente alocação e economia de recursos públicos.

Esse contexto está relacionado ao sucateamento que os órgãos públicos ambientais vêm sofrendo nos últimos anos. Poucos recursos econômicos e

poucos servidores têm caracterizado as gestões governamentais, desde os anos 1990, quando se começou a implantar o gerencialismo na administração pública brasileira. Consequentemente, muitas UCs existem apenas no papel, sem estruturas administrativas adequadas e populações locais insatisfeitas. Como resultado desse cenário, a população da Ilha do Mel imergiu em um estado de descontentamento e impaciência, no qual, em muitos casos, não espera mais por autorizações do órgão ambiental, circunstância que agrava os conflitos socioambientais existentes. Buscando mitigar tais conflitos, em 2019, foi designado um gestor permanente para o escritório local do IAP, para, assim, dar continuidade aos processos parados e regularizar as pendências existentes na localidade.

Em relação à delimitação territorial, constata-se que o Plano de Controle Ambiental e de Uso do Solo transformou a localidade da Ponta Oeste e da Praia Grande em área de reversão e também determinou a redução da área de ocupação da comunidade da Ponta Oeste, a qual passou de 31,8 hectares para 1,6 hectares. Além disso, ações restritivas foram impostas para as comunidades, como, por exemplo, barrar o avanço da ocupação antrópica (proibindo quaisquer construções adicionais na região), proibir qualquer tipo de ocupação e edificação que não tenha relação com os usos, os costumes e as tradições da população local; e o não reconhecimento de direito individual de uso (PARANÁ, 2009).

As comunidades manifestaram-se contrárias a essas ações e, através de suas associações, caracterizaram tal conjuntura como uma injustiça ambiental e uma ofensa aos direitos sociais fundamentais, além da flagrante inconstitucionalidade de vários dispositivos (PARANÁ, 2012). Desconsiderando essa manifestação, o órgão gestor induziu os moradores, por meio de sanções ambientais, a deixar a localidade. Essas sanções efetivam-se por meio dos controles cadastrais, dos indeferimentos reiterados dos pedidos de reformas e construções de moradias e das autuações por crimes ambientais (HARDER; FREITAS, 2012). No caso da comunidade da Ponta Oeste, autores como Silveira (1998), Paraná (2012), Paifer *et al.* (2013), Gonzaga *et al.* (2014), Harder (2014), Denkwicz (2016) e Silva (2019) relatam que o órgão gestor negligenciou, por um longo período, as necessidades básicas da comunidade, permitindo a

perpetuação da ausência de acesso às políticas e aos serviços públicos, como, por exemplo, saúde, educação e infraestrutura básica (acesso à energia elétrica e à moradia adequada). Gonzaga *et al.* (2014) e Harder (2014) consideram que essa negligência, por parte do órgão gestor, é uma forma de repressão à comunidade, que, aos poucos, rende-se e abandona o território.

Embora muitos anos tenham passado desde o início desse conflito, constatou-se, por meio das entrevistas, que as comunidades continuam sofrendo com essas repressões. Até o presente momento, não há energia elétrica na comunidade, assim como as construções e as reformas continuam sendo dificultadas, circunstâncias que mantêm o cotidiano árduo da comunidade. De acordo com Harder e Freitas (2012, p. 09) essa situação trata-se de uma "[...] relação de controle, no qual as 'razões de Estado' sobrepõe-se de diferentes formas ao longo da história às lógicas destas coletividades tradicionais".

No entanto, a comunidade da Ponta Oeste resiste e cria meios para continuar em seu território. A exemplo disso, tem-se o Projeto de Cultivo de Ostras, o qual iniciou em 2002 e foi efetivado em 2011. Segundo os depoimentos, esse projeto possibilitou o fortalecimento econômico da comunidade por meio do fomento de uma fonte de renda extra, já que as restrições ambientais impostas impactaram diretamente suas atividades produtivas, o que, a longo prazo, poderia impossibilitar sua permanência no território: *"Esse projeto que nos mantém aqui, com ele jamais o IAP conseguirá nos tirar. Hoje esse projeto é nossa raiz e o que nos segura"* (ENTREVISTADO 03, GT). Ações como essa demonstram que a comunidade luta, por meio de diversas estratégias, pelo prolongamento de sua permanência no território que tradicionalmente habitam e sugerem-nos que são essas ações de resistência que estão lhes garantindo alguns direitos.

Em relação à comunidade da Praia Grande, as repressões ocorrem por meio das dificuldades impostas para as autorizações das construções e das reformas. A burocracia existente torna-se ainda mais lenta e, muitas vezes, ineficaz. Além disso, soma-se a esse contexto a dúvida sobre a incumbência da conservação, pois os moradores locais questionam o órgão gestor a respeito da

aplicação das diretrizes ambientais sobre os grandes empresários que ocupam a comunidade:

O IAP diz que aqui é uma área de reversão, que não podemos fazer novas construções, que nossos terrenos podem ter tantos metros quadrados construídos e tal. Mas por que o resort aqui do lado pode? Por que eles podem ter 5.000m² construídos? Por que só o espaço do resort ficará fora da área de reversão, sendo que eles estão na Praia Grande? Tudo isso porque o pai do dono trabalhava no antigo ITCG? O que fazem com nós é injusto! (ENTREVISTADO 23, NE).

Observa-se que o conflito na Praia Grande está envolto por um sentimento de injustiça, o qual conduz os moradores nativos a questionarem a aplicação das políticas ambientais e a destinação do ônus da conservação.

Outra questão acerca dos conflitos existentes na Ilha do Mel são as denominações que a legislação ambiental atribuí aos indivíduos considerados “infratores”, os quais, comumente, são chamados de invasores, enquanto suas infrações são interpretadas como crimes ambientais – logo, são considerados criminosos perante a legislação ambiental. Para as comunidades da Ilha do Mel, essas denominações são consideradas ofensivas, uma vez que seus membros não se consideram como tal:

Meu telhado estava caindo. Pedi autorização para o IAP para concertar. Esperei mais de um ano e a autorização não chegou. Cansei de esperar, então, fui lá e arrumei. Eles vieram aqui e multaram, mas não tenho dinheiro para pagar. E agora além de ter uma dívida em meu nome sou considerado um criminoso ambiental, por ter concertado o telhado da minha casa. Você acha isso justo? Tentei fazer tudo certo, mas eles não fizeram a parte deles e agora o criminoso sou eu (ENTREVISTADO 2, NE).

Sempre morei aqui. Tenho mais de 60 anos, minha mãe, meu pai, minha família inteira nasceu aqui. E agora nos chamam de invasores. Estamos aqui muito antes de criarem esse parque. Invasores são eles! (ENTREVISTADO 3, GT).

É notável, em ambas as falas, o sentimento de revolta. As comunidades consideram-se injustiçadas, pois julgam estar vivendo normalmente, ocupando o território de seus antepassados e realizando as atividades cotidianas. Percebe-se que as palavras são sentidas e interpretadas de maneiras distintas: para os

gestores, são apenas termos institucionais; para os moradores locais, são palavras ofensivas, pois estes transferem para a interpretação dessas palavras o sentimento de pertencimento e identidade territorial mencionado na dimensão sociocultural e simbólica.

Em vista do exposto, compreende-se que os conflitos socioambientais relacionados ao zoneamento e às restrições são resultados de um processo de exclusão social das comunidades nativas, as quais tiveram seus direitos de participação negados na criação das UCs e na elaboração dos instrumentos de gestão, conforme relatado anteriormente. Além disso, quando chamados de invasores e de criminosos ambientais, os moradores locais têm seus direitos culturais, territoriais e simbólicos desprezados e invisibilizados, contexto que os caracteriza como excluídos. Isso porque segundo Honneth (1992), Lopes (2006) e Borba *et al.* (2011) o processo de exclusão social não resulta somente dos problemas derivados da desigualdade socioeconômica (a pobreza, a exploração e a marginalização). Esse processo também é consequência da esfera simbólica, apresentando-se por meio da hostilidade, da invisibilidade social e do desrespeito que os estereótipos sociais reproduzem na vida cotidiana.

De maneira geral a exclusão social é composta por fatores que são determinados através da negação da chance de igualdade de oportunidades, por meio do desemprego, da desvalorização, da precarização do trabalho, da pobreza, da violência, da insegurança, da injustiça social, da desqualificação social, da desigualdade educacional e da falta de acesso a bens e serviços (ALMEIDA, 1993; WIXEY *et al.*, 2005; BORBA *et al.*, 2011). Baseando-se nesse panorama e na descrição dos conflitos apresentada acima compreende-se que as comunidades da Ilha do Mel enfrentam esse processo por meio da desvalorização cultural; da injustiça social; pela falta de acesso a bens e serviços; da precarização do trabalho e da vivência cotidiana; e da negação do acesso à informação.

Em geral, o contexto de “desinformação” reflete a dificuldade em efetivar a participação social nos processos de decisão. Conforme discutido na dimensão política, atualmente, os membros das comunidades nativas da Ilha do Mel apresentam diversas dificuldades para se colocarem como sujeitos ativos no

processo de tomada de decisão, e, quando se trata de questões ambientais, percebe-se que o órgão gestor também possui dificuldades em oferecer condições que propiciem a participação das comunidades nativas, à exemplo da instituição UNADIM, anteriormente apresentada.

Nos espaços participativos em que as informações são disseminadas com mais facilidade e no âmbito das questões ambientais, o problema não é apenas a ausência de efetividade na participação: também a inexistência de espaços que possibilitem essa participação caracteriza-se como uma dificuldade. O Conselho Gestor, espaço destinado à participação social, está desativado, e as tentativas para reativá-lo não saíram do campo das expectativas. Ademais, somando-se a isso, a organização política das comunidades nos demonstra que apenas instituir esses espaços não mudará esse cenário; portanto, compreende-se que há um grande desafio para que a gestão ambiental participativa seja, de fato, efetivada na Ilha do Mel. Além disso, ressalta-se que mudanças de paradigmas e a instituição da consciência cidadã crítica são pujantes para instituir a participação social na gestão ambiental.

Diante do exposto, conclui-se que o desenvolvimento do turismo, no âmbito da dimensão ambiental, contribui para a inclusão social das comunidades nativas por meio da promoção de uma espécie de concordância com a necessidade das áreas protegidas e outras medidas de proteção ambiental para a manutenção da atratividade turística do local. Pode-se entender, a partir da perspectiva de Irving (2015, p. 54), que essas áreas podem estar sendo “positivamente valoradas e não mais interpretadas como obstáculos ao desenvolvimento”, ao menos para as comunidades nativas que desenvolvem o turismo. Em relação às outras categorias analisadas, compreende-se que a necessidade do planejamento turístico e da efetivação da participação social torna-se cada vez mais evidentes, uma vez que a ausência desses instrumentos de gestão tem gerado diversos problemas, como a “potencial” contaminação ambiental e a falta de informações sobre os instrumentos de gestão ambiental já existentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO PARA A INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social por meio do turismo é um processo multidimensional, no qual sua efetividade deve ser observada em diferentes dimensões que constituem este processo. A inclusão pode ser parcial ou limitada, uma vez que os atores sociais podem estar incluídos em algumas dimensões e excluídos de outras ou ainda, podem estar parcialmente incluídos em suas diferentes dimensões.

Para compreender a inclusão social das comunidades nativas da Ilha do Mel por meio do turismo nos discursos dos atores envolvidos com o seu desenvolvimento, foram estipulados objetivos específicos que contemplam diferentes dimensões da inclusão social, especificamente, as dimensões política, econômica, cultural e ambiental, sendo eles: analisar como se desenvolve e se há efetividade no processo de participação social das comunidades nativas da Ilha do Mel; investigar se o desenvolvimento do turismo oportuniza a inserção das comunidades nativas na dinâmica econômica local; avaliar o reconhecimento, a valorização, a proteção e o intercâmbio cultural proporcionados pelo turismo; e verificar as influências do seu sobre o uso social do ambiente natural pelas comunidades nativas.

Na Ilha do Mel o turismo se instala como uma alternativa econômica para as comunidades locais frente às restrições ambientais provenientes das UCs, circunstância que proporcionou a aceitação do turismo pela comunidade nativa. Embora o turismo tenha sido instituído como a principal atividade econômica na Ilha do Mel, atualmente, as comunidades nativas solicitam o desenvolvimento de um turismo mais justo e sustentável, que seja capaz de atender suas

necessidades econômicas sem que sua cultura e a natureza da ilha sejam impactadas negativamente. Somado a isso, verificou-se que o desenvolvimento do turismo não foi acompanhado de um planejamento turístico sustentável, o que desfavorece as contribuições do turismo ao processo de inclusão social das comunidades nativas.

Em relação à efetividade do processo de participação social das comunidades nativas da Ilha do Mel conclui-se que atualmente os espaços destinados para a participação social são as associações, em que acontecem reuniões sobre assuntos diversos, especialmente em relação à infraestrutura básica disponível para os moradores locais. Em geral, as comunidades nativas buscam ocupar estes espaços e efetivar sua participação, mesmo demonstrando incredulidade quanto aos gestores ambientais e do turismo, como também, quanto aos líderes comunitários. No entanto, o processo participativo desenvolvido pelas comunidades nativas dentro das associações é desarticulado, pois, muitas vezes, não conseguem delinear estratégias eficientes para alcançar as propostas comunitárias, bem como, em algumas situações, não conseguem estabelecer um discurso comum que os represente. Apesar de esses obstáculos não impedirem o funcionamento dos espaços participativos comunitários, estes se apresentam limitados pela falta de legitimidade e representatividade perante às próprias comunidades nativas, assim como perante aos órgãos gestores. No contexto da inclusão social, compreende-se que quando a participação social não é desenvolvida efetivamente dificulta-se a promoção da cidadania e do sentido de pertencimento e gestão da atividade turística por parte dos atores sociais, uma vez que a participação social se caracteriza como uma possibilidade de concretização desses elementos.

Quanto à inclusão econômica das comunidades nativas por meio do turismo, pode-se considerar que, atualmente, a atividade turística inclui parcialmente as comunidades nativas na dinâmica econômica da Ilha do Mel. Isso porque, ao mesmo tempo em que tal atividade gera empregos formais com salários compatíveis à legislação trabalhista, que promove a capacitação técnica, muito embora não de maneira contínua, e possibilita a satisfação no trabalho, não garante o acesso aos meios de crédito e nem oferece estabilidade

no emprego, devido à característica sazonal do turismo. A inclusão econômica dos nativos pode estar limitada pela sazonalidade turística, pela descontinuidade das capacitações técnicas e, principalmente, pela falta de recursos financeiros para a efetuação de melhorias estruturais nos equipamentos turísticos pertencentes aos nativos. Tais fatores implicam a instabilidade financeira dos nativos durante o período de baixo fluxo turístico, como também dificultam a promoção de melhorias estruturais nos empreendimentos turísticos pertencentes a eles. Portanto, compreende-se que embora o desenvolvimento do turismo seja uma alternativa econômica para as comunidades nativas, seus benefícios econômicos são insuficientes para retirá-las da margem do desenvolvimento turístico da ilha, que caracteriza, assim, uma inclusão econômica parcial.

Em relação à existência de reconhecimento, valorização, proteção e intercâmbio cultural, conclui-se que o desenvolvimento do turismo contribui para o processo de interculturalidade, uma vez que promove o encontro e a troca cultural entre visitados e visitantes. Também, estimula o resgate de traços culturais, por meio de propostas de oficinas culturais e do incentivo à pesca e às festas religiosas, as quais, até então, haviam sido desconsideradas, tanto pelos órgãos gestores quanto pelas comunidades nativas no desenvolvimento do turismo. Além disso, observou-se que as comunidades nativas da Ilha do Mel se reconhecem enquanto grupo sociocultural, o qual é denominado como “nativos da Ilha do Mel”. O desenvolvimento do turismo, nesse contexto, promove atividades relacionados ao turismo cultural, as quais reforçam, por meio da memória e da identidade cultural, o sentimento de reconhecimento desse grupo enquanto nativo e o sentido de pertencimento à Ilha. É importante destacar que as aspirações econômicas e a mercantilização da cultura envolvidas nestas ações não foram negadas, pois compreende-se que o resgate cultural também está relacionado à sazonalidade do turismo.

No que tange a influência do desenvolvimento do turismo no uso social do ambiente natural, compreende-se que o desenvolvimento do turismo na Ilha do Mel, até o presente momento, tem possibilitado que as comunidades nativas acessem e usufruam de um ambiente natural conservado. Contudo problemas relacionados ao aumento da geração de efluentes no período de grande fluxo

turístico têm se intensificado. O aumento de efluentes está diretamente ligado à incompatibilidade entre a demanda turística e a capacidade de carga estipulada para a localidade, evidenciando a o distanciamento do poder público local na promoção de serviços de saneamento e no planejamento turístico sustentável. Embora, por um lado, a insustentabilidade do desenvolvimento turístico ameace a natureza, foi observado que, por outro lado, o turismo promove uma espécie de concordância com a necessidade das áreas protegidas e outras medidas de proteção ambiental, pois a turistificação tornou essencial a proteção dos recursos naturais para a manutenção da atratividade turística do local.

O turismo contribui parcialmente para a inclusão social das comunidades nativas da Ilha do Mel nas diferentes dimensões analisadas, haja vista que as estimula a lutar por seus objetivos comunitários, mesmo apresentando indícios de desarticulação política. Possibilita a geração de renda através da comercialização dos serviços turísticos oferecidos, pois, em um cenário onde as comunidades nativas enfrentavam sua desestruturação socioeconômica, o desenvolvimento do turismo trouxe uma nova perspectiva. Estimula elementos importantes para a continuidade sociocultural das comunidades nativas como o reconhecimento enquanto grupo social, o resgate, a valorização e o pertencimento cultural das comunidades nativas. Por fim, permite que a comunidade realize atividade socioprodutiva permitida nas áreas protegidas e, para mantê-la, reconhece a importância da conservação ambiental como pré-requisito para desenvolvê-la.

Ainda que o desenvolvimento do turismo contribua com aspectos políticos, econômicos, socioculturais e ambiental, para o processo de inclusão social das comunidades nativas da Ilha do Mel, é importante salientar que os processos excludentes não foram superados na Ilha do Mel. Permanecem: a ausência da participação social nas decisões referentes à gestão da Ilha, como no caso da instituição da UNADIM, a desigualdade social entre nativo e morador, assim como a constante negação dos direitos territoriais da comunidade da Ponta Oeste.

Acredita-se que para a contribuição do turismo nos processos de inclusão social são necessárias mudanças paradigmáticas na compreensão do turismo e,

consequentemente, de seu planejamento e desenvolvimento. Interpretando-o além do viés econômico, como uma estratégia capaz de protagonizar comunidades historicamente esquecidas, capaz de proporcionar interculturalidade de diversos povos que se encontram e capaz de ressignificar as relações entre a sociedade da natureza. Entretanto, condições estruturais relacionadas aos aspectos políticos, econômicos e culturais, ainda precisam ser enfrentadas. Como mencionado anteriormente, a retórica do turismo como atividade econômica salvadora dos problemas em torno das áreas protegidas e de sua ocupação antrópica por comunidades tradicionais merece ser vista com cautela. O planejamento turístico sustentável, inexistente no caso da Ilha do Mel, poderá ser instrumento importante se for capaz de relativizar essa retórica.

Compreende-se que os possíveis caminhos para a inclusão social por meio do turismo estão na ressignificação do turismo, no reconhecimento e empoderamento das comunidades nativas e no reposicionamento, em relação a gestão participativa, do órgão ambiental. Acredita-se que refletir sobre o desenvolvimento do turismo de base comunitária, no qual a comunidade atuará como ator central na gestão do turismo e ponderar sobre o planejamento turístico sustentável, onde os órgãos ambientais e de turismo apoiem em diversas frentes as comunidades nativas, buscando desenvolver um turismo que as beneficie economicamente, socialmente, culturalmente e ambientalmente, são estratégias que poderiam caracterizar-se como um caminho potencial para a inclusão social por meio do turismo.

A partir dos depoimentos dos nativos, acredita-se que esta tese poderá contribuir com a constituição de possíveis caminhos para a atualização do novo Plano de Uso da Ilha do Mel, em relação ao turismo. Dentre eles: fortalecer a participação social das comunidades nativas nos espaços de decisão, assegurar o apoio estatal, estimular a resolução de problemas estruturais, como o acesso a capacitação profissional, a geração de empregos e a melhoria nas infraestruturas básicas, e renovar a relação entre órgãos gestores e comunidades nativas, buscando uma parceria baseada no respeito e na confiança entre ambas as partes. No âmbito das políticas públicas nacionais direcionadas ao turismo, entende-se que o turismo pode ser estratégia eficaz

para a inclusão social de comunidades socioeconomicamente vulneráveis. No entanto, é imprescindível considerar o turismo nas políticas públicas para além do viés econômico e considerar a centralidade das comunidades nativas na gestão e desenvolvimento do turismo. Dessa forma, espera-se que as ideias aqui discutidas contribuam para o avanço das discussões entorno do turismo, áreas protegidas e inclusão social e que contribuam também para a construção de políticas públicas para a Ilha do Mel e demais atrativos turísticos brasileiros.

7 REFERÊNCIAS

ABERS, R. N.; KECK, M. E. **Representando a diversidade**: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. *Caderno CRH*, 21(52), 99-112, 2008.

ABESSA, D.; FAMÁ, A.; BURUAEM, L. The systematic dismantling of Brazilian environmental laws risks losses on all fronts. *Nature Ecology & Evolution*, v. 3, p. 510–511, 2019.

ABRAHÃO, C. M. S; CHEMIN, Marcelo; GÂNDARA, J. M. A Oferta Turística de Paranaguá (PR): Uma Análise de Atrativos e Equipamentos de Hospedagem. **Revista Cultur – Cultura e Turismo**, ano 06 - p. 148, 2012. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano6-edicao4/8.paranagua.pdf>>. Acesso em: 15/11/2019.

ACERENZA, M. A. **Conceptualización, origen y evolución del turismo**. México: Trillas, 2006.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. Ambientalização das lutas sociais. **Revista estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v 43. n 1. p.145 - 182, jun. 2000.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ - AEN. **Campanha incentiva o turismo no Litoral**. 2011. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=63054&tit=Campanha-incentiva-o-turismo-no-Litoral>>. Acesso em: 02/08/2017.

ALBAN, M. **Turismo no Brasil**: a estratégia de expansão espacial e seus problemas. **Turismo - Visão e Ação**, v. 8, n.2, p. 301 - 308, maio /ago. 2006. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/292>>. Acesso em: 24/06/2017.

ALMEIDA, João Ferreira. **Integração Social e exclusão social**: algumas questões. *Análise Social*, Lisboa, v. XXVIII, n. 123-124, p. 829-834, 1993.

ALUZIO, R. **Análise comparativa da fauna associada às linhas de detritos em duas praias estuarinas da Ilha do Mel (Paraná-Brasil)**. Curitiba, 59 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas, área de concentração Zoologia) – Curso de Pós-Graduação em Ciências

Biológicas, Zoologia, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2007.

ALVES, R. P.; HANAZAKI, N. Áreas protegidas marinho-costeiras de Santa Catarina sob a perspectiva das populações locais. **Ambiente & Sociedade**, 18(4), 97-188, 2015.

ALVES, Z. M. M. B; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. Ribeirão Preto: **Paidéia**, nº.2, fev. /July 1992.

AMB PLANEJAMENTO AMBIENTAL BIOTECNOLOGIA LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Porto Pontal do Paraná, PR: Alternativas tecnológicas e locacionais**. Capítulo 3. Curitiba: AMB, 2007a.

_____. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Porto Pontal do Paraná, PR: análise integrada**. Capítulo 6. Curitiba: AMB, 2007b.

ANDRÉ, M. E. D. A. Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, nº45, p. 66-71, 1983.

ANGULO, Rodolfo José. **Geologia da planície costeira do estado do Paraná**. 1992. 239f. Tese (Doutorado em Geologia Sedimentar), Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

_____. As Praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 97-103, jul. /dez. 2000. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/99/rodolfo.pdf>. Acesso em: 13/07/2018.

ANNIBAL, S.R.P.; PEREIRA, F.M.B.; ZALUAR, R.; SOUZA, L. **Sistema integrado de modelos descritivos e gerenciais sobre os usos da natureza para a capacitação socioambiental como indutora da responsabilidade municipal para o desenvolvimento sustentável**. In: SAPIS – Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, I, 2005, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: UFRJ. 2005.

ANSARAH, M. G. dos R. Turismo e segmentação de mercado: novos segmentos. In: TRIGO, L. G. G.; PANOSSO NETTO, A.; CARVALHO, M. A.; PIRES, P. dos S. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005, p. 285-299.

ARAÚJO, Ledice Maria da Silva de. **Os Jovens do Recife e o lugar de cada um**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC/SP, 2002.

ATHAYDE, S. F.; BRITEZ, R. M. As unidades de conservação. In: MARQUES, M. C. M.; BRITEZ, R. M. (Orgs.). **História Natural e Conservação da Ilha do Mel**. Curitiba: Editora UFPR, 2005. p. 103-123.

ATKINSON, R. Combatendo a exclusão social urbana: o papel da participação comunitária na regeneração das cidades europeias. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, ano XII, nº, p. 107-128, 1998.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012.

BACHUR, João Paulo. Inclusão e exclusão na teoria de sistemas sociais: um balanço crítico. **BIB**, São Paulo, nº 73, 1º semestre de 2012, p. 55-83.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTH, F. **Ethnic groups and boundaries**. The social organization of culture difference. Boston, Little, Brown and Company, 1969.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BETTI, P. **Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação**: estudo de caso na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagui, Guaraqueçaba - Paraná. 194 p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37153/R%20-%20D%20-%20PATRICIA%20BETTI.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 16/07/2018.

BIGARELLA, J. J.; et al. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. Florianópolis: UFSC, 1994, v. 1.

_____. **Matinhos**: homem e terra - reminiscências. 3 eds. ampliada. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2006.

BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora, UnB, 1986.

BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas**: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

BORSATTO, R. S.; OTTMANN, M. M. A.; FONTE, N. N. da; CIDADE JUNIOR, H. A.; ALANO, E. do R. C.; CAVALLET, V. J. Problemas agrários do litoral paranaense: abordagem histórica. **Scientia Agraria**, Curitiba, v.8, n.4, p.421-430, 2007. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/agraria/article/view/9891/8065>>. acesso em: 07/08/2017.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B.; ZHOURI, A.; IORIS, A. A. R.; BRANDÃO, C.; BERMANN, C.; HERNÁNDEZ, F. del M.; BEZERRA, G. das N.; ACSELRAD, H.; PAULA, J. A. de; LASCHEFSKI, K.; COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. de A.; GARZON, L. F. N.; CUNHA, L. H.; WANDERLEY, L. J. de M. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 39-69.

BRANDÃO, A. L. R.; CORIOLANO, L. N. M. T. Eixos do turismo: convencional e contra-hegemônico em Jericoacoara - CE. **Revista Formação (Online)**, v.. 3; n. 23, p. 101- 126, maio-ago./2016. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/3835>>. Acesso em: 29/06/2018.

BRANDON, K E MARGOLUIS, R. **The Structuring Ecotourism Success: Framework for Analysis**, Plenary paper presented at "The Ecotourism Equation: Measuring the Impacts" International Society of Tropical Foresters, Yale University, 1996. Disponível em: <<http://www.ecotourism.org/onlineLib/>>. Acesso em: 16/04/2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC/MMA**. 2015. Disponível em:<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMDNmZTA5Y2ItNmFkMy00Njk2LWl4YjYtZDZlZGZkOGM5NWQ4IiwidCI6IjJmY2ZmE5LTNmOTMtNGJiMS05ODMwLTZyNDY3NTJmMDNlNCIsImMiOiJF9>>. Acesso em: 02/06/2017.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, 23 de agosto de 2000, seção 1.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura**. Relatório diagnóstico. Brasília: MTur, 2005.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Áreas Protegidas**. Brasília: MMA, 2006.

_____. **Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006**, que institui o Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas, Brasília: Diário Oficial, 2006

_____. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: MTur, 2006.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Módulo Operacional 8: Promoção e apoio à comercialização. Brasília: MTur, 2007.

_____. **Turismo náutico: orientações básicas**. 3 ed. Brasília: MTur, 2010a.

_____. **Turismo cultural: orientações básicas**. 3 ed. Brasília: MTur, 2010b.

_____. **Turismo de sol e praia: orientações básicas**. 2 ed. Brasília: MTur, 2010c.

_____. **Turismo de negócios e eventos: orientações básicas**. 2 ed. Brasília: MTur, 2010d.

BUARQUE, C. **A revolução das prioridades**. Instituto de Estudos Econômicos. INESC: 1993.

BULL, A. **La economia del sector turístico**. 1 Ed. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

BUTCHER, J. **The moralisation of tourism sun, sand...and saving the world?** London/New York: Routledge, 2003.

BUTLER, R. W. Sustainable tourism: a state-of-the-art review. **Tourism Geographies**, v. 1, n. 1, p. 7-25, 1999. Disponível em:
<<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14616689908721291?needAccess=true>>.
Acesso em: 28/05/2018.

_____. Seasonality in tourism: Issues and implications. *In*: T. BAUM e S. LUNDTORP (eds.). **Seasonality in tourism**, Pergamon. Londres, 2001.

BUZATTO, A. C. **As comunidades locais e os conflitos de uso dos recursos naturais no litoral sul do estado do Paraná**. 61 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CANDIOTTO, L.Z.P.; CORRÊA, W.K. **Desenvolvimento rural sustentável**: algumas considerações sobre o discurso oficial do governo federal. Geografia, Associação de Geografia Teórica (AGETEO), Rio Claro, v.29, n.2, p.265-280, mai/ago. 2004.

CAPUCHA, L. Pobreza, exclusão social e marginalidade. *In*: VIEGAS, J. M.; LEITE, A. F. C. (Orgs). **Portugal, que modernidade?** Oeiras: Celta Editora, 1998.

CARESTIATO, A. P. C. **Educação ambiental como estratégia de desenvolvimento local**: um estudo de caso. Dissertação. Programa EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, M. "Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível". **Antropologia do Brasil**. São Paulo, Brasiliense/Edusp, 1986.

- CARNEIRO, D. **História do período provincial do Paraná**. Banestado. Curitiba-Pr, 1994.
- CARRASCO, A. **A dialética**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes – WMF, 2016.
- CARRILLO, G. O.; CHARVET, P. S.. **Áreas silvestres protegidas y comunidades locales en América Latina**. Santiago do Chile: Oficina de la FAO para América Latina y el Caribe, 1994.
- CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question social**. Paris: Éditions Fayard, 1995.
- CASTELLS, Manuel. **El capitalismo de la información y la exclusión social**. Discurso pronunciado en la Conferencia de UNRISD sobre Tecnologías de Información y Desarrollo Social, 1998. Disponível em: <<http://www.unrisd.org/espindex/publ/news/19esp/castnews.htm>>. Acesso em: 15/ 09/ 2019.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: **Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora Senac, 1996.
- CIES/CESO I&D. **Grupos sociais desfavorecidos face ao emprego** - tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis, Lisboa: 1998.
- CHEREM, M. F.; AZEVEDO, N. T. Conflitos socioambientais e processos de resistência de pescadores artesanais no litoral do Paraná. In: **Encontro Anual da ANPOCS, 40**. Anais...Caxambu: ANPOCS, 2016. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/spg-3/spg03-3/10010-conflitos-socioambientais-e-processos-de-resistencia-de-pescadores-artesanais-no-litoral-do-parana/file>>. Acesso em: 03/08/2017.
- CRESWELL, J. **Qualitative inquiry and research design**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2003.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CODE, S. P. O. B. F. Fragmentação florestal retratado como perda da biodiversidade sobre os princípios científicos dos códigos florestais brasileiro. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade** | vol., v. 3, n. 2, p. 67, 2013.
- COHN, C. Culturas em transformação: os índios e a civilização. São Paulo: **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 36-42, 2001.
- COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL – CBPDA. **Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? E-cadernos** 17, p. 164-183, 2012. Disponível em:<<http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/ecadernos17/07.ColetivoBras.Pesq.DesigualdadeAmbienta.pdf>>. Acesso em: 23/04/2017.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social (2003-05)**, Bruxelas, 12/12/2003, COM (2003) 773 Final, 2003.
- CORIOLO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. Lazer e turismo: novas centralidades da sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 3-22, ago. 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/310424566_LAZER_E_TURISMO_NOVAS_CENTRALIDADES_DA_SOCIEDADE_CONTEMPORANEA>. Acesso em: 26/07/2018.

COUTINHO, G. C. T. P.; SAMPAIO, C. A. C.; RODRIGUES, L. P. Potenciais atrativos de comunidades tradicionais: turismo comunitário em Barbados, Guaraqueçaba (PR). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.5, p. 972-989, nov-2013/jan-2014.

COZZOLINO, L. F. F.; IRVING, M.A. Gestão em Unidades de Conservação: Um caminho teórico e metodológico possível a partir da ótica da governança na APA do SANA (Macaé – RJ). In: IRVING, M. A. **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2015.

CUNHA, I. M. Cidade, lei e desenvolvimento: Pontal do Paraná, uma estrada para o futuro? Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – MADE, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018, 122f.

CUNHA, L. **Economia e política do turismo**. 1Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1997.

CUNHA, L. H. & COELHO, M. C. N. Política e Questão Ambiental. In: CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. (org.). **A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, 14 (3), 27-34, 2004.

DENARDIN, V. F.; LOUREIRO, W.; SULZBACH, M. T. Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS Ecológico no Litoral Paranaense. **Redes**: Santa Cruz do Sul, vol. 13, nº 2, p. 184-198, mai/ago. 2009.

DENKEWICZ, P. **Cultura e natureza: desenvolvimento comunitário na Ilha do Mel, Paraná**. 115 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário), Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati - PR, 2016.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER. **História**. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 25/06/2017.

DERANI, C. A estrutura do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei nº 9.985/2000. **Revista de Direitos Difusos**, ano I, v. 5, p. 607-616, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Força de Lei: o fundamento místico da autoridade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DESCHAMPS, V. M.; KLEINKE, U. L. M. Os Fluxos Migratórios e as Mudanças Sócio-espaciais na Ocupação Contínua Litorânea do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 45-59, jul. /dez. 2000. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/235/193>>. Acesso em: 07/08/2017.

DESTEFANI, C. Subindo o Morro. **Gazeta do Povo - Online**. Curitiba, 4 jun. 2011. Nostalgia, s/p. Online. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/nostalgia/subindo-o-morro-4bv6kph36xg1ngth1kezn32oe>>. Acesso em: 21/07/2017.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. de. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições**. Editora Alínea: Campinas, 2002.

_____.; CASSAR, M. **Fundamentos do marketing turístico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DIEGUES, A. C. S. **Conflitos entre populações humanas e Unidades de Conservação e Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB, 1995.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Ed. Hucitec.2001
161p.

_____. **El mito moderno de la naturaleza intocada**. São Paulo. NUPAUP/USP, 2005. 97p.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª edição ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Logiques de l'exclusion**. Paris: Fayard, 1997.

ENTREVISTADO 01. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 02. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 03. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 05. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 06. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 09. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 12. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 14. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 15. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 16. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 18. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 19. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 21. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 22. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 23. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 24. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 25. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

ENTREVISTADO 26. Entrevista. Entrevistador: Patrícia Denkwicz. Ilha do Mel, 2019.

Ervin, J.; et al. **Protected Areas for the 21st Century**: Lessons from UNDP/GEF's Portfolio. 2010. Disponível em:<

https://www.undp.org/content/dam/undp/library/Environment%20and%20Energy/biodiversity/PA_21Century.pdf>. Acesso em: 10/04/2019.

ESTEVES, C. J. de O. **Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação do litoral do Paraná - Brasil**. 353 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

ESTIVIL, J. **Panorama da luta contra exclusão social. Conceitos e estratégias**. Disponível em: http://www.inclusão_palop.org/download/PanoramaExclSoc_PO_total.pdf. Acesso: 17/05/2019.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/viewFile/1178/506>>. Acesso em: 07/11/2017.

FAGLIARI, G. S. **Turismo e alimentação: análises introdutórias**. São Paulo: Roca, 2005.

FARIA, M. G. Ambiguidades e contradições no discurso de naturofilia e nas práticas turísticas. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 18, p. 77-86, jul. /dez. 2008.

FERNANDES, M. E. Memória Camponesa. **Anais da 21ª Reunião Anual de Psicologia, SPRP**, Ribeirão Preto, p. 20, 1991.

FERNANDES, M. F. D.; SOUZA, R. C.; DANTAS, J. R. Q. O papel do estado e das políticas públicas na definição do espaço turístico. São Luís: **Revista de Política Pública**, v.14, n.1, p. 167-176, jan./jun. 2010.

FERRANTE, L.; FEARNSIDE, P. M. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. **Environmental Conservation**, p. 1-3, 2019. doi: 10.1017/S0376892919000213.

FÉRIAS BRASIL. **Foto: Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres**. Disponível em: <<https://www.feriasbrasil.com.br/pr/ilhadomel/fortalezadenossasenhordosprazeres.cfm>>. Acesso em: 29/10/2019.

FIGUEIREDO, J.C. **Contribuição a Geografia da Ilha do Mel (litoral do estado do Paraná)**. Tese de Cátedra de Geografia do Brasil. Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1954.

FLORIANI, D; BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D.; TEIXEIRA, C.; MENDONÇA, F. A.; SOUZA LIMA, J. E.; ANDRIGUETTO FILHO, J M.; KNECHTEL, M. R.; LANA, P. C. Construção interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. In: PHILIPPIN JR, A.; SILVA NETO, A. J. (Eds.) **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. São Paulo: Editora Manole, 2011.

FONSECA NETO, J. C. da. **Ecoturismo no litoral do Paraná: caminhos e descaminhos**. 210 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.

FONTANELLA, Bruno José Borcellos. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>. Acesso: 10/01/2019.

FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 7-20, 2002.

FREW, E. A. Climate change and doom tourism: advertising destinations 'Before they disappear'. In: FOUNTAIN, J.; MOORE, K. (Eds.). **Recreating tourism: proceedings of the New Zealand Tourism & Hospitality Research Conference 2008**, La Trobe University (AUS), p. 1-28, dic. 2008. Disponível em: <<http://www.lincoln.ac.nz/PageFiles/7235/Frew.pdf>>. Acesso em: 18/06/2018.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA. **Reservas Naturais**. Disponível em: <<http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/o-que-fazemos/reservas-naturais/pages/default.aspx>>. Acesso em: 24/06/2017.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br>>. Acesso em 06/08/2017.

GALLICCHIO, Enrique. O desenvolvimento local: como combinar governabilidade, desenvolvimento econômico e capital social no território Montevideo. **Cuadernos Del Claeh**, nº 89.

GASCÓN, J. Turismo y desarrollo: una visión crítica. In: BUADES, J., CAÑADA, E., & GASCÓN, J. **El turismo en el inicio del milenio: una lectura crítica a tres voces**. Madrid: Foro de Turismo Responsable, Red de Consumo Solidario/Picu Rabicu/Espacio por un Comercio Justo, Colección Thesis, 3, 2012, p. 46-48.

GERHARDT, Tatiane; SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GETINO, O. **Turismo y desarrollo em América Latina**. 1 Ed. México, DF: Limusa, 1997.

GHIMIRE, K. **Parques e populações: problemas de sobrevivência no manejo de parques nacionais na Tailândia e Madagascar**. Trad. Cristina Adams. São Paulo: NUPAUB-USP/UNRISD.

GIANNINI, Paulo César Fonseca. A erosão na costa leste da Ilha do Mel, Baía de Paranaguá, estado do Paraná: modelo baseado na distribuição espacial de formas deposicionais e propriedades sedimentológicas. **Revista de Geociências**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 18-38, fev. 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, M. **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência**. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

GIRALDELLA, H. NEIMAN, Z. Planejamento e gestão em áreas naturais protegidas. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI (Orgs). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010.

GOES, L. M. **Conservação e grandes empreendimentos de infraestrutura no litoral do Paraná: a ferrovia Lapa-Paranaguá**. 108 p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 3. ed., 2007.

GONZAGA, C. A. M.; DENKEWICZ, P.; PRADO, K. C. P. Unidades de Conservação, ecoturismo e conflitos socioambientais na Ilha do Mel, PR, Brasil. **Revista ADMPG**, v.7, n.1, p.61-67, 2014.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 19, mar. 2011, p. 57-68.

GUERRA, P. Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. **Revista Angola de Sociologia: Estrutura social e marginalização social**, v.10, p. 91-110, 2012.

HABERMAS, J. **A nova intransparência**. In: Novos Estudos CEBRAP, nº 18, set. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências Ltda, 1987.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. Taubaté: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr/2012.

HARDER, Eduardo. **A constitucionalização dos direitos culturais no Brasil e os sentidos de uma perspectiva patrimonial**. 2014. 120 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

HARDER, E.; FREITAS A. E. C. Territórios Tradicionais e Conservação da Natureza: o caso da Ponta Oeste, Ilha do Mel. **7 Encontro Anual da ANDHEP – Direitos Humanos, Democracia e Diversidade**. Maio, 2012.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

HERMANN, G.; COSTA, C. Programa de Gestão Participativa no Parque Nacional de Itatiaia. **Cadernos FBDS 3 - O Parque Nacional do Itatiaia**. FUMBIO. Rio de Janeiro, p. 147-164. 2000. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/fbds/IMG/doc-15.pdf>>. Acesso em: 10/01/2020.

HONNETH, A. **Integrity and disrespect: principles of a conception of morality based on the theory of recognition**. Political Theory, v. 20, nº 2, 187-201, 1992.

IGREJA, A.; BETTI, P.; DOZSA, D.; D'ARÓZ, M. S. **Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária: Uma proposta metodológica em construção**. Curitiba: ITCP, 2014. Disponível em: <<http://www.itcp.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/12/Economia-solid%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 26/07/2018.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP. **Plano de controle ambiental e uso do solo da Ilha do Mel**. 2004. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~edugeo/Planos_Litoral/PlanoDiretor_IlhadoMel/Plano_Ilha_Completo.pdf>. Acesso em: 09/10/2019.

_____. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel**. Curitiba: IAP, 2012. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_de_Manejo/PE_Ilha_do_Mel/anexo_4_03.pdf>. Acesso em: 02/08/2017.

_____. **Unidades de Conservação**. 2017. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/paginas-80.html>>. Acesso em: 23/07/2017.

_____. **Lista Geral das Unidades de Conservação**. 2019. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/LISTA_UCs_geral_14092012.pdf>. Acesso em: 22/06/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Portaria nº 30 de maio de 2003**. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=186630>>. Acesso em: 18/06/2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. ICMBIO. **Unidades de Conservação**. 2017a. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao>>. Acesso em: 24/06/2017.

_____. **Parna Marinho das Ilhas dos Currais**. 2015. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-deconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacaomarinho/4126-parna-marinho-das-ilhas-dos-currais.html>> Acesso em: 10/07/2019.

_____. **Parque Nacional do Superagui**. 2016. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/unidades-abertasavisitacao/209-parque-nacional-do-superagui.html>> Acesso em: 15/07/2019.

_____. **Unidades de Conservação**. 2019. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>>. Acesso em: 23/06/2019.

ITCFP, INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS DO PARANÁ. **Coletânea de Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel**. Curitiba. 1986.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ - ITCG. **Zoneamento ecológico - econômico do estado do Paraná - litoral**. Curitiba: ITCG, 2016.

_____. **Ilha do Mel**. 2012. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/>>. Acesso em: 25/04/2019.

IAPAR. INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Cartas climáticas do Paraná**. Londrina, s/d. Disponível: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=677>>. Acesso: 03/02/2019.

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER. **Caminhadas Internacionais na Natureza**. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=327#Janeiro>>. Acesso em: 17/07/2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. **Unidades de Conservação no Brasil**. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/>>. Acesso em: 24/06/2017.

IRVING, M. Turismo, áreas protegidas e inclusão social: uma triangulação necessária em planejamento, no caso brasileiro. In: IRVING, M.; RODRIGUES, C. G. de O.; RABINOVICI, A. COSTA, H. A. **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social**: diálogos entre saberes e fazeres. 1 Ed. – Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015.

_____. **Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas pública**. Orgs. IRVING, M.; CALABRE, L.; BARTHOLO, R.; *et al.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

_____, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

_____. M. Turismo como instrumento para o desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia. In: D'AVILA NETO, M.I.; PEDRO, R. (orgs). **Tecendo o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad: Bapera Editora, 2003.

IRVING, M.; RODRIGUES, C. G. de O.; RABINOVICI, A. COSTA, H. A. **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: diálogos entre saberes e fazeres**. 1 Ed. – Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015.

IRVING, M.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. de. **Turismo: ressignificando sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2018.

UICN. **Guidelines protected Area Management Categories**. **Gland**: UICN, 1994.

JACOBI, P. R. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília v. 18, n. 1-2, jan/dez, 2003.

JUDT, T. **Um tratado sobre os nossos atuais descontentamentos**. Lisboa: Edições 70, 2011.

KEMF, E. In search of a home: protected living in or near protected areas. In: **The law of the mother: protecting indigenous peoples in protected areas**. San Francisco: Sierra Club Book, 1993.

KLEIN, Stefan. Niklas Luhmann. **Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321764502_Niklas_Luhmann_Sistemas_sociais_esboço_de_uma_teoría_geral >. Acesso em: 18 de outubro de 2018.

KRAEMER, Marília de Carvalho. **Malhas da Pobreza: exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá**. 1978. 185p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1978.

KOENIG, N. e BISCHOFF, E. E. Seasonality research: The state of the art. **International Journal of Tourism Research**, 7: 201-219, 2005.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil — Estados Unidos, França e Brasil, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.

LADEIRA, M. I. **Os índios Guarani e as Ilhas do Paraná**. Centro de trabalho indigenista: Brasília, 1990.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, Deborah. Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade. In: **Faces do Trópico Úmido**, Edna Castro e F. Pintos (eds.). Belém: Cejup, 1997.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: Bursztyn, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda., 2001.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração do marketing: a bíblia do marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LOHMANN, G. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2012.

LONG, L. M. **Culinary Tourism. Kentucky**: The University Press of Kentucky, 2004.

LOPES, J. R. **Exclusão social e controle social**: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. *Psicologia e Sociedade*: vol. 18, nº 2, p. 13-24, mai/ago. 2006.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação**: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 237- 253, jul-dez 2008.

LUHMANN, Niklas. **Politische Theorie im Wohlfahrtsstaat**. München: Olzog, 1981.

LUHMANN, Niklas. **Die Gesellschaft der Gesellschaft**. Frankfurt, Suhrkamp, 2 vol., 1997.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: BRDE/IBPT/UFPR, 1968.

MACHADO, E. M. A formação e a trajetória do maior porto agroexportador do Brasil – Paranaguá. **Revista de Ciências Humanas**, v. 46, n. 1. Florianópolis, p. 233-252, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2012v46n1p233/23113>>. Acesso em: 05/08/2017.

MACHADO, E. C., VERGUEIRO, W. A prática da gestão participativa em espaços de acesso à informação: o caso das bibliotecas públicas e das bibliotecas comunitárias. **Revista Interamericana de Bibliotecología Medellín (Colombia)** Vol. 33, nº1, jan-jun de 2010.

MAGALHÃES, G. W. de (Coord.). **Polos de ecoturismo**. Brasil. São Paulo: Terragraph, 2001.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSHTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: LETRA E IMAGEM, 2009, p. 25-44.

MARION, V. **Natureza e pesca**: um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos –PR. 135 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MARTINS, L. P. S. Humanismo, massificação e turismo exclusivo. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia Série I**, Porto (POR), v. 10/11, 1994.

MARTINS, I. M.; MEDEIROS, R. P.; HANAZAKI, N. From fish to ecosystems: the perceptions of fisherman neighboring a southern Brazilian marine protected area. **Ocean & Coastal Management**, 91, 50-57, 2014.

MARTUCCELLI, D. **Sociologies de la modernité**. 1999. Disponível em:< https://www.persee.fr/doc/chris_0753-2776_2000_num_65_1_2190_t1_0106_0000_4>. Acesso em: 14/04/2019.

MASCARENHAS, R; MATIAS, L. Turismo, cultura alimentar e fast food. In: **Encontro Nacional de Turismo de Base Local**, 10, 2007. João Pessoa: ENTBL, 2007.

MEDAGLIA, J., MAYNART, K., SILVEIRA, C. E. A segmentação de mercado e a demanda real em Diamantina/ MG e região. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, Vol. VII, nº4, Rio de Janeiro, 2013.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.9, n.1, p. 41-64. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>>. Acesso em: 07/08/2017.

MEDEIROS, R. P. **Possibilidades e obstáculos à cogestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais**: estudo de caso na área da baía de Tijucas, litoral centro-norte do estado de Santa Catarina, no período de 2004 a 2008. Florianópolis, Tese (Doutorado em Sociologia Política) – UFSC, 2009.

MENDES, J.C. **Gestão da qualidade nos destinos turísticos**: o caso português. *Tese doutoramento*. Universidade do Algarve, Faculdade de Economia. Faro, Portugal, 2004.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública** – Rio de Janeiro. 43 (3). p. 79-551, maio/jun., 2008.

MINEROPAR. **Unidade de conservação da Ilha do Mel**. Curitiba: Mineropar, 2009. Disponível em: <www.mineropar.pr.gov.br>. Acesso em: 07/05/2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Projeto Orla**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/projeto-orla>>. Acesso em: 24/07/2017.

MOCELLIN, Daniel Albuquerque. **Bem-vindo a Nova Brasília**. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro Ltda, 2012.

MONOSOWSKI, E. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, ano 9, n.16, p. 15-24, 1989.

MOURA, E. **A corozinha da Ilha do Mel**: territorialidade de uma comunidade tradicional de pescadores (as) artesanais na Ponta Oeste, Paranaguá – PR. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. 2016. 140f.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. **Tourism and sustainability**: development, globalisation and new tourism in the Third World. 3 ed. New York/London: Routledge, 2009.

MÜLLER, S. G. **Patrimônio cultural gastronômico**: identificação, sistematização e disseminação dos saberes e fazeres tradicionais. 2012. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MEDINA MUÑOZ, R.D.; MEDINA MUÑOZ D.R. **Indicadores del desarrollo sostenible del turismo: una aplicación al caso de Canarias como destino turístico**. In: CONGRESO DE TURISMO, UNIVERSIDAD Y EMPRESA, 5., 2002, Benicasim. La calidad integral del turismo. Valencia (España): [s.n.], 2003. p.289-306.

MUSSI, S.M. A educação ambiental crítica na gestão de Unidades de Conservação: sua utilização para mediação de conflitos no processo de gestão socioambiental participativa, p.15-29. In: Loureiro, C.F.B. (org.) **Educação ambiental, gestão pública, movimentos sociais e formação humana – uma abordagem emancipatória**. Rima Editora.175p, 2009.

MYERS, N. Threatened biotas: “Hot Spots” in tropical forests. **The Environmentalist** v.8, nº 3, p. 187-208, 1988.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do.; COSTA, Helena Araújo. O jogo da inclusão e exclusão na dinâmica da sociedade moderna: uma reflexão aplicada ao turismo. In: IRVING, M.; et al.

Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: diálogos entre saberes e fazeres. 1 Ed. - Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015.

NASCIMENTO, E. P. **A difícil constituição da exclusão social no Brasil.** Temas Codeplan (Políticas Públicas: Exclusão Social), Brasília, p.31-57, 1998.

NEIMAN, Z.; PATRICIO, R. F. Ecoturismo e conservação dos recursos naturais. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI (Orgs). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil.** Barueri, SP: Manole, 2010.

NOGUES, D. C. **Unidades de Conservação (UCs) do litoral paranaense e seus efeitos nas comunidades de pescadores artesanais.** Monografia (Graduação em Oceanografia), Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná-PR, 2012.

NUNES, M. B.; MENEZES, M. M. **Turismo de Base Comunitária:** a reconstrução de identidades desde a experiência do encontro. CENÁRIO, Brasília, V.5, n.9, p. 98– 108, dez. 2017.

OMT, ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Turismo.** Madrid: OMT, 2017.

PÁDUA, J. A. A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais. In: Milano, M.; Takahashi, L.; Nunes, M. L. (orgs.) **Unidades de Conservação: atualidades e tendências.** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

PAIFER, B. M. *et al.* **Comunidades de pescadores artesanais da Ponte Oeste, Ilha do Mel – PR: conflitos e condicionantes.** 2013. Disponível em: <<http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/trabalhos/uploads/comunidadedepescadoresartesanaisdapontaoesteilhadomelconflitosecondicionantes.pdf>>. Acesso em: 10/01/2020.

PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. R. **Segmentação em turismo:** panorama atual.: _____; _____. (Eds.). Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas. Barueri, SP: Manole, 2009.

PARANÁ quer desenvolvimento do turismo. **Diário do Paraná**, 18 jun. 1977, p. 5.

PARANÁ. **Lei nº 16.037, de 08 de janeiro de 2009.** Dispõe que a Ilha do Mel, situada na baía de Paranaguá, Município de Paranaguá, constitui região de especial interesse ambiental e turístico do Estado do Paraná, conforme especifica. Diário Oficial do Estado, 08 de janeiro de 2009.

_____. **Parecer Técnico da Ponta Oeste - Ilha do Mel, Paranaguá - PR.** Secretária de Estado da Cultura Coordenação do Patrimônio Cultural. Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/parecer_ponta_oeste.pdf. Acesso em: 26/11/2019.

PARANÁ. SECRETARIA DO ESPORTE E DO TURISMO. **Guia do litoral 2018.** Curitiba: Secretaria de Esporte e do Turismo, 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=949>>. Acesso em: 17/07/2018.

PARANÁ TURISMO; SEBRAE. **Paraná - estudo estatístico 20 anos de turismo.** Curitiba: Paraná Turismo/Sebrae, maio 2014.

PARANAGUÁ. **Porto Dom Pedro II.** 2019. Disponível em:<<http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/guia-turistico/pontos-turisticos/porto-dom-pedro-ii>>. Acesso em: 25/08/2019.

PARSON, Talcott. **The social system**. Glencoe, Free, 1951.

PAUGAM, S. O Enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes Ltda: Petrópolis, 2001.

PECCATIELLO, A. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio ambiente**. Curitiba, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/21542/17081>. Acesso em: 07 Jul. 2019.

PELANDA, W. R. **Os processos erosivos na Ilha do Mel e as suas consequências socioeconômicas (Paranaguá-PR)**. UFPR: Curitiba, 1999.

PELLIZZARO, P. C. et al. Gestão e manejo de áreas naturais protegidas: contexto internacional. **Ambient. Soc.**, v. 18, n. 1, p. 19-36, 2015.

PEREIRA, JULIO. **Foto: Quem conhece o Farol das Conchas, na Ilha do Mel?** Disponível em: <https://www.google.com/search?q=farol+ilha+do+mel&sxsrf=ACYBGNTp4NlehH66zc_grqDVMk1qXXT_qA:1572383489780&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwicr_6sMLIAhUPK7kGHjKBxMQ_AUIEigB&biw=1366&bih=657#imgsrc=Gz1kCkwknl6sTM:>>. Acesso em: 29/10/2019.

PEREZ, B.; CARRILLO, E. **Desarrollo local**: Manual de uso. Madrid: Esic, 2000.

PESSOA, M. A.; RABINOVICI, A. Inserção comunitária e as atividades do turismo. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI (Orgs). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010.

PICRATE, A **L'exclusion (texte à corriger)**. Disponível em: <http://www.perso.wanadoo.fr/PICRATE.picrate/exclusion.html>. Acesso: 19/05/2019.

PIERRE, Naina e KIM, Milena Kiatkosk. **A Sustentabilidade social como condição para a conservação**. O caso da Ilha Do Mel (Paraná, Brasil). Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT16-767-1065-20080510232741.pdf>>. Acesso em 07/06/2019.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. de; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan. /jun. 2006. Editora UFPR.

PIMBERT, M. P; PRETTY, J. N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação”. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação**: novos rumos para conservação da natureza. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000. p. 183-223.

PRETTO, D. J.; MARIMON, M. P. C. Desafios à gestão participativa na perspectiva dos gestores e conselheiros da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, Santa Catarina. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 42, p. 328-344, 2017.

PROENÇA, Carlos Sangreman. **A exclusão social em cabo verde**: uma abordagem preliminar. Lisboa, ACEP — Associação para a Cooperação entre Povos, Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2005. p. 1-73.

PROJETO COLETIVO. **Diagnóstico do Litoral do Paraná vetores de produção socioespacial - porto e indústria, turismo e políticas e ações de conservação e gestão ambiental – e conflitos, resistências e alternativas**. Turma XII do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2018.

PROJETO ORLA. **Plano de intervenção na Orla Marítima de Pontal do Paraná**. Pontal do Paraná, 2004a. Disponível em: <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Projeto_Orla/PontalPR.pdf>. Acesso em: 17/07/2017.

_____. **Plano de intervenção na Orla Marítima de Matinhos**. Matinhos, 2004b. Disponível em: <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Projeto_Orla/Matinhos.pdf>. Acesso em: 17/07/2017.

QUADROS, J.; COSTA, G. A. C.; SEZERINO, F. S.; SANTOS, P. A. Participação social na criação e implantação de Unidades de Conservação no Brasil: o caso do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 6, n. 3, p. 32-49, set/dez 2015.

RANAURO, M.L. Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, n.14, p.21-28, dez. 2004.

RAYNAUT, C. et al. O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver? In: RAYNAUT, C. et al. (ed.). **Desenvolvimento e meio ambiente**: em busca da interdisciplinaridade. Curitiba: ed. da UFPR, 2002, p. 235-248.

_____. Meio Ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**. n. 10, p. 21-32, jul./dez. Universidade Federal do Paraná, 2004.

REDE CAIÇARA DE TURISMO COMUNITÁRIO. **Início**. Disponível em: <<https://redecaicara.wordpress.com/>>. Acesso em: 17/07/2018.

RIBEIRO, H; STIGLIANO, B. V. Desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental. In: Philippi Jr., A.; Ruschmann, D. V. M. (Ed.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010.

RODRIGUES, Adyr Balasteri. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

RODRIGUES, Fernanda. **Assistência social e políticas sociais em Portugal**. Lisboa: ISSS — Dep. Editorial; CPIHTS — Centro Português de História e Investigação em Trabalho Social, 1999.

RODRIGUES FEIJÓO, S. Estatística aplicada a la toma de decisiones el la economia, la empresa, el turismo y las relaciones laborales. 1 Ed. Las Palmas de Gran Canaria: ULPGC, 2002.

RODRIGUES, J. E. R. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

RODRIGUES, C. G. DE O. **O uso do público nos Parques Nacionais**: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. 357 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3826/1/2009_CamilaGoncalvesdeOliveiraRodrigues.pdf>. Acesso em: 26/07/2018.

RODRIGUES, A. **A sustentabilidade da agricultura em Guaraqueçaba**: o caso da produção vegetal. Tese de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

RODRIGUES, G. O.; IRVING, M. A. Os significados de “público” e o compromisso de inclusão social no acesso aos serviços de apoio ao turismo nos parques nacionais. In: IRVING, M. *et al.*

Turismo, Áreas protegidas e Inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres. 1 Ed. – Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015.

ROGERS, G.; GORE, C.; FIGUEIREDO, J. **Social exclusion:** rethoric, reality, responses. Genebra: International Institute for Labor Studies, 1995.

ROULLET-CAIRE, M.; CAIRE, G. **Tourism du Nord et developpement durable du sud:** la contribution de l'alter-tourisme'. Fórum International Tourism solidaire et developpement durable, Marseille, 2003. Disponível em: < <https://docplayer.fr/39207055-Tourisme-du-nord-et-developpement-durable-du-sud-la-contribution-de-l-alter-tourisme.html>>. Acesso em: 16/05/2019.

RUSCHMANN, D. van den M. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. Campinas – SP: Papirus, 1997.

_____. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 2001.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo: Scielo, v. 18, nº 51, maio/agosto de 2004.

_____. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo: Scielo, v. 24, nº 68, 2010.

SALVATI, S. S. Planejamento do Ecoturismo. In: MITRAUD, S. **Manual do Ecoturismo de base comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, 2003, p. 33-88.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano:** princípios para se pensar a socioeconomia. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2005.

_____. Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 148-165, nov. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/62595/65383>>. Acesso em: 04/05/2018.

_____; LESAMA, M. F.; ARAUJO, J. R.; MENDEZ, E. O. Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRÍQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável:** da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau (SC): Edifurb, 2011, p. 23-30.
65

SAMPAIO, R. **Uso balneário, apropriação do espaço e meio ambiente em Pontal do Paraná, litoral paranaense.** 227 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006a.

_____. Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário, **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 13, p. 169-186, jan./jun. 2006b. Editora UFPR.

SAMPAIO, T. **O Tupi na geografia nacional.** Brasília, 1987. ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. Revista de Antropologia. São Paulo, v 43. N 1. p.145 - 182, jun. 2000.

SANCHO, A. **Turismo: Alternativa Efetiva de Inclusão Social? Uma reflexão sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil.** Dissertação de Mestrado. EICOS/IP/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da Inclusão Social**. Caderno Virtual de Turismo: vol. 10, nº 3, p. 103-120, 2010.

_____. IRVING, M. A. Tendências de inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma interpretação preliminar. **Revista Geografias**, v.7, p. 47-57, 2011.

SANDELL, Richard. Museums as agents of social inclusion, **Museum Management and Curatorship**, vol. 17, nº 4, pp. 401-418, 1998.

SANTAELLA, L. A.; RODRIGUES, J. L. K. **Gestão de pessoas, capacitação profissional e qualidade no atendimento no negócio turístico**. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/RE_0697_0923_01.pdf>. Acesso em: 10/01/2020.

SANTOS, M. **Por outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SANTOS, C. A. P. et al. **O papel das políticas públicas na conservação dos recursos naturais**. 2016. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/rga/article/view/3570/2084>>. Acesso em: 12/04/2019.

SARACENO, Danielle Vieira dos Santos. **O papel do terceiro setor na questão do desenvolvimento regional e local**. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B417A07AA-CC70-4D3B-AA09-96BA13F08224%7D_%20Artigo_01.pdf%3E>. Acesso em: 05/12/2019.

SCHENA, Fernando. **Turismo, estado, sociabilidades e mudança: uma etnografia da Vila de Encantadas, Ilha do Mel-Pr**. 2006. 115p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ -SETU. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável - PDTIS**. Polo Turístico do Litoral Paranaense. SETU: Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/setu/pdf/institucional/PDTISProdutoLitoral.pdf>>. Acesso em: 24/06/2017.

SEMA/IAP. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos / Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de manejo da Estação Ecológica da Ilha do Mel**. Curitiba, 1996.

SEN, A. **Development as Freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SERAFIM, L.; SANTOS, A. **Representação e representatividade nos espaços de participação cidadã**. Disponível em: <<https://www.polis.org.br/uploads/505/505.pdf>>. Acesso em: 14/01/2020.

SERAFINI, T. Z. **Limites e possibilidades para a construção da gestão compartilhada da pesca marinha-estuarina**: estudo de caso do sistema socioecológico pesqueiro da baía da Babitonga-SC. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná – UFPR. 232p. 2012.

SHARPLEY, R. *Tourism: a vehicle for development?* In: _____. TELFER, D. J. **Tourism and development concepts and issues**. Clevedon (UK): British Library, 2002, p. 11-34.

SILVA, E. P. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. **Antropológicas**, nº4, 2000.

SILVA, F. A. S. **Turismo na natureza como do desenvolvimento turístico responsável nos Açores**. Universidade de Lisboa (tese de doutorado em Geografia em Planeamento Regional e Urbano), 433f., 2013.

SILVA, L. R. O. da. **Conflitos socioambientais no litoral paranaense: a relação homem e natureza no bioma Mata Atlântica**. In: Encontro de História Oral, 11. Anais...2012, p.1-12. Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340403243_ARQUIVO_TextoparaapresentacaodetrabalhonoXIEncontrodeHistoriaOral.pdf>. Acesso em: 05/08/2017.

SILVA, N. P.; SILVA, M. C. G. A importância do planejamento para o desenvolvimento do turismo sustentável no Parque Estadual do Guartelá – Paraná. **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, Vol. 16 - n. 1 - Jan. - Abr. 2014.

SILVA, L. E. *et al.* Desenvolvimento territorial sustentável pela perspectiva da pesca artesanal: a realidade da Ponta Oeste da Ilha do Mel, Paraná, Brasil. Campo Grande: **Interações**, v. 20, nº 4, p. 1195-1215, out/dez. 2019.

SILVEIRA, M. A. T. Ecoturismo na Ilha do Mel. In: LIMA, R. E.; NEGRELLE, R.R.B. (Orgs.). **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná**. Curitiba: UFPR, p. 223 - 230, 1998.

SILVER, Hilary. Políticas dos países europeus para promover a inclusão social. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). **Inclusão social e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SOARES, L. A. S. Turismo e trabalho informal: um binômio inevitável? **Revista Gerenciais**, São Paulo, v. 4, p.89-98, 2005.

SPERB, M. Avaliação da capacidade de carga da Ilha do Mel, PR: perspectiva dos proprietários do setor de hospedagem. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**.Vol.7 - Nº 1 - jan. /jun./2009.

SPERB, M. P, ESTEVES, C. J, TELLES, D.H.Q. A gestão pública na Ilha do Mel-PR: enfoque sobre o conselho gestor atuante no local. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Gestão e Meio Ambiente**. Curitiba, 2007.

SPERB, M. P.; FONTOURA, L. TELLES, D. **Meio ambiente e turismo na ilha do mel, pr: enfoque sobre a legislação aplicada. 2007. Disponível:** <https://www.researchgate.net/publication/270821425_MEIO_AMBIENTE_E_TURISMO_NA_ILHA_DO_MEL_PR_ENFOQUE_SOBRE_A_LEGISLACAO_APLICADA>. Acesso em: 02/02/2020

SPERB, M. P.; TELLES, D. H. Q. Gestão de Resíduos Sólidos e Turismo: O tratamento dado por meios de hospedagem e pelo setor público na Ilha do Mel, PR. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 6, n. 4, p. 603-622, 2014.

SPÍNOLA, J. L. **Participação e deliberação na Resex Marinha do Pirajubaé (SC)**. Universidade Federal do Paraná (tese de doutorado Programa em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 208 f., 2011.

SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. IN: VÉRAS, M. P. B. Por uma Sociologia da Exclusão Social: o debate com Serge Paugam. São Paulo, SP: EDUC, 1999.

_____. **Educação para inclusão**. In: ensinar e aprender, reflexão e criação. v.2 versão preliminar. SEED – Paraná, 1998.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável, meio ambiente e economia**. Tradução de Esther Eva Horovitz. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TABARELLI, M.; GASCON, C. Lições da pesquisa sobre fragmentação: aperfeiçoando políticas e diretrizes de manejo para a conservação da biodiversidade. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 181-188, 2005.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, v. 2, n. 2. 40 p. Curitiba, 2004.

TAVARES, M. G. C. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA). In: Bartholo, R, Sansolo D. G. e Bursztyn. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**. São PAULO: Letra e Imagem, 2009, v. p. 249-260.

TEIXEIRA, C. F. **A proteção Ambiental em Guaraqueçaba**: uma construção social. 2004, 298 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

_____. O que fazer com a pequena agricultura? As soluções diante da conservação. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 14, p. 69-81, jul. /dez. 2006. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/9641>>. Acesso em: 07/08/2017.

_____. **Educação e inclusão social?** Os limites do debate sobre o papel da escola na sociedade contemporânea. 2007. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=59&limit=50&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=170>. Acesso em: 26/05/2019.

TELLES, D.H.Q. **Análise sobre a situação socioambiental e do turismo na Vila de Encantadas, Ilha do Mel, Paraná**. Dissertação de Mestrado, UFPR, 2007.

TELLES, D. H. Q.; GANDARA, J. M. G. Desenvolvimento do turismo e questões socioambientais na Vila de Encantadas, Ilha do Mel-PR: uma análise a partir da perspectiva da sociedade local. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 11, nº 01. p. 23 – 40, jan/abr. 2009.

_____. GANDARA, J. M. G. Aspectos de infraestrutura e serviços como indicadores da turistificação na Vila de Encantadas, Ilha do Mel (Brasil). Ciudad de México: **El périplo Sustentable**, nº 21, jul-dez 2011, p. 171-202.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY - TIES. **What is ecotourism?** Disponível em: <<http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>>. Acesso em: 26/07/2018.

TIEPOLO, L. M. A inquietude da Mata Atlântica: reflexões sobre a política do abandono em um terra cobijada. **Guaju: Matinhos**, vol. 1, nº 2, p. 96-109, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/45057/27435>>. Acesso em: 30/08/2019.

TRIBE, J. **Economia del ocio y el turismo**. 1 Ed. Madrid: Sintesis, 1999.

URIBE RIVIERA, FJ. **Agir comunicativo e planejamento social**: uma crítica ao enfoque estratégico [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995. 216 p.

VALE DO GIGANTE PARANÁ. **Conheça o Vale do Gigante Paraná**. Disponível em: <<http://valedogigantepr.com.br/>>. Acesso em: 17/07/2018.

VASCONCELOS, F. P.; SILVA, A. C. P.; COSTA, L. F. Turismo de Aventura e Ecoturismo: entre práticas e normas no contexto brasileiro. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 2, n. 2, p. 108-138, jul. /dez. 2012.

- VAZ, G. N. **Marketing Turístico receptivo e emissivo: um roteiro estratégico para projetos mercadológicos públicos e privados**. São Paulo: Pioneira, 1999. 295 p.
- VEIGA, A. N., LOPES, M. C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, v 20, p. 121-135, 2011.
- VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.
- VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F; Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Política e Sociedade**, v. 4. n. 7, p.139-162, out. 2005.
- TEDESCO, J.C. **Os fenômenos de segregação e exclusão social na sociedade do conhecimento e da informação**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso: 26/05/2019.
- TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2004.
- TSUGUMI, Neide Yoko. **Inclusão social no mercado de trabalho e hospitalidade**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2006.
- URANO, D. G., SIQUEIRA, F. S. **Turismo comunitário: uma análise teórica para se pensar o turismo através da organização popular**. 2012. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/87.pdf>>. Acesso em: 12/06/2019.
- XIBERRAS, Martine. **Les theories de l'exclusion**. 1993. Disponível em:<<https://www.wook.pt/livro/theories-de-lexclusion-les-martine-xiberras/15414507>>. Acesso em: 23/04/2019.
- WANDERLEY, M.B. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. Serviço Social & Sociedade, 55, 74-83, 1997.
- WEARING, S. J.; WEARING, M. Ecotourism or eco-utilitarianism: exploring the new debates in ecotourism. In: NORUM, R.; MOSTAFANEZHAD, M.; SHELTON, E. J.; THOMPSON-CARR, A. (Eds.). **Political ecology of tourism: community, power and the environment**. London/New York: Routledge, 2016, p. 188-206.
- WESTPHAL, E. **Para além do paraíso: uma reinterpretação sociológica do discurso ambiental sobre as identidades de grupos tradicionais e de suas práticas religiosas populares na Ilha do Mel**. Tese doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, 305f.
- WILSON, J. C.; GARROD, B. Introduction. In: WILSON, J.C. (Eds.). **Marine ecotourism: issues and experiences**. Clevedon/Buffalo/Toronto/Sydney: Library of Congress Cataloging. Aspects of Tourism. p. 3-11.
- WIXEY, Sarah et al. **Measuring Accessibility as Experienced by Different Socially Disadvantaged Groups**, funded by the EPSRC FIT Programme — Transport Studies Group — Universidad de Westminster, 2005.
- ZANELLI, J. C. **Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas**. **Estudos de Psicologia**, v. 7, p. 79 - 88, 2002.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZICCARDI, Alicia. **Espacios e instrumentos de participación ciudadana para las políticas sociales del ámbito local**. 2004. Disponível em:<
<http://ru.iis.sociales.unam.mx/jspui/bitstream/IIS/4420/1/Participacion%20ciudadana%20y%20políticas%20sociales%20en%20el%20ambito%20local.pdf>>. Acesso em: 11/06/2019.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Quadro 12 - Grupos de proteção ambiental

<u>CATEGORIAS/NOMES</u>	<u>GRUPOS</u>
APA	
Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaraqueçaba	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Federal de Guaraqueçaba	Uso Sustentável
ESEC	
Estação Ecológica de Guaraqueçaba	Proteção Integral
Estação Ecológica do Guaraguaçu	Proteção Integral
Estação Ecológica Ilha do Mel	Proteção Integral
PARNA	
Parque Nacional do Superagui	Proteção Integral
Parque Nacional Guaricana	Proteção Integral
Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais	Proteção Integral
Parque Nacional Saint Hilaire-Lange	Proteção Integral
PE	
Parque Estadual Boguaçu	Proteção Integral
Parque Estadual da Graciosa	Proteção Integral
Parque Estadual do Palmito	Proteção Integral
Parque Estadual Ilha do Mel	Proteção Integral
Parque Estadual Pau Oco	Proteção Integral
Parque Estadual Pico do Marumbi	Proteção Integral
Parque Estadual Pico do Paraná	Proteção Integral
Parque Estadual Rio da Onça	Proteção Integral
Parque Estadual Roberto Ribas Lange	Proteção Integral
Parque Estadual Serra Baitaca	Proteção Integral
PM	
Parque Municipal da Cotinga	Proteção Integral
Parque Municipal da Restinga	Proteção Integral
Parque Municipal do Guará	Proteção Integral
Parque Municipal do Sertãozinho	Proteção Integral
Parque Municipal do Tabuleiro	Proteção Integral
Parque Municipal Ilha dos Valadares	Proteção Integral
Parque Municipal Linear do Emboguaçu	Proteção Integral
Parque Municipal Morro do Boi	Proteção Integral
Parque Municipal Morro do Sambaqui	Proteção Integral
Parque Municipal Natural da Lagoa do Parado	Proteção Integral
Parque Municipal Praia Grande	Proteção Integral
Parque Municipal Rio Perequê	Proteção Integral
REBIO	

Reserva da Biológica Bom Jesus	Proteção Integral
RPPN	
Reserva Particular do Patrimônio Natural Guaricica	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Papagaio-da-cara-roxa	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Águas Belas	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Encantadas	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Maria	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro da Mina	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Perna do Pirata	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva da Pousada Graciosa	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica do Sebuí	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio Cachoeira	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Salto Morato	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra do Itaqui	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra do Itaqui I	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra do Itaqui II	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio do Bananal	Uso Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural Vô Borges	Uso Sustentável

Fonte: NOGUES, 2012; IAP, 2017; ICMBio, 2017; ISA, 2017; FUNDAÇÃO GRUP BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA, 2017; LEIS MUNICIPAIS, 2017.

APÊNDICE II

Quadro 13 - Atividades de turismo desenvolvidas no litoral paranaense.

NOME	LOCAL	PROMOTOR	SEGMENTO
Turismo de Sol e praia no continente	Balneários	Visitantes particulares (excursionistas, turistas, residentes veranistas)	Turismo de sol e praia/esportes náuticos
Morro do Cristo	Praia do Brejatuba	Poder Público Municipal	Turismo religioso, Turismo Cultural
Festa da Tainha	Centro de Guaratuba	Poder Público e Grupos auto-organizados	Turismo Cultural, turismo de eventos
Festa em louvor à Nossa Senhora do Bom Sucesso	Centro de Guaratuba	Igreja Católica	Turismo religioso
Pesca esportiva	Vários locais em mar aberto e nas baías	Pescadores e barqueiros	Turismo de pesca
Roteiro Caiobá-raquara	Matinhos – Guaratuba Caiobá > Praia Mansa > Praia Bela > Ilha da Tartaruga ou Ilha Mansa > Prainha > Cabaraquara > Baía de Guaratuba em meio a vegetação de mangue	Agência de receptivo	Turismo de aventura
Salto Parati (passa pelo Parna Saint Hilaire-Lange)	Parati, Guaratuba	Visitantes individuais, agências de receptivo	Ecoturismo
Morro Baleia e Morro Moréia	Guaratuba	Visitantes individuais, agências de receptivo	Ecoturismo, turismo de aventura
Turismo Familiar Comunitário*	Baía de Guaratuba	Grupo Guarapés	Turismo rural, ecoturismo, turismo cultural
Circuito das Ostras	Cabaraquara	Grupos auto-organizados	Turismo Gastronômico (Turismo Cultural)
Pratos Típicos	Centro de Guaratuba	Grupos auto-organizados	Turismo gastronômico (Turismo cultural)
PARANAGUÁ			
NOME	LOCAL	PROMOTOR	SEGMENTO

Festa Estadual de Nossa Senhora do Rocio	Santuário Estadual de Nossa Senhora do Rocio, Paranaguá	Igreja Católica/ Prefeitura Municipal	Turismo religioso (Cultural)
Visitação à Ilha do Mel	Ilha do Mel	Visitantes individuais, agências de receptivo, grupos auto-organizados	Turismo de sol e praia, turismo de aventura, ecoturismo, turismo cultural.
Festa Nossa Senhora dos Navegantes	Ilha dos Valadares e Ilha do Mel	Poder Público e Grupos auto-organizados	Turismo Religioso (Turismo Cultural)
Centro Histórico de Paranaguá	Centro de Paranaguá	Poder Público; Grupos auto-organizados e agências de receptivos	Turismo Histórico, Turismo Cultural
Festa da Tainha	Centro de Paranaguá e Ilha do Mel	Poder Público e Grupos auto-organizados	Turismo Cultural, turismo de eventos
Encontro de Motociclistas	Centro de Paranaguá	Moto clube Robalos Rebeldes/ Poder Público Municipal	Turismo de Eventos
Pesca Esportiva	Vários locais em mar aberto e nas baías	Pescadores, barqueiros	Turismo de pesca
Travessia Ilha do Mel	Travessia Ilha do Mel	Agência de receptivo	Turismo de aventura
Observação de fauna terrestre e aquática	Ilha do Mel	Visitantes particulares, agências de receptivo	Observação de fauna, ecoturismo
Passeio de barco Baía de Paranaguá	Paranaguá	Contato direto com barqueiros; agências de receptivo	Turismo náutico, ecoturismo.
Eufрасina	Eufрасina, Paranaguá	Rede Caiçara de Turismo Comunitário	Ecoturismo, turismo de aventura, turismo náutico, turismo de pesca
Piaçaguera	Piaçaguera, Paranaguá	Rede Caiçara de Turismo Comunitário	Turismo cultural, turismo de aventura, turismo de pesca
Ponta do Ubá	Ponta do Ubá, Paranaguá	Rede Caiçara de Turismo Comunitário	Ecoturismo, turismo de aventura, turismo de pesca, turismo cultural (pesca artesanal e oficina de cestaria)

São Miguel	São Miguel, Paranaguá	Rede Caiçara de Turismo Comunitário	Turismo de aventura, ecoturismo, turismo de pesca, turismo cultural (pesca tradicional e coleta de siris e oficina de cestaria de cipó)
Caminhadas na Natureza	Colônia Quintilha e Colônia Maria Luísa	Emater e Prefeituras Municipais, participação das comunidades	Turismo rural e ecoturismo
Ilha dos Valadares	Ilha dos Valadares, Paranaguá	Rede Caiçara de Turismo Comunitário	Ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural (Centro Cultural Mandiquera)
Pratos Típicos	Centro de Paranaguá	Grupos auto-organizados	Turismo gastronômico (Turismo cultural)
MORRETES			
NOME	LOCAL	PROMOTOR	SEGMENTO
Trem (114 mil embarques em Curitiba, em 2012)	Trajetos de Curitiba a Morretes	Serra Verde Express	Turismo Ferroviário (Cultural)
Centro Histórico de Morretes	Centro histórico de Morretes	Forte atuação dos estabelecimentos de alimentação e lojas/feira de artesanato e produtos locais	Turismo cultural, turismo histórico, turismo gastronômico, ecoturismo, turismo de aventura.
TBC na microbacia do Rio Sagrado	Comunidades de Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim e Candonga, na Microbacia do Rio Sagrado, Morretes	Própria comunidade, associações comunitárias	TBC - turismo cultural, turismo solidário, ecoturismo
Estrada da Graciosa	Morretes	Grupos auto-organizados, cicloturistas, agências de receptivo	Turismo de aventura
Cachoeiras em Morretes	Salto Fortuna, Estrada do Anhaia; Salto dos Macacos; Salto do Tombo D'Água; Salto Bom Jardim	Agências de receptivo, visitantes particulares	Turismo de aventura, ecoturismo, turismo histórico (Estranha do Anhaia, caminho histórico)

Cicloturismo Morretes	Estrada Central à Estrada do Anhaia, Morretes	Agência de receptivo	Turismo de aventura
Passeio 4 x 4	Morretes (Central, Ponte Alta, América de Cima, América de Baixo, Marumbi e Anhaia)	Agência de receptivo	Turismo de aventura, turismo rural
Passeio a Cavalo	Sapitanduva, Morretes	Agência de receptivo	Turismo de aventura
Circuito Ecológico de Mountain Bike	Morretes	Agências de receptivo	Turismo de aventura
Pratos Típicos	Centro de Morretes	Grupos auto-organizados	Turismo gastronômico (Turismo Cultural)
Caminhada Salto Fortuna	Morretes	Agências de receptivo	Ecoturismo e Turismo cultural.
Boia Cross e canoagem no Rio Nhundiaquara	Rio Nhundiaquara, Morretes	Grupos particulares (auto-organizados) e agências de receptivo	Ecoturismo e turismo de aventura
City Tour Morretes	Centro Histórico, Morretes	Grupos particulares (auto-organizados) e agências de receptivo	Turismo Cultural
Montanhismo e trilhas na Serra do Mar/ Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi	Em toda a Serra do Mar, com maior expressividade o Caminho do Itupava, PE Pico Paraná e PE Pico Marumbi	Visitantes particulares, grupos particulares (auto-organizados), agências de receptivo, montanhistas profissionais.	Ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural (pelas construções relativas à via férrea)
ANTONINA			
NOME	LOCAL	PROMOTOR	SEGMENTO
Centro Histórico de Antonina	Centro de Antonina	Poder Público; Grupos auto-organizados e agências de receptivos	Turismo Histórico, Turismo Cultural
Porto de Antonina	Antonina		Turismo Cultural
Usina Hidrelétrica Parigot de Souza	Antonina	Visitas agendadas com a Copel	

Festival de Inverno de Antonina	Centro Histórico de Antonina	UFPR	Turismo de Eventos
Antonina Blues Festival	Centro Histórico de Antonina	Organizado pelos participantes (organização independente)	Turismo de Eventos
Carnaval de Antonina	Centro Histórico de Antonina	Poder Público Municipal	Turismo de Eventos, Turismo Cultural
Bairro Alto	Bairro Alto, Antonina	Visitantes particulares, grupos receptivo	Atividades depende do grupo. Turismo de aventura, ecoturismo
Rio Cachoeira	Rio Cachoeira, Antonina	Visitantes particulares, grupos, organização local (Vale do Gigante - TBC)	Ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura.
Cooperguará	Antonina	SPVS	Ecoturismo – TBC
Pratos Típicos	Centro de Antonina	Grupos auto-organizados	Turismo Gastronômico (Turismo Cultural)
Passeio de barco Baía de Antonina	Antonina	Contato direto com barqueiros; agências de receptivo	Turismo náutico, ecoturismo.
Montanhismo e trilhas na Serra do Mar/ Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi	Em toda a Serra do Mar, com maior expressividade o Caminho do Itupava, PE Pico Paraná e PE Pico Marumbi	Visitantes particulares, grupos particulares (auto-organizados), agências de receptivo, montanhistas profissionais	Ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural (pelas construções relativas à via férrea)
Birdwatching: observação de pássaros	Antonina, Pousada Vila Flor	Grupos particulares (auto-organizados).	Ecoturismo
MATINHOS			
NOME	LOCAL	PROMOTOR	SEGMENTO
Turismo de Sol e praia no continente	Balneários	Visitantes particulares (excursionistas, turistas, residentes veranistas)	Turismo de sol e praia/esportes náuticos
Festa de São Pedro - Padroeiro de Matinhos	Centro de Matinhos	Igreja Católica	Turismo Religioso
Rodeio Crioulo do Litoral	Colônia Maria Luiza, Matinhos	CTG Desgarrados do Pago	Turismo Cultural, Turismo de Eventos
Pesca Esportiva	Vários locais em mar aberto e nas baías	Pescadores, barqueiros	Turismo de pesca
Roteiro Caiobá-raquara	Matinhos – Guaratuba Caiobá > Praia Mansa > Praia	Agência de receptivo	Turismo de aventura

	Bela > Ilha da Tartaruga ou Ilha Mansa > Prainha > Cabaraquara > Baía de Guaratuba em meio a vegetação de mangue		
Feiras de Artesanatos	Centro de Matinhos, Balneário Caiobá	Poder Público Municipal, Empresários locais	Turismo Cultural
PONTAL DO PARANÁ			
NOME	LOCAL	PROMOTOR	SEGMENTO
Turismo de Sol e praia no continente	Balneários	Visitantes particulares (excursionistas, turistas, residentes veranistas)	Turismo de sol e praia/esportes náuticos
Encontro de Motociclistas	Balneário Pontal do Sul	Moto Clube Pontal Motors/ Poder Público Municipal	Turismo de Eventos
Festival de Frutos do Mar	Balneário Shangri-lá	Poder Público Municipal	Turismo Cultural / Turismo de Eventos
Festa do Camarão e do Chopp - Camacho	Balneário Praia de Leste	Poder Público Municipal	Turismo Cultural / Turismo de Eventos
Festa de São José - Padroeiro de Pontal do Paraná	Balneário Pontal do Sul	Igreja Católica	Turismo religioso
Pesca Esportiva	Vários locais em mar aberto e nas baías	Pescadores, barqueiros	Turismo de pesca
Mergulho em Currais	Ilha de Currais	Agência especializada	Mergulho – ecoturismo
Caminhadas na Natureza	Colônia Pereira, Maciel, Balneário Praia de Leste e Guaraguaçu.	Emater e Prefeituras Municipais, participação das comunidades	Turismo rural e ecoturismo
Pratos Típicos	Centro de Pontal do Paraná	Grupos auto-organizados	Turismo Gastronômico (Turismo Cultural)
Café Caiçara	Balneário Guaraguaçu - Pontal do Paraná	Comunidade local	Turismo Cultural - Turismo de Base Comunitário
Estrada Ecológica do Guaraguaçu	Balneário Guaraguaçu	Poder Público Municipal e Estadual	Turismo rural e ecoturismo
GUARAQUEÇABA			
NOME	LOCAL	PROMOTOR	SEGMENTO

Turismo de sol e praia nas Ilhas	Superagui e Ilha das Peças	Visitantes particulares, grupos organizados	Turismo de sol e Praia
Festa de São Sebastião	Ilha das Peças	Igreja Católica	Turismo religioso (cultural)
Encontro de Motociclistas	Guaraqueçaba, Sede	Moto clubes do Litoral	Turismo de Eventos
Pesca Esportiva	Vários locais em mar aberto e nas baías	Pescadores, barqueiros	Turismo de pesca
Mergulho em Currais	Ilha de Currais	Agência especializada	Mergulho – ecoturismo
Caminhadas na Natureza	Colônia Pereira, Maciel, Balneário Praia de Leste e Guaraguaçu.	Emater e Prefeituras Municipais, participação das comunidades	Turismo rural e ecoturismo
Pratos Típicos	Centro de Pontal do Paraná	Grupos auto-organizados	Turismo Gastronômico (Turismo Cultural)
Café Caiçara	Balneário Guaraguaçu - Pontal do Paraná	Comunidade local	Turismo Cultural - Turismo de Base Comunitário
Estrada Ecológica do Guaraguaçu	Balneário Guaraguaçu	Poder Público Municipal e Estadual	Turismo rural e ecoturismo
Pesca Esportiva	Vários locais em mar aberto e nas baías	Pescadores, barqueiros	Turismo de pesca
Mergulho em Currais	Ilha de Currais	Agência especializada	Mergulho – ecoturismo

APÊNDICE III

Quadro 14 - Entrevistas direcionadas aos gestores ambientais e do turismo

OBJETIVOS	PERGUNTAS AOS GESTORES
<p>Analisar como desenvolve-se e se há efetividade no processo de participação social das comunidades nativas da Ilha do Mel;</p>	<p>01. Como é a participação da comunidade nas decisões?</p> <p>02. Existem associações, conselhos gestores, câmaras técnicas ou qualquer outro espaço onde as comunidades nativas possam participar das decisões, em relação ao turismo e as questões ambientais? Quais?</p> <p>03. Como é o engajamento político da comunidade? As comunidades nativas participam de algum movimento social, associação ou conselho? Qual? Elas possuem assentos nesses espaços? Como acontece? Quem representa a comunidades nativas? Como foi escolhido (a)?</p> <p>04. As comunidades nativas são preparadas para essas as reuniões (repassa e tradução de informação técnica, alguma capacitação realizada)? Quem participa dessas capacitações? (Elaboram demanda, discutem anteriormente com os representados, etc).</p>
<p>Investigar se o desenvolvimento do turismo oportuniza a inserção das comunidades nativas na dinâmica econômica local;</p>	<p>05. Como são os postos de emprego na Ilha do Mel? Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades nativas da Ilha?</p> <p>06. Quais os principais postos de trabalho que o turismo gera na Ilha do Mel?</p> <p>07. Houve mudanças com o passar do tempo desses postos? Quais existiram e não existem mais? Quais na percepção deles seriam necessários existir, mas não existem?</p> <p>08. Em relação ao turismo, qual é o regime de emprego (diárias ou carteira assinada) predominante na Ilha do Mel?</p> <p>09. Na sua opinião quais são os principais fatores que podem levar aos trabalhos informais na ilha do mel?</p> <p>10. São disponibilizadas capacitações para as comunidades nativas trabalharem com o turismo? Quais? Com que frequência? Quem frequenta? Considera que são suficientes?</p> <p>11. E para outros tipos de atividade econômica? Se não há, por que?</p> <p>12. Existe algum meio de crédito direcionado ao turismo na Ilha do Mel?</p> <p>13. Quais são as dificuldades ou facilidades para conseguir esses meios de créditos?</p> <p>14. Você consegue identificar qual a atividade econômica que gostam mais?</p>
<p>Pesquisar se em meio ao avanço do turismo há o reconhecimento, a</p>	<p>15. Existem ações em prol da proteção cultural na Ilha do Mel ?</p>

valorização, a proteção e o intercâmbio cultural;	<p>16. Quais atividades culturais são realizadas aqui? Quando?</p> <p>17. No decorrer do desenvolvimento da atividade turística há uma troca cultural entre os turistas e os nativos? Eles conversam além dos pedidos de informações turísticas?</p> <p>18. Existe alguma proposta de ações para a proteção da cultura da Ilha do Mel ?</p>
Verificar as influências do desenvolvimento do turismo sobre o uso social do ambiente natural pelas comunidades nativas.	<p>19. Quais as comunidades (famílias) mais antigas da Ilha do Mel? Quais chegaram primeiro, quais vieram mais recentemente?</p> <p>20. Qual a importância das UC para a Ilha do Mel?</p> <p>21. As comunidades nativas utilizam algum recurso natural das UCs? Este uso é permitido?</p> <p>22. Quais os problemas e benefícios que as comunidades nativas apresentam em relação as UCs?</p> <p>23. As comunidades nativas são informadas sobre o que pode ou não pode ser realizado dentro das UCs? Como? Considera suficiente?</p> <p>24. As comunidades nativas participam das decisões sobre os usos e proibições nas UCs?</p>

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

APÊNDICE IV

Quadro 15 - Dimensões, categorias de análise, técnicas de pesquisa de campo e perguntas.

OBJETIVOS	DIMENSÃO	VARIÁVEL DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO	TÉCNICA UTILIZADA PARA A PESQUISA DE CAMPO	ENTREVISTA AS COMUNIDADES NATIVAS
1 - Analisar como desenvolve-se e se há efetividade no processo de participação social das comunidades nativas da Ilha do Mel;	1. POLÍTICA	1.1 Participação e representação na esfera pública de tomada de decisão.	Avaliar se existem e se são suficientes os espaços públicos de tomada de decisão e em que medida as comunidades nativas tem representação e poder nesses espaços (Ex.: se há conselhos consultivos ou deliberativos; câmaras técnicas ou temáticas de interesses locais; associações, etc.)	Entrevista com gestores do IAP e com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e pesquisa documental.	1. Existem associações, conselhos gestores, câmaras técnicas ou qualquer outro espaço onde as comunidades nativas possam participar das decisões, em relação à gestão do turismo e as questões ambientais? Quais? 2. De que forma acontece essa participação, vocês são apenas consultados ou de fato ajudam a tomar decisões? As pessoas entendem sobre o que está sendo discutido? Ou ficam “quietas” escutando? 3. Exemplifique uma decisão tomada com a
2 - Investigar se o desenvolvimento da atividade turística oportuniza a inserção das comunidades nativas na dinâmica econômica local;					
3 - Pesquisar se em meio ao avanço do turismo há o reconhecimento, a valorização, a					

<p>proteção e o intercâmbio cultural;</p> <p>4 – Verificar as influências do desenvolvimento do turismo sobre o uso social do ambiente natural pelas comunidades nativas.</p>		<p>1.2 Exercício de direitos, deveres de cidadã e capacidade de organização e/ou engajamento político</p>	<p>Verificar se a comunidade nativa participa dos espaços e como participam (como se manifestam ou não, discutem os temas nas comunidades nativas previamente ou posteriormente as reuniões, elaboram demandas, quem os representa nestes espaços, etc.)</p> <p>Avaliar em que medida as comunidades nativas participam das reuniões e identificar suas ações (relacionadas especialmente ao turismo e natureza);</p> <p>Identificar se as comunidades nativas estão politicamente organizadas (associações, movimentos sociais, etc.) e se identificam lideranças na comunidades nativas</p>	<p>Entrevista com gestores do IAP com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; observação direta; e pesquisa documental (atas das reuniões);</p>	<p>participação da comunidade ?</p> <p>4. Você participa de algum movimento social, associação ou conselho? Qual?</p> <p>5. A comunidades nativas tem representação (assentos) nesses espaços de decisões (associações, conselhos)? Como acontece? Quem representa a comunidades nativas? Como foi escolhido (a)?</p> <p>6. Você participa das reuniões? E as outras pessoas das comunidades nativas? Com que frequência? Qual é o maior motivo de não participação?</p> <p>7. Os encontros, reuniões de cada um dos espaços ocorrem com que frequência? Onde ocorrem as reuniões? Respeitam os melhores horários-datas</p>
---	--	---	---	--	---

					para a comunidade participar?
					8. Vocês se reúnem antes das reuniões no espaço XXXXX para elaborar e apresentar demandas, discutir os assuntos das reuniões? O (a) representante das comunidades nativas repassa as informações das reuniões para os demais? Como? Há alguma dificuldade que o (a) representante enfrenta no repasse das informações?
					9. Você realiza está envolvida (o) em alguma atividade em prol das comunidades nativas? Qual (is) e por quê? Tem alguma atividade que você gostaria e/ou já tentou, mas não foi adiante?
					10. Você reconhece alguma liderança nas

				comunidades nativas? Quem ou qual?
			1.3 Acesso à informação de qualidade para orientar o processo de tomada de decisão sobre questões públicas relacionadas ao turismo e a proteção da natureza da ilha.	Entrevista com as lideranças ou representantes das comunidades nativas; e observação direta.
		Discutir algumas “questões” públicas recentes da Ilha, relacionadas especialmente ao turismo e natureza, e verificar se a comunidades nativas se envolve nos debates dessas questões; avaliar em que medida as comunidades nativas têm acesso e clareza das informações; e investigar se foi proporcionado algum processo formativo para a participação de espaços formais de tomada de decisão.		<p>11. Houve algum processo formativo para auxiliar a participação das comunidades nativas nas reuniões? Qual e quando? Foi suficiente?</p> <p>12. Como é o acesso à informação pela comunidade para poder tomar decisões?</p> <p>13. Quais os assuntos mais discutidos nos espaços de participação? Você se considera bem informado sobre eles para participar das discussões? Como (de quem) obtém as informações?</p> <p>14. Você tem conhecimento da proposta de inserir a Ilha do Mel no Plano Diretor de Paranaguá? Como soube? E o que pensa sobre isso?</p>

				<p>15. Você tem conhecimento da proposta do Porto de Pontal? Como soube? E o que pensa sobre isso?</p> <p>16. Você soube do fechamento da praça de alimentação turística de Encantadas? Como soube? E o que pensa sobre isso?</p> <p>17. Como as informações sobre esses acontecimentos (Plano diretor, Porto, e sobre o turismo e a natureza chegam até vocês? É suficiente?</p>	<p>15. Você tem conhecimento da proposta do Porto de Pontal? Como soube? E o que pensa sobre isso?</p> <p>16. Você soube do fechamento da praça de alimentação turística de Encantadas? Como soube? E o que pensa sobre isso?</p> <p>17. Como as informações sobre esses acontecimentos (Plano diretor, Porto, e sobre o turismo e a natureza chegam até vocês? É suficiente?</p>				
	2. ECONÔMICA E DO TRABALHO	2.1 Acesso a postos de trabalho reconhecidos pela legislação.	<p>Levantar os postos de trabalho ocupados pelas comunidades nativas); verificar qual a principal atividade econômica realizada pelas comunidades nativas; e analisar se a oportunidade de renda com o turismo é maior, menor ou equivalente à de outras atividades.</p>	<p>Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e</p>	<p>18. Como são os postos de emprego na Ilha do Mel? Qual a principal atividade econômica das pessoas das comunidades nativas da Ilha do Mel?</p>				

				com os gestores do turismo; observação direta.	19. Quando você vai procurar emprego, quais são as principais vagas? 20. Essas vagas, em sua maioria, estão relacionadas ao turismo? Se não, estão relacionadas a quê? 21. Você trabalha ou já trabalhou com o turismo? Qual sua função e onde você trabalha/ou? Se não, qual a outra atividade que exerce?
			2.2 Estabilidade nos postos de trabalhos.	Verificar se as comunidades nativas estão no trabalho formal ou informal (CLT ou diárias)	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e com os gestores do turismo; e observação direta.
					22. Como é a estabilidade do trabalho na ilha do Mel? É registrado em carteira ou trabalha por diárias? Se não é registrado, tem algum outro tipo de contrato de trabalho? Quem contrata? (Sobretudo para os que não possuem carteira). É sempre o mesmo empregador que te contrata? Faz sempre o mesmo serviço?

				<p>23. Trabalha por conta própria? Tem seu próprio “negócio”? Qual é?</p> <p>24. Trabalha em uma atividade produtiva só? Em caso negativo, quais atividades econômicas exerce?</p> <p>25. Trabalha com a mesma coisa durante o ano todo? Como é no caso das outras pessoas da comunidade?</p> <p>26. Na Sua opinião quais são os principais fatores que podem levar aos trabalhos informais na ilha do mel? O que já mudou com o tempo em relação a isso?</p> <p>27. Como é a educação na ilha do Mel? Quais são as escolas existentes na Ilha?</p>
				<p>Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos</p>
				<p>Levantar a escolaridade e capacitações para atividades relacionadas ao turismo.</p>
				<p>2.3 Direito à educação como meio de inserção no mercado de trabalho.</p>

				componentes da amostragem por conveniência; e com os gestores do turismo; e observação direta.	<p>28. Você estudou na Ilha do Mel? Até que série? Se não, por que?</p> <p>29. Nível de escolaridade</p> <p>() Fundamental () Médio () Superior</p> <p>30. Possui alguma capacitação para o trabalho com o turismo? Qual? São realizadas capacitações com frequência? Considera que são suficientes? Se não, por que?</p> <p>31. As capacitações servem como motivação para um maior envolvimento com o turismo?</p>
			2.4 Acesso aos meios de créditos via trabalho.	Levantar quais são possibilidades de linhas de créditos (financiamentos, empréstimos, etc.) disponíveis para as comunidades nativas; e verificar se há existência de empreendimentos	<p>32. Você tem acesso a empréstimos e financiamentos? Qual?</p> <p>33. Possui empreendimentos beneficiados por algum meio de crédito? Qual é o</p>

			beneficiados por algum meio de crédito.	amostragem por conveniência; e com os gestores do turismo; observação direta;	seu empreendimento e qual meio de crédito? Já tentou e não conseguiu? Porque não? Quais são as dificuldades?
2.5	Garantia de qualidade do ambiente de trabalho.;	Avaliar as condições básicas de trabalho (horas diárias, intervalo de almoço, desempenho da função contratada e pagamentos em dia).	Entrevista com as comunidades nativas; lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e observação direta.	34. Quais são suas condições de trabalho? Quantas horas por dia você trabalha? 35. Tem intervalo de trabalho? 36. Desempenha apenas a função que foi contratada? Se não, qual (is) a outra função que desempenha e porque desempenha? 37. Recebe seu pagamento em dia?	
2.6	Remuneração justa pelo trabalho.	Levantar a média salarial das comunidades nativas e comparar com a média salarial estabelecida pela legislação trabalhista.	Entrevista com as comunidades nativas; lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos	38. Como são as médias de salário na ilha do Mel? Sabe o valor do salário mínimo? Quantos salários recebe? Considera seu salário justo em relação aos salários pagos na Ilha do Mel?	

				componentes da amostragem por conveniência;	39. Se não for assalariado, quantos salários aproximadamente você recebe? Considere um valor “normal” em relação aos outros recebidos na Ilha do Mel?
	2.7 Satisfação no trabalho,	Identificar nas comunidades nativas o sentimento que o trabalho proporciona bem-estar, satisfação e motivação.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e observação direta.	40. Qual sentimento seu trabalho proporciona? Você está satisfeita com seu trabalho? Se sente motivada? Ele te proporciona bem-estar?	
3. SOCIOCULTURAL E SIMBÓLICA	3.1 Garantia de reconhecimento, valorização, proteção e fortalecimento das tradições, valores e costumes locais.	Analisar à existência de festas que exaltem a cultura local e se a comunidades nativas para demonstrar e praticar seus costumes locais; levantar a existência bens materiais e imateriais tombados ou políticas públicas que garantam a proteção e conservação das referências histórico-artísticas e culturais.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; observação direta; e pesquisa documental.	41. Como é a manifestação cultural da Ilha do Mel? Qual a principal manifestação cultural da Ilha do Mel que reflete a cultura da comunidade nativa?	
				42. Na Ilha do Mel existem festas que mostrem a cultura local? Quais e quando acontecem?	

						43.Existem ações de valorização e proteção da cultura da comunidade nativa na Ilha do Mel? Qual? 44.Nas festas e outras, o turista está presente? 45. Você se sente representado por essas manifestações? Se não... porque? 46. Você consegue ter um contato mais próximo com turista? Como acontece essa aproximação? 47. Você conversa com os turistas sobre sua cultura? Como isso acontece? 48. O turista conversa sobre a cultura dele com você? Como isso acontece? 49. Você é nativo da Ilha do Mel? Pertence a qual família? Sua família (pai,

			da Ilha do Mel se reconhecem enquanto um grupo social coeso?; investigar se as comunidades nativas realizam alguma atividade que fortaleça os laços sociais do grupo;	representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e observação direta.	mãe, avós, tios, etc) são daqui da Ilha ou vieram de outro lugar? Qual? Quando vieram? 50. As comunidades (?) se encontram, fazem coisas juntas? (Pesca, mutirão, festa...) 51. Como é a relação entre as comunidades (se têm conflitos, se sempre brigam ou ao contrário, etc). 52. Quais atividades você considera importante para a manutenção e fortalecimento da união das comunidades nativas?
3.4 Sentido de bem-estar e felicidade.	Avaliar sentimento de bem-estar e felicidade das comunidades nativas da Ilha do Mel.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por	53. Você gosta de morar na Ilha? O que você gosta e o que você não gosta na Ilha? É feliz na Ilha? Por quê? 54. Como foi colocado acima, qual é o sentimento que a ilha do Mel lhe proporciona?		

4. DIMENSÃO AMBIENTAL	4.1 Garantia à um ambiente “saudável” e que seja capaz de fornecer os recursos naturais que são a “matéria prima” da atividade produtiva.	Verificar como a comunidade nativa avalia a “qualidade ambiental” da Ilha do Mel.	conveniência; e observação direta.	55. Como você avalia o ambiente da Ilha do mel? Pontos positivos? Negativos? Potencialidades? Fragilidades?
				56. Como você usufrui da natureza na Ilha? (Pesca, extrativismo florestal, serve para atrair turista, usa como lazer, etc). Este uso é permitido?
				57. Como você avalia a qualidade ambiental (qualidade dos recursos naturais, coleta de lixo, tratamento de esgoto e água, qualidade das praias, das trilhas, etc.) da Ilha do Mel? Quais os principais problemas ambientais?
				58. Você conhece as regulamentações

				ambientais da Ilha? O que você acha da legislação ambiental da Ilha? Por quê?
4.2	Garantia de compartilhamento e usufruto de patrimônio natural conservado.	Avaliar como ocorre o uso e a conservação do patrimônio natural; levantar quais são os problemas em função desse uso e o que limita ou potencializa esses problemas.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e gestores do IAP; e observação direta.	59. O que você acha de a Ilha do Mel ser uma unidade de conservação? Considera isso bom ou ruim? 60. Quais os benefícios e os problemas da Ilha do Mel ser uma área protegida ambientalmente? 61. O que mudou na relação com a paisagem depois que virou UC?
4.3	Garantia de acesso à informação sobre o uso responsável dos recursos naturais.	Investigar se a comunidades nativas nativa é informada, orientada e participa das decisões sobre o uso dos recursos naturais na Ilha do Mel.	Entrevista com as comunidades nativas: lideranças ou representantes das comunidades e moradores nativos componentes da amostragem por conveniência; e gestores do IAP; e observação direta.	62. Vocês são informados sobre as UC e o que pode ou não ser realizado dentro delas? Como? Considera suficiente? 63. Vocês participam das decisões sobre os usos nas UCs? 64. Já ouviu falar sobre Plano de Manejo? Já foi

					chamado para conversar sobre ele?
--	--	--	--	--	-----------------------------------

ANEXOS

ANEXO I



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PARANÁ - SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 3.703.692

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

1 DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Turismo, Proteção Ambiental e Inclusão Social na Ilha do Mel, Litoral do Paraná

Pesquisador: Cristina Frutuoso Teixeira

2 Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 20181419.1.0000.0102

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

3 DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.703.692

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento intitulado “Turismo, Proteção Ambiental e Inclusão Social na Ilha do Mel, Litoral do Paraná” da pesquisadora Patrícia Denkewicz sob a orientação da Profa. Dra. Cristina Frutuoso Teixeira. Apresentam-se como coorientadores desse projeto: Thiago Zagonel Serafini e Yanina Micaela Sammarco. Período da pesquisa: Setembro de 2019.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória encontram-se presentes.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1384894.pdf	17/10/2019 15:31:32		Aceito
Outros	Respostas_correcoes.docx	17/10/2019 15:29:46	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Consentimento_Prefeitura.pdf	17/10/2019 15:26:20	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito
Outros	consentimento_IAP.pdf	17/10/2019 15:24:40	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Corrigido_TCLE_Moradores.docx	17/10/2019 15:21:08	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 3.703.692				
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Corrigido_TCLE_Gestores.docx	17/10/2019 15:20:38	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	corrigido_projeto_detalhado.docx	17/10/2019 15:20:16	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito
Folha de Rosto	patricia_denk.pdf	03/09/2019 21:15:54	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito
Outros	Check_List.pdf	29/08/2019 15:45:58	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito
Outros	Ata_de_aprovacao.pdf	29/08/2019 15:45:04	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito
Declaração de Pesquisadores	carta_encaminhamento_pesquisador.pdf	26/08/2019 11:38:25	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito
Outros	Declaracao_de_compromisso.pdf	26/08/2019	PATRICIA	Aceito
Outros	Declaracao_de_compromisso.pdf	11:29:19	DENKEWICZ	Aceito
Outros	ANALISE_DO_MERITO_CIENTIFICO_ORIENTADOR.pdf	26/08/2019 11:28:17	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Moradores_TCLE.docx	26/08/2019 11:25:41	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Gestores_TCLE.docx	26/08/2019 11:25:31	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_comite_de_etica.docx	26/08/2019 11:22:26	PATRICIA DENKEWICZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 13 de
Novembro de
2019

Assinado por:
IDA CRISTINAGUBERT
(Coordenador(a))

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - MORADORES

Nós, Professora Cristina Frutuoso Teixeira e Patrícia Denkwicz aluna de pós-graduação – da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o Senhor/Senhora

_____, morador nativo da Ilha do Mel a participar de um estudo intitulado Turismo, Proteção Ambiental e Inclusão Social na Ilha do Mel, Litoral do Paraná. Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de entender como o turismo está se desenvolvendo na localidade e a quem essa atividade está, de fato, incluindo socialmente.

a) O objetivo desta pesquisa é: analisar de que maneira o desenvolvimento do turismo contribui com o processo de inclusão social das comunidades nativas da Ilha do Mel, litoral paranaense.

b) Caso você participe da pesquisa, será necessário participar de uma entrevista, respondendo à 64 questões que serão gravadas.

c) Para tanto, não será necessário deslocar-se para nenhum lugar, sendo necessário apenas um encontro com duração de aproximadamente 1 hora.

d) É possível que o senhor/senhora experimente algum desconforto, principalmente relacionado ao cansaço ou constrangimento.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo são de nível baixo e de ordem social. Sendo eles: a possibilidade de constrangimento e cansaço ao responder o questionário.

f) Os benefícios esperados para a sociedade em geral com a aplicação dessa pesquisa é o de produção de conhecimento. Já para a comunidade pesquisada o benefício será do autoconhecimento, já que o estudo demonstrará o desenvolvimento atual do turismo na localidade.

g) Os pesquisadores Patrícia Denkwicz, Cristina Frutuoso Teixeira, Thiago Zagonel Serafini e Yanina Micaela Sammarco responsáveis por este estudo poderão ser localizados na Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, no endereço: Rua dos Funcionários, nº 1540, Juvevê ou através do telefone (041) 3350 5764 ou também através dos e-mails: patriciadenkwicz@gmail.com; cristinatufpr@gmail.com; thiagoserafini2@gmail.com; yayasemente@hotmail.com, no horário das 14 horas às 17hrs, para esclarecer eventuais dúvidas que o senhor/senhora possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]
Orientador [rubrica]

h) A sua participação neste estudo é voluntária e se o senhor/senhora não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas. (Cristina Frutuoso Teixeira, Thiago Zagonel Serafini e Yanina Micaela Sammarco, orientadores dessa pesquisa). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade**)

j) O material de áudio obtido por essa entrevista será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado (apagado/deletado) ao término do estudo, dentro de 10 meses.

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e o senhor/senhora não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

m) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

[Ilha do Mel, ____ de _____ de ____]

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - GESTORES

Nós Professora Cristina Frutuoso Teixeira e Patrícia Denkwicz aluna de pós-graduação – da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o Senhor/Senhora

_____, gestor ambiental ou de turismo da Ilha do Mel a participar de um estudo intitulado Turismo, Proteção Ambiental e Inclusão Social na Ilha do Mel, Litoral do Paraná. Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de entender como o turismo está se desenvolvendo na localidade e a quem essa atividade está, de fato, incluindo socialmente.

a) O objetivo desta pesquisa é: analisar de que maneira o desenvolvimento do turismo contribui com o processo de inclusão social das comunidades nativas da Ilha do Mel, litoral paranaense.

b) Caso você participe da pesquisa, será necessário participar de uma entrevista, respondendo à 24 questões que serão gravadas.

c) Para tanto, não será necessário deslocar-se para nenhum lugar, sendo necessário apenas um encontro com duração de aproximadamente 1 hora.

d) É possível que o senhor/senhora experimente algum desconforto, principalmente relacionado ao cansaço ou constrangimento.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo são de nível baixo e de ordem social. Sendo eles: a possibilidade de constrangimento e cansaço ao responder o questionário.

f) Os benefícios esperados para a sociedade em geral com a aplicação dessa pesquisa é o de produção de conhecimento. Já para a comunidade pesquisada o benefício será do autoconhecimento, já que o estudo demonstrará o desenvolvimento atual do turismo na localidade.

g) Os pesquisadores Patrícia Denkwicz, Cristina Frutuoso Teixeira, Thiago Zagonel Serafini e Yanina Micaela Sammarco responsáveis por este estudo poderão ser localizados na Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, no endereço: Rua dos Funcionários, nº 1540, Juvevê ou através do telefone (041) **3350 5764** ou **também através dos e-mails:** patriciadenkwicz@gmail.com; cristinatufpr@gmail.com; thiagoserafini2@gmail.com; yayasemente@hotmail.com, no horário das 14 horas às 17hrs, para esclarecer eventuais dúvidas que o senhor/senhora possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]
Orientador [rubrica]

h) A sua participação neste estudo é voluntária e se o senhor/senhora não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas. (Cristina Frutuoso Teixeira, Thiago Zagonel Serafini e Yanina Micaela Sammarco, orientadores dessa pesquisa). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade**

j) O material de áudio obtido por essa entrevista será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado (apagado/deletado) ao término do estudo, dentro de 10 meses.

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e o senhor/senhora não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

m) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Ilha do Mel, ____ de _____ de _____

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]